

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Publicação do Ministério da Previdência Social

Ano III, Nº 6, maio-agosto de 2013



**Respeito
ao passado,
confiança no
FUTURO**

A Previdência Social vem melhorando, a cada ano, o atendimento aos seus mais de 30 milhões de segurados e chega aos 90 anos com o desafio de ampliar a cobertura previdenciária a mais de 16 milhões de brasileiros até 2015.

José Honório dos Reis, nasceu em 24 de janeiro de 1923, mesma data da criação da Previdência



Ministério da Previdência Social



Nicolas Gomes

Conquistas e desafios - Ao longo de 90 anos, a Previdência promoveu a inclusão de milhões de famílias

06



Ilken Souza

Qualidade - Melhoria no atendimento e fim das filas nas agências foram apresentadas pelo secretário Carlos Eduardo Gabas como experiências bem-sucedidas na 1ª Jornada Internacional da Gestão Pública

19



Bruno Brandão

Seguro Social - Segurados de todo País têm uma vida mais digna com os benefícios previdenciários

12



Nicolas Gomes

Avanços - Sala de Monitoramento permite o acompanhamento, em tempo real, dos atendimentos nas agências do INSS em todo o País

22



Nicolas Gomes

Entrevista - A secretária-executiva adjunta do MPS, Elisete Berchiol, fala sobre sua experiência de 30 anos na Previdência e as vitórias

24

Serviços - Ampliação da rede de agências e do quadro de pessoal são prioridades para encurtar o tempo de espera do segurado pelos serviços previdenciários. Adoção de novas tecnologias também facilitam o trabalho

16



Nicolas Gomes



Nicolas Gomes

Conquistas e desafios - Ao longo de 90 anos, a Previdência promoveu a inclusão de milhões de famílias

06



Ilken Souza

Qualidade - Melhoria no atendimento e fim das filas nas agências foram apresentadas pelo secretário Carlos Eduardo Gabas como experiências bem-sucedidas na 1ª Jornada Internacional da Gestão Pública

19



Bruno Brandão

Seguro Social - Segurados de todo País têm uma vida mais digna com os benefícios previdenciários

12



Nicolas Gomes

Avanços - Sala de Monitoramento permite o acompanhamento, em tempo real, dos atendimentos nas agências do INSS em todo o País

22



Nicolas Gomes

Entrevista - A secretária-executiva adjunta do MPS, Elisete Berchiol, fala sobre sua experiência de 30 anos na Previdência e as vitórias

24

Serviços - Ampliação da rede de agências e do quadro de pessoal são prioridades para encurtar o tempo de espera do segurado pelos serviços previdenciários. Adoção de novas tecnologias também facilitam o trabalho

16



Nicolas Gomes



Nicolas Gomes

Conquistas e desafios - Ao longo de 90 anos, a Previdência promoveu a inclusão de milhões de famílias

06



Ilken Souza

Qualidade - Melhoria no atendimento e fim das filas nas agências foram apresentadas pelo secretário Carlos Eduardo Gabas como experiências bem-sucedidas na 1ª Jornada Internacional da Gestão Pública

19



Bruno Brandão

Seguro Social - Segurados de todo País têm uma vida mais digna com os benefícios previdenciários

12



Nicolas Gomes

Avanços - Sala de Monitoramento permite o acompanhamento, em tempo real, dos atendimentos nas agências do INSS em todo o País

22



Nicolas Gomes

Entrevista - A secretária-executiva adjunta do MPS, Elisete Berchiol, fala sobre sua experiência de 30 anos na Previdência e as vitórias

24

Serviços - Ampliação da rede de agências e do quadro de pessoal são prioridades para encurtar o tempo de espera do segurado pelos serviços previdenciários. Adoção de novas tecnologias também facilitam o trabalho

16



Nicolas Gomes



Arquivo pessoal

Memória - Uma história contada por quem ajudou a construir a Previdência brasileira e presenciou os principais avanços na área de proteção social

28

Reabilitação - Parceria entre INSS e Senac no Rio oferece cursos para trabalhadores afastados por acidente ou doença, para que possam voltar à ativa

38



Diana Reis

Empreendedores - Bons negócios e proteção previdenciária atraem 2,8 milhões de pessoas

40



Educação Previdenciária

Educação - Programa de Educação Previdenciária completa 13 anos levando informações sobre proteção da Previdência Social aos lugares mais distantes do Brasil e também nas escolas

30



Nicolas Gomes

Acordos internacionais - Ministério tem atuado forte para assegurar proteção social a mais de 3,5 milhões de brasileiros que vivem e trabalham no exterior

34

Orientação - Saiba como se tornar um segurado da Previdência. Dúvidas podem ser resolvidas no site www.previdencia.gov.br ou pela Central 135

43

Combate à intermediação - Campanha orienta os segurados para evitar a intermediação na busca dos benefícios da Previdência. O requerimento é simples e não custa nada

44

Artigo - Inclusão Previdenciária e Mercado de Trabalho mostra a recuperação dos indicadores de cobertura previdenciária na última década

48

90 anos de amparo e proteção ao trabalhador

Muitas conquistas e avanços em benefício dos segurados foram obtidos ao longo dessas nove décadas, além de promover a inclusão social de milhões de famílias. E a Previdência ainda encara novos desafios

A Previdência Social completou 90 anos em 24 de janeiro com muito vigor, ampliando a sua base de proteção aos trabalhadores e resgatando milhões de pessoas da condição de pobreza extrema, além de estimular a economia dos municípios brasileiros com os repasses de benefícios mensais aos mais de 30 milhões de aposentados e pensionistas em todo o País.



Fotos: Nicolas Gomes

A festa dos 90 anos reuniu servidores, colaboradores e autoridades do governo

Mais do que uma instituição que garante em dia o sustento de milhões de brasileiros, a Previdência se transformou em uma entidade promotora de bem-estar social, que atua como indutora da redução da desigualdade social, levando a esperança de futuro aos moradores dos locais mais distantes e desprovidos de infraestrutura.

Por mês, a Previdência investe mais de R\$ 35 bilhões no pagamento de 30 milhões de benefícios para segurados do País inteiro que contam com esse seguro para garantir a renda nos momentos mais sensíveis da vida. A Previdência é o seguro que está presente na vida dos brasileiros nos momentos mais críticos, amparando o trabalhador durante a velhice por meio do pagamento da aposentadoria, em momentos sensíveis como a morte com pagamento das pensões

para os familiares dos segurados, em situações inesperadas como doença ou acidente nas quais o trabalhador recebe os auxílios-doença ou acidente e também em momentos de alegria como o nascimento de uma criança, quando a mãe segurada da Previdência Social recebe o salário-maternidade.

Segundo os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a maioria dos idosos tem hoje a proteção social da Previdência. A cobertura previdenciária, atualmente em 70% da população-alvo, chega a 82,2% das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos – 19,32 milhões de pessoas em 2011. Esse avanço é resultado, principalmente, do aumento da proteção das mulheres idosas, segmento que passou de 66,4%, em 1992, para 78,6% em 2011.

E o maior desafio da Previdência é chegar ao final de 2015 com uma cobertura de 77% dos trabalhadores – o que significa a inclusão previdenciária de mais de 16 milhões de brasileiros, destacou o ministro Garibaldi Alves Filho na comemoração dos 90 anos da previdência brasileira, realizada na manhã de 24 de janeiro deste ano no estacionamento da sede do Ministério da Previdência Social, em Brasília.

“O trabalho da Previdência Social garante a dignidade e a vida de milhões de brasileiros. Temos a responsabilidade de pagar benefícios a 30 milhões de pessoas. São mais de R\$ 35 bilhões depositados todo mês nas contas dos aposentados e pensionistas. Esse dinheiro é usado no sustento das famílias, na compra de alimentos, roupas, calçados e remédios, dentre outros itens básicos”, afirmou o ministro Garibaldi durante a solenidade em Brasília.

José Honório dos Reis, que nasceu no mesmo dia e ano em que a Previdência foi criada, foi homenageado

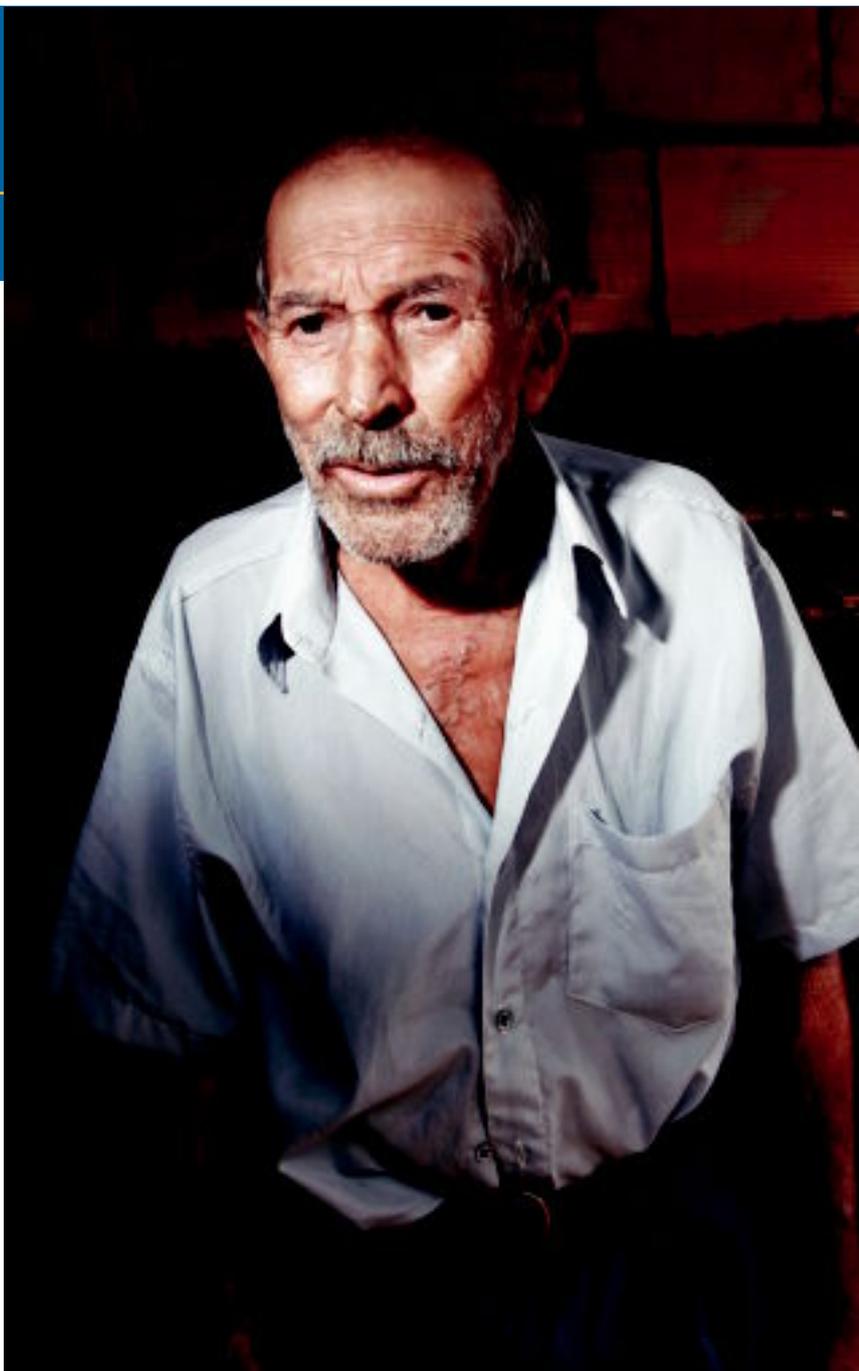
Inclusão

Com o pagamento mensal dos seus benefícios, a Previdência promoveu nos últimos anos a inclusão de 24 milhões de pessoas, ajudando a retirá-las da condição de pobreza. Segundo Garibaldi, o dinheiro repassado reduziu em 12,8% a taxa de pobreza no Brasil, considerando pessoas pobres as que têm rendimento domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo.

O ministro Garibaldi Alves Filho acrescentou que, além de ajudar a retirar milhões de pessoas da pobreza, o pagamento dos benefícios previdenciários também é importante para a redistribuição de renda no País. Ele informou que duas em cada três cidades brasileiras recebem mais recursos referentes ao pagamento de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) do que via transferência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Um levantamento realizado em 2011 pelo Ministério da Previdência mostrou que em 3.774 municípios do País, os repasses previdenciários superavam os do FPM – o que representa 68% do total de cidades do Brasil. A região com mais cidades nessa situação é a Sul: 74% das cidades recebem mais recursos do INSS do que do FPM. Em seguida, vem a região Sudeste, com 73%, e a Nordeste, com 66%. Já na região Norte, em menos da metade das cidades (48%) os repasses do INSS são maiores do que os do FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

Isso significa que são os recursos da Previdência que movimentam a economia da maioria dos municípios brasileiros. O dinheiro dos benefícios é utilizado para consumo e muito pouco vai para poupança, segundo estudos da Previdência Social. Na maioria dos casos, são famílias de baixa renda que têm necessidades básicas de consumo.





O aniversariante José Honório ganhou bolo e “parabéns” na festa em Brasília

Seguro social

Foi na hora de mais precisão que a Previdência Social entrou na vida do agricultor mineiro José Honório dos Reis, mais conhecido como Zé Pequeno, que coincidentemente nasceu no dia 24 de janeiro de 1923, no mesmo dia da publicação do decreto que criou a Previdência Social. Apesar dos 90 anos, ele mostra uma vitalidade incomum, além da simplicidade que sempre marcou a sua vida.

O aposentado, que nasceu em Itamarandiba (MG) e agora vive em Corinto, também município localizado em Minas Gerais, foi homenageado durante o evento comemorativo dos 90 anos da Previdência Social, em Brasília. Discreto e um pouco tímido, ele recebeu a placa que o homenageava e em poucas palavras afirmou que sem esse dinheiro da aposentadoria não conseguiria comprar seus remédios e fazer a feira. “Economizo para poder sobrar um pouco e conseguir ajudar meus filhos, que também precisam de apoio”, afirma José Honório.

“Sem o dinheiro da aposentadoria não conseguiria comprar remédios”

Fora do palanque que o expunha aos aplausos do público, afirmou que os dois dias que passou em Brasília nunca serão esquecidos. “Viajei de avião pela primeira vez, conheci a Catedral e o palácio onde a presidenta trabalha. Vou ter muita história para contar quando voltar pra Corinto” brincou.

Zé Pequeno trabalhou a vida inteira na lavoura de grandes fazendas da região central mineira. Colheu café e cana-de-açúcar e foi empregado de fábrica de farinha de trigo. Ainda sobrou tempo para trabalhar em alambiques, na produção das tradicionais cachaças mineiras.

Da agricultura, Zé Pequeno não conseguiu nada além de garantir a sua sobrevivência e a da sua família. A vida ficou mais difícil quando ele sofreu um acidente que o impediu de continuar o trabalho no campo. Num dia chuvoso, Zé Pequeno voltava para casa quando foi atropelado por um automóvel. “Escorreguei ao tentar pular a enxurrada e caí. Um carro passou por cima da minha perna. Tive que colocar sete parafusos no joelho”, lembra.

Impossibilitado de prosseguir na sua atividade, Zé Pequeno – que já tinha 65 anos na época do acidente – reuniu os documentos que comprovavam sua condição de trabalhador rural e requereu a aposentadoria na agência da Previdência Social em Corinto. Ele já tinha a idade para fazer jus ao benefício. No valor de um salário mínimo, o benefício é a única fonte de renda de Zé Pequeno. “Sem esse dinheiro da aposentadoria, não conseguiria comprar meus remédios e fazer a feira. É muito importante para mim, pois sem ele não teria como sobreviver”, revela.

Do campo para a cidade

Outro brasileiro que também fez o caminho do campo para a cidade é Letício Ferreira Fontes, 90 anos completados no último dia 30 de janeiro. Filho de agricultores, foi acostumado desde criança a trabalhar na roça com os oito irmãos, em um sítio, no município de José da Penha, interior do Rio Grande do Norte.

Aos 21 anos Letício trocou a lavoura pela vida na capital e passou a servir ao Exército em Natal (RN). “Era o período da Segunda Guerra Mundial e vivíamos a expectativa de irmos para a batalha, mas felizmente isso não aconteceu”, relembra. Depois de deixar a vida militar, conheceu e casou-se com Terezinha Ferreira Fontes. Da união nasceram oito filhos, doze netos e um bisneto.

Em 1974, Letício abriu uma loja de confecções no Alecrim, tradicional bairro comercial de Natal. “Foi naquele ano, que a Previdência Social começou a fazer parte da minha vida”, lembra. Orientado por um cliente sobre a vantagem de garantir um futuro tranquilo para ele e sua família, o comerciante tornou-se contribuinte e passou a efetuar o recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social todos os meses. Em 1992 se aposentou por idade, aos 69 anos.

Hoje, aos 90 anos, Letício Ferreira Fontes se considera uma pessoa realizada ao lado da esposa Terezinha, e reconhece: “Sou feliz e tenho a segurança de ser aposentado pela Previdência Social. Sem ela, isso não seria possível”.

Novos desafios pela frente

Entre os avanços conquistados pela Previdência nos últimos anos, o ministro Garibaldi Alves Filho destaca a regulamentação do Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos federais e a criação das Funpresps; o aumento da cobertura previdenciária; e a melhoria da gestão e da qualidade de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). “Essas medidas foram importantes, mas ainda restam outros desafios, como buscar a conciliação a respeito de uma alternativa responsável ao fator previdenciário e realizar os ajustes necessários nas regras de pensões”, disse Garibaldi.

Segundo o ministro, o Ministério da Previdência tem trabalhado para garantir proteção social à sociedade brasileira sem descuidar da sustentabilidade fiscal, mas alertou que as contas previdenciárias vêm sendo pressionadas pelo processo de envelhecimento populacional. Nas próximas quatro décadas deve haver um crescimento de 1 milhão de idosos por ano, chegando a 64 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade em 2050. Atualmente, a população idosa responde por cerca de 10% da população total, patamar que deve se elevar para cerca de 30% em 2050.

“Uma das alternativas para enfrentar esse grande desafio é aperfeiçoar nossas regras de pensões que são inadequadas e destoantes daquelas aplicadas na grande maioria dos países. Em 2011, as despesas com pensões, no RGPS e nos Regimes próprios, alcançaram cerca de 2,7% do PIB. No ano 2012, apenas no âmbito do RGPS, a despesa com pensões foi de R\$ 70,9 bilhões”, calculou o ministro.

Entre as principais fragilidades no sistema de pensões brasileiro, de acordo com Garibaldi Alves, estão a concessão do benefício sem exigência de carência, a inexistência de necessidade de período mínimo de casamento ou união estável para ter direito a pensão e a pensão vitalícia para cônjuges jovens.

Com relação ao fator previdenciário, o ministro defende a necessidade de se encontrar alguma alternativa responsável para a sua extinção. Desde o seu início até o ano 2011 o fator proporcionou uma redução das despesas de R\$ 44,3 bilhões em valores atualizados. Esse montante cresce ano a ano. Garibaldi opinou que é importante buscar alternativa junto ao Congresso Nacional que permita a eliminação do fator sem comprometer a sustentabilidade a médio e longo prazos da Previdência.

Avanços em benefício dos segurados

Como aniversário é momento de planejar novos desafios, os gestores da família Previdência – que inclui o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) - lembram que estão empenhados na modernização do trabalho para facilitar o acesso e melhorar o atendimento, não só a brasileiros como José Honório, mas também àqueles que ainda serão incluídos na Previdência. Muitos avanços já foram realizados nos últimos anos. Hoje, por exemplo, um cidadão pode agendar

Nicolas Gomes



sem burocracia o seu atendimento nas agências do INSS e ser atendido prontamente, sem ter de enfrentar filas.

Para a diretora de Atendimento do INSS, **Cinara Wagner Fredo**, muitos avanços já foram alcançados nessa área, mas ainda existe muito trabalho pela frente. “A nossa primeira etapa foi o fim das filas, isso tem todo um valor simbólico para nós do INSS, porque foi um trabalho árduo dos servidores para melhorar o atendimento prestado ao cidadão. A segunda etapa foi levar o acesso dos serviços da Previdência ao segurado; isso está sendo feito a partir da criação de novas agências, da expansão da rede de atendimento, da ampliação dos canais de acesso”, afirma.

O Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX) pretende construir 720 novas agências em todo o País, em municípios com mais de 20 mil habitantes e que não possuam uma Agência da Previdência Social (APS) próxima. Só no ano passado foram inauguradas 118 agências, 190 unidades estão em processo de construção e o

objetivo é ampliar para 1.830 o número de municípios brasileiros com uma unidade de atendimento da Previdência Social.



Agência Brasil

O diretor de Benefícios do INSS, **Benedito Brunca**, que trabalha na Previdência Social há 29 anos, destaca que outro avanço significativo foi o reconhecimento de direitos dos segurados. “Saímos de uma trajetória em que tudo era feito manualmente, por formulários, em papéis nas agências - o que demandava dias para fazer um reconhecimento de direitos, geralmente de 50 a 100 dias ou mais - para um estágio em que é possível reconhecer um direito em até 30 minutos”, ressalta Brunca, que começou o trabalho no INSS em 1983 no atendimento em uma agência.

O uso da tecnologia da informação é essencial para garantir a melhoria dos serviços

Esse avanço no reconhecimento de direitos só foi possível devido à construção do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), em que os dados sobre a

vida laboral e contributiva do trabalhador ficam consolidados. O CNIS permitiu ao trabalhador ter o seu reconhecimento de direito de uma maneira mais automática, sem burocracia e com a garantia de receber o pagamento a tempo de suprir as suas necessidades.

As mudanças na Previdência ao longo dos anos têm sido uma constante e o uso da tecnologia da informação é essencial para garantir esses avanços tanto para os segurados quanto para os trabalhadores da Previdência Social. “As trocas de tecnologia têm sido contínuas dentro da Previdência, da Dataprev, do INSS e nós precisamos estar preparados para esta mudança tecnológica que já começou, mas também nós temos uma tarefa enorme pela frente para poder avançar outras estruturas que levem a esse processo de estabilização e para atingirmos o patamar que nós sonhamos para melhorar de fato o atendimento à população”, completa Brunca, que também chama atenção para a participação dos servidores em todo esse processo. “O envolvimento do servidor da Casa é fundamental para que seja possível, cada vez mais, prestar

os serviços com compromisso e qualidade e o uso da tecnologia tende a facilitar a vida do segurado e, principalmente, do servidor da Previdência”, completa.

Foco no cidadão

Hoje a Previdência Social brasileira contempla três sistemas: o Regime Geral de Previdência Social, que ampara o trabalhador brasileiro que atua na iniciativa privada e os funcionários públicos celetistas; o Regime Próprio de Previdência Social, voltado para o servidor público estatutário e militar, e o Regime de Previdência Complementar optativo, que proporciona ao trabalhador um seguro previdenciário adicional, conforme sua necessidade e vontade. Para a secretária-executiva adjunta do Ministério da Previdência Social, Elisete Berchiol, que está na Previdência há 30 anos, sua trajetória na Casa permitiu acompanhar a construção de um sistema de política pública forte e solidário.

“Posso dizer que acompanhei de perto um terço da história da Previdência e hoje posso afirmar que nós temos no Brasil uma Previdência que cuida de três regimes com foco no cidadão sem descuidar da sustentabilidade dos sistemas. Para mim é um orgulho poder fazer parte dessa política pública que constrói a cada dia um sistema de Previdência Social público, forte, solidário e que garante a inclusão social a milhões de brasileiros”, afirma.

Ao mesmo tempo em que procura modernizar o trabalho para facilitar o acesso e melhorar o atendimento aos brasileiros, a Previdência Social busca incluir cidadãos que antes não podiam contar com a proteção previdenciária. É o caso, por exemplo, das donas de casa de família de baixa renda, que desde o ano passado passaram a contar com os benefícios da Previdência Social. Hoje o País conta com mais de 382 mil mulheres que realizam o trabalho doméstico e também estão amparadas pela Previdência. “E com o programa de inclusão das

*Mais de 382
mil mulheres
realizam o trabalho
doméstico e são
amparadas*

donas de casa no sistema previdenciário, lançado em 2012, vamos ampliar ainda mais o número de mulheres com direitos aos benefícios da seguridade social.”

Em parceria com outras áreas do governo e do Sebrae, a Previdência também conseguiu realizar a inclusão no sistema previdenciário de quase 3 milhões de trabalhadores informais com o Programa Empreendedor Individual. “Esta foi, certamente, a maior ação já feita no País para dar dignidade e segurança a brasileiros excluídos dos programas de seguro da Previdência Social. Graças a isso, esses trabalhadores podem contar agora com a aposentadoria, a cobertura e a assistência médica em caso de doenças, dentre outros benefícios”, destaca Elisete.

Não obstante as conquistas obtidas nos últimos anos, ainda há muito por fazer. O desafio maior previsto no planejamento estratégico da Previdência é chegar ao final de 2015 com uma cobertura de 77% dos trabalhadores. Isto significa a inclusão previdenciária de mais 16 milhões de brasileiros. “Estamos, portanto, planejando e olhando o futuro. E ao mesmo tempo procuramos modernizar o nosso trabalho para facilitar o acesso e melhorar o atendimento aos brasileiros que querem ser incluídos na Previdência”, ressalta.



Campanha Publicitária

Presente de Norte a Sul do Brasil



Milhões de brasileiros dependem da Previdência Social para o sustento do dia a dia. Benefícios ajudam a combater a desigualdade social e garantem uma velhice com dignidade

A história do aposentado mineiro de Itamarandiba, José Honório dos Reis, nascido no mesmo dia, mês e ano em que a Previdência Social foi criada, é semelhante à história de vida de muitos outros brasileiros que garantem o sustento diário com os benefícios da Previdência, após uma vida de trabalho duro. Todos os meses, a Previdência Social é responsável pelo pagamento de mais de 30 milhões de benefícios

em todo o País. A instituição é uma das principais responsáveis pela redistribuição de renda e redução da pobreza no Brasil. Por fazer parte da vida de tantos brasileiros, podemos dizer que a Previdência é feita por pessoas. E é justamente isso o que vamos conhecer: histórias de vida de segurados de todo o País, já que a Previdência Social está presente de Norte a Sul do Brasil.



SUL

É no município de São Pedro de Alcântara (SC), localizado a 32 quilômetros de Florianópolis, que vive a aposentada da Previdência Social Mônica Lohn Hoffmann, de 72 anos. Descendente de alemães, ela vive há 52 anos em uma pequena chácara ao lado do marido, Avelino Hoffmann, de 80 anos, também aposentado da Previdência. Os dois criaram os nove filhos com o trabalho na roça: plantando milho, mandioca e cuidando do gado.

Dona Mônica e seu Avelino orgulham-se muito de suas origens: a cidade natal do casal – hoje com pouco mais de 4.700 habitantes – foi a primeira colônia de alemães do estado de Santa Catarina e conserva até hoje muitas das tradições de seus fundadores. A colônia foi fundada no início do século XIX e deu origem a diversas comunidades germânicas do Sul do País. O município sobrevive hoje do turismo rural e histórico-cultural, da produção de hortigranjeiros e de derivados de cana-de-açúcar, com destaque para a famosa cachaça de alambique produzida artesanalmente na região.

A aposentada conta que todos os que nascem em São Pedro aprendem desde criança o “alemão de lá”, que, como ela diz: “é meio misturado”. Ela explica: “O alemão de Blumenau eles já não falam”, em referência às diferenças existentes entre os dialetos das colônias de imigrantes que se fixaram nos últimos séculos no Sul do Brasil.

Dona Mônica, que a vida inteira trabalhou na lavoura, lembra as dificuldades que passou ao lado do marido para sustentar a família: “Não foi nada fácil, eu cuidava da casa, das crianças, da roça, depois o Avelino se acidentou... Mas se

fosse para passar tudo de novo eu passava”, afirma. Segundo ela, um dos momentos mais difíceis da sua vida foi quando o marido perdeu dois dedos em um acidente na fábrica de janelas em que trabalhava. “Eu precisei ser forte para apoiá-lo”, lembra com lágrimas nos olhos. Em virtude do acidente, seu Avelino também foi amparado pela Previdência Social.

“O dinheiro da aposentadoria ajuda a comprar tudo o que a gente precisa”

Apesar dos contratemplos, no entanto, dona Mônica afirma que nos últimos anos a vida está melhor. “Agora a gente tem o dinheirinho da aposentadoria, que não falha, e que ajuda muito! Com ele a gente compra tudo o que precisa: roupas, calçados, comida e, graças a Deus, pouco remédio, que a gente aqui quase não tem doença!”, comemora.



Martinho Seibert

Dona Mônica tem uma vida tranquila no interior de Santa Catarina, com seguro do INSS

Manoel Barbosa e dona Geni vivem no interior de Pernambuco. Aos 90 anos, o aposentado ainda trabalha na roça



Fotos: Bruno Brandão

Aposentadoria

Mônica Hoffmann requereu sua aposentadoria no ano 1995, poucos meses depois de completar 55 anos. Ela recorda que, na época, todas as senhoras da vizinhança estavam requerendo também a “aposentadoria do colono”, como é conhecido na região o benefício da aposentadoria rural, concedida aos trabalhadores que comprovem pelo menos 15 anos de trabalho no campo.

A dona de casa destaca que não teve dificuldades para o reconhecimento do seu direito à aposentadoria, que lhe garante um benefício de um salário mínimo por mês: “Eu fui lá na agência da capital e entreguei os documentos que eu tinha... Levei só a verdade... Depois de um tempo as assistentes sociais vieram aqui para comprovar se eu trabalhava mesmo na roça”, lembra.

Dona Mônica afirma que “apesar do dinheiro não ser muito” é a aposentadoria dela e a do seu Avelino que proporcionam a vida mais tranquila que os dois têm hoje. Ela conta com um sorriso os detalhes da festa de aniversário dos seus 54 anos de casamento e que reuniu os filhos e os netos do casal na chácara da família, no mês de março deste ano.

NORDESTE

Em janeiro de 1923, em uma casa de taipa no município de Casinhas, interior do Agreste pernambucano – a poucos quilômetros da divisa com o estado da Paraíba – nascia Manoel Sebastião Barbosa. Hoje, com 90 anos, seu Manoel pode ser descrito como um típico trabalhador rural brasileiro, que após uma vida de trabalho duro teve a renda garantida pela Previdência.

Foi com um belo sorriso que o agricultor recebeu a equipe da **Previdência Social** em seu sítio, na zona rural de Casinhas (PE). Com aparência de 60 e poucos anos, seu Manoel carregava uma lata repleta de caju, que tinha acabado de colher na roça comprada com o dinheiro que recebe há mais de 23 anos de sua aposentadoria por idade.

Casado com dona Geni Cristina da Silva, de 69 anos, também aposentada, ele se orgulha em dizer que criou os 11 filhos e conseguiu comprar um “lugarzinho” pra cada um deles com a ajuda do benefício que recebe. Seu Manoel vive em uma casa simples, mas farta de cultivo de frutas: siriguela, maracujá, coco, milho e caju. Parte do que produz é utilizada para o consumo dele e da esposa, outra comercializada e o restante dividido entre os filhos do casal.

Conquista do benefício

O agricultor lembra com saudade do tempo em que foi dar entrada na aposentadoria, aos 66 anos. Segundo ele, a requisição do benefício veio por recomendação do pai, na época com 80 e poucos anos. “Naquela época, o povo não queria se aposentar, porque era muito cheio de superstição. Hoje em dia todo mundo quer. Quem me orientou que eu já estava na idade certa foi meu pai. Fui e, graças a Deus, deu certo”, lembra.

Com o benefício, além de ajudar os filhos, seu Manoel investe na plantação, usa o dinheiro para os gastos da casa e compra os remédios da esposa. O aposentado se envaidece em dizer que não precisa de medicamentos e está muito bem

“Esse dinheiro para mim é muita coisa. Sem ele eu não passo. Essa ajuda facilitou muito! Já sofri muito nesta vida, cheguei a passar fome”

de saúde. O agricultor lamenta o tempo que vivia sem o benefício e se mantinha “com o suor do rosto e com o cabo da enxada”, como diz. Tempos difíceis que ficam só na lembrança.

“Esse dinheiro, para mim, é muita coisa. Sem ele eu não passo. Essa ajuda facilitou muito! Eu já sofri muito nessa vida, cheguei a passar fome. Quando veio a ajuda dos homens” – como ele chama o benefício da Previdência Social – “aliviou muito”, afirma. Com uma vitalidade invejável, seu Manoel Barbosa não pensa em parar de trabalhar tão cedo, enquanto tiver disposição: “Se parar é pior. O negócio é movimentar o corpo, porque senão entrea tudo”, recomenda o aposentado, cheio de saúde.

CENTRO-OESTE

Foi em 2008 que a jovem Maria Milene de Paiva Buarque, então com 19 anos, recebeu com receio a notícia de que o filho Cauã, na época com poucos meses de vida, era portador de paralisia cerebral. Moradora da região administrativa de Sobradinho (DF) – distante 22 quilômetros da capital federal – a jovem não sabia como conseguiria criar o filho, que necessita de cuidados especiais, já que ela e o marido possuíam baixa renda familiar.

Foi o próprio médico que atestou a deficiência de Cauã que orientou Maria Milene a procurar a Previdência Social. “A concessão foi tranquila! Eu só precisei trazer o laudo médico e os documentos dele para conseguir... Em menos de um mês eu já estava recebendo o benefício”, lembra a antiga empregada doméstica e hoje dona de casa que se dedica a cuidar do filho, enquanto o marido trabalha na construção civil.



José Eduardo Formosinho

Maria Milene conta com o benefício da Previdência para dar uma vida digna ao filho

De acordo com Maria Milene, o dinheiro do benefício previdenciário, no valor de um salário mínimo, é utilizado para a compra de fraldas, remédios e outras necessidades de Cauã, hoje com cinco anos de idade.

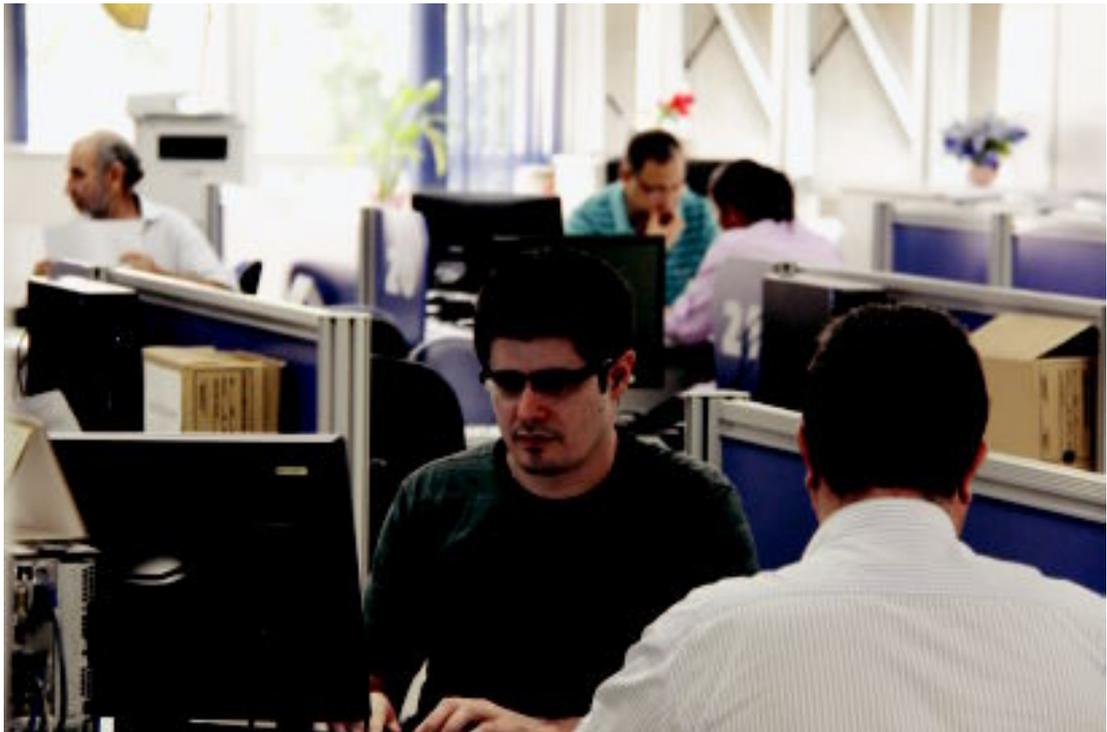
O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-LOAS), que é o que Maria Milene recebe em nome do filho Cauã, é concedido à pessoa com deficiência, e aos idosos que comprovem uma renda mensal familiar inferior a um quarto do salário mínimo por pessoa. Os requerentes são submetidos à perícia médica e à avaliação dos assistentes sociais do INSS.

Para Maria Milene, o benefício que recebe do INSS todo mês representa a possibilidade de oferecer uma vida digna ao filho. Segundo a dona de casa, ela não teria condições de garantir as necessidades de uma criança deficiente sem a contribuição que recebe todos os meses do INSS. Ela destaca o apoio que recebe da mãe e do marido para a criação do filho.

Assim como Maria Milene, milhões de segurados da Previdência contam com o benefício mensal para ter uma vida digna.

Previdência investe na melhoria do atendimento

Ampliação da rede de agências e do quadro de pessoal são prioridades para encurtar o tempo de espera do segurado pelos serviços previdenciários. Adoção de novas tecnologias também facilitam



Nicolas Gomes

Fim das filas na Previdência: os segurados agendam o atendimento por telefone e são recebidos no dia e hora marcados

Ao longo dos seus 90 anos, completados em janeiro de 2013, a Previdência Social passou por várias transformações para cumprir a sua missão de atender melhor aos mais de 30 milhões de segurados espalhados pelo País. E esse esforço tem refletido na melhoria da imagem da instituição perante a sociedade.

Depois de transformar em passado as imagens de aposentados e pensionistas que varavam madrugadas na busca de uma senha para atendimento nas agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Previdência pretende dar um novo salto na qualidade do serviço que oferece aos seus segurados. Para isso está

ampliando seu quadro de servidores e entregando novas Agências da Previdência Social (APS) à população de todas as regiões do País.

Para 2013, está previsto concurso visando a contratação de 500 analistas do seguro social, cujas vagas já foram autorizadas pelo Palácio do Planalto. No ano passado, o INSS contratou 2.500 aprovados em concurso público. O objetivo é diminuir o tempo de espera de atendimento por parte dos segurados nas agências espalhadas nos municípios.

Todos os 2 mil novos técnicos do seguro social e 500 peritos médicos previdenciários nomeados



A Central 135 acabou com as filas na porta das agências da Previdência em todo o País

em 2012 foram lotados no atendimento realizado nas novas Agências da Previdência Social (APS) que fazem parte do Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX), ou nas que estavam com carência em equipe. O aumento do quadro em 2.500 servidores inclui nomeações adicionais de 2.000 técnicos e 425 peritos além do previsto no edital de abertura do concurso.



Modelo

As provas do concurso realizado em 2012 foram aplicadas não apenas nas capitais de todas as unidades da federação, mas também nos demais municípios que são sede de gerência executiva. A expectativa é que o concurso de analista, previsto para ocorrer até o final deste ano, siga esse mesmo padrão. As vagas de analista – devido à natureza do cargo, que exigirá formação superior em graduação específica – deverão ser distribuídas entre as gerências-executivas, superintendências e sede do INSS.

“O aumento do quadro de pessoal e a maior capilaridade da rede são essenciais para a melhoria do atendimento, o aumento da cobertura previdenciária (tanto em número de beneficiários e contribuintes quanto na gestão dos novos benefícios) e a maior proximidade com o cidadão-beneficiário”, afirma o diretor de Gestão de Pessoas do INSS, José Nunes Filho. “Porém, é a formação continuada dos gestores o grande impulsionador da qualidade dos serviços”, ressalta.

Além das já exigidas formações de “gestores” e em “gestões estratégicas”, a partir do primeiro semestre de 2013 será obrigatório para os

gerentes de APS o curso de “Saúde e qualidade de vida no trabalho”. No segundo semestre, está prevista a implementação da “gestão em equipe” e da “gestão em processo” como requisitos para o cargo. São muitos os pedidos para participar dos cinco cursos, que têm o objetivo de atender, além dos gestores, também aos demais servidores.

“O ensino a distância (EAD) de qualidade é a ferramenta que encontramos para atender à enorme demanda dos quase 40 mil servidores espalhados por todo o País”, explica José Nunes. “Os cursos EAD têm dado resultados práticos. Temos alcançado uma formação que consegue melhorar o objetivo final, que é o atendimento do segurado. A ênfase em EAD nos últimos três anos tem nos proporcionado, ainda, *know-how* na área. A qualidade dos cursos tem melhorado”, acrescenta Nunes.

Novas tecnologias

Além do reforço na contratação de pessoal para agilizar o atendimento aos segurados, a Previdência Social também adotou nos últimos anos uma política ousada de investimento em novas tecnologias que hoje servem de exemplo de boa gestão para outros setores do governo federal.

Os chamados canais de atendimento acabaram com as filas nas portas das agências do INSS e humanizaram os serviços prestados aos segurados. Hoje, para marcar um atendimento, com dia e hora, basta o segurado ligar para a Central 135 e programar a sua agenda. A central foi um

marco histórico: transformou as filas em passado e permitiu outros avanços, como a comunicação direta aos segurados que já completaram o tempo de serviço e que têm direito à aposentadoria.

Outro serviço adotado pela Previdência e que facilitou a vida dos segurados é a Agência Eletrônica na internet (www.previdencia.gov.br). A parte destinada aos segurados disponibiliza os serviços da Previdência, como agendar o atendimento eletrônico, requerer o auxílio-doença, consultar perícias médicas já agendadas, consultar o calendário mensal de pagamento de benefícios, retirar o Extrato Previdenciário mediante apresentação de senha, entre outras facilidades.

A Previdência também se preocupou em facilitar a vida do empregador e disponibilizou serviços como orientações para preenchimento da Guia da Previdência Social (GPS), consulta aos editais de intimação e de publicação de resultados de julgamentos relacionados ao Fator

Acidentário de Prevenção (FAP), acompanhamento dos processos das decisões das Câmaras e Juntas de Recursos da Previdência Social, entre outros serviços.

Atualmente, a Agência Eletrônica recebe mais de um milhão de acessos por mês, principalmente nos serviços: agendamento eletrônico, Guia da Previdência Social, auxílio-doença, aposentadoria por tempo de contribuição e simulador de aposentadoria.

A Sala de Monitoramento foi outra evolução tecnológica adotada pela Previdência e que virou caso de sucesso em melhoria de gestão em todo o governo federal. A sala permite ao gestor acompanhar, em tempo real, o atendimento em todas as agências do INSS espalhadas pelo Brasil e intervir para corrigir possíveis problemas, melhorando o tempo de atendimento aos segurados. A própria presidenta Dilma Rousseff se encantou com o serviço e recomendou a sua aplicação nos diversos órgãos federais.



Novas agências encurtam distâncias

Mas não é só no investimento em pessoal e em tecnologia que a Previdência trabalha para melhorar os serviços para os milhões de segurados. Ela também está investindo forte na abertura de novas agências em todo o País.

O Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX) pretende construir 720 novas agências em municípios com mais de 20 mil habitantes e que não possuam uma Agência da Previdência Social (APS) próxima. Só no ano passado foram inauguradas 118 agências, 190 unidades estão em processo de construção e o objetivo é ampliar para 1.830 o número de municípios brasileiros com uma unidade de atendimento da Previdência Social. Este ano está prevista a entrega de mais 118 novas agências.

Até abril deste ano, 238 agências incluídas no PEX já haviam iniciado o atendimento ao público. Delas, pelo menos 60 foram inauguradas pelo ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho. Até 2015, 479 novas APS estão previstas para serem inauguradas. Mais de R\$ 1 bilhão está sendo investido na ampliação e recuperação da rede.

Um exemplo de sucesso de gestão pública

Melhoria no atendimento e fim das filas nas agências do INSS foram apresentadas como experiências bem sucedidas no serviço público

O fim das filas nas portas das agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a otimização no atendimento aos segurados foram mostrados como exemplos de sucesso da Previdência Social na 1ª Jornada Internacional da Gestão Pública, organizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), em Brasília, no mês de março. O evento debateu a gestão pública, elencando desafios e compartilhando experiências em âmbito nacional e internacional.

O secretário-executivo do Ministério da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, foi um dos convidados para o segundo painel do dia 12 de março:

“A Melhoria da Prestação de Serviços Públicos”. Gabas falou sobre a experiência de gestão que comandou nos últimos 12 anos na Previdência, que acabou com as filas no INSS.

Gabas explicou que o sucesso foi alcançado devido à mudança de cultura dentro da organização. “Passamos a dar mais atenção às pessoas”, declarou. Ainda de acordo com o secretário-executivo, a melhoria só foi possível porque houve investimento do governo federal e apoio dos servidores: “Fizemos uma grande aliança entre os servidores e a Administração”.

Ele destacou como a instituição executou o plano de gestão que otimizou o trabalho da Previdência Social e mostrou, em tempo real, como estava o atendimento nas agências, acessando a sala de monitoramento do INSS.

Segundo ele, até 2004 uma pessoa poderia esperar até 180 dias para ser atendido. “Hoje, isso leva 30 minutos”, comemorou.

O evento, que teve como objetivo debater as conquistas e os desafios da gestão pública, contou ainda com a presença de outros especialistas nacionais e internacionais, que dividiram suas experiências em seus países e debateram como melhorar o atendimento à sociedade. Outras autoridades da Previdência Social também participaram das discussões: a secretária-executiva adjunta, Elisete Berchiol; o presidente do INSS, Lindolfo Sales; o diretor de benefícios do INSS, Benedito

Brunca; e a diretora de atendimento do INSS, Cinara Fredo.

“Cada vez mais, as ações do Estado visam atender bem o cidadão. Esse é o centro do debate”

O cidadão como prioridade

Na abertura do evento, a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, destacou a importância dos governos federal, estaduais e municipais de promoverem sempre ações para prestar um atendimento com qualidade ao cidadão. “Acredito que, cada vez mais, as ações do Estado brasileiro, dos governos estaduais e municipais, visam atender bem o cidadão. O centro do nosso debate será sobre como voltar as ações do governo para atender o cidadão”, disse.

O secretário Carlos Eduardo Gabas apresentou o modelo previdenciário no seminário sobre gestão pública



ENTREVISTA / CARLOS EDUARDO GABAS
Secretário-executivo da Previdência Social

Cidadania em tempo real

Que experiências o sr. enumera como positivas na Previdência nos últimos anos?

É uma oportunidade muito boa para a Previdência Social apresentar suas experiências, mas também é uma oportunidade de aprendizado. A experiência da Previdência é uma situação que, imagino, não esteja

acontecendo muito no País, porque conseguimos transformar a Previdência, de uma das entidades mais apontadas como ineficientes, para um símbolo de boas práticas, boa gestão, com medidas simples, sem contratação de grandes consultorias. A gente costuma dizer que fizemos arroz, feijão e amor - esses componentes juntos fizeram que desse certo. Claro que com forte ajuda do governo federal, tanto do governo do ex-presidente Lula quanto da presidenta Dilma. Nós temos tido a oportunidade de fazer investimentos na Previdência e estabelecer um mecanismo de gestão eficiente que seja capaz de monitorar melhorias e apresentar falhas no nosso sistema de atendimento. Isso nós costumamos dizer que é cidadania em tempo real. Quando colocamos um painel de atendimento para as pessoas acompanharem, sejam os gestores ou pessoas de fora, nós estamos dando a elas cidadania, controle social e participação.

A ministra acredita que a troca de informações será importante para melhorar o trabalho dos governos. “A jornada foi preparada para discutir as experiências e refletir sobre os novos desafios para a administração pública no Brasil e no mundo. Cada um dos órgãos envolvidos têm sua própria agenda de gestão. E a agenda do governo federal certamente será influenciada pelo debate que vai ser feito aqui”, declarou Miriam Belchior.

A secretária de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Ana Lúcia Amorim de Brito, ressaltou a excelência de programas voltados para a cidadania que são referências em gestão pública. “O Brasil sem Miséria, por exemplo, é um case [assunto] que o mundo todo vem conhecer: como nós fazemos o pagamento do benefício direto ao cidadão, por meio de cartão eletrônico, em

qualquer lugar do Brasil. Outro case brasileiro é a urna eletrônica. O mundo vem para conhecer o nosso processo eleitoral, sobre como nós sabemos o resultado da eleição de forma rápida segura”, disse a secretária.

Ana Lúcia também entende que o Brasil pode aprender muito sobre gestão pública com a experiência de outros países. “Um exemplo é a gestão por resultados, muito forte na Inglaterra. O estabelecimento de metas e de indicadores de desempenho é um desafio no âmbito da gestão pública. Na Inglaterra, até o transporte público tem metas de cumprimento de horário. Nós temos estudado os

modelos deles, sobre como estabelecer metas estratégicas, desdobrá-las até o servidor e conseguir que seja uma coisa executável e que traga resultados para a melhoria do serviço público”, destacou a secretária.

“O estabelecimento de metas e de indicadores de desempenho é um desafio no âmbito da gestão pública e busca a melhoria dos serviços”

E como foi esse processo de transformação?

Nós queremos uma gestão participativa, queremos a sociedade nos cobrando e apontando nossas fragilidades para que possamos, junto com os servidores - essa é uma parceria dos servidores, nós não faríamos nenhuma transformação se não houvesse a participação e o engajamento efetivo dos servidores. Essa parceria fez que ao longo dos últimos 12 anos fizéssemos mudanças importantes. Sabemos dos desafios, que são enormes, mas temos convicção de que com essa parceria mantida e fortalecida conseguiremos superar essas dificuldades, na melhoria contínua dos nossos serviços à sociedade.

Qual é a próxima meta da Previdência?

Primeiro precisamos consolidar todo esse conjunto de mecanismos que colocamos a

serviço da gestão. A sala de monitoramento é um mecanismo de gestão, mas os indicadores não resolvem por si só, precisam ser calibrados, melhor apresentados, melhor monitorados, precisamos dar condições para que os servidores possam atingir as suas metas. Então é um processo de ajuste, de melhoria contínua, que não pode ser interrompido, precisa ir adiante. Isso consolidado, teremos novos desafios, que são cada vez mais pela eliminação de papel, eliminação da presença física das pessoas nas agências e ampliação dos serviços automáticos, na melhoria do tempo de atendimento dos segurados. Nós demos um grande salto de qualidade quando passamos a enviar para as pessoas uma carta de aviso de aposentadoria, daqueles que se aposentam por idade. Queremos dar outros grandes saltos como este para melhorar cada vez mais nossos serviços para a sociedade. Esse é o grande desafio da Previdência hoje.

Sala de Monitoramento revolucionaria atendimento

Gestores da Previdência acompanham, em tempo real, os atendimentos nas agências do INSS espalhadas pelo País, corrigindo distorções e melhorando o funcionamento



Nicolas Gomes

O atendimento nas agências em todo o País é monitorado

Desde 2009, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tem uma ferramenta que registra, a cada ano, melhora significativa no atendimento ao segurado: a Sala de Monitoramento. Criada para auxiliar os gestores do INSS, a sala monitora, em tempo real, o funcionamento das Agências da Previdência Social (APS) no País. Hoje, ela funciona não só para dar suporte ao gestor, mas também para munir o instituto de informações com o objetivo de melhor atender o segurado da Previdência Social.

Segundo Makyson Teixeira, chefe da Sala de Monitoramento, antes da ferramenta existia

uma dificuldade muito grande para avaliar a gestão e gerir, por si só, o trabalho nas agências, mas agora há transparência nesse sentido. As informações sobre o cotidiano das APS eram restritas a algumas pessoas; agora qualquer servidor do INSS tem acesso e pode também ajudar na gestão do seu local de trabalho.

Disponíveis em vários painéis, as informações são atualizadas a cada 15 minutos. É possível acompanhar os indicadores de atendimento e saber quando, como e por que uma agência está com lentidão na prestação do serviço ao cidadão. Entre os indicadores visualizados estão



a quantidade de pessoas esperando para serem atendidas, o tempo médio de espera, a duração do atendimento no guichê, o número de servidores e os gastos na unidade, além dos equipamentos disponíveis até o momento.

Uma das informações que mais contribuiu para um atendimento de qualidade foi a visualização da demanda em cada serviço, como aposentadoria, perícia e cadastro do segurado. Hoje, os gestores conseguem identificar qual serviço tem uma procura maior e remanejar as vagas para aquele que mais necessitar. “Com essa ferramenta começamos a ver distorções no atendimento e no número de vagas. Só então conseguimos melhorar a oferta de vagas em cada serviço”, ressalta Teixeira.

Como funciona

A Sala de Monitoramento veio com a proposta de agilidade na resolução de problemas no atendimento. Quando ocorre alguma distorção, o chefe da agência recebe, automaticamente, um e-mail para que tome as medidas necessárias para que o atendimento volte à normalidade. Se nenhuma resposta for prestada, o sistema envia outra mensagem, desta vez ao gerente-executivo responsável pela região da APS. Em caso de não haver resposta, o próximo contatado é o superintendente regional e, em seguida, a Diretoria de Atendimento do INSS.

As situações atípicas no atendimento são detectadas por meio dos indicadores estabelecidos no plano de ação do INSS de cada ano, que são a base para avaliar o que se enquadra nos padrões de normalidade. Por exemplo, a meta do INSS é que nenhum processo de concessão de

benefícios fique mais que 45 dias em análise. Quando a agência registra, pelo menos, um processo nessas condições, o gestor da APS é avisado pelo sistema por meio de e-mail.

Novas ferramentas

Nos últimos meses, inovações na Sala de Monitoramento permitiram melhorar ainda mais a gestão do atendimento. Uma das novidades foi a inclusão da Agenda – SAE (Sistema de Agendamento Eletrônico) que permite ao gestor visualizar a próxima data disponível para agendar determinado serviço, o que ajuda na informação precisa e ágil prestada ao segurado.

A Agenda – PM (Perícia Médica) é outra nova ferramenta. Antes, o segurado que tivesse pendência administrativa, como documentos ou exames a apresentar, era encaminhado ao médico perito, que não poderia examiná-lo sem que a pendência fosse resolvida. O segurado era obrigado a voltar ao atendimento no guichê e, posteriormente, ser atendido pelo médico perito.

Agora, a Agenda – PM detecta a pendência antes da realização da perícia. Assim, o servidor da agência liga para o segurado, para que ele chegue antes e traga os documentos necessários para ser atendido na perícia médica.

Os avanços no setor permitiram melhorar o serviço

Diariamente, a nova ferramenta Retrato da Unidade mostra os indicadores de atendimento, como as senhas emitidas em determinado dia, a quantidade de perícias marcadas, os agendamentos mantidos e a hora em que a agência começou a funcionar.

“Agora, todos na agência têm a opção de serem proativos”, afirma Makyson Teixeira.

Trabalho e dedicação superam dificuldades

Uma servidora com 30 anos de serviços prestados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à sociedade. Natural de Dois Córregos (SP), Elisete Berchiol da Silva Iwai, secretária-executiva adjunta do Ministério da Previdência Social, resume seu trabalho em dois pilares: comprometimento e respeito, tanto interno quanto externo. Ao longo da carreira passou por grandes e decisivos momentos. Viveu uma época em que o atendimento ao público era visto como um caos. Filas, acúmulo de processos, venda de senhas. Mas também participou ativamente do processo de mudança de gestão. Nesta entrevista, Elisete fala desse passado, do presente e das perspectivas de um futuro calçado pelo planejamento.

Como foi o início de carreira?

Entrei no concurso do então Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), extinto ao ser fundido com o Instituto Nacional de Previdência Social. Fiquei lotada no gabinete do agente. Fazia folha de pagamento, como um ponto de apoio de Recursos Humanos, centralizado nas Superintendências. Como atuava no gabinete também tive um pouco de experiência nas áreas de orçamento, finanças, tesouraria e pagamentos. Naquela época fazíamos pagamento em moeda dentro da agência para quem viajava, buscava atendimento do INAMPS, INPS em outras unidades. Saí de Andradina em 1985 e fui para Araçatuba (SP), onde passei a trabalhar na arrecadação e fiscalização. Foram muitos anos. Assumi a chefia da seção, atuei um tempo razoável, nessa área de arrecadação com a emissão de Certidão Negativa de Débitos (CND), regularização de obras na construção civil (pessoa física e jurídica), inscrição de contribuintes individuais, registro de CNPJ de empresas que precisavam passar pelo cadastramento no INSS, e apoio à fiscalização. Depois assumi a chefia

de orçamento, finanças e contabilidade, numa área mais de administração do INSS. Trabalhei alguns anos no orçamento e também substituí a chefia de administração que cuidava de logística, RH e de orçamento. Foi ali que me identifiquei bastante com a área de gestão, organização e administração efetivamente. Em 2003 assumi a Gerência-Executiva de Araçatuba, onde fiquei até meados de 2006, até que, a convite do ministro Nelson Machado, assumi a Superintendência do INSS no Estado de São Paulo. Participei da equipe que fez uma reestruturação do INSS, diminuimos o número de superintendências e passamos a ter as cinco gerências regionais com um papel diferenciado: ser um pólo de administração que desse suporte às gerências-executivas e à Direção Central do INSS.

E depois veio para o Ministério?

Sim. Aqui estou há dois anos e meio. Procuo desempenhar meu trabalho sempre pensando no que eu gostaria de receber como serviço prestado por um servidor. Quando agimos assim vamos construindo um caminho pavimentado por respeito, contribuição e parcerias. Sempre foi assim no INSS e agora no MPS. É assim que penso.

O que a senhora destaca como piores momentos da gestão?

O pior momento foi de filas e de caos no atendimento, em 2003/2005. Este período foi uma fase de mudança da forma de atendimento, com a saída dos terceirizados administrativos e o início da política de gestão de pessoas que aconteceu no INSS. Veio também a crise de 2006 no atendimento da Perícia Médica, porque em 2005 começou a transição da saída dos terceirizados e



a admissão do quadro próprio de médicos peritos para atuar na avaliação da capacidade laborativa.

Quando assumi a Superintendência de São Paulo, estávamos num período muito crítico desse atendimento, da oferta do serviço. Tínhamos agências concebidas num modelo para não haver consultório médico. O desenho era fazer as perícias nos consultórios médicos credenciados. Era preciso absorver esse trabalho dentro das unidades sem ter estrutura adequada para receber os médicos que estavam entrando e precisavam realizar as perícias. Foi um período extremamente difícil e onde nasceu a necessidade de fazer algumas agências que dessem condições de dar esse atendimento e ai surgiram as BI (agências de benefício por incapacidade) que naquele momento foi necessário por falta de consultório nas agências, embora houvesse uma relutância da casa em fazer esse tipo de agência. A implantação da primeira agência foi em São Paulo; inclusive o presidente Lula participou da inauguração.

Mas aquele também foi um momento crítico com relação a essa mudança de pessoal?

Os servidores vinham de uma política de achatamento salarial e de não-valorização do servidor. Isso culminou com a não-realização de concursos; servidores desmotivados e sobrecarregados com o trabalho que era necessário fazer nas agências. Também estavam sem perspectiva de carreira; de melhoria salarial e de um horizonte para conquista dessa categoria. Houve nesse período uma ebulição no meio dos servidores que culminou com várias e longas greves dos servidores, uma delas que chegou a 30 dias.

A sociedade ficava então sem a prestação de um importante serviço público. E os servidores, como enxergavam essa situação?

Era muito ruim para o servidor ver isso, mas ele estava ali num momento crítico. A política da terceirização

trouxe um descrédito e desvalorização muito forte para o servidor público. Do outro lado estava o cidadão afetado num momento de muita fragilidade, seja por doença, perda de um familiar, ou num momento em que está para se aposentar. Sempre quando as pessoas chegam à Previdência é por uma necessidade e uma expectativa de que ali vai ter direito ao benefício pelo qual pagou. Mesmo aqueles que vêm buscar um benefício assistencial. Eles estão num momento de muita dificuldade. E eles encontravam portas fechadas.

Tinha uma crise instalada. E qual foi a solução?

Foram pactuadas várias ações com outros órgãos do governo federal, com apoio irrestrito do presidente para que a situação fosse resolvida. Houve iniciativas de melhoria da gestão como o programa PGA - Programas de Gestão do Atendimento, mas também ocorreram discussões com as entidades representativas dos servidores para formular uma política de pessoal, mesmo não tendo num primeiro momento reajuste ou a implementação do total dos valores, mas que reconhecia o trabalho e que ao longo de alguns anos seriam contemplados muitos dos anseios dos servidores. Estou falando do Plano de Carreiras que foi negociado na última greve que houve no INSS. Houve entendimento, respeito e confiança estabelecidos entre a gestão de que iria ocorrer, sim.

E então a carreira foi estruturada?

Conseguimos estruturar a carreira com o apoio do presidente, do Ministério do Planejamento, do Governo. Isso trouxe um ganho significativo que, aliado às ferramentas de gestão, fizeram que o INSS saísse das páginas policiais. Na época a Rádio Bandeirantes entregava mensalmente o troféu "Trombone de Ouro" para aqueles órgãos ou empresas com mais reclamações no mês e nós recebemos várias vezes. Era muito dolorido para os servidores. Mas naquele momento havia uma esperança, uma luz no fim do túnel para sair dessa fase complicada.

A senhora se engajou na luta contra a privatização?

Lutei muito contra a privatização. Atuávamos por meio de uma associação e fizemos muitas manifestações. Tínhamos um grupo muito articulado por uma política de Previdência Social. Este comprometimento, que já

existia antes, fez com que a gente se engajasse na gestão de um governo que reconhecia isso. A virada na política foi no governo Lula, com a decisão pelo fim da terceirização e reforma da Previdência. Já a virada na melhoria do atendimento, com certeza, consolidou a partir da gestão de Nelson Machado, em 2005. Houve essa priorização na melhoria, criou-se a Diretoria do Atendimento no INSS.

Um olhar hoje sobre a Previdência Social – 90 anos?

Emociona quando a gente vê o INSS citado como um case de sucesso de que é possível fazer a transformação de uma gestão ineficiente para uma gestão que atende seu cidadão, reconhece, valoriza e que passa a reconhecer, mudando o paradigma de conceder e sim reconhecer o direito.

Essa mudança entre conceder benefício e reconhecer direito é a chave da mudança que nós tivemos; à medida que você reconhece direito com mais qualidade do atendimento, na informação, é extremamente importante.

Outro passo muito importante que emociona e que precisamos expandir mais é no controle da sociedade sobre suas contribuições, passando a ser um fiscal do recolhimento. À medida que incentivamos o trabalhador a fazer esse controle nós estamos também dando um passo muito importante.

Ter na base de dados informações e avisar que o cidadão já tem direito ao benefício também foi outra grande mudança. Passamos a disponibilizar essas informações. Conseguimos perceber a dimensão à medida que o serviço vai sendo implementado. O estado não é só o guardião da informação, mas também o que cuida de garantir o seu direito.

A reputação da instituição continua ameaçada?

As mudanças acontecem de uma forma gradual. Não se consegue reverter uma gestão ineficiente de décadas em cinco, oito, dez anos. É um processo de reconquista da confiança da sociedade e de internalização na instituição desse novo papel de guardião da informação, mas também que deve para a sociedade essa troca de informação.

Estamos trabalhando no aperfeiçoamento dos nossos sistemas para que eles ofereçam, cada dia mais,

segurança na informação e agilidade na prestação do serviço. Este é um compromisso do governo brasileiro, que trabalha sempre com o foco no cidadão, de oferecer um serviço mais ágil e eficiente à população. Essas mudanças, ao deixarem o segurado mais satisfeito, também contribuem ao bem-estar do servidor que recebe de imediato o retorno do cidadão que é atendido em nossas agências.

Daqui para frente é avanço?

Vamos ter ainda algumas dificuldades, enfrentar alguns desafios, mas isso faz parte de um processo de melhoria para uma Casa desse tamanho. Temos o atendimento diário, o agendamento, a Sala de Monitoramento, o planejamento estratégico que envolve o Ministério como um todo. Temos a diretriz da nossa missão, visão, macro- ações e objetivos para implementar. Tem também os Planos de Ação com metas pactuadas com os servidores e monitoradas. No contexto do atendimento do INSS, o Painel de Desempenho é uma forma de acompanhar como estamos desenvolvendo essas ações de forma organizada e programada. Antes eram problemas em todas as áreas, hoje estão mais localizados. Com as ferramentas temos essa visão, esse mapa que permite enfrentar todo tipo de problema.

E como é esse seu sentimento pela instituição?

O servidor incorpora a Previdência na vida pessoal, familiar. A família ajuda a gente (filhos, marido), todos acabam participando dessa vida. O servidor não consegue ser um trabalhador que sai do trabalho e se desliga. A Previdência acaba sendo inserida na vida dele como um todo. É muito mais do que um contrato de trabalho, como é o meu caso. São madrugadas de trabalho, finais de semana, dedicação, amor.

Ao completar 30 anos de casa, quais os projetos futuros?

Na vida, tanto pessoal, como profissional, temos ciclos e estou pessoalmente e profissionalmente em um ciclo de um grupo de servidores que está para passar o bastão. Então tem que começar a pensar a preparar a saída de cena de um grupo e ajudar a passar essa cultura para quem vai assumir a responsabilidade da



continuidade do trabalho da Previdência. Do ponto de vida pessoal os filhos estão formados. Sinto uma realização muito forte, da família que me deu suporte, o marido, companheiro de luta que sempre me apoiou. Não foi fácil, porque a Previdência exige muito, mas hoje a gente vê uma família com três filhos maravilhosos e bons cidadãos.

A serenidade sempre esteve junto?

Isso é do meu perfil. É gratificante manter relacionamento, amizades, dentro e fora do trabalho, de longa duração. Dá orgulho ver pessoas com quem compartilhei muitas dificuldades mas que a relação de amizade só cresceu com isso, assim como a confiança e o companheirismo.

Uma mensagem...

A mensagem é de muita confiança no governo que estamos construindo, nas políticas públicas que estão sendo implementadas de fazer com que o seu cidadão cresça junto com o País. Vemos essa inserção num contexto de valorização e de reconhecimento dos servidores públicos e trabalhadores.

Meio século de seguridade social

Uma história contada por quem ajudou a construir a Previdência brasileira e presenciou os principais avanços na área de proteção social

Memória viva da Previdência Social. É assim que é tratado dentro da família previdenciária Jorceli Pereira de Souza, 68 anos, goiano de Ipameri e que começou sua vida profissional com 17 anos, em 1962, no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários (IAPB). Desde então, Jorceli presenciou os principais avanços na área da proteção social e até ajudou a construir a história da Previdência Social brasileira.

Com grande conhecimento de legislação e normas, uma das mais significativas contribuições de Jorceli foi a participação na elaboração do texto final das leis 8.212/91 e 8.213/91 - que regulamentaram a Constituição de 1988 no que diz respeito à Previdência Social.

Após dois anos de discussão dentro do então Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), o texto do projeto de lei que regulamentaria a Previdência Social foi encaminhado ao Congresso Nacional. Jorceli foi o elo entre o

ministério e os parlamentares para conduzir a redação final do texto. Ele lembra que, logo na primeira semana, o projeto recebeu 25 mil propostas de emenda. “Tínhamos que analisar emenda por emenda para ver o que aceitávamos e não aceitávamos. Um trabalho de negociação, ajudando a dar uma forma final ao texto”, relembra o servidor.

A formação em português, inglês e latim ajudou Jorceli na elaboração de textos normativos com qualidade. Durante seus quase 50 anos trabalhando com Seguridade Social, o servidor já foi diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social, elaborou pareceres técnicos sobre todos os projetos de lei que surgiam no Congresso Nacional e que tratassem sobre Previdência e participou da negociação de acordos internacionais.

Em 1978, quando foi requisitado para trabalhar no Ministério da Previdência Social (MPS), ficou responsável pela análise dos projetos em tramitação no Congresso Nacional. “Se um deputado



Foto: Arquivo Pessoal

Jorceli recebe homenagem por seus bons serviços prestados à Previdência



Jorceli atuou fortemente na negociação de acordos internacionais em benefício dos brasileiros

apresentasse projeto de lei sobre previdência, tínhamos de elaborar um parecer dizendo qual era a posição do Ministério – se era válido, se era ou não viável, quais os impactos econômicos, financeiros e sociais”, conta Jorceli.

Nessa época, uma proposição chamou a atenção do servidor. Em plena década de 1980, um projeto de lei previa a criação de um benefício para mulheres que não se casassem até os 30 anos. “Isso não tinha muito a ver com o seguro social e foi em uma época em que a mulher estava realmente se impondo no mercado de trabalho, se profissionalizando, enfim, conquistando seu espaço. Tivemos que buscar argumentos em movimentos feministas para poder refutar a ideia, dizer que isso era contra os tempos modernos”, lembra Jorceli.

Nos últimos anos de trabalho no MPS, Jorceli participou da discussão e elaboração dos textos de acordos internacionais. Foi apelidado de “The Flash” pelos colegas, em razão da agilidade com que conduzia as negociações para a elaboração do texto definitivo dos acordos. Com o Japão, por exemplo, o texto foi fechado em apenas duas semanas, tempo recorde no histórico de negociações dos japoneses. Jorceli foi chefe de delegação dos acordos com Japão, Canadá, Bélgica e França. “Foi quando tive a oportunidade de fazer algo mais dinâmico, objetivo”, afirma, entusiasmado.

Pouco depois de começar a trabalhar no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários (IAPB), Jorceli Pereira presenciou a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que unificou todos os institutos existentes na época. “Com isso tivemos unificadas a legislação e a administração. Todos os trabalhadores passaram

a ter os mesmos direitos e deveres em uma administração centralizada”. A unificação da legislação ocorreu em 1960, com a criação da Lei Orgânica da Previdência Social. Até então, cada instituto tinha a sua própria lei e os direitos e deveres eram desiguais entre os trabalhadores e as classes sociais.

“Todos os trabalhadores passaram a ter os mesmos direitos e deveres”

Para Jorceli, outra conquista importante foi a criação do Ministério da Previdência Social, em 1974.

Jorceli trabalhou no Ministério da Previdência Social até setembro de 2011, quando se afastou por motivos de saúde. Na época, ele ocupava o cargo de coordenador-geral de Legislação e Normas da Secretaria de Políticas de Previdência Social. “A Previdência Social envolve assuntos que dizem respeito ao bem-estar humano. Dessa forma, ela se torna muito atrativa, pois você tenta buscar soluções que tragam bem-estar às pessoas”, avalia.

Livro histórico

Jorceli Pereira de Sousa foi o principal autor do livro “Os 80 anos da Previdência Social”. Em dois meses de pesquisa o servidor reuniu arquivos, curiosidades e documentos que contam a história da Previdência no Brasil. Para tornar a leitura mais dinâmica, Jorceli fez um paralelo entre os avanços da Previdência e os fatos históricos que marcaram o País.

Uma das curiosidades contadas no livro é que em 1821, no Brasil, quem tinha 30 anos já podia se aposentar sem nunca ter contribuído. Além disso, a obra conta com fatos interessantes como o primeiro auxílio-natalidade e o primeiro processo de aposentadoria.

PEP promove inclusão previdenciária no País

Programa completa 13 anos levando informações sobre proteção da Previdência Social aos lugares mais distantes do Brasil



Fotos: Educação Previdenciária

Os agentes do PEP levam a educação previdenciária para dentro das escolas

Há 13 anos, a equipe do Programa de Educação Previdenciária (PEP) leva informações sobre a proteção da Previdência Social às mais diversas comunidades no Brasil. Quanto menor o acesso dos cidadãos aos serviços previdenciários, maior é a presença dos disseminadores do programa. “As ações do PEP vão muito além do ato de informar. A interlocução entre a Previdência e a sociedade ajuda os indivíduos a compreender e a exercer seus direitos e deveres junto à Previdência Social”, explica o coordenador do PEP, Everaldo Bernardes Oliveira.

Os projetos do PEP sempre tentam alcançar os públicos mais excluídos da sociedade ou que tenham dificuldade de acesso à Previdência Social. Uma das políticas do programa é criar conscientização sobre a importância de se ter proteção social desde cedo. O “PEP nas Escolas”

é o projeto que leva informações previdenciárias a jovens de escolas públicas e privadas. Especialmente para esse público, foi criada a cartilha “Aprendendo com a Previdência Social”, que ensina de forma didática como o jovem pode se inscrever na Previdência e quais as garantias oferecidas por ela.

Na escola municipal Professora Vera Lúcia Schimdt, localizada no Assentamento Piratininga, a 100 km da cidade de Nova Ubiratã (MT), as crianças receberam a cartilha numa das primeiras palestras do “PEP nas Escolas” no Mato Grosso. A coordenadora do PEP da Gerência-Executiva de Cuiabá, Maria das Graças da Silva, afirma que as crianças gostam de interagir e têm interesse maior em aprender. “As crianças são muito curiosas e se relacionam facilmente com o tema Previdência Social, apesar de ser algo distante da rotina delas”.



Desde 2000, 8,9 milhões de pessoas foram beneficiadas pelas ações do PEP. Nesse período, mais de 65 mil ações foram promovidas em todo o Brasil. Geralmente, as ações são realizadas em parceria com diversos segmentos organizados da sociedade, como sindicatos, associações de classe, cooperativas, entidades educacionais e religiosas, ONGs, entre outros. “Sem esse apoio, não teríamos conseguido tantas vitórias”, destaca Oliveira.

A missão do PEP é promover a inclusão dos cidadãos no sistema previdenciário brasileiro, divulgar políticas públicas e valorizar a cidadania. Hoje, mais de 95 mil disseminadores do programa, espalhados pelo País, estão empenhados, não só em transmitir informação sobre os direitos e deveres relativos à Previdência Social, mas também em ampliar a cobertura previdenciária.

“Ao final, o que se pretende é ampliar o nível de cobertura. Porém, ao incentivar a inclusão no sistema, a educação previdenciária também contribui para a ampliação da proteção social e redução da informalidade”, acrescenta Oliveira. A meta do Ministério da Previdência Social é alcançar, até 2015, a marca de 77% da população brasileira protegida socialmente.

Ações

Mensalmente são realizados seminários, palestras, campanhas, fóruns e cursos em sindicatos, associações, escolas e universidades. A educação previdenciária também é feita nas igrejas, nas tribos indígenas, nas prisões, nas feiras livres e de cidadania, nas estradas e nos eventos públicos de grande porte, além de canais

“Ao final, o que se pretende é ampliar o nível de cobertura previdenciária”

de mídia como as emissoras de rádio, buscando atingir o maior número de pessoas.

Foi em um programa de rádio que a ouvinte assídua da rádio Evangelizar, em Curitiba, em que o INSS tem uma participação semanal, que a dona

de casa Ana Tomaz de Aquino Hannemann, 68 anos, aprendeu sobre a aposentadoria por idade. Orientada pela coordenadora do Núcleo de Educação Previdenciária, Teresinha Marfurte, descobriu que, apesar do extravio da carteira de trabalho, poderia comprovar um vínculo de três anos em um hospital da cidade, o que completaria o tempo de carência exigido pela legislação.

Com o requerimento do benefício já agendado e providenciando a documentação necessária para garantir o direito, dona Ana agradeceu o trabalho realizado pela educação previdenciária: “O programa na rádio ajudou não só a mim. Todo o povo que pede informação é bem atendido e tudo é esclarecido. Já avisei aos amigos pra ouvirem também”, festeja a nova aposentada.

Alterações

Inicialmente batizado de Programa de Estabilidade Social (PES), o PEP foi instituído, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pela Portaria Ministerial nº 1.671/2000. Hoje, o Programa de Educação Previdenciária faz parte do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do INSS (CFAI), vinculado diretamente à Presidência do Instituto.



Os agentes do PEP comemoram os 90 anos da Previdência e se desdobram na divulgação dos benefícios em todo o País

Cursos ajudam a entender a Previdência

Resultados da Educação Previdenciária em 2012:

6.862
ações
realizadas

650.690
pessoas
informadas

7.861
disseminadores
externos

O PEP atende a demandas das cidades que solicitam uma palestra sobre Previdência Social. Em cada uma das agências do INSS há pelo menos um servidor destinado a fazer esse trabalho. Além das agências, nas gerências e superintendências também existe a equipe do PEP. Essa equipe faz parte do chamado Núcleo de Educação Previdenciária.

As iniciativas da educação previdenciária abrangem desde serviços de orientação e informação – o famoso “tira dúvidas” – e atendimento à imprensa, até palestras e cursos com meta de formar disseminadores das informações previdenciárias. Nestes cursos, que são gratuitos e têm 20 horas de duração, técnicos da instituição preparam assistentes sociais, servidores das prefeituras, sindicalistas, profissionais de recursos humanos e de contabilidade, entre outras categorias, para serem multiplicadores junto às suas comunidades e ambientes de trabalho.

Nesse sentido, a atuação do PEP pretende prevenir a ação dos intermediários que cobram dos trabalhadores para realizarem serviços que o próprio segurado poderia acessar gratuitamente junto à Previdência Social. Para 2013, algumas ações já estão programadas, como a educação previdenciária a distância para professores e empresas, histórias em quadrinhos e jogos eletrônicos na internet.

Ao incentivar a inclusão no sistema, a educação previdenciária também contribui para a redução da informalidade e para a ampliação do controle social. “Promover a inclusão das trabalhadoras e dos trabalhadores no Sistema Previdenciário, divulgar políticas públicas e valorizar a cidadania é a missão e o compromisso do PEP”, afirma a coordenadora do programa, Renata Melo.

De 2000 a 2013, o PEP realizou 65.297 ações, atendeu 8,9 milhões de pessoas e formou 95,6 mil disseminadores da informação, que se concentram em 100 núcleos executivos e nos núcleos das mais de 1.300 agências da Previdência Social.



Projetos da Educação Previdenciária para 2013:

- Ações Nacionais;
- Educação Previdenciária a Distância para Professores;
- Educação Previdenciária a Distância para Empresas;
- Educação Previdenciária para Terceirizados da Administração Pública;
- Histórias em Quadrinhos na Internet;
- Cartilha Eletrônica na Internet;
- Jogos Eletrônicos na Internet;
- Livro de Versinhos da Previdência Social;
- História em Quadrinhos: Quero me Aposentar;
- Portal da Educação Previdenciária na Internet;
- Curso de Disseminadores.

Para chegar a essas pessoas, o PEP também conta com parcerias entre órgãos nacionais, estaduais, organizações não governamentais (ONGs) e sindicatos rurais. Atualmente, as mais importantes são estabelecidos com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com a Secretaria de Direitos Humanos. “Estamos com a Secretaria na campanha de mobilização do registro civil de nascimento”, detalha Renata Melo.

As parcerias ajudam a ampliar o campo de atuação do PEP e de outros serviços sociais. Renata Melo notou que as pessoas sabem que o PEP existe, que podem contar com os servidores do INSS para orientá-los fora de uma agência da Previdência Social. E se as pessoas estão mais conscientes dos seus direitos, conseqüentemente elas vão buscar o acesso ao benefício. “Daí você tem cobertura e proteção social”, ressalta.

Novo status

Desde 2011, o PEP elevou seu status perante a Previdência Social, graças à sua importância para a instituição. Antes, era apenas um setor dentro da estrutura do INSS. Agora, o programa faz parte do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do INSS (CFAI), vinculado diretamente à Presidência do Instituto. Assim, ele deixa de ser uma política de um departamento para ser uma política de toda a instituição.

O reconhecimento estimula ainda mais o trabalho dos disseminadores, que são pessoas com um envolvimento muito grande com o PEP. “Eles não medem esforços, seja sábado, domingo, feriado. Largam suas famílias, quando não podem deixar, levam a família junto na ação. Eu acho que isso é o ponto fundamental do sucesso que a gente consegue com a educação previdenciária. É uma doação mesmo”, afirma Renata Melo.

O que se pretende é ampliar o nível de cobertura previdenciária, objetivo de longo prazo. Porém, ao incentivar a inclusão e permanência no sistema, o PEP também contribui para a redução da informalidade e para a ampliação da proteção social.

Resultado da Educação Previdenciária em 13 anos de existência:

65.297
ações
realizadas

8,9 milhões
pessoas
informadas

95,6 mil
disseminadores
externos

Brasileiros ganham proteção no exterior

Ministério tem intensificado acordos para assegurar proteção social a mais de 3,5 milhões de brasileiros que vivem e trabalham fora do País

A Previdência está ampliando a sua rede de proteção social aos brasileiros que moram e trabalham no exterior. Nos últimos anos, o Ministério da Previdência Social tem intensificado o trabalho junto a outros países com o objetivo de ampliar os acordos internacionais e garantir os benefícios previdenciários a mais de 3,5 milhões de cidadãos brasileiros que vivem no exterior.

No ano passado foram promulgados acordos com o Japão, que deve beneficiar 210 mil brasileiros, e com a Coreia do Sul, com quase 1.500 brasileiros. Também foram renovados acordos com a Espanha, com mais de 128 mil brasileiros beneficiados; e com Luxemburgo, com 3.600 brasileiros.

Ainda estão em fase de negociação acordos com os Estados Unidos, que deverão beneficiar mais de 1 milhão de brasileiros, com Israel (10 mil) e Moçambique (2.250).

O ministro Garibaldi Alves Filho e o embaixador Wilfried Grolig assinam acordo

Desde 1º de maio deste ano mais de 90 mil brasileiros que vivem na Alemanha – e a comunidade alemã residente no Brasil – poderão solicitar a totalização do seu tempo de contribuição tanto na Alemanha quanto no Brasil para requerer benefícios como aposentadoria, pensão por morte e auxílio-acidente. Na mesma data, entrou em vigor o acordo previdenciário adicional com Portugal, onde vivem pelo menos 140 mil brasileiros.

A vigência do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha teve início após a troca dos instrumentos de ratificação realizada no dia 6 de março de 2013 pelo ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, e pelo embaixador da Alemanha no Brasil, Wilfried Grolig, em cerimônia ocorrida em Brasília.

“Do ponto de vista das amplas relações comerciais existentes entre os dois países, a entrada em vigor do Acordo Brasil-Alemanha trará melhoria significativa ao evitar a contribuição previdenciária em dobro às empresas (brasileiras e alemãs) que desloquem seus funcionários por um período de tempo determinado”, declarou o ministro Garibaldi Alves Filho.

Por sua vez, o embaixador Wilfried Grolig destacou que tanto para a Alemanha quanto para o Brasil a previdência social é prioridade. “Por esse acordo se criam estímulos para um intercâmbio maior de técnicos e peritos entre nossos países”, afirmou, acrescentando que agora os empregados correrão menor risco quando decidirem trabalhar no país parceiro.

O acordo prevê regime especial para o deslocamento temporário, isentando trabalhadores



Fotos: Nicolas Gomes



não nacionais das contribuições previdenciárias nos primeiros 24 meses de residência no país estrangeiro. Desde 2008, os termos do documento e seus ajustes administrativos (protocolos indispensáveis à operacionalização do tratado) vêm sendo negociados nas diversas rodadas de negociações realizadas nos dois países.

Os acordos com a Alemanha e com Portugal estão inseridos no objetivo da Previdência Social de promover uma ampliação da cobertura previdenciária que inclua, além dos nacionais residentes, as comunidades brasileiras espalhadas por todo o mundo e os estrangeiros que vivem no Brasil.

No segundo semestre de 2011, o Brasil celebrou instrumentos de proteção social semelhantes

“O acordo cria estímulos para um intercâmbio maior de técnicos entre nossos países”

com a França, o Canadá e a província canadense de Quebec, que possui autonomia constitucional. O acordo com a França abrange a província ultramarina da Guiana, com a qual o Brasil divide 730 km de fronteira e onde vivem pelo menos 20 mil brasileiros.

Acordos previdenciários com Cabo Verde, Chile, Grécia e Itália também estão em vigor, além das convenções multilaterais de proteção social do Mercosul e a Iberoamericana, que passou e ter início efetivo para o Brasil em maio de 2011, após a assinatura do acordo de aplicação da Convenção Multilateral Iberoamericana de Segurança Social. O acordo firmado com a Bélgica está em fase de ratificação e beneficia 43 mil brasileiros que residem e trabalham naquele país.

Os acordos garantem proteção previdenciária aos brasileiros que trabalham fora do País

Facilidade para benefícios

A partir de agora, segurados beneficiados por acordos previdenciários internacionais, brasileiros ou estrangeiros, poderão comparecer a qualquer agência da Previdência Social (APS) para requerer benefícios. Antes, os segurados tinham de se deslocar para uma APS específica.

A facilidade inclui o requerimento para a concessão de benefício, para a contagem do tempo de contribuição exclusivo no Brasil ou no exterior, como também para os chamados benefícios por totalização, que são aqueles que incluem o tempo de contribuição no país de origem e no exterior.

No caso de benefício com tempo de contribuição exclusivo no Brasil, a própria APS escolhida pelo segurado fará a recepção, análise e conclusão do pedido. Nos demais casos, a agência só

recepciona o pedido e encaminha para a APS Atendimento Acordos Internacionais (APSAI), que continua com as competências de análise e conclusão do pedido.

Para os segurados que residem no exterior e são beneficiados por acordos previdenciários entre o Brasil e país estrangeiro, independentemente de onde se deu a contribuição, é o organismo de ligação estrangeiro o responsável pelo envio do pedido à APSAI.

Quando expressamente previsto em acordo, o requerimento de certificado de deslocamento temporário deverá ser realizado pelo empregador, no caso de empregado, ou pelo trabalhador por conta própria (contribuinte individual). Nesses casos, o requerimento também será recebido por qualquer APS.

Mais segurança no exterior

L.S.O. foi a primeira brasileira a se beneficiar do Acordo de Previdência Social entre Brasil e Japão, promulgado em março de 2012. A segurada, que reside no país asiático, teve a aposentadoria por idade concedida no dia 13 de abril do ano passado. O acordo beneficia os atuais 230 mil brasileiros que residem no Japão e os 80 mil cidadãos japoneses que vivem no Brasil.

A segurada contribuiu por mais de nove anos no Brasil e por um tempo superior a cinco anos no Japão. Caso o acordo ainda não tivesse sido implementado, ela não teria direito ao benefício.

Desde que o acordo entrou em vigor, no mês de março de 2012, a gerência do INSS São Paulo Sul

já registrou vários requerimentos de benefícios formalizados no Instituto de Pensão Japonês e no INSS. Também foram oficializados requerimentos de deslocamento temporário por empresas no Brasil.

A totalização do tempo de contribuição é o objeto principal do acordo, isto é, cidadãos que trabalham no Brasil e no Japão poderão somar os períodos de cobertura nos dois países para usufruírem dos benefícios previdenciários. Aposentadoria por idade, pensão por morte e aposentadoria por invalidez são os principais benefícios abrangidos pelo acordo.

O cálculo do valor da aposentaria por idade e dos tempos mínimos para ter direito ao benefício é feito levando-se em consideração, proporcionalmente, o tempo de contribuição previdenciária em cada um dos países. Para se aposentar no Brasil, no caso da aposentadoria por invalidez, são necessárias 12 contribuições anteriores, qualidade de segurado e comprovação da invalidez. Quanto à pensão por morte, apenas a condição de segurado.

Atendimento

Para requerer os benefícios no Brasil, basta comparecer a uma das Agências da Previdência Social, munido da documentação necessária, e preencher o formulário específico. Em território nipônico, o interessado pode comparecer a qualquer das mais de 300 agências do Serviço de Pensão do Japão. Os pagamentos serão realizados pelo Brasil e pelo Japão, na proporção que cabe a cada país, sempre na moeda nacional correspondente, considerando-se a residência

atual do segurado. Serão considerados períodos de cobertura completados antes da entrada em vigor do acordo. A aplicação do acordo não resulta em qualquer redução do valor de benefício assegurado antes de sua vigência.

O acordo prevê, ainda, o deslocamento temporário, que permitirá isenção de contribuição previdenciária no país de destino. O período máximo do certificado é de cinco anos, prorrogáveis por mais três. O deslocamento beneficia empregados de empresas e trabalhadores que exercem atividades por conta própria.

ACORDOS EM VIGOR:

Países	Data de assinatura	Número de brasileiros beneficiados
Cabo Verde	07/02/1979	220
Chile	16/10/1993	7.943
Espanha	16/05/1991	128.238
Grécia	12/09/1984	1.750
IBEROAMERICANO Argentina, Espanha, Bolívia, Chile, Equador, El Salvador, Paraguai, Uruguai	07/04/2008	618.656 (p/ 22 países) 438.982 (em vigor)
Itália	09/12/1970	67.000
Japão	29/07/2010	210.032
Luxemburgo	16/12/1965	3.600
MERCOSUL	19/09/1997	286.851 85.324 (nº sem o Paraguai)
Portugal	07/05/1991	140.426

ACORDOS EM TRAMITAÇÃO: Preparativos para entrada em vigor

Alemanha - 03/12/2009 – **95.160** (Troca de Notas)

Portugal (Acordo Adicional) - 09/08/2006 - **140.426** (Troca de Notas)

EM FASE DE RATIFICAÇÃO:

Países	Data de assinatura	Número de brasileiros beneficiados
Bélgica	04/10/2009	43.000
Canadá	08/08/2011	25.150
Quebec	26/10/2011	
França + Guiana Francesa	16/12/2011	44.622 + 21.056
Novo Acordo Luxemburgo	22/06/2012	3.600
Revisão Acordo Espanha	24/07/2012	128.238
Coreia	22/11/2012	1.444

ACORDOS EM NEGOCIAÇÃO:

Países	Data de assinatura	Número de brasileiros beneficiados
Estados Unidos		1.066.559
Israel		10.040
Moçambique		2.250

Oportunidade de voltar ao trabalho

Parceria entre o INSS e o Senac oferece cursos para trabalhadores com baixa escolaridade e afastados por acidente ou doença, para que possam retornar ao mercado

Os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro ganharam mais uma oportunidade de reinserção no mercado de trabalho. Projeto desenvolvido pelo INSS em parceria com o Senac oferece aulas a segurados até a conclusão dos estudos e o diploma de nível fundamental. A medida beneficia trabalhadores com baixa escolaridade e que estão afastados do mercado de trabalho por acidente ou doença.

De acordo com o chefe do setor de Reabilitação da Gerência Executiva Centro do INSS, Eduardo Branco, que coordena o projeto, 60% de todos os segurados reabilitados no Rio não conseguem recolocação por terem baixa escolaridade. São, pelo menos, 2.400 trabalhadores fluminenses

afastados do mercado por motivo de acidente ou doença, que não conseguem esta recolocação. Por meio do projeto, os segurados inscritos no programa de reabilitação do INSS terão acesso a aulas gratuitas de reforço escolar para a prova de obtenção de diploma no ensino fundamental da rede municipal de ensino.

“A ideia é acelerar a chegada do profissional ao primeiro grau e, em consequência, a possibilidade de ser aproveitado em outra função, inclusive na mesma empresa”, explica Eduardo Branco. De acordo com o coordenador do projeto, a maioria dos trabalhadores afastados do mercado atuava em atividades braçais, que não podem ser mais desempenhadas por força do acidente ou doença.



Fotos: Claudio Ribeiro

Trabalhadores afastados têm aula de capacitação para retornar ao mercado

2.400 trabalhadores fluminenses estão afastados do mercado por acidentes ou doenças



Luís Carlos e
Marcos Antônio
participaram do
curso e elogiaram
a iniciativa

A primeira turma do projeto beneficiou 30 alunos que concluíram o curso de 196 horas em abril deste ano. Eles passaram também por capacitação profissional, com cursos de informática básica, empreendedorismo e formação social.

Esperança

Um dos beneficiários do projeto é o motorista Luís Carlos Fonseca da Silva, 47 anos, pai de três filhos, que após 12 anos de profissão sofreu um acidente e recebia um salário de R\$ 1.900,00. Ele ressalta a importância da iniciativa, assinalando que muitas pessoas ficam paradas e recebem auxílios do INSS sem necessidade, enquanto que pessoas com necessidade muitas vezes não conseguem o benefício. “Este projeto tem a tendência de equilibrar esta situação, fazendo com que mais pessoas voltem ao trabalho mais qualificadas e com um salário, se não igual, mais próximo do que tinham”, destaca.

Para Luís Carlos, a melhoria do grau de instrução, e em consequência a capacitação profissional da mão-de-obra, fará que os beneficiários cheguem

mais perto dos antigos salários, adquiridos pela experiência e tempo na profissão. Ele destaca a importância do aprendizado, ressaltando que “o nosso dia a dia não permite que voltemos à sala de aula e, assim, esta parceria do INSS com o Senac nos proporciona a oportunidade de atingir um sonho”. Por meio desse projeto, ele pretende se transformar em microempreendedor na área de alimentos.

Também o servente de obras Marcos Antônio Tomas, 38 anos, com dois filhos, destacou a iniciativa do INSS, frisando que o projeto é uma ótima chance de aprendizado e qualificação para melhorar a comunicação e buscar uma colocação melhor no mercado de trabalho. Este é o seu objetivo até o final do curso.

Marcos não esconde a sua ansiedade com a possibilidade de se tornar eletricitista ou profissional na área de informática e manifesta suas esperanças de encontrar uma colocação melhor no mercado de trabalho e, conseqüentemente, receber um salário maior. “Iniciativas como estas trazem novos horizontes e criam novas perspectivas de vida para as pessoas”, ressalta.

*“Iniciativas como
estas trazem
melhores horizontes
e criam novas
perspectivas de vida”*

Bons negócios e garantia de aposentadoria tranquila

Número de empreendedores individuais chega a 2,8 milhões em todo o País. Além de ter um negócio próprio, com melhoria da renda, eles buscam os benefícios previdenciários



O leque de boas oportunidades de negócios abertas no País nos últimos anos, somado à ascensão da nova classe média e o fortalecimento do seu poder de compra, tem levado vários empreendedores a formalizarem novas empresas. Atualmente, já passa de 2,8 milhões o número de microempreendedores individuais (MEI) formalizados e esse contingente está em pleno crescimento.

Além de poder contar com as vantagens de ter um negócio formal, como crédito bancário, juros mais baixos, poder vender suas mercadorias a prefeituras e outras instituições oficiais, esses empreendedores também contam com os benefícios previdenciários, como aposentadoria. Para ter direito a esses benefícios, a Previdência tem orientado os novos empreendedores a manterem em dia o pagamento da contribuição mensal.

Esse conjunto de benefícios, além da melhoria da renda, tem atraído vários empreendedores

ao mundo formal dos negócios de Norte a Sul do Brasil. É o caso de Felipe Victor Gomes dos Santos, de 22 anos, residente em São Miguel do Gostoso, litoral do Rio Grande do Norte. Antes de virar o único electricista da cidade de 9 mil habitantes, Felipe trabalhava na roça para ganhar o sustento, e depois passou a ser atendido pelo Bolsa Família. Hoje dono do próprio negócio, com dois empregados, ele exalta a independência: “Viver do trabalho era um sonho, entre outros que ainda quero realizar”, diz. Além de retirar da nova profissão o seu sustento, ajuda a cuidar de quatro irmãos.

Assim como Felipe, outros tantos empreendedores estão mudando de vida em busca de novas oportunidades de negócios.

Rei do coco

Na orla do Cabo Branco, em João Pessoa (PB), quem passa pelo Quiosque do Cowboy logo se encanta com a maneira irreverente e as palavras sábias do vendedor. Sempre com um chapéu de cowboy, que lhe rendeu o apelido, Josafar Pinto de Almeida, famoso na área como o rei do coco, é uma figura simples e tem uma história de vida que alia trabalho e esforço ao sucesso popular.

Ele conta que veio com a esposa e os dois filhos para a capital paraibana em 1993, saindo de Alagoa Grande, interior do estado. “Saímos de lá porque nosso sonho sempre foi crescer. Queríamos que nossos filhos fossem para a universidade e lá não tinha condições”. A intenção deles já era encontrar



Fotos: Diana Reis

Josafar Almeida conquistou uma clientela fiel, viu seu negócio prosperar e virou “rei do coco”

um quiosque na praia para levantar o negócio. “A questão era só encontrar um lugar que possibilitasse o sucesso da venda”, diz.

A educação dos filhos também foi sempre prioridade. A filha é formada em jornalismo e o filho, mais velho, está cursando mestrado em estatística. Os pais contam, com orgulho, que ele já foi aprovado na prova do doutorado em quatro universidades, inclusive na USP, em São Paulo. “Os filhos têm dois grandes professores na vida: o pai e a mãe; a maior formatura que existe é a formatura do mundo e o exemplo vem de casa”, filosofa Cowboy.

Sempre prevenido e pensando no futuro, Cowboy decidiu cadastrar-se como um microempreendedor individual e contribuir para a Previdência nessa categoria. “É preciso ter uma segurança; eu não atraso o pagamento ao INSS”, afirma.

Sobre seu ofício, Cowboy confessa: “O comércio é como uma aula onde você nunca é professor, mas sempre aluno; é sempre um aprendizado diferente”. Para a clientela, ele diferencia, com maestria, inúmeros tipos de cocos, demonstrando paixão pelo que faz. Por isso logo caiu no gosto popular sendo chamado de o rei do coco pelos seus fiéis clientes.



Brigadeiro gourmet

Em Natal (RN), o gastrônomo potiguar Daniel Simplício viu no filão de produtos derivados de chocolate feitos artesanalmente a oportunidade de ter o próprio negócio. Deixou para trás o emprego em um restaurante em Natal e resolveu empreender, atitude estimulada após a participação no seminário Empretec, realizado pelo Sebrae no Rio Grande do Norte para desenvolver as competências empreendedoras dos participantes.

O jovem, que era responsável pelo setor de confeitaria e doceria do estabelecimento, pediu demissão em junho do ano passado e passou a produzir brigadeiros gourmet, uma variação do tradicional doce acrescido de sabores requintados, como pistache, damasco, limão siciliano, castanha do pará, café e a última novidade, caramelo com flor de sal. Ao todo, são 32 sabores que estimulam os desejos da clientela.

Como canal de divulgação dos produtos, o empreendedor usou as redes sociais. Criou uma página no Facebook e um perfil no Instagram. O termômetro das vendas veio no Dia dos

Os cinco estados com maior número de empreendedores individuais, até o mês de março de 2013, são:

SP	685.069
RJ	341.069
MG	292.705
BA	199.613
RS	162.837



Daniel Simplicio apostou na qualidade do seu produto e ganhou espaço nas redes sociais



Namorados. As guloseimas caíram no gosto dos casais apaixonados e Daniel Simplicio chegou a vender 50 caixas, contendo até 20 bombons cada uma. “Venho de uma família seridoense com larga tradição nessa área de doceria. Então, resolvi apostar nos brigadeiros”, conta o rapaz, que, juntamente com a mãe, produz os doces, vendidos ao preço de R\$ 40 a caixa.

No período natalino, outra constatação de que o negócio era viável. Foram vendidas 1 mil unidades em apenas duas semanas. Mas nada supera a Páscoa, quando a produção aumenta 50% e a receita chega a atingir 3 mil.

Formalizado como empreendedor individual durante a Feira do Empreendedor do Rio Grande do Norte, no ano passado, Daniel Simplicio diz que o registro foi fundamental para o sucesso do negócio, já que praticamente todos os ingredientes são importados e a aquisição necessita de nota fiscal ou número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

A ideia de fazer da paixão pela gastronomia a principal fonte de renda deu tão certo que atualmente “O Melhor Brigadeiro da Cidade” tem um cadastro de 200 clientes fixos, entre eles um café instalado no Natal Shopping. Pelo menos duas vezes por semana, parte da produção dos brigadeiros é destinada a esse cliente. As embalagens do produto são outro diferencial. Todo o conceito foi pensado e planejado por Daniel Simplicio, que também é publicitário. “Vi que essa era a oportunidade da minha vida e apostei na ideia”.

Cobertura da Previdência Social

Para se tornar empreendedor individual, o trabalhador por conta própria do comércio, da indústria ou prestador de serviço deve se inscrever no Portal do Empreendedor, informar seus dados, pegar o seu CNPJ, imprimir o carnê para pagamento da contribuição previdenciária e os impostos estaduais e municipais em guia única.

O empreendedor individual paga apenas 5% do salário mínimo (R\$ 33,90) de contribuição

previdenciária e mais R\$ 1 de ICMS (comércio ou indústria) ou R\$ 5 de ISS (prestação de serviço). É preciso ficar em dia com as contribuições para que seja mantida a qualidade de segurado e, dessa forma, o direito aos benefícios previdenciários. Dia 20 é a data para o pagamento da contribuição destes trabalhadores, que pode ser quitada em lotéricas e na rede bancária.

O empreendedor em dia com as contribuições tem direito aos seguintes benefícios da Previdência Social: aposentadoria por idade; aposentadoria por invalidez e auxílio-doença. A empreendedora tem ainda direito ao salário-maternidade. Sua família fica protegida com pensão por morte e auxílio-reclusão.

Em caso de dúvida, basta ligar para a Central 135. A ligação é gratuita de telefones fixos e tem custo de ligação local, quando originada de celular.

Saiba como se tornar um segurado da Previdência

É muito simples se cadastrar na Previdência Social. Todo trabalhador, contratado com carteira assinada, é automaticamente filiado à Previdência Social. Já aquele que trabalha por conta própria precisa se inscrever e contribuir mensalmente para ter acesso aos benefícios previdenciários. Hoje, são considerados segurados da Previdência Social os empregados, os empregados domésticos, os trabalhadores avulsos, os contribuintes individuais e os trabalhadores rurais.

Quem não tem renda própria, como as donas de casa e os estudantes, também podem se inscrever na Previdência Social. Para se filiar é preciso ter mais de 16 anos. O trabalhador que se filia à Previdência Social é chamado de segurado e passa a ter acesso a uma série de benefícios que vão ampará-lo nos momentos mais sensíveis da sua vida, quando precisa se retirar do mercado de trabalho.

São consideradas contribuintes individuais as pessoas que trabalham por conta própria, conhecidas como autônomas, e os trabalhadores que prestam serviços de natureza eventual a empresas, sem vínculo empregatício. Podemos citar como exemplos os sacerdotes, os diretores que recebem remuneração decorrente de atividade em empresa urbana ou rural, os síndicos remunerados, os motoristas de táxi, os pintores, os eletricitas, os associados de cooperativas de trabalho e outros.

Já o empregado doméstico é aquele presta serviço na casa de outra pessoa ou família, desde que essa atividade não tenha fins lucrativos para o empregador. São considerados empregados domésticos, por exemplo, a governanta, o jardineiro, o motorista, o caseiro, doméstica e outros.

Após definir em qual categoria se cadastrar, o cidadão faz sua inscrição no site



Arguino

As informações sobre aposentadoria podem ser obtidas por telefone antes de ir às agências

Especiais

Os segurados especiais são os trabalhadores rurais que produzem em regime de economia familiar, sem utilização de mão-de-obra assalariada. Estão incluídos nesta categoria cônjuges, companheiros e filhos maiores de 16 anos que trabalham com a família em atividade rural. Também são considerados segurados especiais o pescador artesanal e o índio que exerce atividade rural e seus familiares.

Na categoria de segurado facultativo estão todas as pessoas com mais de 16 anos que não têm renda própria, mas decidem contribuir para a Previdência Social, como por exemplo, as donas-de-casa, estudantes, síndicos de condomínio não remunerados, desempregados, presidiários não remunerados e estudantes bolsistas.

Após definir em qual categoria se cadastrar, o cidadão pode fazer sua inscrição no site da Previdência Social (www.previdencia.gov.br)

ou na Central 135. Por meio da inscrição, o segurado é cadastrado no Regime Geral de Previdência Social e passa a ter um Número de Inscrição do Trabalhador (NIT) para a sua identificação pessoal. Depois de inscrito é só começar a realizar as contribuições mensais.

Campanha contra os atravessadores

Previdência orienta os segurados para evitar a intermediação na busca dos benefícios. O requerimento é simples: basta procurar por informações pela Central 135



O crescimento da ação de atravessadores junto aos segurados para o requerimento dos benefícios previdenciários levou a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS a iniciar no ano passado, em parceria com o Instituto e o Ministério da Previdência Social, um projeto que tem por objetivo combater o abuso nessa intermediação. Para tanto, essas entidades contam com a parceria de outras instituições, como a Defensoria Pública da União, a OAB, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal. A campanha conta com veiculação de vídeo e de “spots” para orientar os segurados contra atravessadores que atuam nas agências da Previdência Social.

Uma das etapas da campanha já foi concluída. Trata da veiculação de “spots” na mídia gratuita. O primeiro “spot” alerta o segurado de que

não é necessário gastar dinheiro com atravessadores/intermediários para utilizar os serviços e requerer os benefícios do INSS, pois tudo isso é feito gratuitamente por servidores públicos. E mais: o cidadão deve ligar para o número 135, gratuitamente, para agendar dia e hora para ser atendido em uma agência da Previdência Social.

O segundo “spot”, sobre o mesmo tema, ressalta que não é necessário entrar na Justiça para obter benefícios do INSS. Caso o segurado tenha direito a determinado benefício, basta agendar atendimento para solicitá-lo. O número 135 pode ser utilizado também para pedir informações sobre o assunto. Entrar na Justiça para pedir um benefício ao qual o segurado tem direito é perda de tempo e de

dinheiro, pois, nesse caso, é necessário contratar um advogado.

Já os outros dois “spots” (terceiro e quarto) falam, respectivamente, sobre os direitos dos trabalhadores rurais e os documentos necessários para obtê-los, e sobre os direitos dos deficientes físicos e mentais e dos idosos carentes.

A representação de segurados por procuradores – também chamados despachantes ou intermediários – é algo permitido por lei, seja o Código Civil – que admite a representação de forma ampla (para os atos da vida civil, de modo geral) – seja a Lei 8.213/91 – que se refere especificamente à representação para receber benefícios (o que somente é admitido nos casos em que o segurado está ausente, incapacitado de locomover-se ou é portador de moléstia contagiosa).

Dessa forma, o INSS não poderia simplesmente proibir a atuação dessas pessoas, pois isso consistiria ato administrativo ilegal. Além disso, realmente há situações em que as pessoas precisam se fazer representar por um procurador (imaginem-se, por exemplo, pessoas idosas que precisam do auxílio de parentes para resolver suas questões, ou pessoas que moram em localidades distantes de uma APS, entre outros casos).

Eficiência

Para o secretário-executivo da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, a melhor forma de combater os atravessadores é prestar um serviço de qualidade e rápido. “Estamos falando daqueles atravessadores que são pessoas desqualificadas, que enganam os cidadãos, que muitas vezes prometem coisas que não são possíveis de entregar. Esse tipo de atravessadores nós queremos combater

O segurado que busca o benefício sem ajuda de terceiros não paga nada por isso

apresentando serviços de qualidade, melhorando o atendimento. E tem também aquelas pessoas que não querem se envolver com o processo de aposentadoria, querem contratar um advogado. Pois bem, é um direito que elas têm, mas elas precisam saber que o serviço está disponível diretamente aos cidadãos nas agências de forma simples,

objetiva e rápida. Ao conseguirmos esse objetivo estaremos, automaticamente, eliminando os atravessadores”, ressalta.

Nas situações em que os beneficiários da Previdência possuem condições de ir sozinhos ao INSS, seja por meio do comparecimento pessoal nas agências, seja pelo agendamento pelo nº 135, a contratação de um intermediário é totalmente desnecessária, seja ele advogado ou não. Atualmente, não há mais filas no INSS e o atendimento é muito rápido e simples.

O segurado que busca seu benefício sem a contratação de terceiros não terá que pagar nada por isso. Ao contrário, quando contrata um advogado ou um despachante, terá que custear os serviços desses profissionais. Uma prática comum por parte desses intermediários é receber o primeiro pagamento que o INSS faz aos segurados. Mas os segurados possuem direito ao benefício desde o dia em que o requerem. Assim, se o INSS demorar dois meses para começar a pagar, por exemplo, o segurado receberá, no primeiro pagamento, o valor correspondente a dois meses de benefício.

A campanha também destaca que os segurados não devem entregar aos intermediários seu cartão do banco, por meio do qual receberão o benefício. Caso eles insistam em ficar com o cartão, o segurado da Previdência poderá denunciá-los.

Presença dos segurados é importante

A presença dos segurados no INSS, além de evitar pagamentos aos procuradores contratados, também ajuda a resolver problemas. Muitas vezes o INSS precisa de algum documento ou informação para esclarecer determinada situação e, com isso, conceder o benefício. Porém, alguns intermediários não informam seu cliente de que ele deve comparecer ao INSS ou o desestimulam, ao dizer que não adianta, porque o INSS “sempre indefere.”

Do total de benefícios requeridos junto ao INSS, bem mais da metade são concedidos. No mês de fevereiro de 2013, por exemplo, mais de 62% dos benefícios requeridos foram concedidos. Além disso, de todos os benefícios mantidos atualmente, menos de 10% foram concedidos pelo Judiciário.

De acordo com a Procuradoria Federal, existe uma crença comum de que a Justiça concede a maioria dos benefícios, quando, na verdade, a quantidade que o Judiciário concede é ínfima, se comparada à concessão feita pelo INSS. Os dados também demonstram que a concessão pelo INSS é consideravelmente mais rápida do que na Justiça.

O tempo médio que o INSS leva para conceder um benefício é de 33 dias. Se for incluído

Força-Tarefa combate irregularidades



A Força-Tarefa Previdenciária, que atua em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal coibindo a prática de ilícitos criminais contra a Previdência Social praticados por grupos, quadrilhas e organizações criminosas, existe desde 2000, mas a divulgação das operações só começou mesmo em 2003. Desde então, já foram realizadas 477 operações, das quais resultaram 2.106 prisões e 2.924 mandados de busca e apreensão em todo o País. Além

disso, foram cumpridas 319 conduções coercitivas, quando a pessoa é obrigada a colaborar com a investigação.

A condução coercitiva acontece, por exemplo, nos casos de operações que envolvam benefícios por incapacidade em que segurado é conduzido coercitivamente para que seja submetido à perícia médica, ou quando a pessoa é levada à presença de autoridade policial ou judiciária. Em ambos os casos a pessoa é obrigada a comparecer.

Só no ano passado foram realizadas 61 operações, das quais resultaram 95 prisões. Dessas, 59 foram prisões em flagrante e duas prisões foram de servidores públicos envolvidos nas ações fraudulentas. Ao todo foram cumpridos 154 mandados de buscas e apreensões. Além disso, o balanço do ano passado revela que foram realizadas 84 ações de conduções coercitivas. Estima-se que o prejuízo total resultante dessas fraudes tenha sido de R\$ 85.883.000,00.

Em abril de 2012, a operação batizada de Gericômio, realizada no estado de São Paulo, resultou na prisão de dois servidores. As

também o tempo de tramitação dos recursos administrativos - que nem sempre são necessários- esse prazo médio será de 127 dias, ou seja, cerca de 4 meses. Enquanto isso, de acordo com dados do IPEA, o Judiciário demora, em média, 1 ano, 8 meses e 22 dias.

Embora alguns intermediários desempenhem de maneira correta o seu trabalho e auxiliem os segurados na obtenção do benefício, têm se tornado frequentes os casos de abuso na intermediação promovida em alguns Estados e no Distrito Federal. A maioria das reclamações recebidas pela Ouvidoria da Previdência refere-se a casos de abusos na intermediação (até 2012 foram quase dez mil denúncias relativas ao tema). Por isso, essa preocupação da Previdência Social em coibir as práticas prejudiciais aos segurados em todo o País.

Educação

Internamente, o Ministério também iniciou um trabalho de conscientização de seus servidores e segurados, para esclarecer que o acesso à Previdência é rápido, fácil, e gratuito, sem a necessidade de intermediação para a concessão dos benefícios a quem tem o direito já assegurado na forma da lei.

Trata-se de um movimento em prol da educação previdenciária, cujo principal objetivo é esclarecer aos segurados que, apesar de eles terem o direito de contratar um representante para atuar junto ao INSS, essa medida é totalmente desnecessária, além de ser de um custo alto. Em relação aos servidores, a intenção é principalmente incentivá-los a denunciar as práticas abusivas aos órgãos de controle.

investigações revelaram o envolvimento de uma rede composta por beneficiários, intermediários e servidores públicos. Os benefícios fraudulentos eram solicitados sempre na mesma agência da Previdência Social e concedidos pelos servidores envolvidos.

Benefícios

Os benefícios fraudados eram, principalmente, aposentadoria por tempo de contribuição, pensão por morte e benefício de amparo social ao Idoso, conhecido por LOAS. Conforme apurou a Força-Tarefa, para fraudar os benefícios assistenciais, o grupo falsificava as declarações de familiares dos beneficiários. Para a concessão de aposentadoria por tempo de serviço e pensão por morte, era feita a conversão irregular de tempo de serviço especial ou, ainda, a inserção de vínculos ou recolhimentos fictícios no sistema informatizado da Previdência. Além da prisão dos dois servidores envolvidos no esquema fraudulento, foram realizadas outras cinco prisões e cumpridos 28 mandados de busca e apreensão. Estima-se que a ação do grupo tenha gerado um prejuízo de R\$ 8 milhões.

Neste primeiro trimestre de 2013, a Força-Tarefa já realizou sete operações. A primeira operação do ano, batizada de "Vila Nova de Soure", cumpriu 27 mandados de busca e apreensão em Caucaia, no Ceará. As buscas da operação foram realizadas em residências e em locais de trabalho de servidores, advogados, intermediários bancários e representantes de sindicatos rurais que, segundo a apuração, atuavam em quadrilha. Vinte e sete servidores do Ministério da Previdência Social (MPS) e 90 agentes da Polícia Federal participaram das operações. Os prejuízos aos cofres públicos são superiores a R\$ 10 milhões.

Em março passado, a Força-Tarefa desarticulou um esquema criminoso no Maranhão, na cidade de Caxias. As investigações iniciadas há cerca de dois anos constataram o envolvimento de três intermediários e um servidor lotado na agência do INSS na cidade. Os benefícios indeferidos estavam sendo reabertos e concedidos administrativamente, com geração de crédito retroativo a contar da data da entrada do requerimento do benefício, provocando um prejuízo de R\$ 2.256.285,00 aos cofres públicos. O trabalho da Força-Tarefa continua em todo o País, na cruzada contra as organizações criminosas.

Inclusão Previdenciária e Mercado de Trabalho: Evidências para o período 1992-2011

Ao longo da última década o País vivenciou uma recuperação significativa dos principais indicadores de cobertura previdenciária, fenômeno amplamente registrado e observado tanto por meio de levantamentos censitários e amostrais quanto a partir de registros administrativos do governo federal. As bases de dados do Ministério da Previdência Social (MPS) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) não deixam dúvidas quanto a isso: o primeiro registrou aumento expressivo no volume de contribuintes, sejam estes assalariados ou autônomos; o segundo acumulou recordes nos saldos entre admitidos e desligados e, conseqüentemente, no estoque de ocupados formais. Os levantamentos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reverberam estes resultados: tanto os Censos Demográficos quanto a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) confirmam a expansão dos níveis de proteção previdenciária entre a população brasileira ocupada.

Estes resultados se contrapõem às expectativas construídas ao longo da década de 1990 e no início dos anos 2000, quando predominava a crença de que o crescimento econômico do País dificilmente seria acompanhado de elevações proporcionais no nível de emprego formal. Tal crença derivava de duas teses sobre o mercado de trabalho brasileiro que se tornaram predominantes durante esse período: a primeira, de que a abertura econômica então vivenciada pelo País redundaria na incorporação de novas tecnologias por parte do setor produtivo e que os conseqüentes ganhos de produtividade reduziriam continuamente a elasticidade emprego-produto; a segunda, não independente da primeira, de que o País passava por um processo inevitável de precarização do emprego, com a crescente participação de postos de trabalho marcados pela desproteção trabalhista e previdenciária.

Os dados comumente utilizados nos estudos realizados à época - em geral, oriundos da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), também do IBGE - pareciam corroborar estas previsões, ainda que partissem basicamente de referências relativas às regiões metropolitanas e as extrapolassem para todo o País. As implicações destas teses para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) eram evidentes: dado que a massa salarial associada ao segmento formal do mercado de trabalho constitui a principal base de arrecadação do RGPS, sua mitigação adicionaria riscos ainda maiores à sustentabilidade do sistema. Embora as referências mais recentes outorguem a estas ocorrências a alcunha de fenômenos conjunturais - ao invés do caráter estrutural atribuído inicialmente aos mesmos -, seguem pertinentes algumas das preocupações acerca da sustentabilidade do RGPS, tendo em vista sua crescente necessidade de financiamento.

É óbvia a vinculação entre grau de estruturação e dinâmica do mercado de trabalho e nível de proteção previdenciária, dado que o objetivo primordial da Previdência é funcionar como um seguro contra a perda de capacidade para a geração de renda por parte dos cidadãos economicamente ativos. No Brasil, esta relação vai além desta lógica natural do sistema e guarda estreita relação com as origens do marco institucional do Regime Geral no País. Os diferentes órgãos e estruturas que, transformadas e/ou unificadas, deram origem ao que hoje se conhece como o RGPS, foram instituídas fundamentalmente para garantir a proteção de empregados formais, contratados com o devido registro do vínculo em carteira de trabalho (não à toa, anteriormente denominada carteira de trabalho e previdência social - CTPS).

Hoje o desenho do Regime Geral seguramente se distancia desse modelo original, mudança necessária para

Graziela Ansiliero

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), em exercício no Ministério da Previdência Social (MPS).

fazer frente à complexa configuração do mercado de trabalho brasileiro, marcado pela informalidade e por formas atípicas de ocupação. As regras atualmente vigentes obrigam a contribuição dos cidadãos economicamente ativos ocupados, qualquer que seja o tipo de vínculo dos mesmos (desde que não vinculados a regimes próprios de Previdência Social), e facultam a cotização de pessoas desocupadas e economicamente inativas (como donas de casa e estudantes, por exemplo), desde que em qualquer dos casos possuam a idade mínima para inscrição na Previdência Social. Essa pluralidade de opções de acesso teve por finalidade contribuir para a expansão da cobertura previdenciária entre a população em geral e, particularmente, entre a PEA.

Estes dois grupos, inclusive, dão origem a dois indicadores clássicos de mensuração do grau de proteção previdenciária: (i) a taxa de contribuição da população total (contribuintes/população total); e, (ii) a taxa de contribuição da população economicamente ativa (contribuintes/PEA). Ocorre que a apuração destes dois indicadores é dificultada no Brasil pela insuficiência de dados nas principais bases utilizadas, notadamente as de abrangência nacional (PNAD e Censo Demográfico, principalmente). Tanto a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) quanto o Censo Demográfico (IBGE), apenas coletam dados sobre a contribuição das pessoas ocupadas em um dado período de referência, deixando de lado eventuais contribuintes entre desocupados e inativos.

Tendo essas questões e restrições em vista, o propósito deste artigo é revisitar os dados das últimas duas décadas e acompanhar brevemente a evolução das interações entre o mercado de trabalho brasileiro e o padrão

de inclusão previdenciária da população ocupada no País. Em outros termos, a proposta é buscar nos indicadores de mercado de trabalho algumas explicações para as tendências observadas nos indicadores de proteção previdenciária. Como, no Brasil, os menores de 16 anos (salvo aprendizes) não podem legalmente contribuir para a Previdência Social (consistindo antes em questão para políticas de erradicação do trabalho infantil) e os maiores de 60 anos dificilmente começarão a fazê-lo (pois, nessa idade, dificilmente lograrão preencher as condições de elegibilidade para a maioria dos benefícios), a análise ficará restrita ao grupo de ocupados com idade entre 16 e 59 anos. Esta tarefa será realizada a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) e da PNAD/IBGE, cobrindo um período que vai do início da década de 1990 (1992) até 2011 (ano de referência da PNAD mais recente).¹

Evolução Recente da Cobertura Previdenciária

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mais recentemente realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011 existiam no País 85,55 milhões de pessoas ocupadas com idade entre 16 e 59 anos. Este contingente, quando contraposto ao subgrupo de 60,47 milhões de pessoas consideradas protegidas nessa mesma faixa etária, resulta em uma taxa de cobertura de 70,7% para aquele ano. Em termos de gênero, a proteção social é

¹ Exceto 1994, 2000 e 2010, anos em que a PNAD não foi a campo.

ligeiramente maior entre os homens (71,4%), frente às mulheres (69,7%). A população ocupada protegida é composta por 4 segmentos: (i) os contribuintes (segurados ativos) do RGPS; (ii) os segurados ativos de regimes específicos para militares e servidores públicos; (iii) os chamados “segurados especiais” (trabalhadores rurais que exercem suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, pessoas que contam com proteção da Previdência Social mesmo não declarando contribuição para a previdência, já que sua contribuição se dá sobre a eventual comercialização da produção rural); e, (iv) os não contribuintes que recebem algum benefício continuado (previdenciário ou assistencial).

Em termos agregados, de cada 10 trabalhadores, cerca de 7 estão protegidos pela Previdência Social, ou seja,

contribuem para algum regime previdenciário público ou são segurados especiais ou, embora não contribuam e não sejam caracterizados como segurados especiais, já são beneficiários da Previdência ou da Assistência Social. Por outro lado, isso significa também que aproximadamente 29% da população ocupada - ou seja, 25,08 milhões de pessoas - declararam encontrar-se sem qualquer tipo de cobertura previdenciária. Ressalte-se que além de cotarem com taxa de proteção social mais baixa, as mulheres eram maioria entre os desprotegidos com reduzida capacidade contributiva (aqui entendidos como aqueles trabalhadores que recebem menos de 1 salário mínimo mensal no conjunto de todos os trabalhos) e minoria entre os desprotegidos com alguma capacidade contributiva (ocupados com rendimentos iguais ou superiores ao piso previdenciário).

Tabela 1
Proteção Previdenciária dos Ocupados entre 16 e 59 anos, segundo Sexo - 2011

Fonte: PNAD/IBGE - 2011. Elaboração: SPS/MPS.

*Moradores da zona rural dedicados a atividades agrícolas, nas seguintes posições na ocupação: sem carteira, conta própria, produção para próprio consumo, construção para próprio uso e não remunerados, respeitada a idade entre 16 e 59 anos.

** Ocupados (excluídos os segurados especiais) que, apesar de não contribuírem, recebem benefício previdenciário.

CATEGORIAS	HOMENS	%	MULHERES	%	TOTAL	%
Contribuintes RGPS (A)	27.598.587	56,5%	18.937.216	51,5%	46.535.803	54,4%
Contribuintes RPPS (B)	2.656.685	5,4%	3.680.568	10,0%	6.337.253	7,4%
Militares	212.555	0,4%	4.776	0,0%	217.331	0,3%
Estatutários	2.444.130	5,0%	3.675.792	10,0%	6.119.922	7,2%
Segurados Especiais** (RGPS) (C)	4.231.432	8,7%	2.448.428	6,7%	6.679.860	7,8%
Não-contribuintes (D)	14.324.095	29,3%	11.673.054	31,8%	25.997.149	30,4%
Total (E = A+B+C+D)	48.810.799	100,0%	36.739.266	100,0%	85.550.065	100,0%
Beneficiários não-contribuintes*** (F)	387.986	0,8%	528.243	1,4%	916.229	1,1%
Trabalhadores Socialmente Protegidos (A+B+C+F)	34.874.690	71,4%	25.594.455	69,7%	60.469.145	70,7%
Trabalhadores Socialmente Desprotegidos (D-F)	13.936.109	28,6%	11.144.811	30,3%	25.080.920	29,3%
Desprotegidos com rendimento igual ou superior a 1 salário mínimo	9.235.152	18,9%	4.751.038	12,9%	13.986.190	16,3%
Desprotegidos com rendimento inferior a 1 salário mínimo	4.109.163	8,4%	6.053.236	16,5%	10.162.399	11,9%
Desprotegidos com rendimento ignorado	591.794	1,2%	340.537	0,9%	932.331	1,1%

Na série histórica harmonizada², o indicador agregado de 2011 é o melhor já registrado pela PNAD desde 1992, resultado que segue consolidando a mudança de tendência observada a partir de 2002. No período 1992-2002 o contingente de protegidos cresceu menos que proporcionalmente em relação à população ocupada total com o mesmo recorte etário, fazendo que a taxa de proteção diminuísse, passando de 66,4% (1992) para 61,7% (2002). Ambos os sexos registraram redução

da proteção, mas entre as mulheres este fenômeno foi bem menos significativo. Entre 2002 e 2011 houve melhora visível nesse indicador (de 61,7%, em 2002, para 70,6%, em 2011), sendo que a recuperação se deu para homens e mulheres.

Como se pode notar pelos Gráficos 2 (Total), 3 (Homens) e 4 (Mulheres)³, o peso do grupo formado pelos

² Como até 2003 a pesquisa não incluía as áreas rurais da região Norte, salvo de Tocantins, optou-se pela construção de uma série histórica harmonizada, que considera apenas as variáveis e coberturas geográficas presentes em todas as edições da PNAD utilizadas nesta nota.

³ Nos Gráficos 2, 3 e 4, o indicador de cobertura tem para todos os grupos (contribuintes do RGPS, militares e estatutários - RPPS; segurados especiais; contribuintes não-beneficiários e desprotegidos) o mesmo denominador (Total de Trabalhadores Ocupados), de modo que seja possível avaliar a contribuição de cada um no indicador global.

beneficiários não contribuintes caiu ligeiramente no período (para homens e mulheres, redução de 0,3 p.p.), resultado de um pequeno incremento na primeira metade da série (1992-2002: +0,5 p.p.) e uma subsequente retração mais que proporcional (2002-2011: -0,8p.p.). Entre os segurados especiais houve queda contínua para ambos os sexos: entre os homens, a participação dessa

categoria no total de ocupados caiu de 15,6% (1992) para 7,5% (2011); entre as mulheres a redução dessa proporção foi ainda maior, respectivamente de 15,8% para 5,9%. Para militares e estatutários, a parte inicial da série revela estabilidade relativa, seguida de ligeira expansão, movimento esse que predomina no saldo final (Total: +0,6 p.p.; Homens: +0,3 p.p.; Mulheres: +0,7 p.p.).

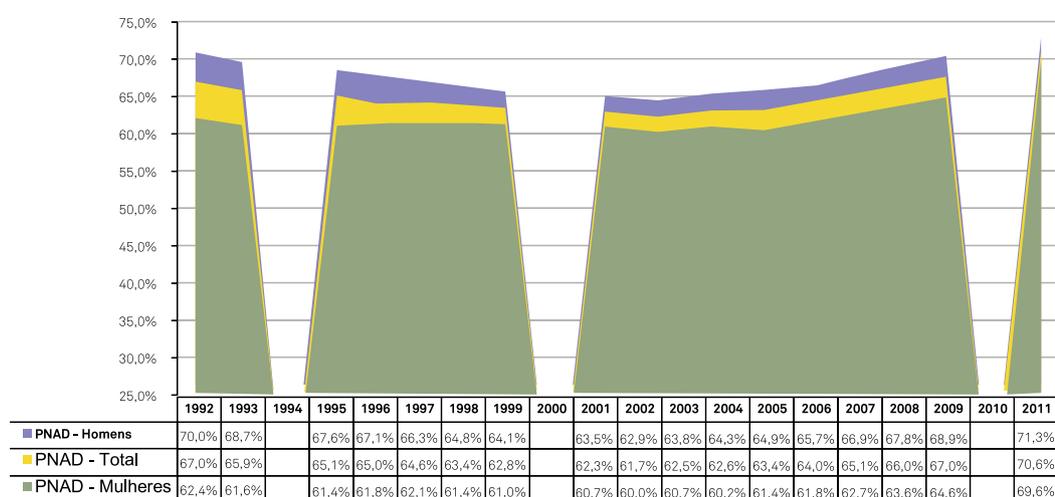


Gráfico 1

Proteção Previdenciária da População Ocupada (16 a 59 anos), segundo Sexo – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE (vários anos).
Elaboração: SPSS/MPS.
Obs.: Incluídos os militares e os servidores públicos estatutários.

Resta claro então que o ganho recente no indicador de cobertura dos ocupados se deu mais em função da inclusão de contribuintes do RGPS do que pelo aumento na proporção de protegidos em qualquer outra das categorias consideradas: na série harmonizada, o indicador de cobertura decomposto variou em 12,7 p.p. entre estes trabalhadores. Na abertura por gênero, esta variação em pontos percentuais foi ainda bastante superior entre as mulheres (+17,3 p.p.) comparativamente aos homens (+10,0 p.p.). Mais do que isso, a proporção de mulheres nesta condição cresceu quase que ininterruptamente nos últimos 20 anos, ao passo em entre os homens houve uma inflexão clara na série histórica.

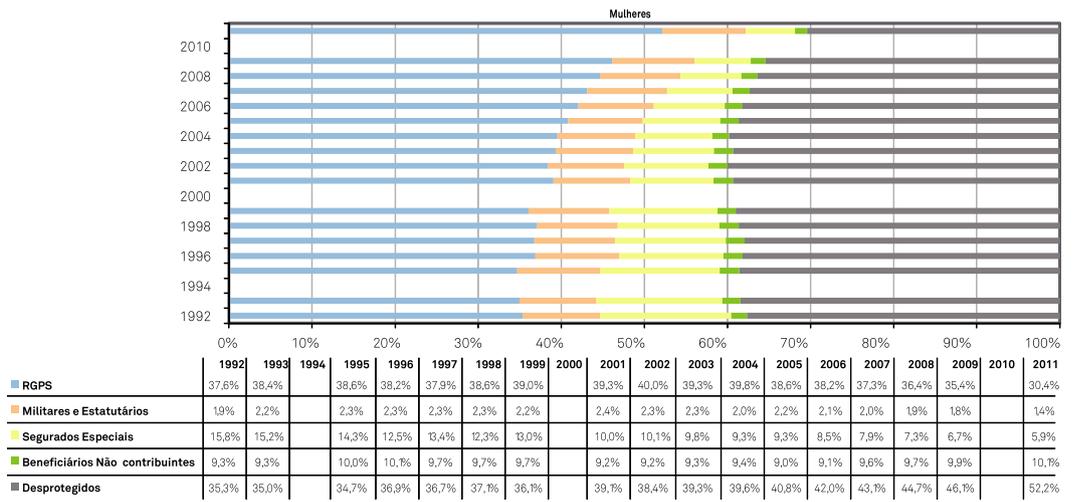
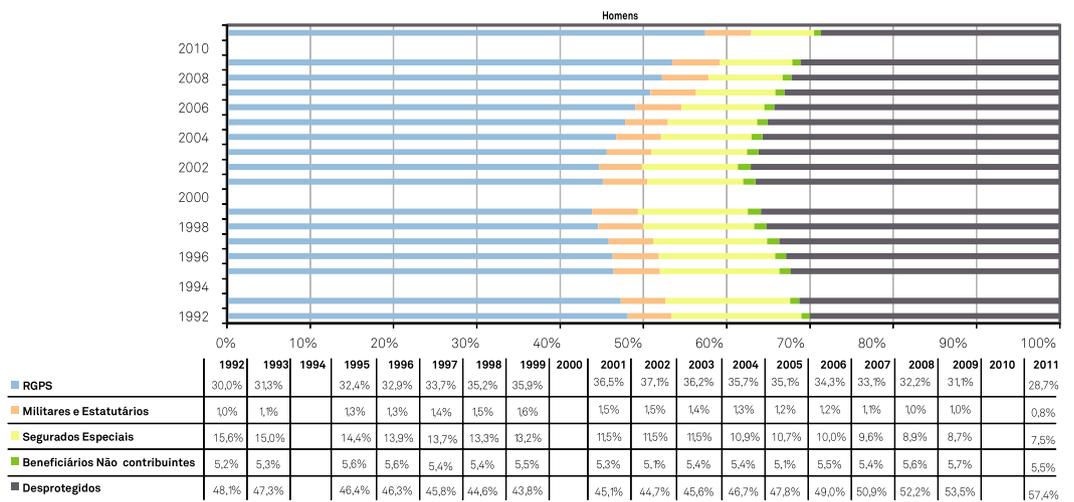
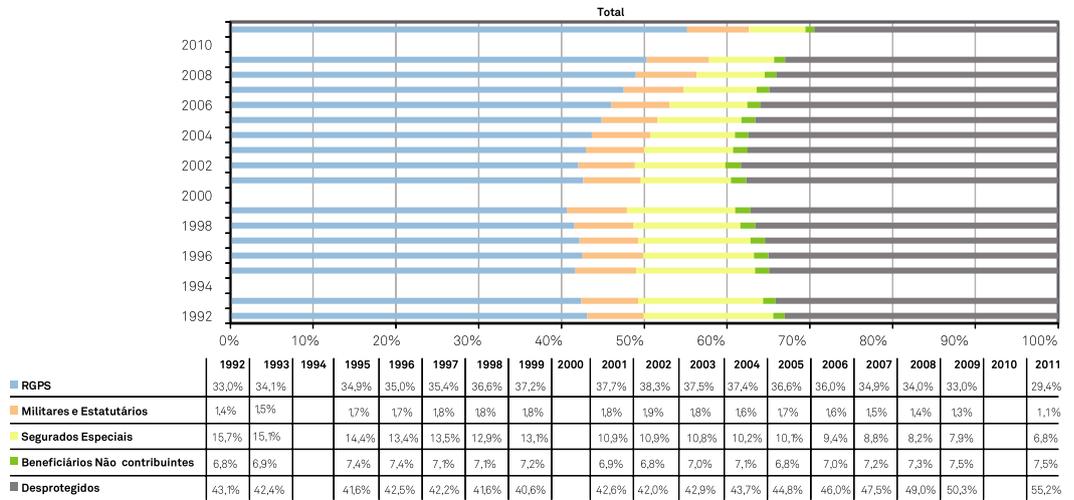
Em outros termos, se entre as mulheres a tendência de crescimento é unívoca, entre os homens os dados da PNAD dividem a série histórica em dois períodos

bastante distintos (1992-2002 e 2002-2011), com tendências muito claras e díspares entre si. A trajetória do indicador de proteção, portanto, reflete principalmente o comportamento da série histórica masculina (já que são os homens a maioria entre os ocupados), com queda e posterior recuperação na taxa de contribuição previdenciária. Ocorre que os dois principais determinantes do resultado global afetaram, em termos absolutos, mais significativamente os homens: (i) na primeira metade da série houve redução mais intensa no contingente de segurados especiais, grupo majoritariamente masculino – em 2011, por exemplo, 63,3% dessa categoria pertencia ao sexo masculino; e, principalmente, (ii) aumento da informalidade trabalhista masculina, fenômeno esse que gerou rebatimentos na taxa de cobertura previdenciária e, conseqüentemente, sobre a proteção previdenciária.

Gráficos 2, 3 e 4

Decomposição do Indicador de Proteção Previdenciária - Brasil

Fonte: PNAD/IBGE (vários anos).
Elaboração: SPPS/MPS.
Obs.: Incluídos os militares e os servidores públicos estatutários.



Esta relação fica ainda mais evidente no Gráfico 5, a seguir, que traz uma série histórica da taxa de contribuição, aqui entendida como a proporção de ocupados que se autodeclararam contribuintes do RGPS.⁴ Excluídos

os militares e os servidores públicos estatutários (tanto do numerador quanto do denominador), temos então que o indicador agregado de proteção previdenciária oculta diferenças marcantes entre homens e mulheres. A proporção de contribuintes - principal componente do indicador de proteção - pode ter caído para os homens entre 1992 e 2002, comprometendo assim o resultado global, mas entre as mulheres a tendência foi

⁴ Como o foco deste artigo é o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a partir deste ponto são desconsiderados os militares e os servidores públicos estatutários, pertencentes a regimes diferenciados ou próprios de Previdência Social.

de clara expansão desta relação entre contribuintes e ocupados. Ou seja, as mulheres mantiveram essa tendência ao longo de toda a série considerada, sendo acompanhadas pelos homens a partir de 2002.

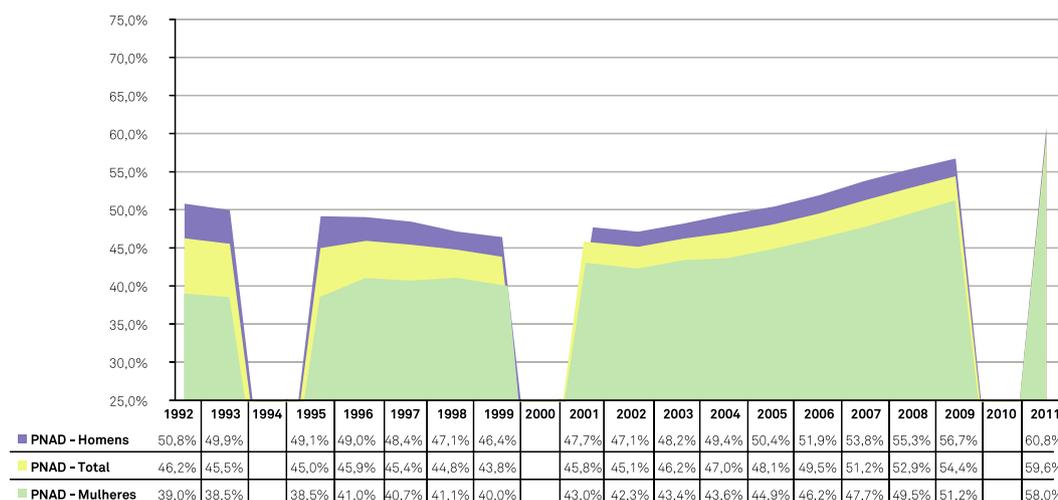


Gráfico 5

Taxa de Contribuição Previdenciária da População Ocupada no Setor Privado (16 a 59 anos), segundo Sexo – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE (vários anos).
Elaboração: SPPS/MPS.
Obs.: Considerando-se apenas os ocupados no setor privado, ou seja, excluídos os militares e os servidores públicos estatutários.

Como resultado da combinação desses fatores todos, o diferencial por gênero, depois de um recuo acentuado no período 1992-2001 e de uma aparente retomada entre 2002-2009, assumiu em 2011 o menor valor de toda a série histórica para ambos os indicadores (contribuição e proteção). Pode-se dizer que os indicadores femininos e masculinos de cobertura previdenciária e de proteção previdenciária se aproximaram significativamente na primeira metade da série histórica harmonizada, voltando a se distanciar ligeiramente nos anos seguintes, ainda que o primeiro movimento tenha sido bem mais intenso que o segundo. Mais precisamente, nos dois casos o indicador feminino ainda é, sistematicamente, inferior ao masculino, mas essa diferença já foi maior.

Estas diferenças entre homens e mulheres são apenas parcialmente inerentes ao gênero ao qual pertencem os trabalhadores (como as que derivam da maternidade, por exemplo) e são geralmente impostas ou exacerbadas por outros fatores (como regras e costumes familiares e sociais, condições no mercado de trabalho e discriminação, dentre outros) geradores de desigualdades. Os diferenciais de cobertura previdenciária entre os sexos estão diretamente relacionados ao padrão de inserção no mundo do trabalho: as mulheres possuem maior probabilidade de enfrentar o desemprego; mais frequentemente encontram ocupação em segmentos menos estruturados da economia, estando mais sujeitas ao trabalho precário (notadamente o doméstico, o não remunerado e o por conta própria, posições em que prepondera a desproteção); e recebem menores

rendimentos, o que dificulta a contribuição previdenciária autônoma.

Por isso mesmo os indicadores de cobertura de 2011 chamam tanto a atenção. A expansão do nível de proteção foi expressiva e esteve atrelada fundamentalmente à população ocupada feminina. A comparação direta entre as PNAD completas de 2009 e 2011 revela um aumento de 3,6 pontos percentuais na taxa de proteção previdenciária, variação que chega a 2,5 p.p. entre os homens e a expressivos 5,1 p.p. entre as mulheres. Ocorre que, dado o caráter amostral da pesquisa, oscilações assim, observadas em relação a períodos imediatamente anteriores, devem ser tomadas com precaução. Pode ser precoce reconhecer nos dados uma mudança de tendência no ritmo de evolução da cobertura feminina, por exemplo. A magnitude destas variações também deve ser relativizada porque dizem respeito ao biênio 2009-2011 (e não à tradicional variação anual), uma vez que em 2010 a PNAD não foi a campo. Contudo, vale ressaltar que estas ponderações não são suficientes para se questione a consistência das tendências recentes observadas para os indicadores de cobertura, que em todos os casos (homens; mulheres; e total) assumem trajetórias claramente ascendentes desde 2003.

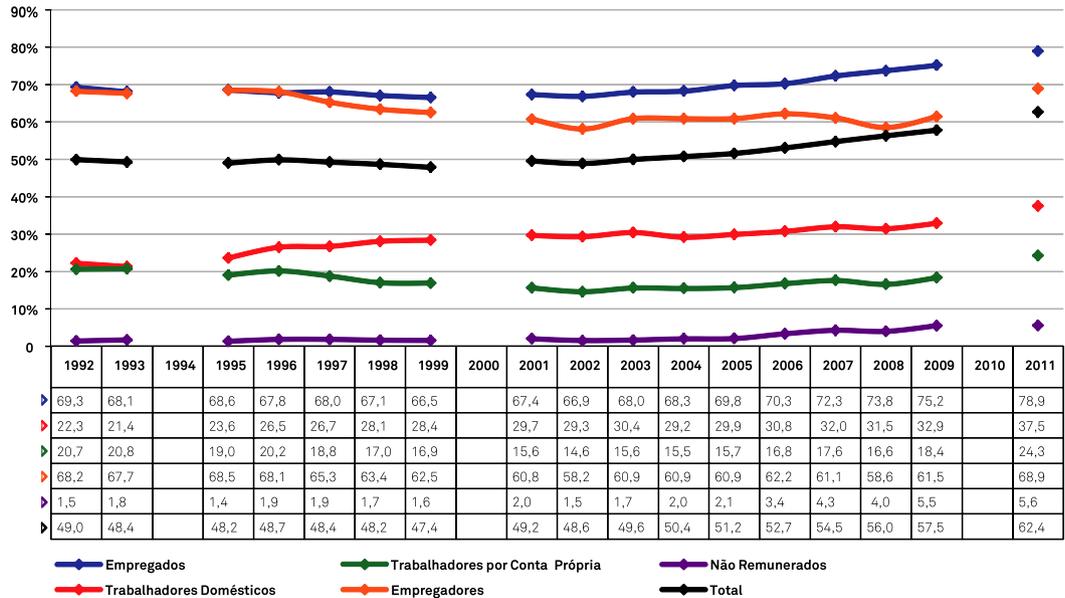
Estes resultados coincidem com a evolução do grau de informalidade trabalhista observada no País: entre os homens houve elevação da informalidade em 1992-1999 e queda a partir de 2001; dentre as mulheres, a tendência de queda na informalidade desde

1992 explica, em grande medida, o melhor desempenho da cobertura feminina. Após estes anos de involução no início da série histórica harmonizada (notadamente, entre 1992 e 1999), a abertura do indicador de taxa de cobertura por posições na ocupação reforça, não apenas a recuperação do indicador global

de cobertura previdenciária, mas também confirma que este desempenho esteve fortemente associado à formalização das relações de trabalho – apenas entre 2002 e 2011, aumentou em 12,0 pontos percentuais a proporção de empregados que declaram contribuir para a Previdência Social.

Gráfico 6
Taxa de Contribuição Previdenciária da População Ocupada Total (16 a 59 anos), segundo Posição na Ocupação, segundo Sexo – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE (vários anos).
Elaboração: SPPS/MPS.
Obs.: Considerando-se todos os ocupados, ou seja, incluídos no total os militares e os servidores públicos estatutários.



O resultado desse segmento, que representa a maioria dos trabalhadores ocupados, compensa o comportamento inexpressivo ou errático de alguns grupos (como o de empregadores, cuja cobertura cai do início da série harmonizada até 2008, quando começa a dar sinais de recuperação) e se soma ao bom desempenho recente de outros. O grupo dos trabalhadores por conta própria, por exemplo, desde 2003 esboça uma recuperação de sua taxa de cobertura. Entre os trabalhadores domésticos, a taxa de cobertura previdenciária aumentou na primeira parte da série (1992-1999), manteve-se praticamente estável no quinquênio seguinte (2001-2005) e desde 2006 parece experimentar uma nova expansão de seus valores.⁵

O indicador de proteção previdenciária desloca as curvas do Gráfico 6 para cima, uma vez que mantém o denominador constante (população ocupada com idade entre 16 e 59 anos) e incorpora ao numerador (como trabalhadores protegidos) os segurados especiais e os ocupados que já recebem algum benefício permanente (aposentadoria e/ou pensão). As maiores variações são observadas nas categorias dos trabalhadores por conta própria e dos trabalhadores sem rendimento, na qual a concentração de segurados especiais é mais elevada - em 2011, estes segurados representavam 13,3% do primeiro grupo e 60,4% do segundo. Outra conclusão óbvia dada pela comparação dos Gráficos 6 e 7 é a redução da diferença entre os dois indicadores totais, diferença essa que chegou a ser de 17,9 pontos percentuais em 1992 e no último ano da série não ultrapassou os 10 pontos.

⁵ Ressalte-se que estes últimos resultados - em particular, os indicadores dos últimos 2 anos - parecem não encontrar respaldo nos registros administrativos do RGPS. A quantidade de contribuintes nesta categoria não mostra sinais de expansão significativa. Pelo conceito mais amplo de apuração deste indicador (que classifica como contribuinte todo aquele que efetuou ao menos uma contribuição no ano), os dados do MPS apontam para uma relativa estabilidade. Vale um estudo específico para a análise desta discrepância. Para maiores informações sobre os dados citados, ver: AEPS 2011.

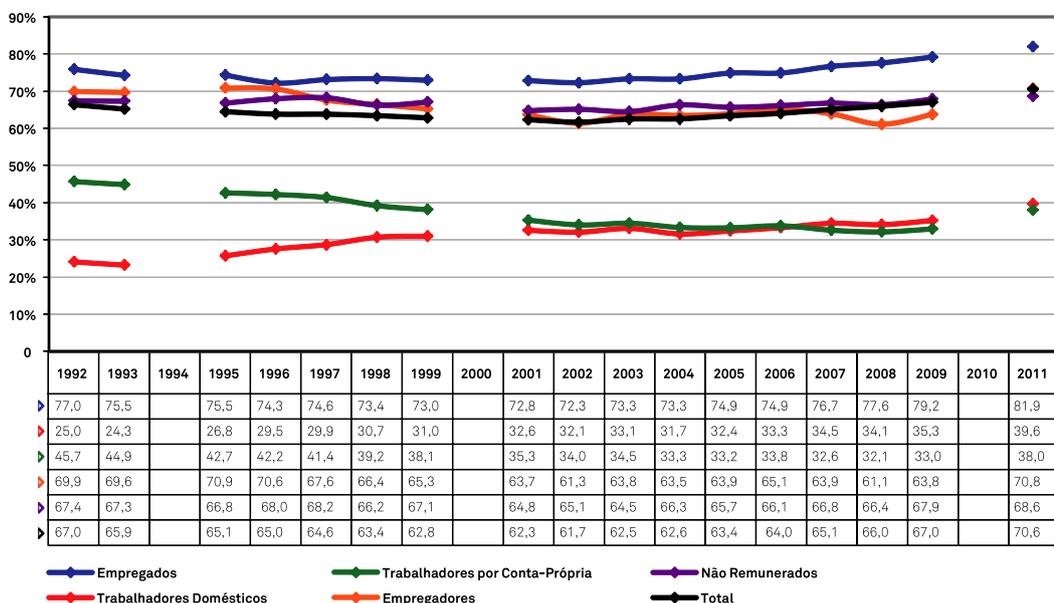


Gráfico 7
Proteção Previdenciária dos Ocupados entre 16 e 59 Anos, segundo as Principais Posições na Ocupação - 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 - Elaboração: SPPS/MPS.

* A linha do total incorpora todas as posições na ocupação, inclusive militares e estatutários.

A diferença ainda é significativa, mas se reduz paulatinamente conforme diminui o contingente de trabalhadores aptos a integrar a categoria de segurado especial. A redução na quantidade absoluta e na participação deste grupo sobre o total de ocupados foi um pouco mais expressiva entre as mulheres: a quantidade de segurados especiais foi reduzida em 32,7% entre os homens e 39,3% entre as mulheres, entre 1992-2011; a proporção de segurados especiais com respeito à PEA ocupada caiu 8,01pp. e 9,09 pp. para homens e mulheres, respectivamente.⁶ Como resultado desta combinação de movimentos, o diferencial de gênero no indicador de proteção previdenciária cresceu a taxas ligeiramente superiores às observadas na taxa de contribuição.

Para além dos efeitos resultantes da instituição da figura do segurado especial, preconizada pela Constituição Federal de 1988, a Previdência Rural ganhou relevância para explicar a expansão da cobertura também em razão de um aumento observado na proporção de trabalhadores agrícolas que - embora não possam ser incluídos no regime especial - contribuem para o RGPS. Os segurados do RGPS são agrupados em dois segmentos básicos: a clientela rural e a urbana. Estas clientelas são definidas em razão, não do local de moradia (região censitária), mas sim de acordo com a natureza da atividade econômica que desenvolvem (agrícola/rural ou urbana). O Gráfico 8, a seguir, é o resultado de uma tentativa de reproduzir estes grupos a partir dos dados da PNAD.⁷

⁶ Esta retração no conjunto de segurados especiais, notadamente do sexo feminino, merece por si só um estudo específico, que apresente dados e teste hipóteses que fogem ao escopo original deste artigo.

⁷ O IBGE alterou a classificação dos grupamentos de atividade entre 2001 e 2002, motivo pelo qual a comparabilidade entre as PNADs dos períodos 1992-2001 e 2002-2011 fica de certo modo comprometida.

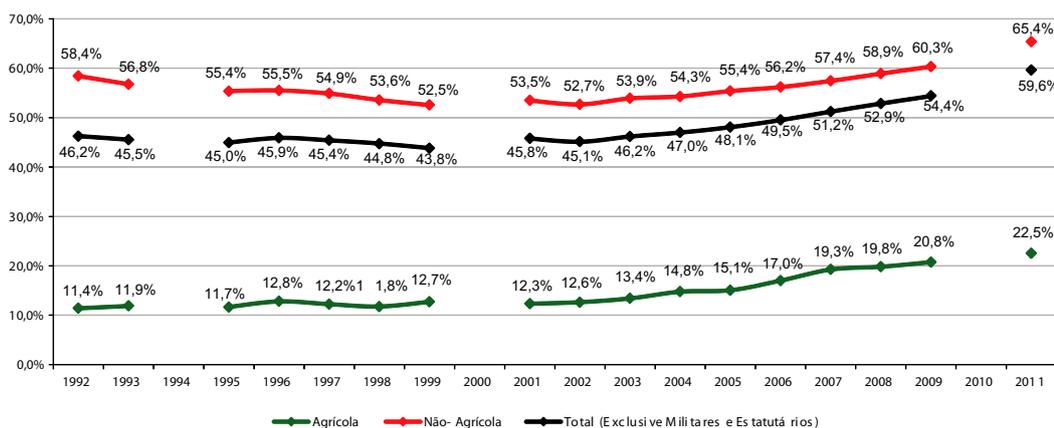


Gráfico 8
Taxa de Contribuição Previdenciária dos Ocupados no Setor Privado (idade entre 16 e 59 anos), segundo Clientelas (Agrícola e Não-Agrícola) do RGPS - 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 - Elaboração: SPPS/MPS.
* Exclusi ve militares e estatutários.

A taxa de contribuição agrícola, embora ainda seja demasiadamente modesta, cresceu 98% entre 1992 e 2011, sendo que o período de maior expansão ocorreu a partir de 2001; entre os trabalhadores não agrícolas, após o ponto mínimo alcançado em 2002 (52,7%), o indicador evoluiu positivamente até assumir o valor de 65,4% em 2011 (variação acumulada de 12% entre 1992-2011). O valor do indicador global variou 29% no período, resultado naturalmente bem mais próximo ao alcançado pelo grupo de ocupados em atividades não agrícolas, o qual predomina com ampla vantagem na ocupação total (quase 90% do total de ocupados, exclusive militares e estatutários).

Estes indicadores de contribuição previdenciária (que desconsideram os segurados especiais no numerador e os militares e os estatutários em qualquer circunstância) demonstram que a proporção de contribuintes cresce quase que ininterruptamente entre os trabalhadores agrícolas⁸, ao passo que entre os urbanos o movimento determina o padrão observado para o total

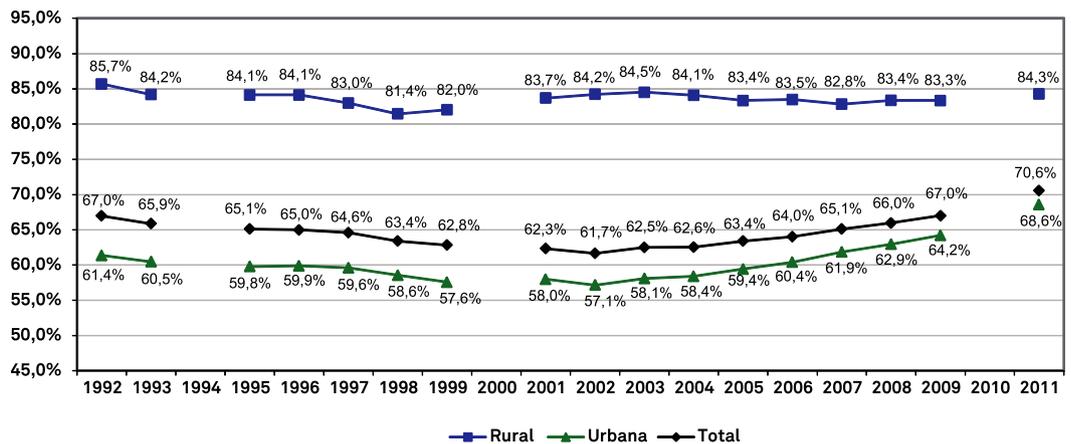
⁸ Segundo a composição dos grupamentos de atividade definida pelo IBGE para a PNAD, o grupamento agrícola incorpora as seguintes atividades: (i) Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades; (ii) Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades; e, (iii) Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades.

de ocupados - tendência de queda até 2002 e posterior recuperação. Entre os segurados especiais, em que pesem os fenômenos relatados anteriormente, a relevância da Previdência Rural brasileira para a proteção previdenciária destes trabalhadores rurais que atuam na agricultura familiar (e equiparados) segue incontestável – 7,5% da população ocupada masculina se declara não contribuinte, mas encontra-se protegida na condição de segurados especiais, mesma situação vivida por 5,9% das mulheres ocupadas.

Um exemplo disso é o fato de que a proteção previdenciária rural – definida neste contexto pela região censitária do local de moradia e não pela natureza da atividade laboral desempenhada pelo trabalhador -, segue elevada e bastante superior à urbana, em que pese a ligeira tendência de queda observada desde 1992. Na verdade, o Gráfico 9, a seguir, parece ser em grande medida explicado pelos Gráficos 2 e 4, discutidos anteriormente. Por um lado, a queda no contingente de segurados especiais tem forçado o indicador de proteção para baixo (Gráfico 2); por outro, especialmente no período 2003-2011, o incremento na taxa de contribuição dos trabalhadores agrícolas tem servido para neutralizar ao menos parcialmente esta tendência.

Gráfico 9
Proporção de Protegidos com Idade entre 16 e 59 Anos, segundo Áreas Censitárias (Rurais e Urbanas) – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011
- Elaboração: SPPS/MPS.
* Inclusive militares e estatutários.



Vale ressaltar que o claro movimento de redução na quantidade absoluta de potenciais segurados especiais se deu tanto em razão da migração rural-urbana quanto da expansão da agroindústria e das atividades não agrícolas no meio rural (estas últimas, associadas a um forte movimento de urbanização do meio rural). Esse fenômeno se somou a uma ligeira retração na taxa de contribuição previdenciária total (entre 1992-1999, como mencionado

anteriormente), determinada por uma diminuição na proporção de contribuintes entre empregados, trabalhadores por conta própria e empregadores. Por outro lado, o arrefecimento no ritmo de queda no volume de segurados especiais, atrelado à expansão da formalização previdenciária entre empregados e trabalhadores por conta própria, explica a forte recuperação do indicador global de proteção previdenciária a partir de 2003.

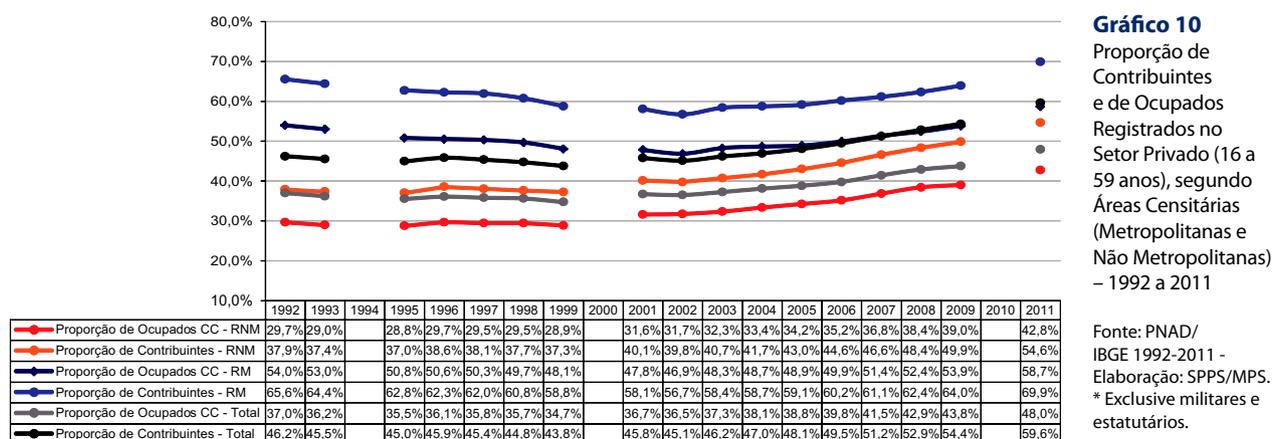
Por fim, ressalte-se que este incremento na ocupação rural não agrícola está possivelmente relacionado a uma “intensificação da interiorização da economia”, marcada pelo surgimento de novos pólos econômicos no interior das unidades da Federação - dinâmica que fugiu ao modelo, predominante até então, focado fundamentalmente nas regiões metropolitanas do País (Gráfico 10).⁹ Esse fenômeno pode ter contribuído para sustentar a tese, bastante difundida até o início dos anos 2000, de que o País enfrentava uma crise no

⁹ Segundo estudo do IBGE, a interiorização do Brasil na última década foi influenciada de forma significativa pela expansão das cadeias produtivas de carne, grãos e algodão em direção ao Centro-Oeste e ao Norte, fenômeno que - dentre outros reflexos - estaria elevando o grau de urbanização nacional e modificando a densidade e a mobilidade populacionais. Isso tudo ao mesmo tempo em que houve uma aparentemente litoralização do País, tanto em razão da exploração de petróleo quanto de atividades relacionadas ao turismo. O resultado foi o adensamento da população e dos centros urbanos situados nestas proximidades, nas quais a composição setorial da ocupação foi alterada.

mercado formal de trabalho (CARDOSO JR., 2000; NERI, 2003; ARBACHE, 2003).

Esta tese, fundamental construída a partir de dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) – com dados das seis maiores regiões metropolitanas brasileiras - e generalizada para o conjunto do País, foi sendo paulatinamente refutada a partir de estudos realizados com base em dados da PNAD/IBGE, pesquisa com cobertura geográfica bem mais abrangente (PAIVA, 2004).¹⁰ Os dados nacionais desagregados em áreas metropolitanas e não metropolitanas sugerem não apenas que a tal “crise de formalidade” na década de 1990 se mostrou uma falácia, mas que inclusive houve ligeira melhora no grau de formalização das relações de trabalho no País.

¹⁰ Ver: Paiva, Luis Henrique. *Reveno o Crescimento da Informalidade e de sua Dimensão Previdenciária à Luz dos dados da PNAD. Mercado de Trabalho – conjuntura e análise*, n° 23. IPEA, 2004.



Notas sobre a Relação Recente entre Mercado de Trabalho e Cobertura Previdenciária

Diversos aspectos do funcionamento do mercado de trabalho podem influenciar o grau de cobertura previdenciária de um País, de modo que a busca por explicações para as limitadas taxas de cotização ao RGPS deve passar obrigatoriamente por este tema. O argumento mais comum, relacionando mercado de trabalho e desproteção previdenciária, aponta para a elevada informalidade nas relações de trabalho como o principal

determinante da baixa proporção de ocupados participando de regimes previdenciários. Grosso modo, no Brasil, parcela importante da PEA ocupada não teria acesso a postos de trabalho de qualidade, com benefícios e outras garantias laborais, restando como alternativa o setor informal da economia, marcado pela informalidade e pela precariedade das relações e condições de trabalho.

Para estes trabalhadores, a inscrição no RGPS, embora mandatária, seria na prática voluntária, já que dependeria de decisão individual e de difícil imposição pelo Estado (dadas as óbvias dificuldades de fiscalização e verificação das condições para tal obrigatoriedade, especialmente no caso dos trabalhadores por conta própria). Dadas as características dos postos de trabalho

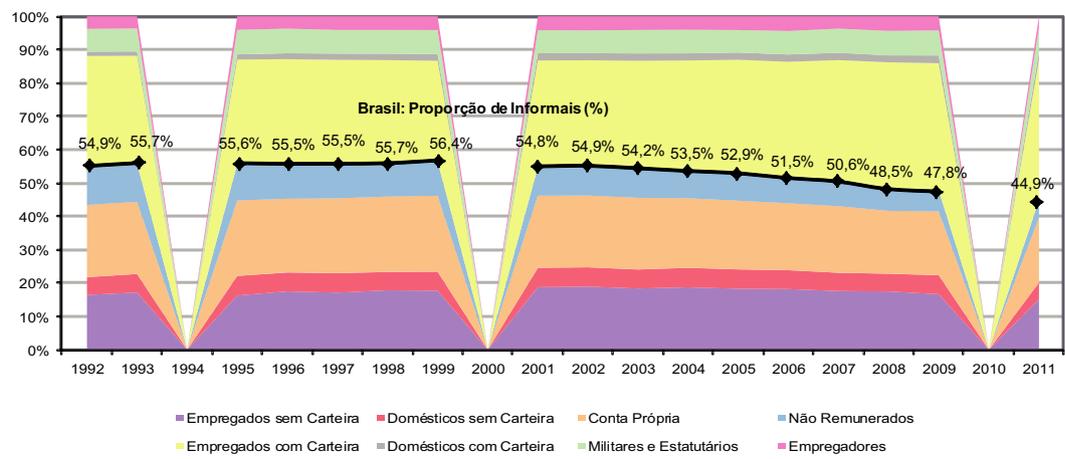
que ocupam, nos quais tende naturalmente a prevalecer a ausência de aporte previdenciário patronal, a estes indivíduos resta a possibilidade de assumirem integralmente o custo da contribuição para o RGPS. Por outro lado, como estes postos também são, predominantemente, marcados pela precariedade e pelos baixos rendimentos, a baixa capacidade contributiva tende a ser um fator impeditivo bastante relevante.

Em outras palavras, estes trabalhadores - que representam parcela elevada do total de ocupados no País - tendem a se posicionar na base da distribuição de renda do País, quadro que certamente oferece entraves importantes para a expansão da proteção previdenciária. Também em razão da condição socioeconômica em que vivem, tendem a possuir uma elevada taxa individual de desconto intertemporal, valorizando mais o consumo presente do que o acúmulo de poupança para a aposentadoria. Em outras palavras, quando livres para decidir, frequentemente optam pela não-contribuição - seja pela incapacidade financeira de cotizar, seja por possuírem um horizonte de planejamento de curto prazo -, decisão que não deixa de ser economicamente racional. Esta visão de curto prazo também contribui para que a interação com outras políticas produza desincentivos: os benefícios de risco (auxílio-doença, pensão por morte, etc.) são pouco levados em consideração, ficando o foco quase que restrito aos benefícios planejados (como a aposentadoria por idade, por exemplo).¹¹

Tomando-se como conceito de informalidade trabalhista a ocupação em posições sem vínculos trabalhistas formalizados, a medida desse problema, no Brasil, pode ser auferida como a proporção de ocupados na condição de autônomos (trabalhadores por conta própria), empregados sem carteira (domésticos ou não) e não remunerados (não remunerados, trabalhadores ocupados na construção para o próprio uso e trabalhadores ocupados na produção para o próprio consumo). Pelo Gráfico 11, a seguir, nota-se que este segmento da população ocupada é, de fato, bastante importante no País, respondendo por cerca de 45% do total de postos de trabalho informados na PNAD 2011, sempre com o filtro etário previamente definido (idade entre 16 e 59 anos).

¹¹ Neste grupo, para o qual a contribuição é quase autônoma, outra questão a ser ponderada é a oferta de benefícios semi ou não contributivos, que pode produzir desincentivos para o aporte individual mesmo em alguns de seus segmentos onde há capacidade contributiva (ainda que limitada). Sobre isso, o que se pode dizer é que a literatura especializada reúne um volume relativamente significativo de evidências de que a superposição de benefícios previdenciários e assistenciais tende a resultar em taxas de cotização inferiores às potenciais. PAIVA (2009), por exemplo, sugere a existência de tal situação no Brasil, onde a idade mínima de aposentadoria por idade (para a clientela urbana) e o piso previdenciário coincidem como o valor monetário e com a idade mínima de acesso ao benefício de prestação continuada (BPC) previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). De todo modo, ainda que bastante controverso e mesmo relevante para a discussão aqui proposta, este ponto certamente merece espaço no debate e deveria ser objeto de estudos mais elaborados. Para maiores detalhes, ver: PAIVA, Luis Henrique. "Contribuição Previdenciária e Desincentivos gerados pela Assistência Social: o que o caso das mulheres nos ensina". Informe de Previdência Social. Novembro de 2009, Volume 21, nº 11.

Gráfico 11
Composição da PEA Ocupada com Idade entre 16 e 59 Anos, segundo Posições na Ocupação - 1992 a 2011
Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 - Elaboração: SPPS/MPS.



Não à toa, os momentos de expansão da informalidade tendem a coincidir com os períodos em que a taxa de desemprego aumentou no País, ainda que não na mesma proporção (Gráfico 12). Em momentos de crise

e instabilidade econômica, um eventual aumento do desemprego tende a vir acompanhado de uma expansão da informalidade nas relações de trabalho, fenômeno que tende a estar concentrado fundamentalmente

nas camadas sociais menos favorecidas, para as quais a renda do trabalho se confunde mais diretamente com a renda familiar. Em outras palavras, como para estes grupos a desocupação não é alternativa plausível, a saída natural tende a ser a atividade informal, normalmente associada à precariedade laboral, problema que no Brasil assume contornos mais graves e duradouros que o próprio desemprego. Afinal, por motivos óbvios, é o grupo dos trabalhadores informais o que – a médio e longo prazos - mais tende a sofrer com a desproteção social, especialmente a de natureza previdenciária.

Como já mencionado, o fato de a PNAD não dispor de dados sobre a contribuição previdenciária dos desocupados e inativos inviabiliza a análise dos prováveis impactos do desemprego sobre as taxas de proteção previdenciária da PEA e da população em geral. Mais do

que isso, tal limitação impede que se avalie o grau de atratividade do RGPS entre os indivíduos que não compõem o grupo de segurados obrigatórios da Previdência Social. De forma bastante genérica, no entanto, pode-se dizer que o aumento do desemprego (tanto o desemprego aberto, quanto o desemprego oculto por trabalho precário) tende a pressionar a taxa de contribuição previdenciária para baixo. No tocante à população ocupada total, denominador dos indicadores apresentados nesta nota, a relação identificada entre desemprego e informalidade pode resultar no aumento do peso dos informais no emprego total; ademais; como o numerador é quase sempre menor que o denominador (dado que a taxa de cobertura é significativamente inferior a 100%), a saída de trabalhadores da população ocupada também tende a favorecer a queda na proporção de contribuintes (a depender da qualidade do posto que ocupava).

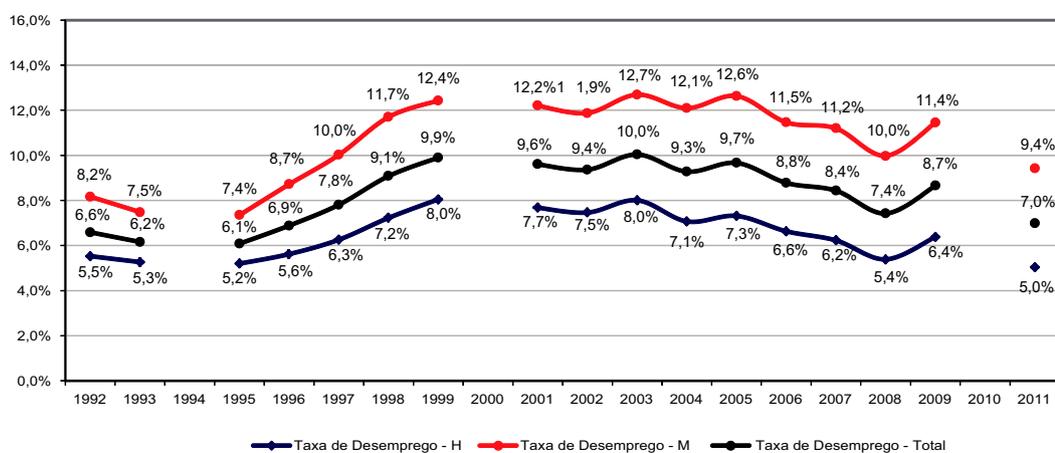


Gráfico 12

Taxa de Desemprego entre a PEA com Idade entre 16 e 59 Anos, segundo Sexo - 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.

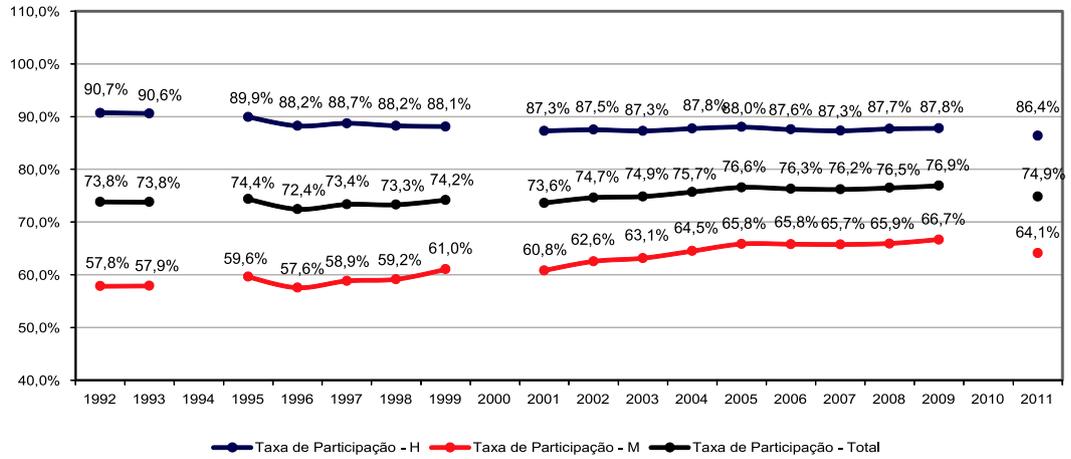
A taxa de desemprego assumiu tendência de alta nos anos 1990, seguida de decréscimos anuais entre 2001 e 2008. Em 2009 a PNAD evidenciou as sequelas da crise financeira mundial, deflagrada em 2008, sobre o nível de desemprego no País: este indicador avançou de 7,1% (2008) para 8,3% (2009) da PEA. Ressalte-se que isso não decorreu de uma redução no número de postos de trabalho (já que a população ocupada inclusive cresceu), mas sim em razão de um aumento no contingente de trabalhadores que passaram a procurar emprego - especialmente no período de referência da pesquisa (setembro/2009), dado que no segundo semestre de 2009 a economia brasileira já dava sinais de retomada do crescimento. Em 2011 a taxa de desemprego já havia recuado, atingindo o menor patamar desde 1997, sempre com base na PEA com idade entre 16 e 59 anos.

Em outras palavras, em que pese o revés sofrido entre 2008 e 2009, o mercado de trabalho brasileiro seguiu abrindo vagas e, como veremos mais adiante, remunerando melhor os trabalhadores ocupados. Índices mais contundentes nesta direção podem ser obtidos pela análise da taxa de participação, que consiste na proporção da população em idade ativa (PIA) que faz parte também da PEA (ou seja, que estava ocupada ou procurando ocupação no período de referência para a captação do dado). Este indicador, como bem mostra o Gráfico 13, a seguir, não pareceu sofrer abalos perceptíveis no biênio mencionado. Ao contrário, o mesmo manteve a relativa estabilidade iniciada em 2005, período subsequente a um movimento de alta puxado pela participação feminina no mercado de trabalho. Entre 2009 e 2011, como o crescimento da PEA foi inferior ao da população em idade ativa, a taxa de participação diminuiu para todos os grupos considerados.

Gráfico 13

Taxa de Participação da População com Idade entre 16 e 59 Anos, segundo Sexo – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.



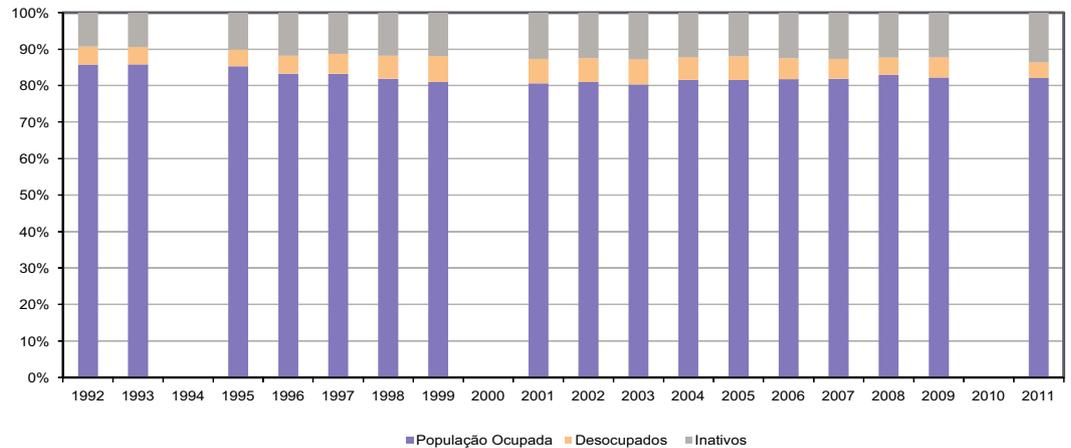
Nos anos mais recentes, contudo, a redução do desemprego pode ter sido favorecida, em parte, por esta estabilidade e pela subsequente queda na taxa de participação. Particularmente entre 2009 e 2011, a economia brasileira criou postos de trabalho, mas o fez em ritmo inferior à expansão da PIA (Gráfico 14). A proporção de desempregados caiu, dentre outros fatores, porque

uma parcela maior da população em idade ativa aparentemente decidiu não participar do mercado de trabalho. As causas dessa decisão precisam ser melhor investigadas, assim como convém avaliar como este fenômeno se distribui geograficamente e entre distintos grupos da população (segundo sexo, idade, raça/cor, situação socioeconômica e outros, por exemplo).

Gráfico 14

Composição da População em Idade Ativa na Faixa Etária de 16 a 59 Anos, segundo Condição de Atividade e Ocupação – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.



Um ponto a ser destacado é que a mencionada diminuição da informalidade se fez sentir em áreas urbanas e rurais, agrícolas e não agrícolas. Embora o patamar de informalidade ainda seja elevado, notadamente entre os ocupados em atividades agrícolas, o aumento da proteção e da taxa de contribuição na última década, já explorado anteriormente, resulta principalmente de um aumento na participação dos empregados com carteira no total de ocupados. Os menores avanços foram sentidos entre os trabalhadores rurais ocupados em atividades agrícolas, em

que a precariedade dos postos de trabalho ainda prepondera de modo persistente: neste grupo, a proporção de informais permaneceu praticamente constante no período 1992 (91,2%) - 2002 (91,0%), recuando muito discretamente nos anos subsequentes (chegando, em 2011, a 88,9%). Nos demais grupos a queda foi bem mais perceptível, o que também ajuda a explicar o aumento da cobertura previdenciária, pois a informalidade caiu justamente entre os grupos que ganharam espaço na PEA ocupada, como os rurais não agrícolas.

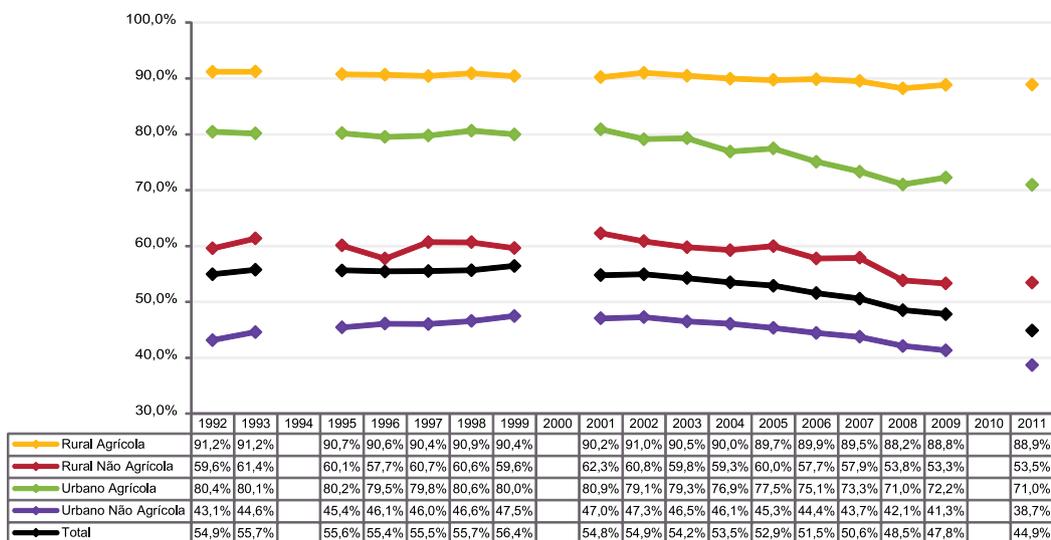


Gráfico 15
Proporção de Informais na PEA Ocupada (16 a 59 anos), segundo Região Censitária (Urbana e Rural) e Setor de Atividade (Agrícola e Não agrícola) – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.

De fato, em relação à composição da força de trabalho ocupada, algumas observações merecem ser feitas quanto à dicotomia urbano-rural. Quando a análise foca a composição do emprego total, nota-se claramente que o emprego rural perdeu espaço no País: em 1992, 23,0% dos ocupados residiam em áreas rurais; em 2011, essa proporção chegava a apenas 12,7%. Esta queda da participação no emprego total se deu para os ocupados rurais

agrícolas e não agrícolas, muito embora a intensidade do movimento tenha sido bem superior para o primeiro grupo (Gráfico 16). Mais precisamente, o emprego rural não agrícola experimentou alguma oscilação ao longo da série histórica, gerando um saldo acumulado de -1 ponto percentual de participação no total de ocupados. Nesse período, a proporção de ocupados rurais agrícolas caiu ininterruptamente e de forma bem mais contundente.

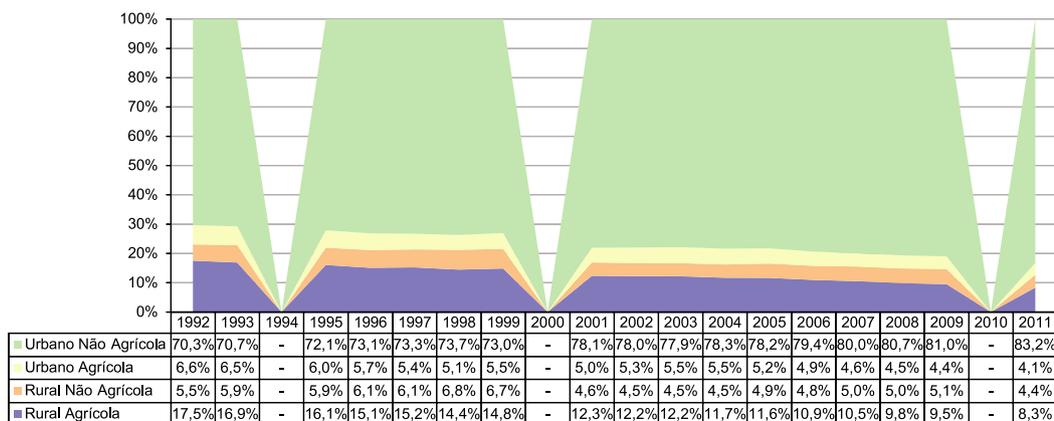


Gráfico 16
Proporção de Ocupados entre 16 e 59 anos, segundo Clientelas (Urbana e Rural) do RGPS e Ramos de Atividade (Agrícola ou Não Agrícola) – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.

Sobre os determinantes da evolução da ocupação no meio rural, GROSSI *et al* (2001) oferecem algumas explicações pertinentes.¹¹ Segundo os autores, nos anos 1992-1999 os dados da PNAD revelam ter havido um arrefecimento bastante significativo no ritmo de queda da população rural, embora o emprego rural agrícola tenha passado a diminuir rapidamente. A explicação para esta aparente contradição residiria na expansão do emprego rural não

agrícola e, em menor grau, no volume de desempregados e inativos (particularmente de aposentados)¹² residentes nas áreas rurais. Em termos mais gerais, o êxodo rural (migração de habitantes de áreas rurais em direção

¹¹ Para maiores detalhes, ver: GROSSI, M. E. Del, SILVA, J. G. da, CAMPANHOLA, C. O Fim do Êxodo Rural? Espaço e Geografia, v4, n°1, jan - jun 2001, p.37-56.

¹² A Previdência Rural, notadamente em razão dos benefícios pagos a segurados especiais, pode de fato ter contribuído para a redução do êxodo rural, dado que garantiu rendimentos a idosos rurais que, de outro modo, dificilmente logriam custear um benefício previdenciário pelos moldes tradicionais. Mais claramente, a elevação dos rendimentos destes indivíduos e, principalmente, seus reflexos no rendimento domiciliar, podem ter reduzido a pressão migratória sobre os centros urbanos. A avaliação desta hipótese é tema relevante e deveria ser objeto de futuros estudos exploratórios.

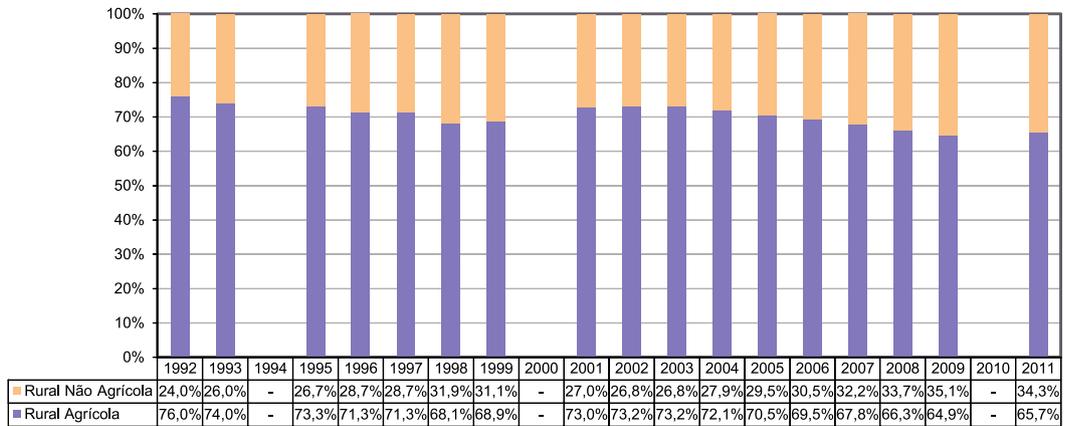
aos centros urbanos do País) teria sido suplantado pelo êxodo agrícola (continua, mas agora parece ser mais um êxodo agrícola do que um êxodo rural), fenômeno que fica mais claro no Gráfico 17. Com efeito, a participação de trabalhadores rurais não agrícolas no emprego rural total

passou de 24,0%, em 1992, para 34,3%, em 2011, sendo que os avanços mais significativos foram alcançados nos últimos 8 anos da série histórica considerada, mesmo período em que avançou significativamente o grau de formalidade no mercado de trabalho.

Gráfico 17

Proporção de Ocupados entre 16 e 59 anos no Meio Rural, segundo Ramos de Atividade (Agrícola ou Não-Agrícola) – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.



Com respeito a esta evolução do mercado de trabalho formal, é preciso destacar, antes de tudo, que ao longo da série histórica considerada houve mudanças importantes no comportamento da elasticidade emprego-produto. Ao longo da maior parte da década de 1990, as variações significativas ocorridas no PIB (negativas e positivas) não foram acompanhadas de variações compatíveis no número de empregos formais, ou seja, tratou-se de um período em que os curtos ciclos de crescimento econômico não lograram fomentar a formalização ou gerar um volume proporcional de empregos. Este cenário difere bastante do quadro observado a partir dos anos 2000.

Segundo PAIVA & ANSILIERO (2008)¹³, o início da década de 1990 foi afetado pelo mau desempenho do produto em determinados setores (especialmente na indústria e nos serviços) e por um forte processo de racionalização no emprego formal. O período seguinte foi marcado por um aprofundamento do ajuste do emprego na indústria e um resultado relativamente ruim

na agropecuária, devido, principalmente, à estratégia de apreciação da moeda brasileira para fins de controle da inflação. Mais precisamente, esta valorização cambial, somada à agressiva abertura comercial iniciada em 1992, levou a indústria brasileira (bem como, em larga medida, a agropecuária e, nos serviços, as instituições financeiras) a um processo de reestruturação produtiva com grandes consequências sobre o emprego formal. Ressalte-se que o setor de serviços, composto por sub-setores normalmente protegidos dos efeitos do câmbio, já nessa época apresentava uma recuperação no emprego formal, ficando mesmo a exceção por conta das instituições financeiras.

No final da década de 1990, contudo, inicia-se um período em que o emprego formal tendeu a variar mais que proporcionalmente à variação do produto, resultado direto de uma dinâmica mais robusta de crescimento econômico e, especialmente a partir de 2002, também mais estável e previsível. Dentre os fatores explicativos deste fenômeno, merece algum destaque a alteração na taxa de câmbio ocorrida no País em 1999, ocorrência que marca o fim da estratégia de controle da inflação com base na chamada âncora cambial e, provavelmente, também o fim do ciclo de racionalização do emprego.

¹³ Ver: ANSILIERO, Graziela et PAIVA, Luis Henrique. "Evolución de los Indicadores de Previsión Social para el Periodo Reciente (1992-2006)", Brasília, Asociación Internacional de la Seguridad Social: Revista Internacional de Seguridad Social, Vol. 61, No 3, 2008.

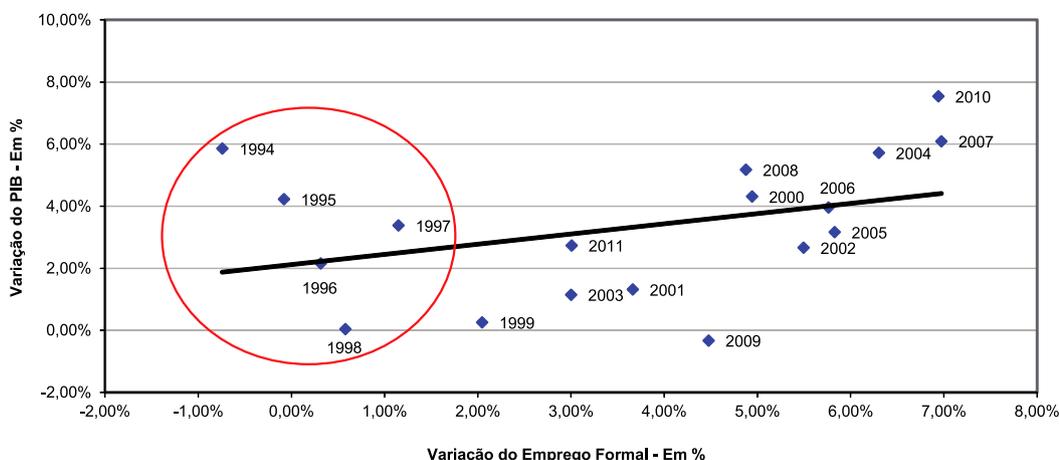


Gráfico 18
 Variação do Produto Interno Bruto versus Variação do Emprego Formal (CLT-GFIP) – 1994 a 2011

Fonte: PIB – IPEA Data; Emprego Formal: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração: SPPS/MPS.

A partir daí as elasticidades tenderam a apresentar valores próximos (e mesmo superiores) a 1, indicando um ciclo econômico de forte geração de postos de trabalho e de expressiva formalização do emprego. Adicionalmente, o crescimento econômico tem tendido a ser maior e mais estável que o observado ao longo das décadas de 1980 e 1990, o que também pode ajudar a explicar uma melhor resposta do emprego formal. Pode-se argumentar ainda que o aumento da fiscalização do trabalho tenha desempenhado algum papel – ainda que bastante residual – na expansão da proporção de ocupados com registro em carteira de trabalho. O fato é que o quadro se tornou, desde então, muito mais favorável à recuperação e até mesmo à expansão do grau de proteção previdenciária no País. Estas mudanças desacreditaram as teses, então bastante em voga, de que a expansão da informalidade seria inevitável no País e de que, em razão dos ganhos de produtividade associados ao novo padrão de crescimento econômico, variações positivas do

produto teriam impactos cada vez menores na geração de novos empregos.

Para além dos efeitos diretos sobre o segmento do mercado de trabalho vinculado aos setores mais estruturados da economia brasileira, a melhoria do cenário econômico e a resposta positiva do mercado de trabalho formal também favoreceram a redução da informalidade por meio da elevação do rendimento real médio no País. O aumento do nível de emprego observado nos últimos anos, embora muito atrelado à ocupação registrada em carteira de trabalho, pressionou o rendimento do trabalho para cima, mesmo entre os informalmente ocupados. Ademais, há que se considerar os efeitos multiplicadores do crescimento econômico sobre a economia como um todo, dadas as conhecidas interações entre os setores formal e informal da economia, fenômeno que também pode ter contribuído para a melhoria da capacidade contributiva de empregados informais e trabalhadores por conta própria.

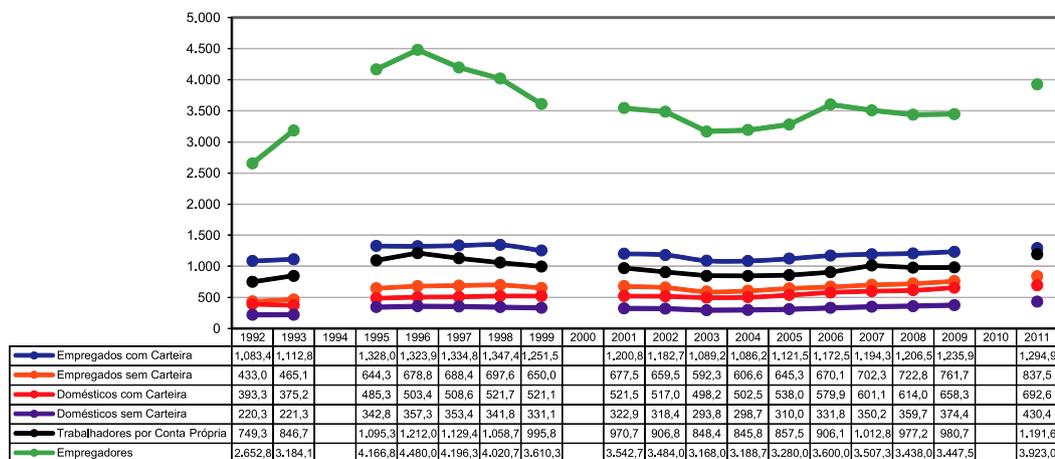


Gráfico 19
 Evolução do Rendimento Real Médio, segundo Posições na Ocupação – 1992 a 2011

Fonte: Série Histórica - INPC/IBGE; PNAD/IBGE 1992-2011 - Elaboração: SPPS/MPS.

Daí resulta que, para além do incremento na formalidade trabalhista, houve um movimento de redução da informalidade previdenciária, mesmo entre aqueles não absorvidos pelo mercado de trabalho formal. Muito embora os dados analisados sugiram que o bom momento experimentado pela economia brasileira na última década tenha sido a força motriz por trás desta melhoria dos indicadores de cobertura do RGPS, vale mencionar que nesse período o governo federal implantou diversas medidas facilitadoras (ou fomentadoras) do processo de inclusão previdenciária (Quadro 1).

Pelo lado do emprego formal, as principais iniciativas foram: (i) a instituição do SIMPLES, que, a partir de 1996, desonerou a folha de salários das microempresas e empresas de pequeno porte; (ii) a isenção da cota previdenciária patronal incidente sobre as receitas oriundas da exportação rural, em 2001; (iii) a obrigatoriedade de retenção de 11% do valor dos contratos de cessão de mão de obra, em 2003; (iv) a permissão de dedução da cota patronal doméstica na declaração anual de ajuste do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, em 2006; e, bem recentemente, (v) a desoneração compensada da folha de salários de empresas vinculadas a determinados setores da economia, política demasiadamente recente para que se tenha alguma avaliação mais consistente do seu impacto.

Em relação ao SIMPLES, submetido a diversas alterações desde sua criação, a literatura especializada reconhece evidências de impactos sobre a formalização de vínculos e, com menos ênfase e frequência, sobre geração de postos de trabalho.¹⁴ A desoneração das exportações agrícolas, por sua vez, coincidiu com um período de valorização das *commodities* e também com um cenário econômico externo bastante favorável ao comércio internacional – fatores que amenizaram os efeitos da sobrevalorização cambial prevalecente nos anos 2000. Esta combinação naturalmente dificulta a imputação do aumento da taxa de contribuição agrícola e rural à sua influência. A retenção de 11%, embora esteja associada a valores crescentes de arrecadação no fluxo de caixa do RGPS, não foi objeto de avaliações específicas. Com respeito ao emprego doméstico, não há evidências contundentes de que a medida tenha surtido o efeito desejado: os registros administrativos do MPS não revelam mudanças significativas no contingente de segurados

¹⁴ A instituição do SIMPLES é frequentemente aventada como uma das possíveis explicações para o comportamento mais positivo do emprego no setor de serviços, ainda na década de 1990.

nesta categoria, embora uma avaliação mais aprofundada destes resultados seja algo recomendável.

Pelo lado da contribuição autônoma, as principais medidas foram: (i) a instituição do Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária, em 2006, medida que reduziu (de 20% para 11%) a alíquota de contribuintes individuais recolhendo sobre o valor do piso previdenciário; (ii) a criação da figura do microempreendedor individual (MEI), em 2007; (iii) a instituição da figura do contribuinte facultativo de baixa renda, em 2011; e, (v) a equiparação de contribuintes individuais (pessoas físicas) a empregados, quando aqueles prestam serviços a empresas, medida implantada em 2003. A última medida, até por ser mais antiga, já passou por avaliações e demonstrou ter impactado positivamente a inclusão de trabalhadores por conta própria ao RGPS.¹⁵ As demais carecem de análises e estudos mais robustos.

Estas medidas mais recentes, grosso modo, focam o mesmo público-alvo – qual seja, o contingente de trabalhadores por conta própria, desprotegidos e com rendimentos limitados – e, por isso, chegam a se sobrepor (em alguns aspectos) e podem gerar desincentivos umas às outras. O número de inscritos no conjunto destes planos previdenciários já é bastante expressivo, mas ainda é cedo para tomar isso como impacto efetivo sobre a desproteção. Deve-se avaliar, por exemplo, a densidade contributiva destes novos contribuintes ou, entre outras palavras, se estes novos segurados têm logrado manter a regularidade de seus aportes ao sistema, condição para a concessão da maior parte dos benefícios (notadamente as aposentadorias). Ademais, é preciso avaliar em que medida as inscrições nos novos planos representam a inclusão de novos segurados ou são o resultado da migração de planos pré-existentes para os novos, em geral mais baratos.

¹⁵ Para acessar uma avaliação baseada nos registros administrativos do RGPS, ver: PEREIRA, Eduardo da Silva. “Efeitos da Medida Provisória 83/2002 na Cobertura Previdenciária”. Informe de Previdência Social, Novembro de 2005, volume 17, número 11. Segundo o autor, o contingente de contribuintes individuais aumentou significativamente imediatamente após a entrada em vigor da medida, o que, na ausência de outros fatores novos ou atípicos, pode ser tomado como indicativo de impacto positivo sobre o nível de cobertura.

POLÍTICAS DE INCLUSÃO/ MEDIDAS LEGAIS	ANO	TIPO DE ESTABELECIMENTO/ CATEGORIA DE CONTRIBUINTE	CATEGORIAS DE SEGURADOS	DESCRIÇÃO	AMPARO LEGAL
SIMPLES	1996	Microempresas e empresas de pequeno porte	Empregados	Os estabelecimentos optantes têm a contribuição previdenciária patronal substituída por uma alíquota incidente sobre a receita bruta mensal. O SIMPLES substitui uma série de tributos (entre eles, a cota patronal devida ao RGPS) por um único tributo, cobrado sobre o faturamento.	Lei nº 9.317/1996 e suas alterações
Desoneração da Folha de Salários (Cota Patronal)	2011-2012	Empresas em Geral (Setores de Atividade selecionados)	Empregados	Redução da alíquota de contribuição patronal previdenciária de 20% para 0%, em determinados setores, e sua substituição por uma contribuição sobre o faturamento dos produtos comercializados internamente (ficando isentas as exportações).	Lei nº. 12.546/2011 (MP nº. 540/2011); Lei nº. 12.715/2012 (MP nº. 563/2012); MP nº. 582/2012; MP nº. 601/2012.
Isenção da Cota Patronal Incidente sobre as Exportações Rurais	2001	Agroindústria e Produtor Rural Pessoa Jurídica	Empregados (Empregados Rurais com Carteira de Trabalho)	As receitas de exportações (da agroindústria e do produtor rural pessoa jurídica) estão isentas da contribuição patronal, que normalmente seria de 2,6% da receita bruta decorrente da comercialização da produção rural.	§ 2º do art. 149 da Emenda Constitucional nº. 33/2001
Dedução da Cota Patronal Doméstica do IR	2006	Empregadores Domésticos	Empregados Domésticos	Desconto do imposto devido no IR do valor correspondente à cota previdenciária patronal recolhida no exercício-fiscal anterior, relativa a apenas um emprego doméstico e incidente sobre o primeiro salário mínimo da remuneração.	Lei nº 11.250/1995 (Alterada pela Lei nº 11.324/2006 e posteriormente pela Lei nº 12.469/2011)
MEI (Microempreendedor Individual)	2007	Empreendedor com faturamento de até R\$36 mil anuais, até um empregado e um estabelecimento	Empreendedores (na PNAD, passíveis de se autodeclararem trabalhadores por conta própria ou empregadores)	Alíquota de 5% (no início da vigência, de 11%) pelo trabalhador, incidente sobre o salário mínimo; 3% de contribuição do MEI para seguro de seu empregado, quando for o caso.	Lei nº 12.470/2011 (Inicialmente, normatizado pela Lei Complementar nº 123/2006)
Contribuintes Facultativos de Baixa Renda	2011	Contribuintes Facultativos com baixa renda	Donas-de-casa, estudantes inativos e outros grupos não economicamente ativos	Alíquota de 5% incidente sobre o Salário Mínimo, condicionada à inscrição do CADÚnico.	Lei nº 12.470/2011
Retenção de 11% dos Contratos de Cessão de Mão de Obra	2003	Empresas que contratam Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços mediante cessão de mão de obra	Empregados em empresas cedentes da mão de obra	Cabe à empresa contratante reter e repassar ao RGPS o equivalente a 11% do valor do contrato de cessão de mão-de-obra.	Art. 31, Lei nº 8.212/1991 (Lei nº 11.933/2009)
Retenção de 11% (contribuintes individuais - pessoas físicas - que prestam serviços a empresas)	2003	Empresas contratantes de Cooperados e trabalhadores por conta própria	Cooperados e Trabalhadores por conta própria que prestam serviços a empresas	Retenção e repasse da cota do CI equiparado a empregado (11%) e recolhimento da cota patronal (20%) sobre o valor pago pelo serviço.	Lei nº 10.666/2003
Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária (contribuintes individuais - pessoas físicas - que prestam serviços a pessoas físicas)	2006	Trabalhadores por conta própria que prestam serviços a pessoas físicas	Trabalhadores por conta própria	Redução (de 20% para 11%) da alíquota de contribuintes individuais recolhendo sobre o valor do piso previdenciário. O plano inclui todos os benefícios e serviços do RGPS, menos a aposentadoria por tempo de contribuição.	Lei Complementar nº 123/2006

Quadro 1

Principais Políticas e Medidas de Inclusão Previdenciária

Fonte e Elaboração: SPPS/Ministério da Previdência Social.

Considerações Finais

Não restam dúvidas de que, na última década, o Brasil experimentou um avanço significativo no nível de proteção da população ocupada. Muito embora este avanço não tenha sido homogêneo, atingindo em intensidade distinta os diversos segmentos que compõem o grupo de referência, pode-se dizer que alguma melhora no acesso a direitos trabalhistas e previdenciários foi alcançada por praticamente todas as categorias de trabalhadores aqui consideradas. É verdade que os ganhos mais expressivos nos indicadores de cobertura resultaram da maior participação de empregados com registro em carteira de trabalho no total de ocupados (dentro do conceito mais tradicional de proteção), mas uma parcela crescente de trabalhadores domésticos, trabalhadores por conta própria, empregadores e não remunerados (estes últimos, mesmo sem obrigatoriedade de cotização previdenciária) passou a contar ao menos com os benefícios e serviços oferecidos pelo Regime Geral de Previdência Social.

Estes ganhos na proteção dos trabalhadores ocupados se estenderam a áreas urbanas e rurais, metropolitanas e não metropolitanas, e chegaram a trabalhadores alocados em diversos nichos da atividade econômica – inclusive em atividades de natureza agrícola, normalmente marcadas pela precariedade e pela persistência histórica da desproteção. Em termos de gênero, mulheres e homens vivenciaram melhorias nos indicadores de cobertura, embora entre as primeiras os avanços tenham sido mais pronunciados. Os indicadores femininos ainda são, sistematicamente, inferiores aos masculinos, mas essa diferença já foi maior. Os diferenciais por gênero, região censitária e tipo de atividade (agrícola e não agrícola) foram reduzidos e a expectativa é de que tal

evolução se mantenha nos anos futuros. Estes resultados positivos refletem a boa dinâmica econômica vivida pelo País (ao menos na maior parte da última década) e seus principais rebatimentos no mercado de trabalho: menor desemprego, expansão do mercado de trabalho formal (inclusive em razão da melhoria da elasticidade emprego-produto), aumento do rendimento real, e melhor distribuição geográfica da atividade econômica (e, conseqüentemente, das oportunidades de ocupação).

Nas décadas compreendidas nesta nota, muitas foram as iniciativas empreendidas pelo governo federal no campo da inclusão previdenciária. Algumas parecem ter sido bem-sucedidas; outras ainda demandam maior escrutínio ou já dão alguns sinais de insucesso. Mesmo entre aquelas focadas em segmentos com avanços na cobertura, a dificuldade clássica reside em avaliar o peso de cada uma delas na evolução dos indicadores de proteção previdenciária, ainda mais quando tantos fatores externos (como os decorrentes da melhor distribuição de renda, do crescimento econômico interno e do cenário internacional) podem ter influenciado seus resultados.

Com tantas medidas inovadoras implantadas recentemente, uma tarefa a ser realizada com afincamento é justamente a elaboração de avaliações (inclusive de custo-efetividade) do impacto concreto das mesmas sobre a realidade a ser alterada. Um ponto a ser considerado neste processo, especialmente na medida em que avança o grau de proteção da população ocupada, é que as etapas seguintes tendem a ser sempre mais complexas que as anteriores: os últimos na fila da inclusão tendem a ser os mais vulneráveis de um universo já fragilizado, heterogêneo e difuso. O alcance destes cidadãos, nas franjas da informalidade trabalhista e previdenciária, é objetivo imperativo e crescentemente desafiador.



Arquivo pessoal

Memória - Uma história contada por quem ajudou a construir a Previdência brasileira e presenciou os principais avanços na área de proteção social

28

Reabilitação - Parceria entre INSS e Senac no Rio oferece cursos para trabalhadores afastados por acidente ou doença, para que possam voltar à ativa

38



Diana Reis

Empreendedores - Bons negócios e proteção previdenciária atraem 2,8 milhões de pessoas

40



Educação Previdenciária

Educação - Programa de Educação Previdenciária completa 13 anos levando informações sobre proteção da Previdência Social aos lugares mais distantes do Brasil e também nas escolas

30



Nicolas Gomes

Acordos internacionais - Ministério tem atuado forte para assegurar proteção social a mais de 3,5 milhões de brasileiros que vivem e trabalham no exterior

34

Orientação - Saiba como se tornar um segurado da Previdência. Dúvidas podem ser resolvidas no site www.previdencia.gov.br ou pela Central 135

43

Combate à intermediação - Campanha orienta os segurados para evitar a intermediação na busca dos benefícios da Previdência. O requerimento é simples e não custa nada

44

Artigo - Inclusão Previdenciária e Mercado de Trabalho mostra a recuperação dos indicadores de cobertura previdenciária na última década

48

90 anos de amparo e proteção ao trabalhador

Muitas conquistas e avanços em benefício dos segurados foram obtidos ao longo dessas nove décadas, além de promover a inclusão social de milhões de famílias. E a Previdência ainda encara novos desafios

A Previdência Social completou 90 anos em 24 de janeiro com muito vigor, ampliando a sua base de proteção aos trabalhadores e resgatando milhões de pessoas da condição de pobreza extrema, além de estimular a economia dos municípios brasileiros com os repasses de benefícios mensais aos mais de 30 milhões de aposentados e pensionistas em todo o País.



Fotos: Nicolas Gomes

A festa dos 90 anos reuniu servidores, colaboradores e autoridades do governo

Mais do que uma instituição que garante em dia o sustento de milhões de brasileiros, a Previdência se transformou em uma entidade promotora de bem-estar social, que atua como indutora da redução da desigualdade social, levando a esperança de futuro aos moradores dos locais mais distantes e desprovidos de infraestrutura.

Por mês, a Previdência investe mais de R\$ 35 bilhões no pagamento de 30 milhões de benefícios para segurados do País inteiro que contam com esse seguro para garantir a renda nos momentos mais sensíveis da vida. A Previdência é o seguro que está presente na vida dos brasileiros nos momentos mais críticos, amparando o trabalhador durante a velhice por meio do pagamento da aposentadoria, em momentos sensíveis como a morte com pagamento das pensões

para os familiares dos segurados, em situações inesperadas como doença ou acidente nas quais o trabalhador recebe os auxílios-doença ou acidente e também em momentos de alegria como o nascimento de uma criança, quando a mãe segurada da Previdência Social recebe o salário-maternidade.

Segundo os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a maioria dos idosos tem hoje a proteção social da Previdência. A cobertura previdenciária, atualmente em 70% da população-alvo, chega a 82,2% das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos – 19,32 milhões de pessoas em 2011. Esse avanço é resultado, principalmente, do aumento da proteção das mulheres idosas, segmento que passou de 66,4%, em 1992, para 78,6% em 2011.

E o maior desafio da Previdência é chegar ao final de 2015 com uma cobertura de 77% dos trabalhadores – o que significa a inclusão previdenciária de mais de 16 milhões de brasileiros, destacou o ministro Garibaldi Alves Filho na comemoração dos 90 anos da previdência brasileira, realizada na manhã de 24 de janeiro deste ano no estacionamento da sede do Ministério da Previdência Social, em Brasília.

“O trabalho da Previdência Social garante a dignidade e a vida de milhões de brasileiros. Temos a responsabilidade de pagar benefícios a 30 milhões de pessoas. São mais de R\$ 35 bilhões depositados todo mês nas contas dos aposentados e pensionistas. Esse dinheiro é usado no sustento das famílias, na compra de alimentos, roupas, calçados e remédios, dentre outros itens básicos”, afirmou o ministro Garibaldi durante a solenidade em Brasília.

José Honório dos Reis, que nasceu no mesmo dia e ano em que a Previdência foi criada, foi homenageado

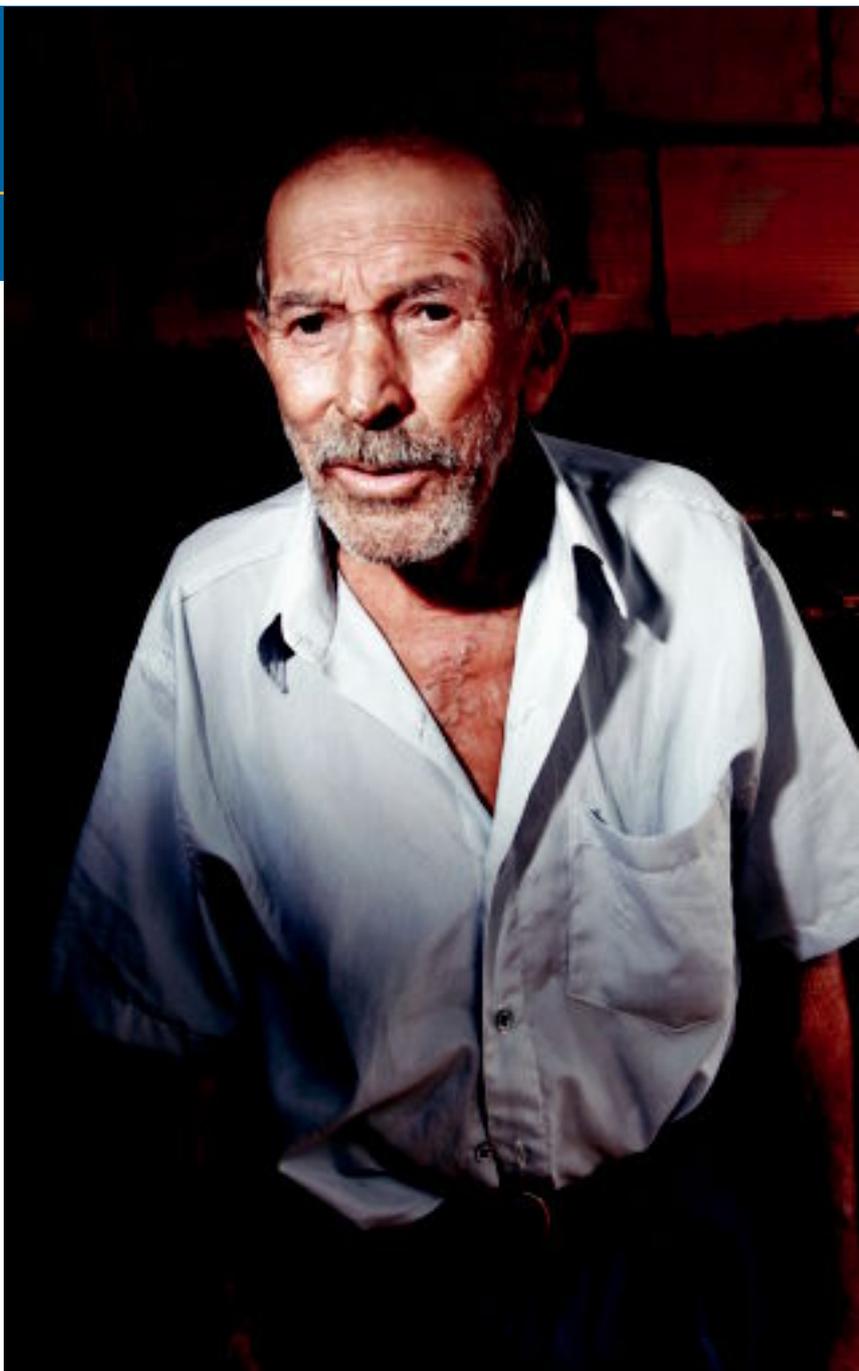
Inclusão

Com o pagamento mensal dos seus benefícios, a Previdência promoveu nos últimos anos a inclusão de 24 milhões de pessoas, ajudando a retirá-las da condição de pobreza. Segundo Garibaldi, o dinheiro repassado reduziu em 12,8% a taxa de pobreza no Brasil, considerando pessoas pobres as que têm rendimento domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo.

O ministro Garibaldi Alves Filho acrescentou que, além de ajudar a retirar milhões de pessoas da pobreza, o pagamento dos benefícios previdenciários também é importante para a redistribuição de renda no País. Ele informou que duas em cada três cidades brasileiras recebem mais recursos referentes ao pagamento de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) do que via transferência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Um levantamento realizado em 2011 pelo Ministério da Previdência mostrou que em 3.774 municípios do País, os repasses previdenciários superavam os do FPM – o que representa 68% do total de cidades do Brasil. A região com mais cidades nessa situação é a Sul: 74% das cidades recebem mais recursos do INSS do que do FPM. Em seguida, vem a região Sudeste, com 73%, e a Nordeste, com 66%. Já na região Norte, em menos da metade das cidades (48%) os repasses do INSS são maiores do que os do FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

Isso significa que são os recursos da Previdência que movimentam a economia da maioria dos municípios brasileiros. O dinheiro dos benefícios é utilizado para consumo e muito pouco vai para poupança, segundo estudos da Previdência Social. Na maioria dos casos, são famílias de baixa renda que têm necessidades básicas de consumo.





O aniversariante José Honório ganhou bolo e “parabéns” na festa em Brasília

Seguro social

Foi na hora de mais precisão que a Previdência Social entrou na vida do agricultor mineiro José Honório dos Reis, mais conhecido como Zé Pequeno, que coincidentemente nasceu no dia 24 de janeiro de 1923, no mesmo dia da publicação do decreto que criou a Previdência Social. Apesar dos 90 anos, ele mostra uma vitalidade incomum, além da simplicidade que sempre marcou a sua vida.

O aposentado, que nasceu em Itamarandiba (MG) e agora vive em Corinto, também município localizado em Minas Gerais, foi homenageado durante o evento comemorativo dos 90 anos da Previdência Social, em Brasília. Discreto e um pouco tímido, ele recebeu a placa que o homenageava e em poucas palavras afirmou que sem esse dinheiro da aposentadoria não conseguiria comprar seus remédios e fazer a feira. “Economizo para poder sobrar um pouco e conseguir ajudar meus filhos, que também precisam de apoio”, afirma José Honório.

“Sem o dinheiro da aposentadoria não conseguiria comprar remédios”

Fora do palanque que o expunha aos aplausos do público, afirmou que os dois dias que passou em Brasília nunca serão esquecidos. “Viajei de avião pela primeira vez, conheci a Catedral e o palácio onde a presidenta trabalha. Vou ter muita história para contar quando voltar pra Corinto” brincou.

Zé Pequeno trabalhou a vida inteira na lavoura de grandes fazendas da região central mineira. Colheu café e cana-de-açúcar e foi empregado de fábrica de farinha de trigo. Ainda sobrou tempo para trabalhar em alambiques, na produção das tradicionais cachaças mineiras.

Da agricultura, Zé Pequeno não conseguiu nada além de garantir a sua sobrevivência e a da sua família. A vida ficou mais difícil quando ele sofreu um acidente que o impediu de continuar o trabalho no campo. Num dia chuvoso, Zé Pequeno voltava para casa quando foi atropelado por um automóvel. “Escorreguei ao tentar pular a enxurrada e caí. Um carro passou por cima da minha perna. Tive que colocar sete parafusos no joelho”, lembra.

Impossibilitado de prosseguir na sua atividade, Zé Pequeno – que já tinha 65 anos na época do acidente – reuniu os documentos que comprovavam sua condição de trabalhador rural e requereu a aposentadoria na agência da Previdência Social em Corinto. Ele já tinha a idade para fazer jus ao benefício. No valor de um salário mínimo, o benefício é a única fonte de renda de Zé Pequeno. “Sem esse dinheiro da aposentadoria, não conseguiria comprar meus remédios e fazer a feira. É muito importante para mim, pois sem ele não teria como sobreviver”, revela.

Do campo para a cidade

Outro brasileiro que também fez o caminho do campo para a cidade é Letício Ferreira Fontes, 90 anos completados no último dia 30 de janeiro. Filho de agricultores, foi acostumado desde criança a trabalhar na roça com os oito irmãos, em um sítio, no município de José da Penha, interior do Rio Grande do Norte.

Aos 21 anos Letício trocou a lavoura pela vida na capital e passou a servir ao Exército em Natal (RN). “Era o período da Segunda Guerra Mundial e vivíamos a expectativa de irmos para a batalha, mas felizmente isso não aconteceu”, relembra. Depois de deixar a vida militar, conheceu e casou-se com Terezinha Ferreira Fontes. Da união nasceram oito filhos, doze netos e um bisneto.

Em 1974, Letício abriu uma loja de confecções no Alecrim, tradicional bairro comercial de Natal. “Foi naquele ano, que a Previdência Social começou a fazer parte da minha vida”, lembra. Orientado por um cliente sobre a vantagem de garantir um futuro tranquilo para ele e sua família, o comerciante tornou-se contribuinte e passou a efetuar o recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social todos os meses. Em 1992 se aposentou por idade, aos 69 anos.

Hoje, aos 90 anos, Letício Ferreira Fontes se considera uma pessoa realizada ao lado da esposa Terezinha, e reconhece: “Sou feliz e tenho a segurança de ser aposentado pela Previdência Social. Sem ela, isso não seria possível”.

Novos desafios pela frente

Entre os avanços conquistados pela Previdência nos últimos anos, o ministro Garibaldi Alves Filho destaca a regulamentação do Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos federais e a criação das Funpresps; o aumento da cobertura previdenciária; e a melhoria da gestão e da qualidade de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). “Essas medidas foram importantes, mas ainda restam outros desafios, como buscar a conciliação a respeito de uma alternativa responsável ao fator previdenciário e realizar os ajustes necessários nas regras de pensões”, disse Garibaldi.

Segundo o ministro, o Ministério da Previdência tem trabalhado para garantir proteção social à sociedade brasileira sem descuidar da sustentabilidade fiscal, mas alertou que as contas previdenciárias vêm sendo pressionadas pelo processo de envelhecimento populacional. Nas próximas quatro décadas deve haver um crescimento de 1 milhão de idosos por ano, chegando a 64 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade em 2050. Atualmente, a população idosa responde por cerca de 10% da população total, patamar que deve se elevar para cerca de 30% em 2050.

“Uma das alternativas para enfrentar esse grande desafio é aperfeiçoar nossas regras de pensões que são inadequadas e destoantes daquelas aplicadas na grande maioria dos países. Em 2011, as despesas com pensões, no RGPS e nos Regimes próprios, alcançaram cerca de 2,7% do PIB. No ano 2012, apenas no âmbito do RGPS, a despesa com pensões foi de R\$ 70,9 bilhões”, calculou o ministro.

Entre as principais fragilidades no sistema de pensões brasileiro, de acordo com Garibaldi Alves, estão a concessão do benefício sem exigência de carência, a inexistência de necessidade de período mínimo de casamento ou união estável para ter direito a pensão e a pensão vitalícia para cônjuges jovens.

Com relação ao fator previdenciário, o ministro defende a necessidade de se encontrar alguma alternativa responsável para a sua extinção. Desde o seu início até o ano 2011 o fator proporcionou uma redução das despesas de R\$ 44,3 bilhões em valores atualizados. Esse montante cresce ano a ano. Garibaldi opinou que é importante buscar alternativa junto ao Congresso Nacional que permita a eliminação do fator sem comprometer a sustentabilidade a médio e longo prazos da Previdência.

Avanços em benefício dos segurados

Como aniversário é momento de planejar novos desafios, os gestores da família Previdência – que inclui o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) - lembram que estão empenhados na modernização do trabalho para facilitar o acesso e melhorar o atendimento, não só a brasileiros como José Honório, mas também àqueles que ainda serão incluídos na Previdência. Muitos avanços já foram realizados nos últimos anos. Hoje, por exemplo, um cidadão pode agendar

Nicolas Gomes



sem burocracia o seu atendimento nas agências do INSS e ser atendido prontamente, sem ter de enfrentar filas.

Para a diretora de Atendimento do INSS, **Cinara Wagner Fredo**, muitos avanços já foram alcançados nessa área, mas ainda existe muito trabalho pela frente. “A nossa primeira etapa foi o fim das filas, isso tem todo um valor simbólico para nós do INSS, porque foi um trabalho árduo dos servidores para melhorar o atendimento prestado ao cidadão. A segunda etapa foi levar o acesso dos serviços da Previdência ao segurado; isso está sendo feito a partir da criação de novas agências, da expansão da rede de atendimento, da ampliação dos canais de acesso”, afirma.

O Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX) pretende construir 720 novas agências em todo o País, em municípios com mais de 20 mil habitantes e que não possuam uma Agência da Previdência Social (APS) próxima. Só no ano passado foram inauguradas 118 agências, 190 unidades estão em processo de construção e o

objetivo é ampliar para 1.830 o número de municípios brasileiros com uma unidade de atendimento da Previdência Social.



Agência Brasil

O diretor de Benefícios do INSS, **Benedito Brunca**, que trabalha na Previdência Social há 29 anos, destaca que outro avanço significativo foi o reconhecimento de direitos dos segurados. “Saímos de uma trajetória em que tudo era feito manualmente, por formulários, em papéis nas agências - o que demandava dias para fazer um reconhecimento de direitos, geralmente de 50 a 100 dias ou mais - para um estágio em que é possível reconhecer um direito em até 30 minutos”, ressalta Brunca, que começou o trabalho no INSS em 1983 no atendimento em uma agência.

O uso da tecnologia da informação é essencial para garantir a melhoria dos serviços

Esse avanço no reconhecimento de direitos só foi possível devido à construção do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), em que os dados sobre a

vida laboral e contributiva do trabalhador ficam consolidados. O CNIS permitiu ao trabalhador ter o seu reconhecimento de direito de uma maneira mais automática, sem burocracia e com a garantia de receber o pagamento a tempo de suprir as suas necessidades.

As mudanças na Previdência ao longo dos anos têm sido uma constante e o uso da tecnologia da informação é essencial para garantir esses avanços tanto para os segurados quanto para os trabalhadores da Previdência Social. “As trocas de tecnologia têm sido contínuas dentro da Previdência, da Dataprev, do INSS e nós precisamos estar preparados para esta mudança tecnológica que já começou, mas também nós temos uma tarefa enorme pela frente para poder avançar outras estruturas que levem a esse processo de estabilização e para atingirmos o patamar que nós sonhamos para melhorar de fato o atendimento à população”, completa Brunca, que também chama atenção para a participação dos servidores em todo esse processo. “O envolvimento do servidor da Casa é fundamental para que seja possível, cada vez mais, prestar

os serviços com compromisso e qualidade e o uso da tecnologia tende a facilitar a vida do segurado e, principalmente, do servidor da Previdência”, completa.

Foco no cidadão

Hoje a Previdência Social brasileira contempla três sistemas: o Regime Geral de Previdência Social, que ampara o trabalhador brasileiro que atua na iniciativa privada e os funcionários públicos celetistas; o Regime Próprio de Previdência Social, voltado para o servidor público estatutário e militar, e o Regime de Previdência Complementar optativo, que proporciona ao trabalhador um seguro previdenciário adicional, conforme sua necessidade e vontade. Para a secretária-executiva adjunta do Ministério da Previdência Social, Elisete Berchiol, que está na Previdência há 30 anos, sua trajetória na Casa permitiu acompanhar a construção de um sistema de política pública forte e solidário.

“Posso dizer que acompanhei de perto um terço da história da Previdência e hoje posso afirmar que nós temos no Brasil uma Previdência que cuida de três regimes com foco no cidadão sem descuidar da sustentabilidade dos sistemas. Para mim é um orgulho poder fazer parte dessa política pública que constrói a cada dia um sistema de Previdência Social público, forte, solidário e que garante a inclusão social a milhões de brasileiros”, afirma.

Ao mesmo tempo em que procura modernizar o trabalho para facilitar o acesso e melhorar o atendimento aos brasileiros, a Previdência Social busca incluir cidadãos que antes não podiam contar com a proteção previdenciária. É o caso, por exemplo, das donas de casa de família de baixa renda, que desde o ano passado passaram a contar com os benefícios da Previdência Social. Hoje o País conta com mais de 382 mil mulheres que realizam o trabalho doméstico e também estão amparadas pela Previdência. “E com o programa de inclusão das

*Mais de 382
mil mulheres
realizam o trabalho
doméstico e são
amparadas*

donas de casa no sistema previdenciário, lançado em 2012, vamos ampliar ainda mais o número de mulheres com direitos aos benefícios da seguridade social.”

Em parceria com outras áreas do governo e do Sebrae, a Previdência também conseguiu realizar a inclusão no sistema previdenciário de quase 3 milhões de trabalhadores informais com o Programa Empreendedor Individual. “Esta foi, certamente, a maior ação já feita no País para dar dignidade e segurança a brasileiros excluídos dos programas de seguro da Previdência Social. Graças a isso, esses trabalhadores podem contar agora com a aposentadoria, a cobertura e a assistência médica em caso de doenças, dentre outros benefícios”, destaca Elisete.

Não obstante as conquistas obtidas nos últimos anos, ainda há muito por fazer. O desafio maior previsto no planejamento estratégico da Previdência é chegar ao final de 2015 com uma cobertura de 77% dos trabalhadores. Isto significa a inclusão previdenciária de mais 16 milhões de brasileiros. “Estamos, portanto, planejando e olhando o futuro. E ao mesmo tempo procuramos modernizar o nosso trabalho para facilitar o acesso e melhorar o atendimento aos brasileiros que querem ser incluídos na Previdência”, ressalta.



Campanha Publicitária

Presente de Norte a Sul do Brasil



Milhões de brasileiros dependem da Previdência Social para o sustento do dia a dia. Benefícios ajudam a combater a desigualdade social e garantem uma velhice com dignidade

A história do aposentado mineiro de Itamarandiba, José Honório dos Reis, nascido no mesmo dia, mês e ano em que a Previdência Social foi criada, é semelhante à história de vida de muitos outros brasileiros que garantem o sustento diário com os benefícios da Previdência, após uma vida de trabalho duro. Todos os meses, a Previdência Social é responsável pelo pagamento de mais de 30 milhões de benefícios

em todo o País. A instituição é uma das principais responsáveis pela redistribuição de renda e redução da pobreza no Brasil. Por fazer parte da vida de tantos brasileiros, podemos dizer que a Previdência é feita por pessoas. E é justamente isso o que vamos conhecer: histórias de vida de segurados de todo o País, já que a Previdência Social está presente de Norte a Sul do Brasil.



SUL

É no município de São Pedro de Alcântara (SC), localizado a 32 quilômetros de Florianópolis, que vive a aposentada da Previdência Social Mônica Lohn Hoffmann, de 72 anos. Descendente de alemães, ela vive há 52 anos em uma pequena chácara ao lado do marido, Avelino Hoffmann, de 80 anos, também aposentado da Previdência. Os dois criaram os nove filhos com o trabalho na roça: plantando milho, mandioca e cuidando do gado.

Dona Mônica e seu Avelino orgulham-se muito de suas origens: a cidade natal do casal – hoje com pouco mais de 4.700 habitantes – foi a primeira colônia de alemães do estado de Santa Catarina e conserva até hoje muitas das tradições de seus fundadores. A colônia foi fundada no início do século XIX e deu origem a diversas comunidades germânicas do Sul do País. O município sobrevive hoje do turismo rural e histórico-cultural, da produção de hortigranjeiros e de derivados de cana-de-açúcar, com destaque para a famosa cachaça de alambique produzida artesanalmente na região.

A aposentada conta que todos os que nascem em São Pedro aprendem desde criança o “alemão de lá”, que, como ela diz: “é meio misturado”. Ela explica: “O alemão de Blumenau eles já não falam”, em referência às diferenças existentes entre os dialetos das colônias de imigrantes que se fixaram nos últimos séculos no Sul do Brasil.

Dona Mônica, que a vida inteira trabalhou na lavoura, lembra as dificuldades que passou ao lado do marido para sustentar a família: “Não foi nada fácil, eu cuidava da casa, das crianças, da roça, depois o Avelino se acidentou... Mas se

fosse para passar tudo de novo eu passava”, afirma. Segundo ela, um dos momentos mais difíceis da sua vida foi quando o marido perdeu dois dedos em um acidente na fábrica de janelas em que trabalhava. “Eu precisei ser forte para apoiá-lo”, lembra com lágrimas nos olhos. Em virtude do acidente, seu Avelino também foi amparado pela Previdência Social.

“O dinheiro da aposentadoria ajuda a comprar tudo o que a gente precisa”

Apesar dos contratemplos, no entanto, dona Mônica afirma que nos últimos anos a vida está melhor. “Agora a gente tem o dinheirinho da aposentadoria, que não falha, e que ajuda muito! Com ele a gente compra tudo o que precisa: roupas, calçados, comida e, graças a Deus, pouco remédio, que a gente aqui quase não tem doença!”, comemora.



Martinho Seifert

Dona Mônica tem uma vida tranquila no interior de Santa Catarina, com seguro do INSS

Manoel Barbosa e dona Geni vivem no interior de Pernambuco. Aos 90 anos, o aposentado ainda trabalha na roça



Fotos: Bruno Brandão

Aposentadoria

Mônica Hoffmann requereu sua aposentadoria no ano 1995, poucos meses depois de completar 55 anos. Ela recorda que, na época, todas as senhoras da vizinhança estavam requerendo também a “aposentadoria do colono”, como é conhecido na região o benefício da aposentadoria rural, concedida aos trabalhadores que comprovem pelo menos 15 anos de trabalho no campo.

A dona de casa destaca que não teve dificuldades para o reconhecimento do seu direito à aposentadoria, que lhe garante um benefício de um salário mínimo por mês: “Eu fui lá na agência da capital e entreguei os documentos que eu tinha... Levei só a verdade... Depois de um tempo as assistentes sociais vieram aqui para comprovar se eu trabalhava mesmo na roça”, lembra.

Dona Mônica afirma que “apesar do dinheiro não ser muito” é a aposentadoria dela e a do seu Avelino que proporcionam a vida mais tranquila que os dois têm hoje. Ela conta com um sorriso os detalhes da festa de aniversário dos seus 54 anos de casamento e que reuniu os filhos e os netos do casal na chácara da família, no mês de março deste ano.

NORDESTE

Em janeiro de 1923, em uma casa de taipa no município de Casinhas, interior do Agreste pernambucano – a poucos quilômetros da divisa com o estado da Paraíba – nascia Manoel Sebastião Barbosa. Hoje, com 90 anos, seu Manoel pode ser descrito como um típico trabalhador rural brasileiro, que após uma vida de trabalho duro teve a renda garantida pela Previdência.

Foi com um belo sorriso que o agricultor recebeu a equipe da **Previdência Social** em seu sítio, na zona rural de Casinhas (PE). Com aparência de 60 e poucos anos, seu Manoel carregava uma lata repleta de caju, que tinha acabado de colher na roça comprada com o dinheiro que recebe há mais de 23 anos de sua aposentadoria por idade.

Casado com dona Geni Cristina da Silva, de 69 anos, também aposentada, ele se orgulha em dizer que criou os 11 filhos e conseguiu comprar um “lugarzinho” pra cada um deles com a ajuda do benefício que recebe. Seu Manoel vive em uma casa simples, mas farta de cultivo de frutas: siriguela, maracujá, coco, milho e caju. Parte do que produz é utilizada para o consumo dele e da esposa, outra comercializada e o restante dividido entre os filhos do casal.

Conquista do benefício

O agricultor lembra com saudade do tempo em que foi dar entrada na aposentadoria, aos 66 anos. Segundo ele, a requisição do benefício veio por recomendação do pai, na época com 80 e poucos anos. “Naquela época, o povo não queria se aposentar, porque era muito cheio de superstição. Hoje em dia todo mundo quer. Quem me orientou que eu já estava na idade certa foi meu pai. Fui e, graças a Deus, deu certo”, lembra.

Com o benefício, além de ajudar os filhos, seu Manoel investe na plantação, usa o dinheiro para os gastos da casa e compra os remédios da esposa. O aposentado se envaidece em dizer que não precisa de medicamentos e está muito bem

“Esse dinheiro para mim é muita coisa. Sem ele eu não passo. Essa ajuda facilitou muito! Já sofri muito nesta vida, cheguei a passar fome”

de saúde. O agricultor lamenta o tempo que vivia sem o benefício e se mantinha “com o suor do rosto e com o cabo da enxada”, como diz. Tempos difíceis que ficam só na lembrança.

“Esse dinheiro, para mim, é muita coisa. Sem ele eu não passo. Essa ajuda facilitou muito! Eu já sofri muito nessa vida, cheguei a passar fome. Quando veio a ajuda dos homens” – como ele chama o benefício da Previdência Social – “aliviou muito”, afirma. Com uma vitalidade invejável, seu Manoel Barbosa não pensa em parar de trabalhar tão cedo, enquanto tiver disposição: “Se parar é pior. O negócio é movimentar o corpo, porque senão entrea tudo”, recomenda o aposentado, cheio de saúde.

CENTRO-OESTE

Foi em 2008 que a jovem Maria Milene de Paiva Buarque, então com 19 anos, recebeu com receio a notícia de que o filho Cauã, na época com poucos meses de vida, era portador de paralisia cerebral. Moradora da região administrativa de Sobradinho (DF) – distante 22 quilômetros da capital federal – a jovem não sabia como conseguiria criar o filho, que necessita de cuidados especiais, já que ela e o marido possuíam baixa renda familiar.

Foi o próprio médico que atestou a deficiência de Cauã que orientou Maria Milene a procurar a Previdência Social. “A concessão foi tranquila! Eu só precisei trazer o laudo médico e os documentos dele para conseguir... Em menos de um mês eu já estava recebendo o benefício”, lembra a antiga empregada doméstica e hoje dona de casa que se dedica a cuidar do filho, enquanto o marido trabalha na construção civil.



José Eduardo Formosinho

Maria Milene conta com o benefício da Previdência para dar uma vida digna ao filho

De acordo com Maria Milene, o dinheiro do benefício previdenciário, no valor de um salário mínimo, é utilizado para a compra de fraldas, remédios e outras necessidades de Cauã, hoje com cinco anos de idade.

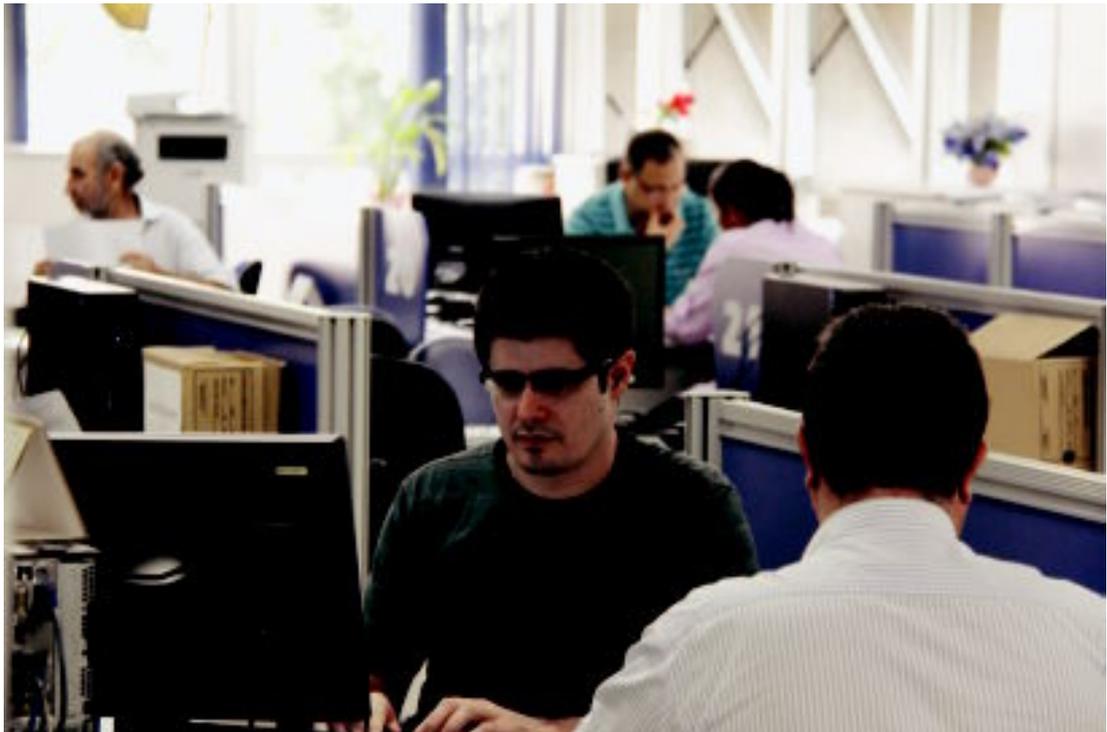
O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-LOAS), que é o que Maria Milene recebe em nome do filho Cauã, é concedido à pessoa com deficiência, e aos idosos que comprovem uma renda mensal familiar inferior a um quarto do salário mínimo por pessoa. Os requerentes são submetidos à perícia médica e à avaliação dos assistentes sociais do INSS.

Para Maria Milene, o benefício que recebe do INSS todo mês representa a possibilidade de oferecer uma vida digna ao filho. Segundo a dona de casa, ela não teria condições de garantir as necessidades de uma criança deficiente sem a contribuição que recebe todos os meses do INSS. Ela destaca o apoio que recebe da mãe e do marido para a criação do filho.

Assim como Maria Milene, milhões de segurados da Previdência contam com o benefício mensal para ter uma vida digna.

Previdência investe na melhoria do atendimento

Ampliação da rede de agências e do quadro de pessoal são prioridades para encurtar o tempo de espera do segurado pelos serviços previdenciários. Adoção de novas tecnologias também facilitam



Nicolas Gomes

Fim das filas na Previdência: os segurados agendam o atendimento por telefone e são recebidos no dia e hora marcados

Ao longo dos seus 90 anos, completados em janeiro de 2013, a Previdência Social passou por várias transformações para cumprir a sua missão de atender melhor aos mais de 30 milhões de segurados espalhados pelo País. E esse esforço tem refletido na melhoria da imagem da instituição perante a sociedade.

Depois de transformar em passado as imagens de aposentados e pensionistas que varavam madrugadas na busca de uma senha para atendimento nas agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Previdência pretende dar um novo salto na qualidade do serviço que oferece aos seus segurados. Para isso está

ampliando seu quadro de servidores e entregando novas Agências da Previdência Social (APS) à população de todas as regiões do País.

Para 2013, está previsto concurso visando a contratação de 500 analistas do seguro social, cujas vagas já foram autorizadas pelo Palácio do Planalto. No ano passado, o INSS contratou 2.500 aprovados em concurso público. O objetivo é diminuir o tempo de espera de atendimento por parte dos segurados nas agências espalhadas nos municípios.

Todos os 2 mil novos técnicos do seguro social e 500 peritos médicos previdenciários nomeados



A Central 135 acabou com as filas na porta das agências da Previdência em todo o País

em 2012 foram lotados no atendimento realizado nas novas Agências da Previdência Social (APS) que fazem parte do Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX), ou nas que estavam com carência em equipe. O aumento do quadro em 2.500 servidores inclui nomeações adicionais de 2.000 técnicos e 425 peritos além do previsto no edital de abertura do concurso.



Modelo

As provas do concurso realizado em 2012 foram aplicadas não apenas nas capitais de todas as unidades da federação, mas também nos demais municípios que são sede de gerência executiva. A expectativa é que o concurso de analista, previsto para ocorrer até o final deste ano, siga esse mesmo padrão. As vagas de analista – devido à natureza do cargo, que exigirá formação superior em graduação específica – deverão ser distribuídas entre as gerências-executivas, superintendências e sede do INSS.

“O aumento do quadro de pessoal e a maior capilaridade da rede são essenciais para a melhoria do atendimento, o aumento da cobertura previdenciária (tanto em número de beneficiários e contribuintes quanto na gestão dos novos benefícios) e a maior proximidade com o cidadão-beneficiário”, afirma o diretor de Gestão de Pessoas do INSS, José Nunes Filho. “Porém, é a formação continuada dos gestores o grande impulsionador da qualidade dos serviços”, ressalta.

Além das já exigidas formações de “gestores” e em “gestões estratégicas”, a partir do primeiro semestre de 2013 será obrigatório para os

gerentes de APS o curso de “Saúde e qualidade de vida no trabalho”. No segundo semestre, está prevista a implementação da “gestão em equipe” e da “gestão em processo” como requisitos para o cargo. São muitos os pedidos para participar dos cinco cursos, que têm o objetivo de atender, além dos gestores, também aos demais servidores.

“O ensino a distância (EAD) de qualidade é a ferramenta que encontramos para atender à enorme demanda dos quase 40 mil servidores espalhados por todo o País”, explica José Nunes. “Os cursos EAD têm dado resultados práticos. Temos alcançado uma formação que consegue melhorar o objetivo final, que é o atendimento do segurado. A ênfase em EAD nos últimos três anos tem nos proporcionado, ainda, *know-how* na área. A qualidade dos cursos tem melhorado”, acrescenta Nunes.

Novas tecnologias

Além do reforço na contratação de pessoal para agilizar o atendimento aos segurados, a Previdência Social também adotou nos últimos anos uma política ousada de investimento em novas tecnologias que hoje servem de exemplo de boa gestão para outros setores do governo federal.

Os chamados canais de atendimento acabaram com as filas nas portas das agências do INSS e humanizaram os serviços prestados aos segurados. Hoje, para marcar um atendimento, com dia e hora, basta o segurado ligar para a Central 135 e programar a sua agenda. A central foi um

marco histórico: transformou as filas em passado e permitiu outros avanços, como a comunicação direta aos segurados que já completaram o tempo de serviço e que têm direito à aposentadoria.

Outro serviço adotado pela Previdência e que facilitou a vida dos segurados é a Agência Eletrônica na internet (www.previdencia.gov.br). A parte destinada aos segurados disponibiliza os serviços da Previdência, como agendar o atendimento eletrônico, requerer o auxílio-doença, consultar perícias médicas já agendadas, consultar o calendário mensal de pagamento de benefícios, retirar o Extrato Previdenciário mediante apresentação de senha, entre outras facilidades.

A Previdência também se preocupou em facilitar a vida do empregador e disponibilizou serviços como orientações para preenchimento da Guia da Previdência Social (GPS), consulta aos editais de intimação e de publicação de resultados de julgamentos relacionados ao Fator

Acidentário de Prevenção (FAP), acompanhamento dos processos das decisões das Câmaras e Juntas de Recursos da Previdência Social, entre outros serviços.

Atualmente, a Agência Eletrônica recebe mais de um milhão de acessos por mês, principalmente nos serviços: agendamento eletrônico, Guia da Previdência Social, auxílio-doença, aposentadoria por tempo de contribuição e simulador de aposentadoria.

A Sala de Monitoramento foi outra evolução tecnológica adotada pela Previdência e que virou caso de sucesso em melhoria de gestão em todo o governo federal. A sala permite ao gestor acompanhar, em tempo real, o atendimento em todas as agências do INSS espalhadas pelo Brasil e intervir para corrigir possíveis problemas, melhorando o tempo de atendimento aos segurados. A própria presidenta Dilma Rousseff se encantou com o serviço e recomendou a sua aplicação nos diversos órgãos federais.



Novas agências encurtam distâncias

Mas não é só no investimento em pessoal e em tecnologia que a Previdência trabalha para melhorar os serviços para os milhões de segurados. Ela também está investindo forte na abertura de novas agências em todo o País.

O Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX) pretende construir 720 novas agências em municípios com mais de 20 mil habitantes e que não possuam uma Agência da Previdência Social (APS) próxima. Só no ano passado foram inauguradas 118 agências, 190 unidades estão em processo de construção e o objetivo é ampliar para 1.830 o número de municípios brasileiros com uma unidade de atendimento da Previdência Social. Este ano está prevista a entrega de mais 118 novas agências.

Até abril deste ano, 238 agências incluídas no PEX já haviam iniciado o atendimento ao público. Delas, pelo menos 60 foram inauguradas pelo ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho. Até 2015, 479 novas APS estão previstas para serem inauguradas. Mais de R\$ 1 bilhão está sendo investido na ampliação e recuperação da rede.

Um exemplo de sucesso de gestão pública

Melhoria no atendimento e fim das filas nas agências do INSS foram apresentadas como experiências bem sucedidas no serviço público

O fim das filas nas portas das agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a otimização no atendimento aos segurados foram mostrados como exemplos de sucesso da Previdência Social na 1ª Jornada Internacional da Gestão Pública, organizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), em Brasília, no mês de março. O evento debateu a gestão pública, elencando desafios e compartilhando experiências em âmbito nacional e internacional.

O secretário-executivo do Ministério da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, foi um dos convidados para o segundo painel do dia 12 de março:

“A Melhoria da Prestação de Serviços Públicos”. Gabas falou sobre a experiência de gestão que comandou nos últimos 12 anos na Previdência, que acabou com as filas no INSS.

Gabas explicou que o sucesso foi alcançado devido à mudança de cultura dentro da organização. “Passamos a dar mais atenção às pessoas”, declarou. Ainda de acordo com o secretário-executivo, a melhoria só foi possível porque houve investimento do governo federal e apoio dos servidores: “Fizemos uma grande aliança entre os servidores e a Administração”.

Ele destacou como a instituição executou o plano de gestão que otimizou o trabalho da Previdência Social e mostrou, em tempo real, como estava o atendimento nas agências, acessando a sala de monitoramento do INSS.

Segundo ele, até 2004 uma pessoa poderia esperar até 180 dias para ser atendido. “Hoje, isso leva 30 minutos”, comemorou.

O evento, que teve como objetivo debater as conquistas e os desafios da gestão pública, contou ainda com a presença de outros especialistas nacionais e internacionais, que dividiram suas experiências em seus países e debateram como melhorar o atendimento à sociedade. Outras autoridades da Previdência Social também participaram das discussões: a secretária-executiva adjunta, Elisete Berchiol; o presidente do INSS, Lindolfo Sales; o diretor de benefícios do INSS, Benedito

Brunca; e a diretora de atendimento do INSS, Cinara Fredo.

“Cada vez mais, as ações do Estado visam atender bem o cidadão. Esse é o centro do debate”

O cidadão como prioridade

Na abertura do evento, a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, destacou a importância dos governos federal, estaduais e municipais de promoverem sempre ações para prestar um atendimento com qualidade ao cidadão. “Acredito que, cada vez mais, as ações do Estado brasileiro, dos governos estaduais e municipais, visam atender bem o cidadão. O centro do nosso debate será sobre como voltar as ações do governo para atender o cidadão”, disse.

O secretário Carlos Eduardo Gabas apresentou o modelo previdenciário no seminário sobre gestão pública



ENTREVISTA / CARLOS EDUARDO GABAS
Secretário-executivo da Previdência Social

Cidadania em tempo real

Que experiências o sr. enumera como positivas na Previdência nos últimos anos?

É uma oportunidade muito boa para a Previdência Social apresentar suas experiências, mas também é uma oportunidade de aprendizado. A experiência da Previdência é uma situação que, imagino, não esteja

acontecendo muito no País, porque conseguimos transformar a Previdência, de uma das entidades mais apontadas como ineficientes, para um símbolo de boas práticas, boa gestão, com medidas simples, sem contratação de grandes consultorias. A gente costuma dizer que fizemos arroz, feijão e amor - esses componentes juntos fizeram que desse certo. Claro que com forte ajuda do governo federal, tanto do governo do ex-presidente Lula quanto da presidenta Dilma. Nós temos tido a oportunidade de fazer investimentos na Previdência e estabelecer um mecanismo de gestão eficiente que seja capaz de monitorar melhorias e apresentar falhas no nosso sistema de atendimento. Isso nós costumamos dizer que é cidadania em tempo real. Quando colocamos um painel de atendimento para as pessoas acompanharem, sejam os gestores ou pessoas de fora, nós estamos dando a elas cidadania, controle social e participação.

A ministra acredita que a troca de informações será importante para melhorar o trabalho dos governos. “A jornada foi preparada para discutir as experiências e refletir sobre os novos desafios para a administração pública no Brasil e no mundo. Cada um dos órgãos envolvidos têm sua própria agenda de gestão. E a agenda do governo federal certamente será influenciada pelo debate que vai ser feito aqui”, declarou Miriam Belchior.

A secretária de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Ana Lúcia Amorim de Brito, ressaltou a excelência de programas voltados para a cidadania que são referências em gestão pública. “O Brasil sem Miséria, por exemplo, é um case [assunto] que o mundo todo vem conhecer: como nós fazemos o pagamento do benefício direto ao cidadão, por meio de cartão eletrônico, em

qualquer lugar do Brasil. Outro case brasileiro é a urna eletrônica. O mundo vem para conhecer o nosso processo eleitoral, sobre como nós sabemos o resultado da eleição de forma rápida segura”, disse a secretária.

Ana Lúcia também entende que o Brasil pode aprender muito sobre gestão pública com a experiência de outros países. “Um exemplo é a gestão por resultados, muito forte na Inglaterra. O estabelecimento de metas e de indicadores de desempenho é um desafio no âmbito da gestão pública. Na Inglaterra, até o transporte público tem metas de cumprimento de horário. Nós temos estudado os

modelos deles, sobre como estabelecer metas estratégicas, desdobrá-las até o servidor e conseguir que seja uma coisa executável e que traga resultados para a melhoria do serviço público”, destacou a secretária.

“O estabelecimento de metas e de indicadores de desempenho é um desafio no âmbito da gestão pública e busca a melhoria dos serviços”

E como foi esse processo de transformação?

Nós queremos uma gestão participativa, queremos a sociedade nos cobrando e apontando nossas fragilidades para que possamos, junto com os servidores - essa é uma parceria dos servidores, nós não faríamos nenhuma transformação se não houvesse a participação e o engajamento efetivo dos servidores. Essa parceria fez que ao longo dos últimos 12 anos fizéssemos mudanças importantes. Sabemos dos desafios, que são enormes, mas temos convicção de que com essa parceria mantida e fortalecida conseguiremos superar essas dificuldades, na melhoria contínua dos nossos serviços à sociedade.

Qual é a próxima meta da Previdência?

Primeiro precisamos consolidar todo esse conjunto de mecanismos que colocamos a

serviço da gestão. A sala de monitoramento é um mecanismo de gestão, mas os indicadores não resolvem por si só, precisam ser calibrados, melhor apresentados, melhor monitorados, precisamos dar condições para que os servidores possam atingir as suas metas. Então é um processo de ajuste, de melhoria contínua, que não pode ser interrompido, precisa ir adiante. Isso consolidado, teremos novos desafios, que são cada vez mais pela eliminação de papel, eliminação da presença física das pessoas nas agências e ampliação dos serviços automáticos, na melhoria do tempo de atendimento dos segurados. Nós demos um grande salto de qualidade quando passamos a enviar para as pessoas uma carta de aviso de aposentadoria, daqueles que se aposentam por idade. Queremos dar outros grandes saltos como este para melhorar cada vez mais nossos serviços para a sociedade. Esse é o grande desafio da Previdência hoje.

Sala de Monitoramento revolucionaria atendimento

Gestores da Previdência acompanham, em tempo real, os atendimentos nas agências do INSS espalhadas pelo País, corrigindo distorções e melhorando o funcionamento



Nicolas Gomes

O atendimento nas agências em todo o País é monitorado

Desde 2009, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tem uma ferramenta que registra, a cada ano, melhora significativa no atendimento ao segurado: a Sala de Monitoramento. Criada para auxiliar os gestores do INSS, a sala monitora, em tempo real, o funcionamento das Agências da Previdência Social (APS) no País. Hoje, ela funciona não só para dar suporte ao gestor, mas também para munir o instituto de informações com o objetivo de melhor atender o segurado da Previdência Social.

Segundo Makyson Teixeira, chefe da Sala de Monitoramento, antes da ferramenta existia

uma dificuldade muito grande para avaliar a gestão e gerir, por si só, o trabalho nas agências, mas agora há transparência nesse sentido. As informações sobre o cotidiano das APS eram restritas a algumas pessoas; agora qualquer servidor do INSS tem acesso e pode também ajudar na gestão do seu local de trabalho.

Disponíveis em vários painéis, as informações são atualizadas a cada 15 minutos. É possível acompanhar os indicadores de atendimento e saber quando, como e por que uma agência está com lentidão na prestação do serviço ao cidadão. Entre os indicadores visualizados estão



a quantidade de pessoas esperando para serem atendidas, o tempo médio de espera, a duração do atendimento no guichê, o número de servidores e os gastos na unidade, além dos equipamentos disponíveis até o momento.

Uma das informações que mais contribuiu para um atendimento de qualidade foi a visualização da demanda em cada serviço, como aposentadoria, perícia e cadastro do segurado. Hoje, os gestores conseguem identificar qual serviço tem uma procura maior e remanejar as vagas para aquele que mais necessitar. “Com essa ferramenta começamos a ver distorções no atendimento e no número de vagas. Só então conseguimos melhorar a oferta de vagas em cada serviço”, ressalta Teixeira.

Como funciona

A Sala de Monitoramento veio com a proposta de agilidade na resolução de problemas no atendimento. Quando ocorre alguma distorção, o chefe da agência recebe, automaticamente, um e-mail para que tome as medidas necessárias para que o atendimento volte à normalidade. Se nenhuma resposta for prestada, o sistema envia outra mensagem, desta vez ao gerente-executivo responsável pela região da APS. Em caso de não haver resposta, o próximo contatado é o superintendente regional e, em seguida, a Diretoria de Atendimento do INSS.

As situações atípicas no atendimento são detectadas por meio dos indicadores estabelecidos no plano de ação do INSS de cada ano, que são a base para avaliar o que se enquadra nos padrões de normalidade. Por exemplo, a meta do INSS é que nenhum processo de concessão de

benefícios fique mais que 45 dias em análise. Quando a agência registra, pelo menos, um processo nessas condições, o gestor da APS é avisado pelo sistema por meio de e-mail.

Novas ferramentas

Nos últimos meses, inovações na Sala de Monitoramento permitiram melhorar ainda mais a gestão do atendimento. Uma das novidades foi a inclusão da Agenda – SAE (Sistema de Agendamento Eletrônico) que permite ao gestor visualizar a próxima data disponível para agendar determinado serviço, o que ajuda na informação precisa e ágil prestada ao segurado.

A Agenda – PM (Perícia Médica) é outra nova ferramenta. Antes, o segurado que tivesse pendência administrativa, como documentos ou exames a apresentar, era encaminhado ao médico perito, que não poderia examiná-lo sem que a pendência fosse resolvida. O segurado era obrigado a voltar ao atendimento no guichê e, posteriormente, ser atendido pelo médico perito.

Agora, a Agenda – PM detecta a pendência antes da realização da perícia. Assim, o servidor da agência liga para o segurado, para que ele chegue antes e traga os documentos necessários para ser atendido na perícia médica.

Os avanços no setor permitiram melhorar o serviço

Diariamente, a nova ferramenta Retrato da Unidade mostra os indicadores de atendimento, como as senhas emitidas em determinado dia, a quantidade de perícias marcadas, os agendamentos mantidos e a hora em que a agência começou a funcionar.

“Agora, todos na agência têm a opção de serem proativos”, afirma Makyson Teixeira.

Trabalho e dedicação superam dificuldades

Uma servidora com 30 anos de serviços prestados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à sociedade. Natural de Dois Córregos (SP), Elisete Berchiol da Silva Iwai, secretária-executiva adjunta do Ministério da Previdência Social, resume seu trabalho em dois pilares: comprometimento e respeito, tanto interno quanto externo. Ao longo da carreira passou por grandes e decisivos momentos. Viveu uma época em que o atendimento ao público era visto como um caos. Filas, acúmulo de processos, venda de senhas. Mas também participou ativamente do processo de mudança de gestão. Nesta entrevista, Elisete fala desse passado, do presente e das perspectivas de um futuro calçado pelo planejamento.

Como foi o início de carreira?

Entrei no concurso do então Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), extinto ao ser fundido com o Instituto Nacional de Previdência Social. Fiquei lotada no gabinete do agente. Fazia folha de pagamento, como um ponto de apoio de Recursos Humanos, centralizado nas Superintendências. Como atuava no gabinete também tive um pouco de experiência nas áreas de orçamento, finanças, tesouraria e pagamentos. Naquela época fazíamos pagamento em moeda dentro da agência para quem viajava, buscava atendimento do INAMPS, INPS em outras unidades. Saí de Andradina em 1985 e fui para Araçatuba (SP), onde passei a trabalhar na arrecadação e fiscalização. Foram muitos anos. Assumi a chefia da seção, atuei um tempo razoável, nessa área de arrecadação com a emissão de Certidão Negativa de Débitos (CND), regularização de obras na construção civil (pessoa física e jurídica), inscrição de contribuintes individuais, registro de CNPJ de empresas que precisavam passar pelo cadastramento no INSS, e apoio à fiscalização. Depois assumi a chefia

de orçamento, finanças e contabilidade, numa área mais de administração do INSS. Trabalhei alguns anos no orçamento e também substituí a chefia de administração que cuidava de logística, RH e de orçamento. Foi ali que me identifiquei bastante com a área de gestão, organização e administração efetivamente. Em 2003 assumi a Gerência-Executiva de Araçatuba, onde fiquei até meados de 2006, até que, a convite do ministro Nelson Machado, assumi a Superintendência do INSS no Estado de São Paulo. Participei da equipe que fez uma reestruturação do INSS, diminuimos o número de superintendências e passamos a ter as cinco gerências regionais com um papel diferenciado: ser um pólo de administração que desse suporte às gerências-executivas e à Direção Central do INSS.

E depois veio para o Ministério?

Sim. Aqui estou há dois anos e meio. Procuo desempenhar meu trabalho sempre pensando no que eu gostaria de receber como serviço prestado por um servidor. Quando agimos assim vamos construindo um caminho pavimentado por respeito, contribuição e parcerias. Sempre foi assim no INSS e agora no MPS. É assim que penso.

O que a senhora destaca como piores momentos da gestão?

O pior momento foi de filas e de caos no atendimento, em 2003/2005. Este período foi uma fase de mudança da forma de atendimento, com a saída dos terceirizados administrativos e o início da política de gestão de pessoas que aconteceu no INSS. Veio também a crise de 2006 no atendimento da Perícia Médica, porque em 2005 começamos a transição da saída dos terceirizados e



a admissão do quadro próprio de médicos peritos para atuar na avaliação da capacidade laborativa.

Quando assumi a Superintendência de São Paulo, estávamos num período muito crítico desse atendimento, da oferta do serviço. Tínhamos agências concebidas num modelo para não haver consultório médico. O desenho era fazer as perícias nos consultórios médicos credenciados. Era preciso absorver esse trabalho dentro das unidades sem ter estrutura adequada para receber os médicos que estavam entrando e precisavam realizar as perícias. Foi um período extremamente difícil e onde nasceu a necessidade de fazer algumas agências que dessem condições de dar esse atendimento e ai surgiram as BI (agências de benefício por incapacidade) que naquele momento foi necessário por falta de consultório nas agências, embora houvesse uma relutância da casa em fazer esse tipo de agência. A implantação da primeira agência foi em São Paulo; inclusive o presidente Lula participou da inauguração.

Mas aquele também foi um momento crítico com relação a essa mudança de pessoal?

Os servidores vinham de uma política de achatamento salarial e de não-valorização do servidor. Isso culminou com a não-realização de concursos; servidores desmotivados e sobrecarregados com o trabalho que era necessário fazer nas agências. Também estavam sem perspectiva de carreira; de melhoria salarial e de um horizonte para conquista dessa categoria. Houve nesse período uma ebulição no meio dos servidores que culminou com várias e longas greves dos servidores, uma delas que chegou a 30 dias.

A sociedade ficava então sem a prestação de um importante serviço público. E os servidores, como enxergavam essa situação?

Era muito ruim para o servidor ver isso, mas ele estava ali num momento crítico. A política da terceirização

trouxe um descrédito e desvalorização muito forte para o servidor público. Do outro lado estava o cidadão afetado num momento de muita fragilidade, seja por doença, perda de um familiar, ou num momento em que está para se aposentar. Sempre quando as pessoas chegam à Previdência é por uma necessidade e uma expectativa de que ali vai ter direito ao benefício pelo qual pagou. Mesmo aqueles que vêm buscar um benefício assistencial. Eles estão num momento de muita dificuldade. E eles encontravam portas fechadas.

Tinha uma crise instalada. E qual foi a solução?

Foram pactuadas várias ações com outros órgãos do governo federal, com apoio irrestrito do presidente para que a situação fosse resolvida. Houve iniciativas de melhoria da gestão como o programa PGA - Programas de Gestão do Atendimento, mas também ocorreram discussões com as entidades representativas dos servidores para formular uma política de pessoal, mesmo não tendo num primeiro momento reajuste ou a implementação do total dos valores, mas que reconhecia o trabalho e que ao longo de alguns anos seriam contemplados muitos dos anseios dos servidores. Estou falando do Plano de Carreiras que foi negociado na última greve que houve no INSS. Houve entendimento, respeito e confiança estabelecidos entre a gestão de que iria ocorrer, sim.

E então a carreira foi estruturada?

Conseguimos estruturar a carreira com o apoio do presidente, do Ministério do Planejamento, do Governo. Isso trouxe um ganho significativo que, aliado às ferramentas de gestão, fizeram que o INSS saísse das páginas policiais. Na época a Rádio Bandeirantes entregava mensalmente o troféu "Trombone de Ouro" para aqueles órgãos ou empresas com mais reclamações no mês e nós recebemos várias vezes. Era muito dolorido para os servidores. Mas naquele momento havia uma esperança, uma luz no fim do túnel para sair dessa fase complicada.

A senhora se engajou na luta contra a privatização?

Lutei muito contra a privatização. Atuávamos por meio de uma associação e fizemos muitas manifestações. Tínhamos um grupo muito articulado por uma política de Previdência Social. Este comprometimento, que já

existia antes, fez com que a gente se engajasse na gestão de um governo que reconhecia isso. A virada na política foi no governo Lula, com a decisão pelo fim da terceirização e reforma da Previdência. Já a virada na melhoria do atendimento, com certeza, consolidou a partir da gestão de Nelson Machado, em 2005. Houve essa priorização na melhoria, criou-se a Diretoria do Atendimento no INSS.

Um olhar hoje sobre a Previdência Social – 90 anos?

Emociona quando a gente vê o INSS citado como um case de sucesso de que é possível fazer a transformação de uma gestão ineficiente para uma gestão que atende seu cidadão, reconhece, valoriza e que passa a reconhecer, mudando o paradigma de conceder e sim reconhecer o direito.

Essa mudança entre conceder benefício e reconhecer direito é a chave da mudança que nós tivemos; à medida que você reconhece direito com mais qualidade do atendimento, na informação, é extremamente importante.

Outro passo muito importante que emociona e que precisamos expandir mais é no controle da sociedade sobre suas contribuições, passando a ser um fiscal do recolhimento. À medida que incentivamos o trabalhador a fazer esse controle nós estamos também dando um passo muito importante.

Ter na base de dados informações e avisar que o cidadão já tem direito ao benefício também foi outra grande mudança. Passamos a disponibilizar essas informações. Conseguimos perceber a dimensão à medida que o serviço vai sendo implementado. O estado não é só o guardião da informação, mas também o que cuida de garantir o seu direito.

A reputação da instituição continua ameaçada?

As mudanças acontecem de uma forma gradual. Não se consegue reverter uma gestão ineficiente de décadas em cinco, oito, dez anos. É um processo de reconquista da confiança da sociedade e de internalização na instituição desse novo papel de guardião da informação, mas também que deve para a sociedade essa troca de informação.

Estamos trabalhando no aperfeiçoamento dos nossos sistemas para que eles ofereçam, cada dia mais,

segurança na informação e agilidade na prestação do serviço. Este é um compromisso do governo brasileiro, que trabalha sempre com o foco no cidadão, de oferecer um serviço mais ágil e eficiente à população. Essas mudanças, ao deixarem o segurado mais satisfeito, também contribuem ao bem-estar do servidor que recebe de imediato o retorno do cidadão que é atendido em nossas agências.

Daqui para frente é avanço?

Vamos ter ainda algumas dificuldades, enfrentar alguns desafios, mas isso faz parte de um processo de melhoria para uma Casa desse tamanho. Temos o atendimento diário, o agendamento, a Sala de Monitoramento, o planejamento estratégico que envolve o Ministério como um todo. Temos a diretriz da nossa missão, visão, macro- ações e objetivos para implementar. Tem também os Planos de Ação com metas pactuadas com os servidores e monitoradas. No contexto do atendimento do INSS, o Painel de Desempenho é uma forma de acompanhar como estamos desenvolvendo essas ações de forma organizada e programada. Antes eram problemas em todas as áreas, hoje estão mais localizados. Com as ferramentas temos essa visão, esse mapa que permite enfrentar todo tipo de problema.

E como é esse seu sentimento pela instituição?

O servidor incorpora a Previdência na vida pessoal, familiar. A família ajuda a gente (filhos, marido), todos acabam participando dessa vida. O servidor não consegue ser um trabalhador que sai do trabalho e se desliga. A Previdência acaba sendo inserida na vida dele como um todo. É muito mais do que um contrato de trabalho, como é o meu caso. São madrugadas de trabalho, finais de semana, dedicação, amor.

Ao completar 30 anos de casa, quais os projetos futuros?

Na vida, tanto pessoal, como profissional, temos ciclos e estou pessoalmente e profissionalmente em um ciclo de um grupo de servidores que está para passar o bastão. Então tem que começar a pensar a preparar a saída de cena de um grupo e ajudar a passar essa cultura para quem vai assumir a responsabilidade da



continuidade do trabalho da Previdência. Do ponto de vida pessoal os filhos estão formados. Sinto uma realização muito forte, da família que me deu suporte, o marido, companheiro de luta que sempre me apoiou. Não foi fácil, porque a Previdência exige muito, mas hoje a gente vê uma família com três filhos maravilhosos e bons cidadãos.

A serenidade sempre esteve junto?

Isso é do meu perfil. É gratificante manter relacionamento, amizades, dentro e fora do trabalho, de longa duração. Dá orgulho ver pessoas com quem compartilhei muitas dificuldades mas que a relação de amizade só cresceu com isso, assim como a confiança e o companheirismo.

Uma mensagem...

A mensagem é de muita confiança no governo que estamos construindo, nas políticas públicas que estão sendo implementadas de fazer com que o seu cidadão cresça junto com o País. Vemos essa inserção num contexto de valorização e de reconhecimento dos servidores públicos e trabalhadores.

Meio século de seguridade social

Uma história contada por quem ajudou a construir a Previdência brasileira e presenciou os principais avanços na área de proteção social

Memória viva da Previdência Social. É assim que é tratado dentro da família previdenciária Jorceli Pereira de Souza, 68 anos, goiano de Ipameri e que começou sua vida profissional com 17 anos, em 1962, no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários (IAPB). Desde então, Jorceli presenciou os principais avanços na área da proteção social e até ajudou a construir a história da Previdência Social brasileira.

Com grande conhecimento de legislação e normas, uma das mais significativas contribuições de Jorceli foi a participação na elaboração do texto final das leis 8.212/91 e 8.213/91 - que regulamentaram a Constituição de 1988 no que diz respeito à Previdência Social.

Após dois anos de discussão dentro do então Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), o texto do projeto de lei que regulamentaria a Previdência Social foi encaminhado ao Congresso Nacional. Jorceli foi o elo entre o

ministério e os parlamentares para conduzir a redação final do texto. Ele lembra que, logo na primeira semana, o projeto recebeu 25 mil propostas de emenda. “Tínhamos que analisar emenda por emenda para ver o que aceitávamos e não aceitávamos. Um trabalho de negociação, ajudando a dar uma forma final ao texto”, relembra o servidor.

A formação em português, inglês e latim ajudou Jorceli na elaboração de textos normativos com qualidade. Durante seus quase 50 anos trabalhando com Seguridade Social, o servidor já foi diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social, elaborou pareceres técnicos sobre todos os projetos de lei que surgiam no Congresso Nacional e que tratassem sobre Previdência e participou da negociação de acordos internacionais.

Em 1978, quando foi requisitado para trabalhar no Ministério da Previdência Social (MPS), ficou responsável pela análise dos projetos em tramitação no Congresso Nacional. “Se um deputado

Jorceli recebe homenagem por seus bons serviços prestados à Previdência



Foto: Arquivo Pessoal



Jorceli atuou fortemente na negociação de acordos internacionais em benefício dos brasileiros

apresentasse projeto de lei sobre previdência, tínhamos de elaborar um parecer dizendo qual era a posição do Ministério – se era válido, se era ou não viável, quais os impactos econômicos, financeiros e sociais”, conta Jorceli.

Nessa época, uma proposição chamou a atenção do servidor. Em plena década de 1980, um projeto de lei previa a criação de um benefício para mulheres que não se casassem até os 30 anos. “Isso não tinha muito a ver com o seguro social e foi em uma época em que a mulher estava realmente se impondo no mercado de trabalho, se profissionalizando, enfim, conquistando seu espaço. Tivemos que buscar argumentos em movimentos feministas para poder refutar a ideia, dizer que isso era contra os tempos modernos”, lembra Jorceli.

Nos últimos anos de trabalho no MPS, Jorceli participou da discussão e elaboração dos textos de acordos internacionais. Foi apelidado de “The Flash” pelos colegas, em razão da agilidade com que conduzia as negociações para a elaboração do texto definitivo dos acordos. Com o Japão, por exemplo, o texto foi fechado em apenas duas semanas, tempo recorde no histórico de negociações dos japoneses. Jorceli foi chefe de delegação dos acordos com Japão, Canadá, Bélgica e França. “Foi quando tive a oportunidade de fazer algo mais dinâmico, objetivo”, afirma, entusiasmado.

Pouco depois de começar a trabalhar no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários (IAPB), Jorceli Pereira presenciou a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que unificou todos os institutos existentes na época. “Com isso tivemos unificadas a legislação e a administração. Todos os trabalhadores passaram

a ter os mesmos direitos e deveres em uma administração centralizada”. A unificação da legislação ocorreu em 1960, com a criação da Lei Orgânica da Previdência Social. Até então, cada instituto tinha a sua própria lei e os direitos e deveres eram desiguais entre os trabalhadores e as classes sociais.

“Todos os trabalhadores passaram a ter os mesmos direitos e deveres”

Para Jorceli, outra conquista importante foi a criação do Ministério da Previdência Social, em 1974.

Jorceli trabalhou no Ministério da Previdência Social até setembro de 2011, quando se afastou por motivos de saúde. Na época, ele ocupava o cargo de coordenador-geral de Legislação e Normas da Secretaria de Políticas de Previdência Social. “A Previdência Social envolve assuntos que dizem respeito ao bem-estar humano. Dessa forma, ela se torna muito atrativa, pois você tenta buscar soluções que tragam bem-estar às pessoas”, avalia.

Livro histórico

Jorceli Pereira de Sousa foi o principal autor do livro “Os 80 anos da Previdência Social”. Em dois meses de pesquisa o servidor reuniu arquivos, curiosidades e documentos que contam a história da Previdência no Brasil. Para tornar a leitura mais dinâmica, Jorceli fez um paralelo entre os avanços da Previdência e os fatos históricos que marcaram o País.

Uma das curiosidades contadas no livro é que em 1821, no Brasil, quem tinha 30 anos já podia se aposentar sem nunca ter contribuído. Além disso, a obra conta com fatos interessantes como o primeiro auxílio-natalidade e o primeiro processo de aposentadoria.

PEP promove inclusão previdenciária no País

Programa completa 13 anos levando informações sobre proteção da Previdência Social aos lugares mais distantes do Brasil



Fotos: Educação Previdenciária

Os agentes do PEP levam a educação previdenciária para dentro das escolas

Há 13 anos, a equipe do Programa de Educação Previdenciária (PEP) leva informações sobre a proteção da Previdência Social às mais diversas comunidades no Brasil. Quanto menor o acesso dos cidadãos aos serviços previdenciários, maior é a presença dos disseminadores do programa. “As ações do PEP vão muito além do ato de informar. A interlocução entre a Previdência e a sociedade ajuda os indivíduos a compreender e a exercer seus direitos e deveres junto à Previdência Social”, explica o coordenador do PEP, Everaldo Bernardes Oliveira.

Os projetos do PEP sempre tentam alcançar os públicos mais excluídos da sociedade ou que tenham dificuldade de acesso à Previdência Social. Uma das políticas do programa é criar conscientização sobre a importância de se ter proteção social desde cedo. O “PEP nas Escolas”

é o projeto que leva informações previdenciárias a jovens de escolas públicas e privadas. Especialmente para esse público, foi criada a cartilha “Aprendendo com a Previdência Social”, que ensina de forma didática como o jovem pode se inscrever na Previdência e quais as garantias oferecidas por ela.

Na escola municipal Professora Vera Lúcia Schimdt, localizada no Assentamento Piratininga, a 100 km da cidade de Nova Ubiratã (MT), as crianças receberam a cartilha numa das primeiras palestras do “PEP nas Escolas” no Mato Grosso. A coordenadora do PEP da Gerência-Executiva de Cuiabá, Maria das Graças da Silva, afirma que as crianças gostam de interagir e têm interesse maior em aprender. “As crianças são muito curiosas e se relacionam facilmente com o tema Previdência Social, apesar de ser algo distante da rotina delas”.



Desde 2000, 8,9 milhões de pessoas foram beneficiadas pelas ações do PEP. Nesse período, mais de 65 mil ações foram promovidas em todo o Brasil. Geralmente, as ações são realizadas em parceria com diversos segmentos organizados da sociedade, como sindicatos, associações de classe, cooperativas, entidades educacionais e religiosas, ONGs, entre outros. “Sem esse apoio, não teríamos conseguido tantas vitórias”, destaca Oliveira.

A missão do PEP é promover a inclusão dos cidadãos no sistema previdenciário brasileiro, divulgar políticas públicas e valorizar a cidadania. Hoje, mais de 95 mil disseminadores do programa, espalhados pelo País, estão empenhados, não só em transmitir informação sobre os direitos e deveres relativos à Previdência Social, mas também em ampliar a cobertura previdenciária.

“Ao final, o que se pretende é ampliar o nível de cobertura. Porém, ao incentivar a inclusão no sistema, a educação previdenciária também contribui para a ampliação da proteção social e redução da informalidade”, acrescenta Oliveira. A meta do Ministério da Previdência Social é alcançar, até 2015, a marca de 77% da população brasileira protegida socialmente.

Ações

Mensalmente são realizados seminários, palestras, campanhas, fóruns e cursos em sindicatos, associações, escolas e universidades. A educação previdenciária também é feita nas igrejas, nas tribos indígenas, nas prisões, nas feiras livres e de cidadania, nas estradas e nos eventos públicos de grande porte, além de canais

“Ao final, o que se pretende é ampliar o nível de cobertura previdenciária”

de mídia como as emissoras de rádio, buscando atingir o maior número de pessoas.

Foi em um programa de rádio que a ouvinte assídua da rádio Evangelizar, em Curitiba, em que o INSS tem uma participação semanal, que a dona

de casa Ana Tomaz de Aquino Hannemann, 68 anos, aprendeu sobre a aposentadoria por idade. Orientada pela coordenadora do Núcleo de Educação Previdenciária, Teresinha Marfurte, descobriu que, apesar do extravio da carteira de trabalho, poderia comprovar um vínculo de três anos em um hospital da cidade, o que completaria o tempo de carência exigido pela legislação.

Com o requerimento do benefício já agendado e providenciando a documentação necessária para garantir o direito, dona Ana agradeceu o trabalho realizado pela educação previdenciária: “O programa na rádio ajudou não só a mim. Todo o povo que pede informação é bem atendido e tudo é esclarecido. Já avisei aos amigos pra ouvirem também”, festeja a nova aposentada.

Alterações

Inicialmente batizado de Programa de Estabilidade Social (PES), o PEP foi instituído, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pela Portaria Ministerial nº 1.671/2000. Hoje, o Programa de Educação Previdenciária faz parte do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do INSS (CFAI), vinculado diretamente à Presidência do Instituto.



Os agentes do PEP comemoram os 90 anos da Previdência e se desdobram na divulgação dos benefícios em todo o País

Cursos ajudam a entender a Previdência

Resultados da Educação Previdenciária em 2012:

6.862
ações
realizadas

650.690
pessoas
informadas

7.861
disseminadores
externos

O PEP atende a demandas das cidades que solicitam uma palestra sobre Previdência Social. Em cada uma das agências do INSS há pelo menos um servidor destinado a fazer esse trabalho. Além das agências, nas gerências e superintendências também existe a equipe do PEP. Essa equipe faz parte do chamado Núcleo de Educação Previdenciária.

As iniciativas da educação previdenciária abrangem desde serviços de orientação e informação – o famoso “tira dúvidas” – e atendimento à imprensa, até palestras e cursos com meta de formar disseminadores das informações previdenciárias. Nestes cursos, que são gratuitos e têm 20 horas de duração, técnicos da instituição preparam assistentes sociais, servidores das prefeituras, sindicalistas, profissionais de recursos humanos e de contabilidade, entre outras categorias, para serem multiplicadores junto às suas comunidades e ambientes de trabalho.

Nesse sentido, a atuação do PEP pretende prevenir a ação dos intermediários que cobram dos trabalhadores para realizarem serviços que o próprio segurado poderia acessar gratuitamente junto à Previdência Social. Para 2013, algumas ações já estão programadas, como a educação previdenciária a distância para professores e empresas, histórias em quadrinhos e jogos eletrônicos na internet.

Ao incentivar a inclusão no sistema, a educação previdenciária também contribui para a redução da informalidade e para a ampliação do controle social. “Promover a inclusão das trabalhadoras e dos trabalhadores no Sistema Previdenciário, divulgar políticas públicas e valorizar a cidadania é a missão e o compromisso do PEP”, afirma a coordenadora do programa, Renata Melo.

De 2000 a 2013, o PEP realizou 65.297 ações, atendeu 8,9 milhões de pessoas e formou 95,6 mil disseminadores da informação, que se concentram em 100 núcleos executivos e nos núcleos das mais de 1.300 agências da Previdência Social.



Projetos da Educação Previdenciária para 2013:

- Ações Nacionais;
- Educação Previdenciária a Distância para Professores;
- Educação Previdenciária a Distância para Empresas;
- Educação Previdenciária para Terceirizados da Administração Pública;
- Histórias em Quadrinhos na Internet;
- Cartilha Eletrônica na Internet;
- Jogos Eletrônicos na Internet;
- Livro de Versinhos da Previdência Social;
- História em Quadrinhos: Quero me Aposentar;
- Portal da Educação Previdenciária na Internet;
- Curso de Disseminadores.

Para chegar a essas pessoas, o PEP também conta com parcerias entre órgãos nacionais, estaduais, organizações não governamentais (ONGs) e sindicatos rurais. Atualmente, as mais importantes são estabelecidas com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com a Secretaria de Direitos Humanos. “Estamos com a Secretaria na campanha de mobilização do registro civil de nascimento”, detalha Renata Melo.

As parcerias ajudam a ampliar o campo de atuação do PEP e de outros serviços sociais. Renata Melo notou que as pessoas sabem que o PEP existe, que podem contar com os servidores do INSS para orientá-los fora de uma agência da Previdência Social. E se as pessoas estão mais conscientes dos seus direitos, conseqüentemente elas vão buscar o acesso ao benefício. “Daí você tem cobertura e proteção social”, ressalta.

Novo status

Desde 2011, o PEP elevou seu status perante a Previdência Social, graças à sua importância para a instituição. Antes, era apenas um setor dentro da estrutura do INSS. Agora, o programa faz parte do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do INSS (CFAI), vinculado diretamente à Presidência do Instituto. Assim, ele deixa de ser uma política de um departamento para ser uma política de toda a instituição.

O reconhecimento estimula ainda mais o trabalho dos disseminadores, que são pessoas com um envolvimento muito grande com o PEP. “Eles não medem esforços, seja sábado, domingo, feriado. Largam suas famílias, quando não podem deixar, levam a família junto na ação. Eu acho que isso é o ponto fundamental do sucesso que a gente consegue com a educação previdenciária. É uma doação mesmo”, afirma Renata Melo.

O que se pretende é ampliar o nível de cobertura previdenciária, objetivo de longo prazo. Porém, ao incentivar a inclusão e permanência no sistema, o PEP também contribui para a redução da informalidade e para a ampliação da proteção social.

Resultado da Educação Previdenciária em 13 anos de existência:

65.297
ações
realizadas

8,9 milhões
pessoas
informadas

95,6 mil
disseminadores
externos

Brasileiros ganham proteção no exterior

Ministério tem intensificado acordos para assegurar proteção social a mais de 3,5 milhões de brasileiros que vivem e trabalham fora do País

A Previdência está ampliando a sua rede de proteção social aos brasileiros que moram e trabalham no exterior. Nos últimos anos, o Ministério da Previdência Social tem intensificado o trabalho junto a outros países com o objetivo de ampliar os acordos internacionais e garantir os benefícios previdenciários a mais de 3,5 milhões de cidadãos brasileiros que vivem no exterior.

No ano passado foram promulgados acordos com o Japão, que deve beneficiar 210 mil brasileiros, e com a Coreia do Sul, com quase 1.500 brasileiros. Também foram renovados acordos com a Espanha, com mais de 128 mil brasileiros beneficiados; e com Luxemburgo, com 3.600 brasileiros.

Ainda estão em fase de negociação acordos com os Estados Unidos, que deverão beneficiar mais de 1 milhão de brasileiros, com Israel (10 mil) e Moçambique (2.250).

Desde 1º de maio deste ano mais de 90 mil brasileiros que vivem na Alemanha – e a comunidade alemã residente no Brasil – poderão solicitar a totalização do seu tempo de contribuição tanto na Alemanha quanto no Brasil para requerer benefícios como aposentadoria, pensão por morte e auxílio-acidente. Na mesma data, entrou em vigor o acordo previdenciário adicional com Portugal, onde vivem pelo menos 140 mil brasileiros.

A vigência do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha teve início após a troca dos instrumentos de ratificação realizada no dia 6 de março de 2013 pelo ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, e pelo embaixador da Alemanha no Brasil, Wilfried Grolig, em cerimônia ocorrida em Brasília.

“Do ponto de vista das amplas relações comerciais existentes entre os dois países, a entrada em vigor do Acordo Brasil-Alemanha trará melhoria significativa ao evitar a contribuição previdenciária em dobro às empresas (brasileiras e alemãs) que desloquem seus funcionários por um período de tempo determinado”, declarou o ministro Garibaldi Alves Filho.

Por sua vez, o embaixador Wilfried Grolig destacou que tanto para a Alemanha quanto para o Brasil a previdência social é prioridade. “Por esse acordo se criam estímulos para um intercâmbio maior de técnicos e peritos entre nossos países”, afirmou, acrescentando que agora os empregados correrão menor risco quando decidirem trabalhar no país parceiro.

O acordo prevê regime especial para o deslocamento temporário, isentando trabalhadores

O ministro Garibaldi Alves Filho e o embaixador Wilfried Grolig assinam acordo



Fotos: Nicolas Gomes



não nacionais das contribuições previdenciárias nos primeiros 24 meses de residência no país estrangeiro. Desde 2008, os termos do documento e seus ajustes administrativos (protocolos indispensáveis à operacionalização do tratado) vêm sendo negociados nas diversas rodadas de negociações realizadas nos dois países.

Os acordos com a Alemanha e com Portugal estão inseridos no objetivo da Previdência Social de promover uma ampliação da cobertura previdenciária que inclua, além dos nacionais residentes, as comunidades brasileiras espalhadas por todo o mundo e os estrangeiros que vivem no Brasil.

No segundo semestre de 2011, o Brasil celebrou instrumentos de proteção social semelhantes

“O acordo cria estímulos para um intercâmbio maior de técnicos entre nossos países”

com a França, o Canadá e a província canadense de Quebec, que possui autonomia constitucional. O acordo com a França abrange a província ultramarina da Guiana, com a qual o Brasil divide 730 km de fronteira e onde vivem pelo menos 20 mil brasileiros.

Acordos previdenciários com Cabo Verde, Chile, Grécia e Itália também estão em vigor, além das convenções multilaterais de proteção social do Mercosul e a Iberoamericana, que passou e ter início efetivo para o Brasil em maio de 2011, após a assinatura do acordo de aplicação da Convenção Multilateral Iberoamericana de Segurança Social. O acordo firmado com a Bélgica está em fase de ratificação e beneficia 43 mil brasileiros que residem e trabalham naquele país.

Os acordos garantem proteção previdenciária aos brasileiros que trabalham fora do País

Facilidade para benefícios

A partir de agora, segurados beneficiados por acordos previdenciários internacionais, brasileiros ou estrangeiros, poderão comparecer a qualquer agência da Previdência Social (APS) para requerer benefícios. Antes, os segurados tinham de se deslocar para uma APS específica.

A facilidade inclui o requerimento para a concessão de benefício, para a contagem do tempo de contribuição exclusivo no Brasil ou no exterior, como também para os chamados benefícios por totalização, que são aqueles que incluem o tempo de contribuição no país de origem e no exterior.

No caso de benefício com tempo de contribuição exclusivo no Brasil, a própria APS escolhida pelo segurado fará a recepção, análise e conclusão do pedido. Nos demais casos, a agência só

recepciona o pedido e encaminha para a APS Atendimento Acordos Internacionais (APSAI), que continua com as competências de análise e conclusão do pedido.

Para os segurados que residem no exterior e são beneficiados por acordos previdenciários entre o Brasil e país estrangeiro, independentemente de onde se deu a contribuição, é o organismo de ligação estrangeiro o responsável pelo envio do pedido à APSAI.

Quando expressamente previsto em acordo, o requerimento de certificado de deslocamento temporário deverá ser realizado pelo empregador, no caso de empregado, ou pelo trabalhador por conta própria (contribuinte individual). Nesses casos, o requerimento também será recebido por qualquer APS.

Mais segurança no exterior

L.S.O. foi a primeira brasileira a se beneficiar do Acordo de Previdência Social entre Brasil e Japão, promulgado em março de 2012. A segurada, que reside no país asiático, teve a aposentadoria por idade concedida no dia 13 de abril do ano passado. O acordo beneficia os atuais 230 mil brasileiros que residem no Japão e os 80 mil cidadãos japoneses que vivem no Brasil.

A segurada contribuiu por mais de nove anos no Brasil e por um tempo superior a cinco anos no Japão. Caso o acordo ainda não tivesse sido implementado, ela não teria direito ao benefício.

Desde que o acordo entrou em vigor, no mês de março de 2012, a gerência do INSS São Paulo Sul

já registrou vários requerimentos de benefícios formalizados no Instituto de Pensão Japonês e no INSS. Também foram oficializados requerimentos de deslocamento temporário por empresas no Brasil.

A totalização do tempo de contribuição é o objeto principal do acordo, isto é, cidadãos que trabalham no Brasil e no Japão poderão somar os períodos de cobertura nos dois países para usufruírem dos benefícios previdenciários. Aposentadoria por idade, pensão por morte e aposentadoria por invalidez são os principais benefícios abrangidos pelo acordo.

O cálculo do valor da aposentaria por idade e dos tempos mínimos para ter direito ao benefício é feito levando-se em consideração, proporcionalmente, o tempo de contribuição previdenciária em cada um dos países. Para se aposentar no Brasil, no caso da aposentadoria por invalidez, são necessárias 12 contribuições anteriores, qualidade de segurado e comprovação da invalidez. Quanto à pensão por morte, apenas a condição de segurado.

Atendimento

Para requerer os benefícios no Brasil, basta comparecer a uma das Agências da Previdência Social, munido da documentação necessária, e preencher o formulário específico. Em território nipônico, o interessado pode comparecer a qualquer das mais de 300 agências do Serviço de Pensão do Japão. Os pagamentos serão realizados pelo Brasil e pelo Japão, na proporção que cabe a cada país, sempre na moeda nacional correspondente, considerando-se a residência

atual do segurado. Serão considerados períodos de cobertura completados antes da entrada em vigor do acordo. A aplicação do acordo não resulta em qualquer redução do valor de benefício assegurado antes de sua vigência.

O acordo prevê, ainda, o deslocamento temporário, que permitirá isenção de contribuição previdenciária no país de destino. O período máximo do certificado é de cinco anos, prorrogáveis por mais três. O deslocamento beneficia empregados de empresas e trabalhadores que exercem atividades por conta própria.

ACORDOS EM VIGOR:

Países	Data de assinatura	Número de brasileiros beneficiados
Cabo Verde	07/02/1979	220
Chile	16/10/1993	7.943
Espanha	16/05/1991	128.238
Grécia	12/09/1984	1.750
IBEROAMERICANO Argentina, Espanha, Bolívia, Chile, Equador, El Salvador, Paraguai, Uruguai	07/04/2008	618.656 (p/ 22 países) 438.982 (em vigor)
Itália	09/12/1970	67.000
Japão	29/07/2010	210.032
Luxemburgo	16/12/1965	3.600
MERCOSUL	19/09/1997	286.851 85.324 (nº sem o Paraguai)
Portugal	07/05/1991	140.426

ACORDOS EM TRAMITAÇÃO: Preparativos para entrada em vigor

Alemanha - 03/12/2009 – **95.160** (Troca de Notas)

Portugal (Acordo Adicional) - 09/08/2006 - **140.426** (Troca de Notas)

EM FASE DE RATIFICAÇÃO:

Países	Data de assinatura	Número de brasileiros beneficiados
Bélgica	04/10/2009	43.000
Canadá	08/08/2011	25.150
Quebec	26/10/2011	
França + Guiana Francesa	16/12/2011	44.622 + 21.056
Novo Acordo Luxemburgo	22/06/2012	3.600
Revisão Acordo Espanha	24/07/2012	128.238
Coreia	22/11/2012	1.444

ACORDOS EM NEGOCIAÇÃO:

Países	Data de assinatura	Número de brasileiros beneficiados
Estados Unidos		1.066.559
Israel		10.040
Moçambique		2.250

Oportunidade de voltar ao trabalho

Parceria entre o INSS e o Senac oferece cursos para trabalhadores com baixa escolaridade e afastados por acidente ou doença, para que possam retornar ao mercado

Os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro ganharam mais uma oportunidade de reinserção no mercado de trabalho. Projeto desenvolvido pelo INSS em parceria com o Senac oferece aulas a segurados até a conclusão dos estudos e o diploma de nível fundamental. A medida beneficia trabalhadores com baixa escolaridade e que estão afastados do mercado de trabalho por acidente ou doença.

De acordo com o chefe do setor de Reabilitação da Gerência Executiva Centro do INSS, Eduardo Branco, que coordena o projeto, 60% de todos os segurados reabilitados no Rio não conseguem recolocação por terem baixa escolaridade. São, pelo menos, 2.400 trabalhadores fluminenses

afastados do mercado por motivo de acidente ou doença, que não conseguem esta recolocação. Por meio do projeto, os segurados inscritos no programa de reabilitação do INSS terão acesso a aulas gratuitas de reforço escolar para a prova de obtenção de diploma no ensino fundamental da rede municipal de ensino.

“A ideia é acelerar a chegada do profissional ao primeiro grau e, em consequência, a possibilidade de ser aproveitado em outra função, inclusive na mesma empresa”, explica Eduardo Branco. De acordo com o coordenador do projeto, a maioria dos trabalhadores afastados do mercado atuava em atividades braçais, que não podem ser mais desempenhadas por força do acidente ou doença.



Fotos: Claudio Ribeiro

Trabalhadores afastados têm aula de capacitação para retornar ao mercado

2.400 trabalhadores fluminenses estão afastados do mercado por acidentes ou doenças



Luís Carlos e
Marcos Antônio
participaram do
curso e elogiaram
a iniciativa

A primeira turma do projeto beneficiou 30 alunos que concluíram o curso de 196 horas em abril deste ano. Eles passaram também por capacitação profissional, com cursos de informática básica, empreendedorismo e formação social.

Esperança

Um dos beneficiários do projeto é o motorista Luís Carlos Fonseca da Silva, 47 anos, pai de três filhos, que após 12 anos de profissão sofreu um acidente e recebia um salário de R\$ 1.900,00. Ele ressalta a importância da iniciativa, assinalando que muitas pessoas ficam paradas e recebem auxílios do INSS sem necessidade, enquanto que pessoas com necessidade muitas vezes não conseguem o benefício. “Este projeto tem a tendência de equilibrar esta situação, fazendo com que mais pessoas voltem ao trabalho mais qualificadas e com um salário, se não igual, mais próximo do que tinham”, destaca.

Para Luís Carlos, a melhoria do grau de instrução, e em consequência a capacitação profissional da mão-de-obra, fará que os beneficiários cheguem

mais perto dos antigos salários, adquiridos pela experiência e tempo na profissão. Ele destaca a importância do aprendizado, ressaltando que “o nosso dia a dia não permite que voltemos à sala de aula e, assim, esta parceria do INSS com o Senac nos proporciona a oportunidade de atingir um sonho”. Por meio desse projeto, ele pretende se transformar em microempreendedor na área de alimentos.

Também o servente de obras Marcos Antônio Tomas, 38 anos, com dois filhos, destacou a iniciativa do INSS, frisando que o projeto é uma ótima chance de aprendizado e qualificação para melhorar a comunicação e buscar uma colocação melhor no mercado de trabalho. Este é o seu objetivo até o final do curso.

Marcos não esconde a sua ansiedade com a possibilidade de se tornar eletricitista ou profissional na área de informática e manifesta suas esperanças de encontrar uma colocação melhor no mercado de trabalho e, conseqüentemente, receber um salário maior. “Iniciativas como estas trazem novos horizontes e criam novas perspectivas de vida para as pessoas”, ressalta.

*“Iniciativas como
estas trazem
melhores horizontes
e criam novas
perspectivas de vida”*

Bons negócios e garantia de aposentadoria tranquila

Número de empreendedores individuais chega a 2,8 milhões em todo o País. Além de ter um negócio próprio, com melhoria da renda, eles buscam os benefícios previdenciários



O leque de boas oportunidades de negócios abertas no País nos últimos anos, somado à ascensão da nova classe média e o fortalecimento do seu poder de compra, tem levado vários empreendedores a formalizarem novas empresas. Atualmente, já passa de 2,8 milhões o número de microempreendedores individuais (MEI) formalizados e esse contingente está em pleno crescimento.

Além de poder contar com as vantagens de ter um negócio formal, como crédito bancário, juros mais baixos, poder vender suas mercadorias a prefeituras e outras instituições oficiais, esses empreendedores também contam com os benefícios previdenciários, como aposentadoria. Para ter direito a esses benefícios, a Previdência tem orientado os novos empreendedores a manterem em dia o pagamento da contribuição mensal.

Esse conjunto de benefícios, além da melhoria da renda, tem atraído vários empreendedores

ao mundo formal dos negócios de Norte a Sul do Brasil. É o caso de Felipe Victor Gomes dos Santos, de 22 anos, residente em São Miguel do Gostoso, litoral do Rio Grande do Norte. Antes de virar o único electricista da cidade de 9 mil habitantes, Felipe trabalhava na roça para ganhar o sustento, e depois passou a ser atendido pelo Bolsa Família. Hoje dono do próprio negócio, com dois empregados, ele exalta a independência: “Viver do trabalho era um sonho, entre outros que ainda quero realizar”, diz. Além de retirar da nova profissão o seu sustento, ajuda a cuidar de quatro irmãos.

Assim como Felipe, outros tantos empreendedores estão mudando de vida em busca de novas oportunidades de negócios.

Rei do coco

Na orla do Cabo Branco, em João Pessoa (PB), quem passa pelo Quiosque do Cowboy logo se encanta com a maneira irreverente e as palavras sábias do vendedor. Sempre com um chapéu de cowboy, que lhe rendeu o apelido, Josafar Pinto de Almeida, famoso na área como o rei do coco, é uma figura simples e tem uma história de vida que alia trabalho e esforço ao sucesso popular.

Ele conta que veio com a esposa e os dois filhos para a capital paraibana em 1993, saindo de Alagoa Grande, interior do estado. “Saímos de lá porque nosso sonho sempre foi crescer. Queríamos que nossos filhos fossem para a universidade e lá não tinha condições”. A intenção deles já era encontrar



Fotos: Diana Reis

Josafar Almeida conquistou uma clientela fiel, viu seu negócio prosperar e virou “rei do coco”

um quiosque na praia para levantar o negócio. “A questão era só encontrar um lugar que possibilitasse o sucesso da venda”, diz.

A educação dos filhos também foi sempre prioridade. A filha é formada em jornalismo e o filho, mais velho, está cursando mestrado em estatística. Os pais contam, com orgulho, que ele já foi aprovado na prova do doutorado em quatro universidades, inclusive na USP, em São Paulo. “Os filhos têm dois grandes professores na vida: o pai e a mãe; a maior formatura que existe é a formatura do mundo e o exemplo vem de casa”, filosofa Cowboy.

Sempre prevenido e pensando no futuro, Cowboy decidiu cadastrar-se como um microempreendedor individual e contribuir para a Previdência nessa categoria. “É preciso ter uma segurança; eu não atraso o pagamento ao INSS”, afirma.

Sobre seu ofício, Cowboy confessa: “O comércio é como uma aula onde você nunca é professor, mas sempre aluno; é sempre um aprendizado diferente”. Para a clientela, ele diferencia, com maestria, inúmeros tipos de cocos, demonstrando paixão pelo que faz. Por isso logo caiu no gosto popular sendo chamado de o rei do coco pelos seus fiéis clientes.



Brigadeiro gourmet

Em Natal (RN), o gastrônomo potiguar Daniel Simplício viu no filão de produtos derivados de chocolate feitos artesanalmente a oportunidade de ter o próprio negócio. Deixou para trás o emprego em um restaurante em Natal e resolveu empreender, atitude estimulada após a participação no seminário Empretec, realizado pelo Sebrae no Rio Grande do Norte para desenvolver as competências empreendedoras dos participantes.

O jovem, que era responsável pelo setor de confeitaria e doceria do estabelecimento, pediu demissão em junho do ano passado e passou a produzir brigadeiros gourmet, uma variação do tradicional doce acrescido de sabores requintados, como pistache, damasco, limão siciliano, castanha do pará, café e a última novidade, caramelo com flor de sal. Ao todo, são 32 sabores que estimulam os desejos da clientela.

Como canal de divulgação dos produtos, o empreendedor usou as redes sociais. Criou uma página no Facebook e um perfil no Instagram. O termômetro das vendas veio no Dia dos

Os cinco estados com maior número de empreendedores individuais, até o mês de março de 2013, são:

SP	685.069
RJ	341.069
MG	292.705
BA	199.613
RS	162.837



Daniel Simplicio apostou na qualidade do seu produto e ganhou espaço nas redes sociais



Namorados. As guloseimas caíram no gosto dos casais apaixonados e Daniel Simplicio chegou a vender 50 caixas, contendo até 20 bombons cada uma. “Venho de uma família seridoense com larga tradição nessa área de doceria. Então, resolvi apostar nos brigadeiros”, conta o rapaz, que, juntamente com a mãe, produz os doces, vendidos ao preço de R\$ 40 a caixa.

No período natalino, outra constatação de que o negócio era viável. Foram vendidas 1 mil unidades em apenas duas semanas. Mas nada supera a Páscoa, quando a produção aumenta 50% e a receita chega a atingir 3 mil.

Formalizado como empreendedor individual durante a Feira do Empreendedor do Rio Grande do Norte, no ano passado, Daniel Simplicio diz que o registro foi fundamental para o sucesso do negócio, já que praticamente todos os ingredientes são importados e a aquisição necessita de nota fiscal ou número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

A ideia de fazer da paixão pela gastronomia a principal fonte de renda deu tão certo que atualmente “O Melhor Brigadeiro da Cidade” tem um cadastro de 200 clientes fixos, entre eles um café instalado no Natal Shopping. Pelo menos duas vezes por semana, parte da produção dos brigadeiros é destinada a esse cliente. As embalagens do produto são outro diferencial. Todo o conceito foi pensado e planejado por Daniel Simplicio, que também é publicitário. “Vi que essa era a oportunidade da minha vida e apostei na ideia”.

Cobertura da Previdência Social

Para se tornar empreendedor individual, o trabalhador por conta própria do comércio, da indústria ou prestador de serviço deve se inscrever no Portal do Empreendedor, informar seus dados, pegar o seu CNPJ, imprimir o carnê para pagamento da contribuição previdenciária e os impostos estaduais e municipais em guia única.

O empreendedor individual paga apenas 5% do salário mínimo (R\$ 33,90) de contribuição

previdenciária e mais R\$ 1 de ICMS (comércio ou indústria) ou R\$ 5 de ISS (prestação de serviço). É preciso ficar em dia com as contribuições para que seja mantida a qualidade de segurado e, dessa forma, o direito aos benefícios previdenciários. Dia 20 é a data para o pagamento da contribuição destes trabalhadores, que pode ser quitada em lotéricas e na rede bancária.

O empreendedor em dia com as contribuições tem direito aos seguintes benefícios da Previdência Social: aposentadoria por idade; aposentadoria por invalidez e auxílio-doença. A empreendedora tem ainda direito ao salário-maternidade. Sua família fica protegida com pensão por morte e auxílio-reclusão.

Em caso de dúvida, basta ligar para a Central 135. A ligação é gratuita de telefones fixos e tem custo de ligação local, quando originada de celular.

Saiba como se tornar um segurado da Previdência

É muito simples se cadastrar na Previdência Social. Todo trabalhador, contratado com carteira assinada, é automaticamente filiado à Previdência Social. Já aquele que trabalha por conta própria precisa se inscrever e contribuir mensalmente para ter acesso aos benefícios previdenciários. Hoje, são considerados segurados da Previdência Social os empregados, os empregados domésticos, os trabalhadores avulsos, os contribuintes individuais e os trabalhadores rurais.

Quem não tem renda própria, como as donas de casa e os estudantes, também podem se inscrever na Previdência Social. Para se filiar é preciso ter mais de 16 anos. O trabalhador que se filia à Previdência Social é chamado de segurado e passa a ter acesso a uma série de benefícios que vão ampará-lo nos momentos mais sensíveis da sua vida, quando precisa se retirar do mercado de trabalho.

São consideradas contribuintes individuais as pessoas que trabalham por conta própria, conhecidas como autônomas, e os trabalhadores que prestam serviços de natureza eventual a empresas, sem vínculo empregatício. Podemos citar como exemplos os sacerdotes, os diretores que recebem remuneração decorrente de atividade em empresa urbana ou rural, os síndicos remunerados, os motoristas de táxi, os pintores, os eletricitas, os associados de cooperativas de trabalho e outros.

Já o empregado doméstico é aquele presta serviço na casa de outra pessoa ou família, desde que essa atividade não tenha fins lucrativos para o empregador. São considerados empregados domésticos, por exemplo, a governanta, o jardineiro, o motorista, o caseiro, doméstica e outros.

Após definir em qual categoria se cadastrar, o cidadão faz sua inscrição no site



Arguino

As informações sobre aposentadoria podem ser obtidas por telefone antes de ir às agências

Especiais

Os segurados especiais são os trabalhadores rurais que produzem em regime de economia familiar, sem utilização de mão-de-obra assalariada. Estão incluídos nesta categoria cônjuges, companheiros e filhos maiores de 16 anos que trabalham com a família em atividade rural. Também são considerados segurados especiais o pescador artesanal e o índio que exerce atividade rural e seus familiares.

Na categoria de segurado facultativo estão todas as pessoas com mais de 16 anos que não têm renda própria, mas decidem contribuir para a Previdência Social, como por exemplo, as donas-de-casa, estudantes, síndicos de condomínio não remunerados, desempregados, presidiários não remunerados e estudantes bolsistas.

Após definir em qual categoria se cadastrar, o cidadão pode fazer sua inscrição no site da Previdência Social (www.previdencia.gov.br)

ou na Central 135. Por meio da inscrição, o segurado é cadastrado no Regime Geral de Previdência Social e passa a ter um Número de Inscrição do Trabalhador (NIT) para a sua identificação pessoal. Depois de inscrito é só começar a realizar as contribuições mensais.

Campanha contra os atravessadores

Previdência orienta os segurados para evitar a intermediação na busca dos benefícios. O requerimento é simples: basta procurar por informações pela Central 135



O crescimento da ação de atravessadores junto aos segurados para o requerimento dos benefícios previdenciários levou a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS a iniciar no ano passado, em parceria com o Instituto e o Ministério da Previdência Social, um projeto que tem por objetivo combater o abuso nessa intermediação. Para tanto, essas entidades contam com a parceria de outras instituições, como a Defensoria Pública da União, a OAB, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal. A campanha conta com veiculação de vídeo e de “spots” para orientar os segurados contra atravessadores que atuam nas agências da Previdência Social.

Uma das etapas da campanha já foi concluída. Trata da veiculação de “spots” na mídia gratuita. O primeiro “spot” alerta o segurado de que

não é necessário gastar dinheiro com atravessadores/intermediários para utilizar os serviços e requerer os benefícios do INSS, pois tudo isso é feito gratuitamente por servidores públicos. E mais: o cidadão deve ligar para o número 135, gratuitamente, para agendar dia e hora para ser atendido em uma agência da Previdência Social.

O segundo “spot”, sobre o mesmo tema, ressalta que não é necessário entrar na Justiça para obter benefícios do INSS. Caso o segurado tenha direito a determinado benefício, basta agendar atendimento para solicitá-lo. O número 135 pode ser utilizado também para pedir informações sobre o assunto. Entrar na Justiça para pedir um benefício ao qual o segurado tem direito é perda de tempo e de

dinheiro, pois, nesse caso, é necessário contratar um advogado.

Já os outros dois “spots” (terceiro e quarto) falam, respectivamente, sobre os direitos dos trabalhadores rurais e os documentos necessários para obtê-los, e sobre os direitos dos deficientes físicos e mentais e dos idosos carentes.

A representação de segurados por procuradores – também chamados despachantes ou intermediários – é algo permitido por lei, seja o Código Civil – que admite a representação de forma ampla (para os atos da vida civil, de modo geral) – seja a Lei 8.213/91 – que se refere especificamente à representação para receber benefícios (o que somente é admitido nos casos em que o segurado está ausente, incapacitado de locomover-se ou é portador de moléstia contagiosa).

Dessa forma, o INSS não poderia simplesmente proibir a atuação dessas pessoas, pois isso consistiria ato administrativo ilegal. Além disso, realmente há situações em que as pessoas precisam se fazer representar por um procurador (imaginem-se, por exemplo, pessoas idosas que precisam do auxílio de parentes para resolver suas questões, ou pessoas que moram em localidades distantes de uma APS, entre outros casos).

Eficiência

Para o secretário-executivo da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, a melhor forma de combater os atravessadores é prestar um serviço de qualidade e rápido. “Estamos falando daqueles atravessadores que são pessoas desqualificadas, que enganam os cidadãos, que muitas vezes prometem coisas que não são possíveis de entregar. Esse tipo de atravessadores nós queremos combater

O segurado que busca o benefício sem ajuda de terceiros não paga nada por isso

apresentando serviços de qualidade, melhorando o atendimento. E tem também aquelas pessoas que não querem se envolver com o processo de aposentadoria, querem contratar um advogado. Pois bem, é um direito que elas têm, mas elas precisam saber que o serviço está disponível diretamente aos cidadãos nas agências de forma simples, objetiva e rápida. Ao conseguirmos esse objetivo estaremos, automaticamente, eliminando os atravessadores”, ressalta.

Nas situações em que os beneficiários da Previdência possuem condições de ir sozinhos ao INSS, seja por meio do comparecimento pessoal nas agências, seja pelo agendamento pelo nº 135, a contratação de um intermediário é totalmente desnecessária, seja ele advogado ou não. Atualmente, não há mais filas no INSS e o atendimento é muito rápido e simples.

O segurado que busca seu benefício sem a contratação de terceiros não terá que pagar nada por isso. Ao contrário, quando contrata um advogado ou um despachante, terá que custear os serviços desses profissionais. Uma prática comum por parte desses intermediários é receber o primeiro pagamento que o INSS faz aos segurados. Mas os segurados possuem direito ao benefício desde o dia em que o requerem. Assim, se o INSS demorar dois meses para começar a pagar, por exemplo, o segurado receberá, no primeiro pagamento, o valor correspondente a dois meses de benefício.

A campanha também destaca que os segurados não devem entregar aos intermediários seu cartão do banco, por meio do qual receberão o benefício. Caso eles insistam em ficar com o cartão, o segurado da Previdência poderá denunciá-los.

Presença dos segurados é importante

A presença dos segurados no INSS, além de evitar pagamentos aos procuradores contratados, também ajuda a resolver problemas. Muitas vezes o INSS precisa de algum documento ou informação para esclarecer determinada situação e, com isso, conceder o benefício. Porém, alguns intermediários não informam seu cliente de que ele deve comparecer ao INSS ou o desestimulam, ao dizer que não adianta, porque o INSS “sempre indefere.”

Do total de benefícios requeridos junto ao INSS, bem mais da metade são concedidos. No mês de fevereiro de 2013, por exemplo, mais de 62% dos benefícios requeridos foram concedidos. Além disso, de todos os benefícios mantidos atualmente, menos de 10% foram concedidos pelo Judiciário.

De acordo com a Procuradoria Federal, existe uma crença comum de que a Justiça concede a maioria dos benefícios, quando, na verdade, a quantidade que o Judiciário concede é ínfima, se comparada à concessão feita pelo INSS. Os dados também demonstram que a concessão pelo INSS é consideravelmente mais rápida do que na Justiça.

O tempo médio que o INSS leva para conceder um benefício é de 33 dias. Se for incluído

Força-Tarefa combate irregularidades



A Força-Tarefa Previdenciária, que atua em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal coibindo a prática de ilícitos criminais contra a Previdência Social praticados por grupos, quadrilhas e organizações criminosas, existe desde 2000, mas a divulgação das operações só começou mesmo em 2003. Desde então, já foram realizadas 477 operações, das quais resultaram 2.106 prisões e 2.924 mandados de busca e apreensão em todo o País. Além

disso, foram cumpridas 319 conduções coercitivas, quando a pessoa é obrigada a colaborar com a investigação.

A condução coercitiva acontece, por exemplo, nos casos de operações que envolvam benefícios por incapacidade em que segurado é conduzido coercitivamente para que seja submetido à perícia médica, ou quando a pessoa é levada à presença de autoridade policial ou judiciária. Em ambos os casos a pessoa é obrigada a comparecer.

Só no ano passado foram realizadas 61 operações, das quais resultaram 95 prisões. Dessas, 59 foram prisões em flagrante e duas prisões foram de servidores públicos envolvidos nas ações fraudulentas. Ao todo foram cumpridos 154 mandados de buscas e apreensões. Além disso, o balanço do ano passado revela que foram realizadas 84 ações de conduções coercitivas. Estima-se que o prejuízo total resultante dessas fraudes tenha sido de R\$ 85.883.000,00.

Em abril de 2012, a operação batizada de Gercômio, realizada no estado de São Paulo, resultou na prisão de dois servidores. As

também o tempo de tramitação dos recursos administrativos - que nem sempre são necessários- esse prazo médio será de 127 dias, ou seja, cerca de 4 meses. Enquanto isso, de acordo com dados do IPEA, o Judiciário demora, em média, 1 ano, 8 meses e 22 dias.

Embora alguns intermediários desempenhem de maneira correta o seu trabalho e auxiliem os segurados na obtenção do benefício, têm se tornado frequentes os casos de abuso na intermediação promovida em alguns Estados e no Distrito Federal. A maioria das reclamações recebidas pela Ouvidoria da Previdência refere-se a casos de abusos na intermediação (até 2012 foram quase dez mil denúncias relativas ao tema). Por isso, essa preocupação da Previdência Social em coibir as práticas prejudiciais aos segurados em todo o País.

Educação

Internamente, o Ministério também iniciou um trabalho de conscientização de seus servidores e segurados, para esclarecer que o acesso à Previdência é rápido, fácil, e gratuito, sem a necessidade de intermediação para a concessão dos benefícios a quem tem o direito já assegurado na forma da lei.

Trata-se de um movimento em prol da educação previdenciária, cujo principal objetivo é esclarecer aos segurados que, apesar de eles terem o direito de contratar um representante para atuar junto ao INSS, essa medida é totalmente desnecessária, além de ser de um custo alto. Em relação aos servidores, a intenção é principalmente incentivá-los a denunciar as práticas abusivas aos órgãos de controle.

investigações revelaram o envolvimento de uma rede composta por beneficiários, intermediários e servidores públicos. Os benefícios fraudulentos eram solicitados sempre na mesma agência da Previdência Social e concedidos pelos servidores envolvidos.

Benefícios

Os benefícios fraudados eram, principalmente, aposentadoria por tempo de contribuição, pensão por morte e benefício de amparo social ao Idoso, conhecido por LOAS. Conforme apurou a Força-Tarefa, para fraudar os benefícios assistenciais, o grupo falsificava as declarações de familiares dos beneficiários. Para a concessão de aposentadoria por tempo de serviço e pensão por morte, era feita a conversão irregular de tempo de serviço especial ou, ainda, a inserção de vínculos ou recolhimentos fictícios no sistema informatizado da Previdência. Além da prisão dos dois servidores envolvidos no esquema fraudulento, foram realizadas outras cinco prisões e cumpridos 28 mandados de busca e apreensão. Estima-se que a ação do grupo tenha gerado um prejuízo de R\$ 8 milhões.

Neste primeiro trimestre de 2013, a Força-Tarefa já realizou sete operações. A primeira operação do ano, batizada de "Vila Nova de Soure", cumpriu 27 mandados de busca e apreensão em Caucaia, no Ceará. As buscas da operação foram realizadas em residências e em locais de trabalho de servidores, advogados, intermediários bancários e representantes de sindicatos rurais que, segundo a apuração, atuavam em quadrilha. Vinte e sete servidores do Ministério da Previdência Social (MPS) e 90 agentes da Polícia Federal participaram das operações. Os prejuízos aos cofres públicos são superiores a R\$ 10 milhões.

Em março passado, a Força-Tarefa desarticulou um esquema criminoso no Maranhão, na cidade de Caxias. As investigações iniciadas há cerca de dois anos constataram o envolvimento de três intermediários e um servidor lotado na agência do INSS na cidade. Os benefícios indeferidos estavam sendo reabertos e concedidos administrativamente, com geração de crédito retroativo a contar da data da entrada do requerimento do benefício, provocando um prejuízo de R\$ 2.256.285,00 aos cofres públicos. O trabalho da Força-Tarefa continua em todo o País, na cruzada contra as organizações criminosas.

Inclusão Previdenciária e Mercado de Trabalho: Evidências para o período 1992-2011

Ao longo da última década o País vivenciou uma recuperação significativa dos principais indicadores de cobertura previdenciária, fenômeno amplamente registrado e observado tanto por meio de levantamentos censitários e amostrais quanto a partir de registros administrativos do governo federal. As bases de dados do Ministério da Previdência Social (MPS) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) não deixam dúvidas quanto a isso: o primeiro registrou aumento expressivo no volume de contribuintes, sejam estes assalariados ou autônomos; o segundo acumulou recordes nos saldos entre admitidos e desligados e, conseqüentemente, no estoque de ocupados formais. Os levantamentos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reverberam estes resultados: tanto os Censos Demográficos quanto a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) confirmam a expansão dos níveis de proteção previdenciária entre a população brasileira ocupada.

Estes resultados se contrapõem às expectativas construídas ao longo da década de 1990 e no início dos anos 2000, quando predominava a crença de que o crescimento econômico do País dificilmente seria acompanhado de elevações proporcionais no nível de emprego formal. Tal crença derivava de duas teses sobre o mercado de trabalho brasileiro que se tornaram predominantes durante esse período: a primeira, de que a abertura econômica então vivenciada pelo País redundaria na incorporação de novas tecnologias por parte do setor produtivo e que os conseqüentes ganhos de produtividade reduziriam continuamente a elasticidade emprego-produto; a segunda, não independente da primeira, de que o País passava por um processo inevitável de precarização do emprego, com a crescente participação de postos de trabalho marcados pela desproteção trabalhista e previdenciária.

Os dados comumente utilizados nos estudos realizados à época - em geral, oriundos da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), também do IBGE - pareciam corroborar estas previsões, ainda que partissem basicamente de referências relativas às regiões metropolitanas e as extrapolassem para todo o País. As implicações destas teses para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) eram evidentes: dado que a massa salarial associada ao segmento formal do mercado de trabalho constitui a principal base de arrecadação do RGPS, sua mitigação adicionaria riscos ainda maiores à sustentabilidade do sistema. Embora as referências mais recentes outorguem a estas ocorrências a alcunha de fenômenos conjunturais - ao invés do caráter estrutural atribuído inicialmente aos mesmos -, seguem pertinentes algumas das preocupações acerca da sustentabilidade do RGPS, tendo em vista sua crescente necessidade de financiamento.

É óbvia a vinculação entre grau de estruturação e dinâmica do mercado de trabalho e nível de proteção previdenciária, dado que o objetivo primordial da Previdência é funcionar como um seguro contra a perda de capacidade para a geração de renda por parte dos cidadãos economicamente ativos. No Brasil, esta relação vai além desta lógica natural do sistema e guarda estreita relação com as origens do marco institucional do Regime Geral no País. Os diferentes órgãos e estruturas que, transformadas e/ou unificadas, deram origem ao que hoje se conhece como o RGPS, foram instituídas fundamentalmente para garantir a proteção de empregados formais, contratados com o devido registro do vínculo em carteira de trabalho (não à toa, anteriormente denominada carteira de trabalho e previdência social - CTPS).

Hoje o desenho do Regime Geral seguramente se distancia desse modelo original, mudança necessária para

Graziela Ansiliero

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), em exercício no Ministério da Previdência Social (MPS).

fazer frente à complexa configuração do mercado de trabalho brasileiro, marcado pela informalidade e por formas atípicas de ocupação. As regras atualmente vigentes obrigam a contribuição dos cidadãos economicamente ativos ocupados, qualquer que seja o tipo de vínculo dos mesmos (desde que não vinculados a regimes próprios de Previdência Social), e facultam a cotização de pessoas desocupadas e economicamente inativas (como donas de casa e estudantes, por exemplo), desde que em qualquer dos casos possuam a idade mínima para inscrição na Previdência Social. Essa pluralidade de opções de acesso teve por finalidade contribuir para a expansão da cobertura previdenciária entre a população em geral e, particularmente, entre a PEA.

Estes dois grupos, inclusive, dão origem a dois indicadores clássicos de mensuração do grau de proteção previdenciária: (i) a taxa de contribuição da população total (contribuintes/população total); e, (ii) a taxa de contribuição da população economicamente ativa (contribuintes/PEA). Ocorre que a apuração destes dois indicadores é dificultada no Brasil pela insuficiência de dados nas principais bases utilizadas, notadamente as de abrangência nacional (PNAD e Censo Demográfico, principalmente). Tanto a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) quanto o Censo Demográfico (IBGE), apenas coletam dados sobre a contribuição das pessoas ocupadas em um dado período de referência, deixando de lado eventuais contribuintes entre desocupados e inativos.

Tendo essas questões e restrições em vista, o propósito deste artigo é revisitar os dados das últimas duas décadas e acompanhar brevemente a evolução das interações entre o mercado de trabalho brasileiro e o padrão

de inclusão previdenciária da população ocupada no País. Em outros termos, a proposta é buscar nos indicadores de mercado de trabalho algumas explicações para as tendências observadas nos indicadores de proteção previdenciária. Como, no Brasil, os menores de 16 anos (salvo aprendizes) não podem legalmente contribuir para a Previdência Social (consistindo antes em questão para políticas de erradicação do trabalho infantil) e os maiores de 60 anos dificilmente começarão a fazê-lo (pois, nessa idade, dificilmente lograrão preencher as condições de elegibilidade para a maioria dos benefícios), a análise ficará restrita ao grupo de ocupados com idade entre 16 e 59 anos. Esta tarefa será realizada a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) e da PNAD/IBGE, cobrindo um período que vai do início da década de 1990 (1992) até 2011 (ano de referência da PNAD mais recente).¹

Evolução Recente da Cobertura Previdenciária

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mais recentemente realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011 existiam no País 85,55 milhões de pessoas ocupadas com idade entre 16 e 59 anos. Este contingente, quando contraposto ao subgrupo de 60,47 milhões de pessoas consideradas protegidas nessa mesma faixa etária, resulta em uma taxa de cobertura de 70,7% para aquele ano. Em termos de gênero, a proteção social é

¹ Exceto 1994, 2000 e 2010, anos em que a PNAD não foi a campo.

ligeiramente maior entre os homens (71,4%), frente às mulheres (69,7%). A população ocupada protegida é composta por 4 segmentos: (i) os contribuintes (segurados ativos) do RGPS; (ii) os segurados ativos de regimes específicos para militares e servidores públicos; (iii) os chamados “segurados especiais” (trabalhadores rurais que exercem suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, pessoas que contam com proteção da Previdência Social mesmo não declarando contribuição para a previdência, já que sua contribuição se dá sobre a eventual comercialização da produção rural); e, (iv) os não contribuintes que recebem algum benefício continuado (previdenciário ou assistencial).

Em termos agregados, de cada 10 trabalhadores, cerca de 7 estão protegidos pela Previdência Social, ou seja,

contribuem para algum regime previdenciário público ou são segurados especiais ou, embora não contribuam e não sejam caracterizados como segurados especiais, já são beneficiários da Previdência ou da Assistência Social. Por outro lado, isso significa também que aproximadamente 29% da população ocupada - ou seja, 25,08 milhões de pessoas - declararam encontrar-se sem qualquer tipo de cobertura previdenciária. Ressalte-se que além de cotarem com taxa de proteção social mais baixa, as mulheres eram maioria entre os desprotegidos com reduzida capacidade contributiva (aqui entendidos como aqueles trabalhadores que recebem menos de 1 salário mínimo mensal no conjunto de todos os trabalhos) e minoria entre os desprotegidos com alguma capacidade contributiva (ocupados com rendimentos iguais ou superiores ao piso previdenciário).

Tabela 1
Proteção Previdenciária dos Ocupados entre 16 e 59 anos, segundo Sexo - 2011

Fonte: PNAD/IBGE - 2011. Elaboração: SPS/MPS.

*Moradores da zona rural dedicados a atividades agrícolas, nas seguintes posições na ocupação: sem carteira, conta própria, produção para próprio consumo, construção para próprio uso e não remunerados, respeitada a idade entre 16 e 59 anos.

** Ocupados (excluídos os segurados especiais) que, apesar de não contribuírem, recebem benefício previdenciário.

CATEGORIAS	HOMENS	%	MULHERES	%	TOTAL	%
Contribuintes RGPS (A)	27.598.587	56,5%	18.937.216	51,5%	46.535.803	54,4%
Contribuintes RPPS (B)	2.656.685	5,4%	3.680.568	10,0%	6.337.253	7,4%
Militares	212.555	0,4%	4.776	0,0%	217.331	0,3%
Estatutários	2.444.130	5,0%	3.675.792	10,0%	6.119.922	7,2%
Segurados Especiais** (RGPS) (C)	4.231.432	8,7%	2.448.428	6,7%	6.679.860	7,8%
Não-contribuintes (D)	14.324.095	29,3%	11.673.054	31,8%	25.997.149	30,4%
Total (E = A+B+C+D)	48.810.799	100,0%	36.739.266	100,0%	85.550.065	100,0%
Beneficiários não-contribuintes*** (F)	387.986	0,8%	528.243	1,4%	916.229	1,1%
Trabalhadores Socialmente Protegidos (A+B+C+F)	34.874.690	71,4%	25.594.455	69,7%	60.469.145	70,7%
Trabalhadores Socialmente Desprotegidos (D-F)	13.936.109	28,6%	11.144.811	30,3%	25.080.920	29,3%
Desprotegidos com rendimento igual ou superior a 1 salário mínimo	9.235.152	18,9%	4.751.038	12,9%	13.986.190	16,3%
Desprotegidos com rendimento inferior a 1 salário mínimo	4.109.163	8,4%	6.053.236	16,5%	10.162.399	11,9%
Desprotegidos com rendimento ignorado	591.794	1,2%	340.537	0,9%	932.331	1,1%

Na série histórica harmonizada², o indicador agregado de 2011 é o melhor já registrado pela PNAD desde 1992, resultado que segue consolidando a mudança de tendência observada a partir de 2002. No período 1992-2002 o contingente de protegidos cresceu menos que proporcionalmente em relação à população ocupada total com o mesmo recorte etário, fazendo que a taxa de proteção diminuísse, passando de 66,4% (1992) para 61,7% (2002). Ambos os sexos registraram redução

da proteção, mas entre as mulheres este fenômeno foi bem menos significativo. Entre 2002 e 2011 houve melhora visível nesse indicador (de 61,7%, em 2002, para 70,6%, em 2011), sendo que a recuperação se deu para homens e mulheres.

Como se pode notar pelos Gráficos 2 (Total), 3 (Homens) e 4 (Mulheres)³, o peso do grupo formado pelos

² Como até 2003 a pesquisa não incluía as áreas rurais da região Norte, salvo de Tocantins, optou-se pela construção de uma série histórica harmonizada, que considera apenas as variáveis e coberturas geográficas presentes em todas as edições da PNAD utilizadas nesta nota.

³ Nos Gráficos 2, 3 e 4, o indicador de cobertura tem para todos os grupos (contribuintes do RGPS, militares e estatutários - RPPS; segurados especiais; contribuintes não-beneficiários e desprotegidos) o mesmo denominador (Total de Trabalhadores Ocupados), de modo que seja possível avaliar a contribuição de cada um no indicador global.

beneficiários não contribuintes caiu ligeiramente no período (para homens e mulheres, redução de 0,3 p.p.), resultado de um pequeno incremento na primeira metade da série (1992-2002: +0,5 p.p.) e uma subsequente retração mais que proporcional (2002-2011: -0,8p.p.). Entre os segurados especiais houve queda contínua para ambos os sexos: entre os homens, a participação dessa

categoria no total de ocupados caiu de 15,6% (1992) para 7,5% (2011); entre as mulheres a redução dessa proporção foi ainda maior, respectivamente de 15,8% para 5,9%. Para militares e estatutários, a parte inicial da série revela estabilidade relativa, seguida de ligeira expansão, movimento esse que predomina no saldo final (Total: +0,6 p.p.; Homens: +0,3 p.p.; Mulheres: +0,7 p.p.).

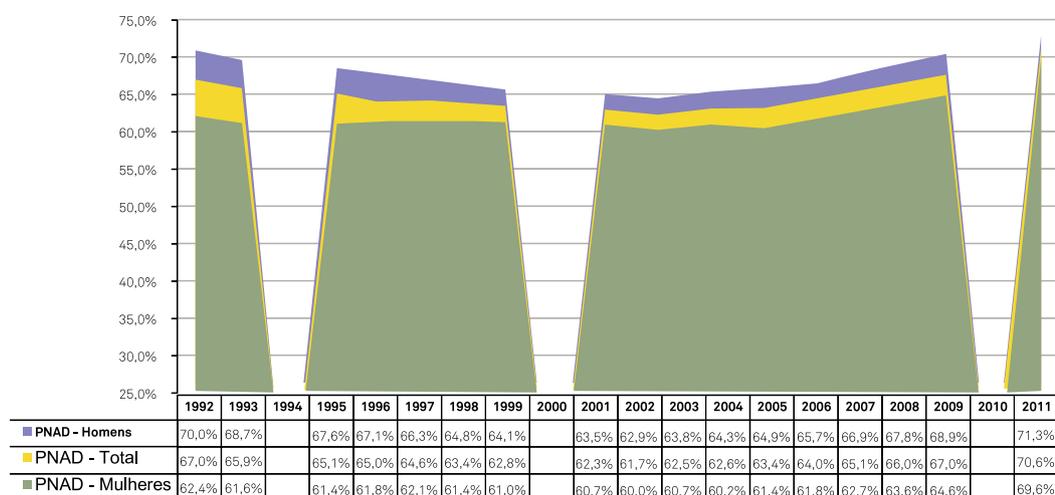


Gráfico 1

Proteção Previdenciária da População Ocupada (16 a 59 anos), segundo Sexo - 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE (vários anos).
Elaboração: SPSS/MPS.
Obs.: Incluídos os militares e os servidores públicos estatutários.

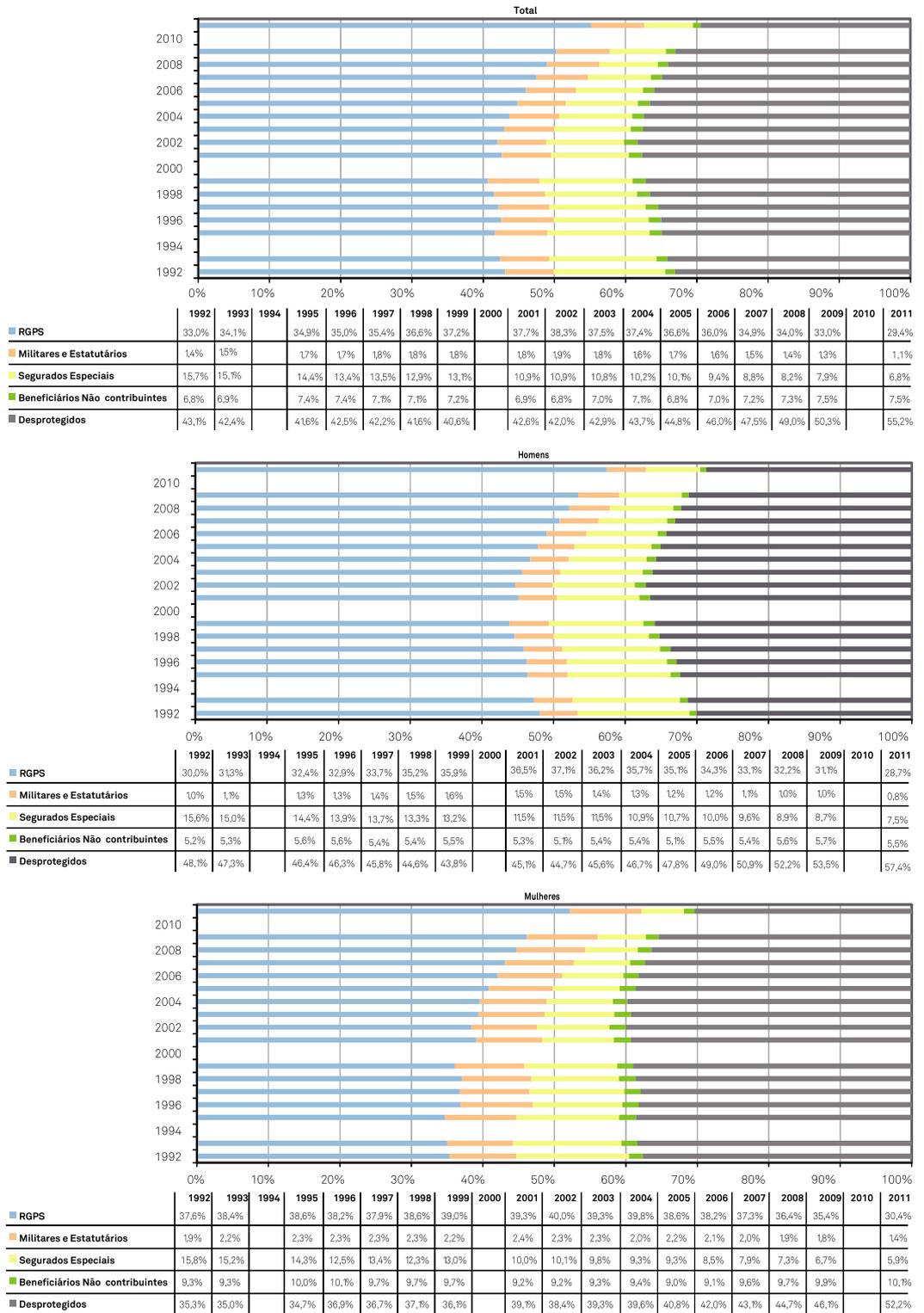
Resta claro então que o ganho recente no indicador de cobertura dos ocupados se deu mais em função da inclusão de contribuintes do RGPS do que pelo aumento na proporção de protegidos em qualquer outra das categorias consideradas: na série harmonizada, o indicador de cobertura decomposto variou em 12,7 p.p. entre estes trabalhadores. Na abertura por gênero, esta variação em pontos percentuais foi ainda bastante superior entre as mulheres (+17,3 p.p.) comparativamente aos homens (+10,0 p.p.). Mais do que isso, a proporção de mulheres nesta condição cresceu quase que ininterruptamente nos últimos 20 anos, ao passo em entre os homens houve uma inflexão clara na série histórica.

Em outros termos, se entre as mulheres a tendência de crescimento é unívoca, entre os homens os dados da PNAD dividem a série histórica em dois períodos

bastante distintos (1992-2002 e 2002-2011), com tendências muito claras e díspares entre si. A trajetória do indicador de proteção, portanto, reflete principalmente o comportamento da série histórica masculina (já que são os homens a maioria entre os ocupados), com queda e posterior recuperação na taxa de contribuição previdenciária. Ocorre que os dois principais determinantes do resultado global afetaram, em termos absolutos, mais significativamente os homens: (i) na primeira metade da série houve redução mais intensa no contingente de segurados especiais, grupo majoritariamente masculino – em 2011, por exemplo, 63,3% dessa categoria pertencia ao sexo masculino; e, principalmente, (ii) aumento da informalidade trabalhista masculina, fenômeno esse que gerou rebatimentos na taxa de cobertura previdenciária e, consequentemente, sobre a proteção previdenciária.

Gráficos 2, 3 e 4
 Decomposição
 do Indicador
 de Proteção
 Previdenciária -
 Brasil

Fonte: PNAD/
 IBGE (vários anos).
 Elaboração: SPPS/MPS.
 Obs.: Incluídos os mili-
 tares e os servidores
 públicos estatutários.



Esta relação fica ainda mais evidente no Gráfico 5, a seguir, que traz uma série histórica da taxa de contribuição, aqui entendida como a proporção de ocupados que se autodeclararam contribuintes do RGPS.⁴ Excluídos

os militares e os servidores públicos estatutários (tanto do numerador quanto do denominador), temos então que o indicador agregado de proteção previdenciária oculta diferenças marcantes entre homens e mulheres. A proporção de contribuintes - principal componente do indicador de proteção - pode ter caído para os homens entre 1992 e 2002, comprometendo assim o resultado global, mas entre as mulheres a tendência foi

⁴ Como o foco deste artigo é o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a partir deste ponto são desconsiderados os militares e os servidores públicos estatutários, pertencentes a regimes diferenciados ou próprios de Previdência Social.

de clara expansão desta relação entre contribuintes e ocupados. Ou seja, as mulheres mantiveram essa tendência ao longo de toda a série considerada, sendo acompanhadas pelos homens a partir de 2002.

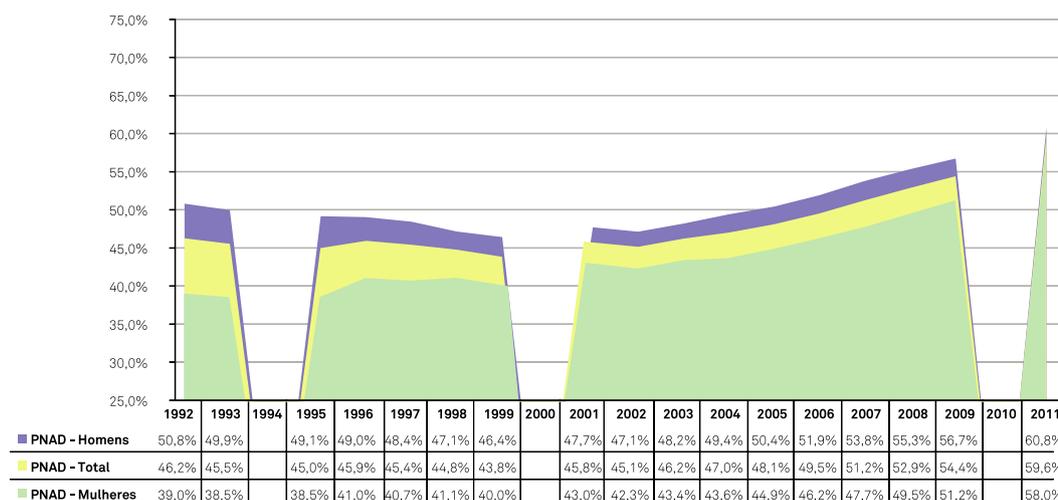


Gráfico 5

Taxa de Contribuição Previdenciária da População Ocupada no Setor Privado (16 a 59 anos), segundo Sexo – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE (vários anos).
Elaboração: SPPS/MPS.
Obs.: Considerando-se apenas os ocupados no setor privado, ou seja, excluídos os militares e os servidores públicos estatutários.

Como resultado da combinação desses fatores todos, o diferencial por gênero, depois de um recuo acentuado no período 1992-2001 e de uma aparente retomada entre 2002-2009, assumiu em 2011 o menor valor de toda a série histórica para ambos os indicadores (contribuição e proteção). Pode-se dizer que os indicadores femininos e masculinos de cobertura previdenciária e de proteção previdenciária se aproximaram significativamente na primeira metade da série histórica harmonizada, voltando a se distanciar ligeiramente nos anos seguintes, ainda que o primeiro movimento tenha sido bem mais intenso que o segundo. Mais precisamente, nos dois casos o indicador feminino ainda é, sistematicamente, inferior ao masculino, mas essa diferença já foi maior.

Estas diferenças entre homens e mulheres são apenas parcialmente inerentes ao gênero ao qual pertencem os trabalhadores (como as que derivam da maternidade, por exemplo) e são geralmente impostas ou exacerbadas por outros fatores (como regras e costumes familiares e sociais, condições no mercado de trabalho e discriminação, dentre outros) geradores de desigualdades. Os diferenciais de cobertura previdenciária entre os sexos estão diretamente relacionados ao padrão de inserção no mundo do trabalho: as mulheres possuem maior probabilidade de enfrentar o desemprego; mais frequentemente encontram ocupação em segmentos menos estruturados da economia, estando mais sujeitas ao trabalho precário (notadamente o doméstico, o não remunerado e o por conta própria, posições em que prepondera a desproteção); e recebem menores

rendimentos, o que dificulta a contribuição previdenciária autônoma.

Por isso mesmo os indicadores de cobertura de 2011 chamam tanto a atenção. A expansão do nível de proteção foi expressiva e esteve atrelada fundamentalmente à população ocupada feminina. A comparação direta entre as PNAD completas de 2009 e 2011 revela um aumento de 3,6 pontos percentuais na taxa de proteção previdenciária, variação que chega a 2,5 p.p. entre os homens e a expressivos 5,1 p.p. entre as mulheres. Ocorre que, dado o caráter amostral da pesquisa, oscilações assim, observadas em relação a períodos imediatamente anteriores, devem ser tomadas com precaução. Pode ser precoce reconhecer nos dados uma mudança de tendência no ritmo de evolução da cobertura feminina, por exemplo. A magnitude destas variações também deve ser relativizada porque dizem respeito ao biênio 2009-2011 (e não à tradicional variação anual), uma vez que em 2010 a PNAD não foi a campo. Contudo, vale ressaltar que estas ponderações não são suficientes para se questione a consistência das tendências recentes observadas para os indicadores de cobertura, que em todos os casos (homens; mulheres; e total) assumem trajetórias claramente ascendentes desde 2003.

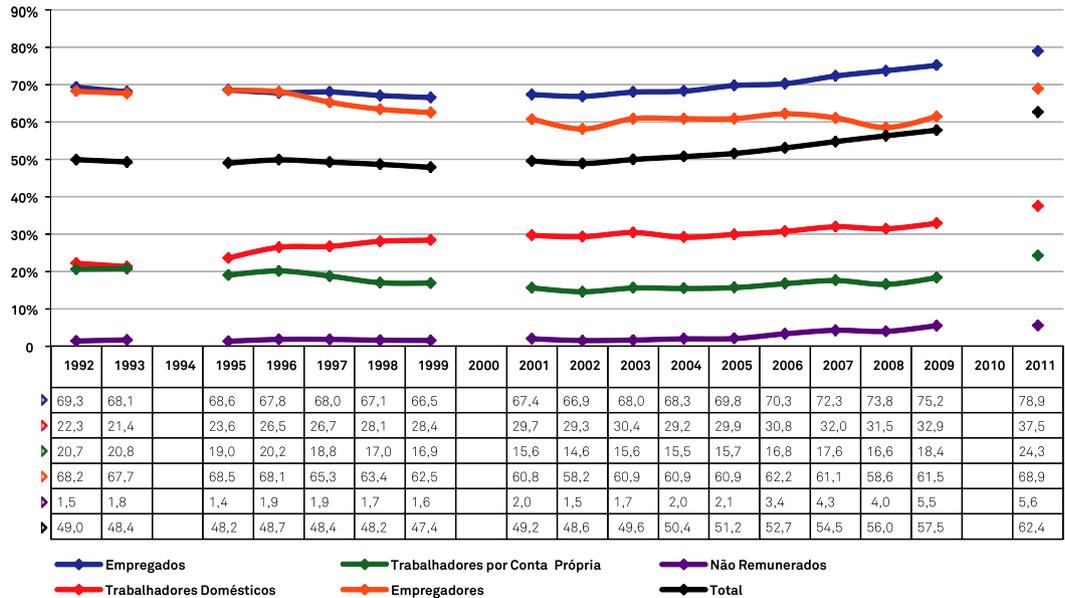
Estes resultados coincidem com a evolução do grau de informalidade trabalhista observada no País: entre os homens houve elevação da informalidade em 1992-1999 e queda a partir de 2001; dentre as mulheres, a tendência de queda na informalidade desde

1992 explica, em grande medida, o melhor desempenho da cobertura feminina. Após estes anos de involução no início da série histórica harmonizada (notadamente, entre 1992 e 1999), a abertura do indicador de taxa de cobertura por posições na ocupação reforça, não apenas a recuperação do indicador global

de cobertura previdenciária, mas também confirma que este desempenho esteve fortemente associado à formalização das relações de trabalho – apenas entre 2002 e 2011, aumentou em 12,0 pontos percentuais a proporção de empregados que declaram contribuir para a Previdência Social.

Gráfico 6
Taxa de Contribuição Previdenciária da População Ocupada Total (16 a 59 anos), segundo Posição na Ocupação, segundo Sexo – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE (vários anos).
Elaboração: SPPS/MPS.
Obs.: Considerando-se todos os ocupados, ou seja, incluídos no total os militares e os servidores públicos estatutários.



O resultado desse segmento, que representa a maioria dos trabalhadores ocupados, compensa o comportamento inexpressivo ou errático de alguns grupos (como o de empregadores, cuja cobertura cai do início da série harmonizada até 2008, quando começa a dar sinais de recuperação) e se soma ao bom desempenho recente de outros. O grupo dos trabalhadores por conta própria, por exemplo, desde 2003 esboça uma recuperação de sua taxa de cobertura. Entre os trabalhadores domésticos, a taxa de cobertura previdenciária aumentou na primeira parte da série (1992-1999), manteve-se praticamente estável no quinquênio seguinte (2001-2005) e desde 2006 parece experimentar uma nova expansão de seus valores.⁵

O indicador de proteção previdenciária desloca as curvas do Gráfico 6 para cima, uma vez que mantém o denominador constante (população ocupada com idade entre 16 e 59 anos) e incorpora ao numerador (como trabalhadores protegidos) os segurados especiais e os ocupados que já recebem algum benefício permanente (aposentadoria e/ou pensão). As maiores variações são observadas nas categorias dos trabalhadores por conta própria e dos trabalhadores sem rendimento, na qual a concentração de segurados especiais é mais elevada - em 2011, estes segurados representavam 13,3% do primeiro grupo e 60,4% do segundo. Outra conclusão óbvia dada pela comparação dos Gráficos 6 e 7 é a redução da diferença entre os dois indicadores totais, diferença essa que chegou a ser de 17,9 pontos percentuais em 1992 e no último ano da série não ultrapassou os 10 pontos.

⁵ Ressalte-se que estes últimos resultados - em particular, os indicadores dos últimos 2 anos - parecem não encontrar respaldo nos registros administrativos do RGPS. A quantidade de contribuintes nesta categoria não mostra sinais de expansão significativa. Pelo conceito mais amplo de apuração deste indicador (que classifica como contribuinte todo aquele que efetuou ao menos uma contribuição no ano), os dados do MPS apontam para uma relativa estabilidade. Vale um estudo específico para a análise desta discrepância. Para maiores informações sobre os dados citados, ver: AEPS 2011.

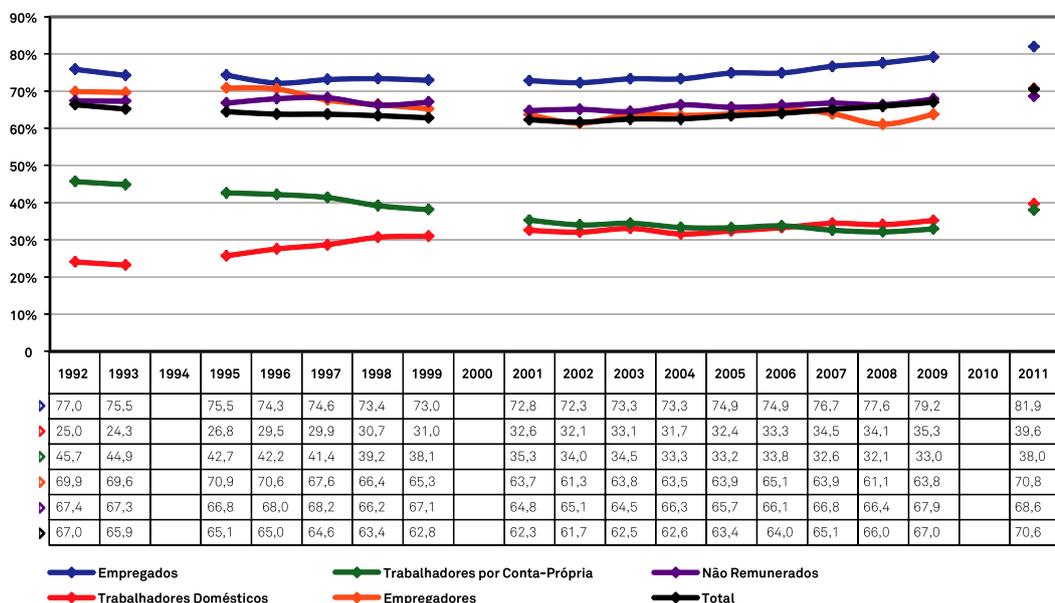


Gráfico 7
Proteção Previdenciária dos Ocupados entre 16 e 59 Anos, segundo as Principais Posições na Ocupação - 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 - Elaboração: SPPS/MPS.

* A linha do total incorpora todas as posições na ocupação, inclusive militares e estatutários.

A diferença ainda é significativa, mas se reduz paulatinamente conforme diminui o contingente de trabalhadores aptos a integrar a categoria de segurado especial. A redução na quantidade absoluta e na participação deste grupo sobre o total de ocupados foi um pouco mais expressiva entre as mulheres: a quantidade de segurados especiais foi reduzida em 32,7% entre os homens e 39,3% entre as mulheres, entre 1992-2011; a proporção de segurados especiais com respeito à PEA ocupada caiu 8,01pp. e 9,09 pp. para homens e mulheres, respectivamente.⁶ Como resultado desta combinação de movimentos, o diferencial de gênero no indicador de proteção previdenciária cresceu a taxas ligeiramente superiores às observadas na taxa de contribuição.

Para além dos efeitos resultantes da instituição da figura do segurado especial, preconizada pela Constituição Federal de 1988, a Previdência Rural ganhou relevância para explicar a expansão da cobertura também em razão de um aumento observado na proporção de trabalhadores agrícolas que - embora não possam ser incluídos no regime especial - contribuem para o RGPS. Os segurados do RGPS são agrupados em dois segmentos básicos: a clientela rural e a urbana. Estas clientelas são definidas em razão, não do local de moradia (região censitária), mas sim de acordo com a natureza da atividade econômica que desenvolvem (agrícola/rural ou urbana). O Gráfico 8, a seguir, é o resultado de uma tentativa de reproduzir estes grupos a partir dos dados da PNAD.⁷

⁶ Esta retração no conjunto de segurados especiais, notadamente do sexo feminino, merece por si só um estudo específico, que apresente dados e teste hipóteses que fogem ao escopo original deste artigo.

⁷ O IBGE alterou a classificação dos grupamentos de atividade entre 2001 e 2002, motivo pelo qual a comparabilidade entre as PNADs dos períodos 1992-2001 e 2002-2011 fica de certo modo comprometida.

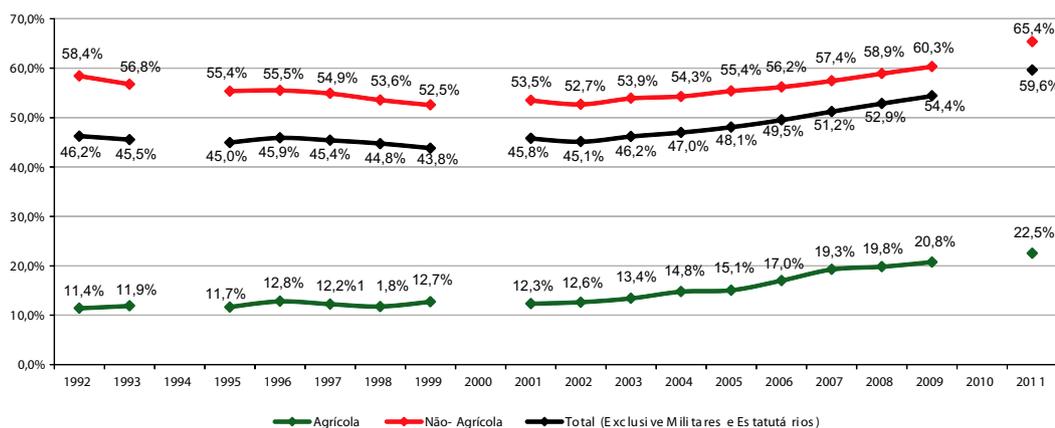


Gráfico 8
Taxa de Contribuição Previdenciária dos Ocupados no Setor Privado (idade entre 16 e 59 anos), segundo Clientelas (Agrícola e Não-Agrícola) do RGPS - 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 - Elaboração: SPPS/MPS. * Exclusi ve mi li tares e es tatutá rios.

A taxa de contribuição agrícola, embora ainda seja demasiadamente modesta, cresceu 98% entre 1992 e 2011, sendo que o período de maior expansão ocorreu a partir de 2001; entre os trabalhadores não agrícolas, após o ponto mínimo alcançado em 2002 (52,7%), o indicador evoluiu positivamente até assumir o valor de 65,4% em 2011 (variação acumulada de 12% entre 1992-2011). O valor do indicador global variou 29% no período, resultado naturalmente bem mais próximo ao alcançado pelo grupo de ocupados em atividades não agrícolas, o qual predomina com ampla vantagem na ocupação total (quase 90% do total de ocupados, exclusive militares e estatutários).

Estes indicadores de contribuição previdenciária (que desconsideram os segurados especiais no numerador e os militares e os estatutários em qualquer circunstância) demonstram que a proporção de contribuintes cresce quase que ininterruptamente entre os trabalhadores agrícolas⁸, ao passo que entre os urbanos o movimento determina o padrão observado para o total

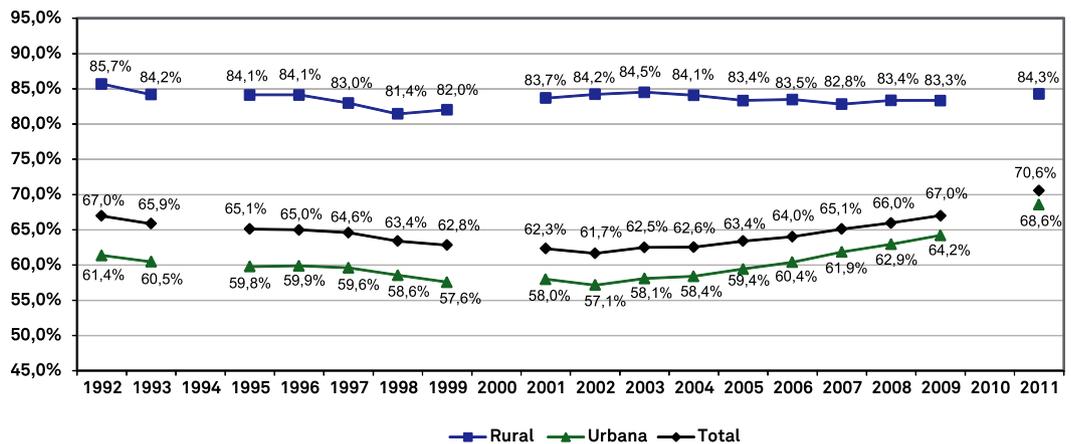
⁸ Segundo a composição dos grupamentos de atividade definida pelo IBGE para a PNAD, o grupamento agrícola incorpora as seguintes atividades: (i) Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades; (ii) Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades; e, (iii) Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades.

de ocupados - tendência de queda até 2002 e posterior recuperação. Entre os segurados especiais, em que pesem os fenômenos relatados anteriormente, a relevância da Previdência Rural brasileira para a proteção previdenciária destes trabalhadores rurais que atuam na agricultura familiar (e equiparados) segue incontestável – 7,5% da população ocupada masculina se declara não contribuinte, mas encontra-se protegida na condição de segurados especiais, mesma situação vivida por 5,9% das mulheres ocupadas.

Um exemplo disso é o fato de que a proteção previdenciária rural – definida neste contexto pela região censitária do local de moradia e não pela natureza da atividade laboral desempenhada pelo trabalhador -, segue elevada e bastante superior à urbana, em que pese a ligeira tendência de queda observada desde 1992. Na verdade, o Gráfico 9, a seguir, parece ser em grande medida explicado pelos Gráficos 2 e 4, discutidos anteriormente. Por um lado, a queda no contingente de segurados especiais tem forçado o indicador de proteção para baixo (Gráfico 2); por outro, especialmente no período 2003-2011, o incremento na taxa de contribuição dos trabalhadores agrícolas tem servido para neutralizar ao menos parcialmente esta tendência.

Gráfico 9
Proporção de Protegidos com Idade entre 16 e 59 Anos, segundo Áreas Censitárias (Rurais e Urbanas) – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011
- Elaboração: SPPS/MPS.
* Inclusive militares e estatutários.



Vale ressaltar que o claro movimento de redução na quantidade absoluta de potenciais segurados especiais se deu tanto em razão da migração rural-urbana quanto da expansão da agroindústria e das atividades não agrícolas no meio rural (estas últimas, associadas a um forte movimento de urbanização do meio rural). Esse fenômeno se somou a uma ligeira retração na taxa de contribuição previdenciária total (entre 1992-1999, como mencionado

anteriormente), determinada por uma diminuição na proporção de contribuintes entre empregados, trabalhadores por conta própria e empregadores. Por outro lado, o arrefecimento no ritmo de queda no volume de segurados especiais, atrelado à expansão da formalização previdenciária entre empregados e trabalhadores por conta própria, explica a forte recuperação do indicador global de proteção previdenciária a partir de 2003.

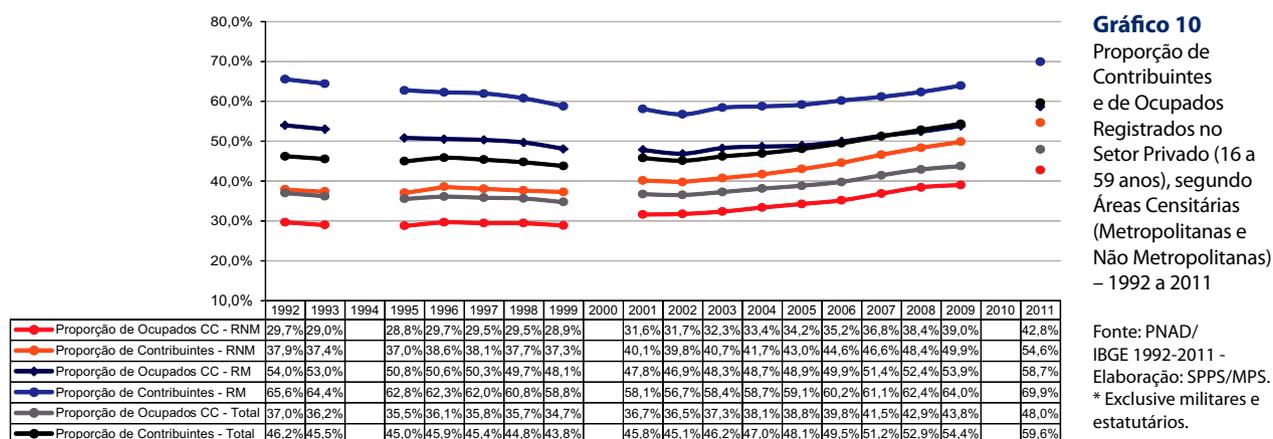
Por fim, ressalte-se que este incremento na ocupação rural não agrícola está possivelmente relacionado a uma “intensificação da interiorização da economia”, marcada pelo surgimento de novos pólos econômicos no interior das unidades da Federação - dinâmica que fugiu ao modelo, predominante até então, focado fundamentalmente nas regiões metropolitanas do País (Gráfico 10).⁹ Esse fenômeno pode ter contribuído para sustentar a tese, bastante difundida até o início dos anos 2000, de que o País enfrentava uma crise no

⁹ Segundo estudo do IBGE, a interiorização do Brasil na última década foi influenciada de forma significativa pela expansão das cadeias produtivas de carne, grãos e algodão em direção ao Centro-Oeste e ao Norte, fenômeno que - dentre outros reflexos - estaria elevando o grau de urbanização nacional e modificando a densidade e a mobilidade populacionais. Isso tudo ao mesmo tempo em que houve uma aparentemente litoralização do País, tanto em razão da exploração de petróleo quanto de atividades relacionadas ao turismo. O resultado foi o adensamento da população e dos centros urbanos situados nestas proximidades, nas quais a composição setorial da ocupação foi alterada.

mercado formal de trabalho (CARDOSO JR., 2000; NERI, 2003; ARBACHE, 2003).

Esta tese, fundamental construída a partir de dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) – com dados das seis maiores regiões metropolitanas brasileiras - e generalizada para o conjunto do País, foi sendo paulatinamente refutada a partir de estudos realizados com base em dados da PNAD/IBGE, pesquisa com cobertura geográfica bem mais abrangente (PAIVA, 2004).¹⁰ Os dados nacionais desagregados em áreas metropolitanas e não metropolitanas sugerem não apenas que a tal “crise de formalidade” na década de 1990 se mostrou uma falácia, mas que inclusive houve ligeira melhora no grau de formalização das relações de trabalho no País.

¹⁰ Ver: Paiva, Luis Henrique. *Revendo o Crescimento da Informalidade e de sua Dimensão Previdenciária à Luz dos dados da PNAD. Mercado de Trabalho – conjuntura e análise*, n° 23. IPEA, 2004.



Notas sobre a Relação Recente entre Mercado de Trabalho e Cobertura Previdenciária

Diversos aspectos do funcionamento do mercado de trabalho podem influenciar o grau de cobertura previdenciária de um País, de modo que a busca por explicações para as limitadas taxas de cotização ao RGPS deve passar obrigatoriamente por este tema. O argumento mais comum, relacionando mercado de trabalho e desproteção previdenciária, aponta para a elevada informalidade nas relações de trabalho como o principal

determinante da baixa proporção de ocupados participando de regimes previdenciários. Grosso modo, no Brasil, parcela importante da PEA ocupada não teria acesso a postos de trabalho de qualidade, com benefícios e outras garantias laborais, restando como alternativa o setor informal da economia, marcado pela informalidade e pela precariedade das relações e condições de trabalho.

Para estes trabalhadores, a inscrição no RGPS, embora mandatária, seria na prática voluntária, já que dependeria de decisão individual e de difícil imposição pelo Estado (dadas as óbvias dificuldades de fiscalização e verificação das condições para tal obrigatoriedade, especialmente no caso dos trabalhadores por conta própria). Dadas as características dos postos de trabalho

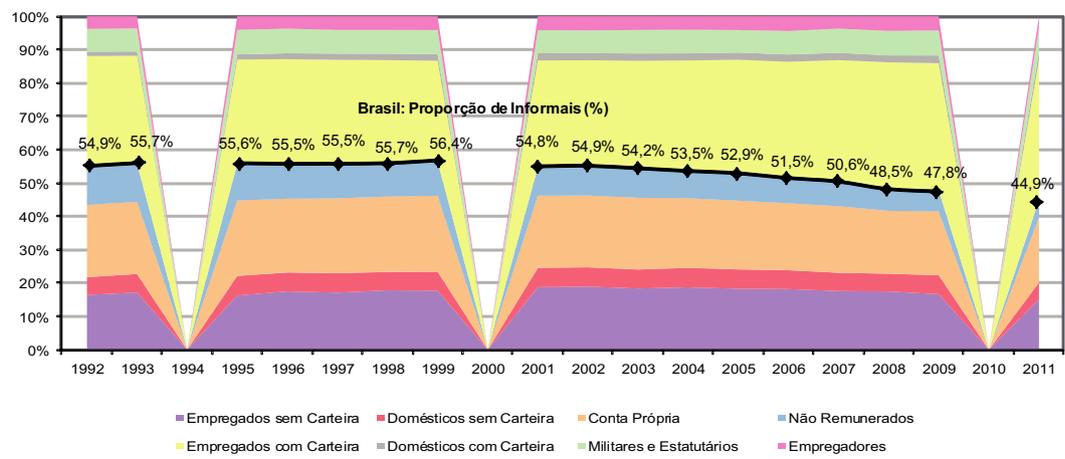
que ocupam, nos quais tende naturalmente a prevalecer a ausência de aporte previdenciário patronal, a estes indivíduos resta a possibilidade de assumirem integralmente o custo da contribuição para o RGPS. Por outro lado, como estes postos também são, predominantemente, marcados pela precariedade e pelos baixos rendimentos, a baixa capacidade contributiva tende a ser um fator impeditivo bastante relevante.

Em outras palavras, estes trabalhadores - que representam parcela elevada do total de ocupados no País - tendem a se posicionar na base da distribuição de renda do País, quadro que certamente oferece entraves importantes para a expansão da proteção previdenciária. Também em razão da condição socioeconômica em que vivem, tendem a possuir uma elevada taxa individual de desconto intertemporal, valorizando mais o consumo presente do que o acúmulo de poupança para a aposentadoria. Em outras palavras, quando livres para decidir, frequentemente optam pela não-contribuição – seja pela incapacidade financeira de cotizar, seja por possuírem um horizonte de planejamento de curto prazo -, decisão que não deixa de ser economicamente racional. Esta visão de curto prazo também contribui para que a interação com outras políticas produza desincentivos: os benefícios de risco (auxílio-doença, pensão por morte, etc.) são pouco levados em consideração, ficando o foco quase que restrito aos benefícios planejados (como a aposentadoria por idade, por exemplo).¹¹

Tomando-se como conceito de informalidade trabalhista a ocupação em posições sem vínculos trabalhistas formalizados, a medida desse problema, no Brasil, pode ser auferida como a proporção de ocupados na condição de autônomos (trabalhadores por conta própria), empregados sem carteira (domésticos ou não) e não remunerados (não remunerados, trabalhadores ocupados na construção para o próprio uso e trabalhadores ocupados na produção para o próprio consumo). Pelo Gráfico 11, a seguir, nota-se que este segmento da população ocupada é, de fato, bastante importante no País, respondendo por cerca de 45% do total de postos de trabalho informados na PNAD 2011, sempre com o filtro etário previamente definido (idade entre 16 e 59 anos).

¹¹ Neste grupo, para o qual a contribuição é quase autônoma, outra questão a ser ponderada é a oferta de benefícios semi ou não contributivos, que pode produzir desincentivos para o aporte individual mesmo em alguns de seus segmentos onde há capacidade contributiva (ainda que limitada). Sobre isso, o que se pode dizer é que a literatura especializada reúne um volume relativamente significativo de evidências de que a superposição de benefícios previdenciários e assistenciais tende a resultar em taxas de cotização inferiores às potenciais. PAIVA (2009), por exemplo, sugere a existência de tal situação no Brasil, onde a idade mínima de aposentadoria por idade (para a clientela urbana) e o piso previdenciário coincidem como o valor monetário e com a idade mínima de acesso ao benefício de prestação continuada (BPC) previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). De todo modo, ainda que bastante controverso e mesmo relevante para a discussão aqui proposta, este ponto certamente merece espaço no debate e deveria ser objeto de estudos mais elaborados. Para maiores detalhes, ver: PAIVA, Luis Henrique. “Contribuição Previdenciária e Desincentivos gerados pela Assistência Social: o que o caso das mulheres nos ensina”. Informe de Previdência Social. Novembro de 2009, Volume 21, nº 11.

Gráfico 11
Composição da PEA Ocupada com Idade entre 16 e 59 Anos, segundo Posições na Ocupação – 1992 a 2011
Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 - Elaboração: SPPS/MPS.



Não à toa, os momentos de expansão da informalidade tendem a coincidir com os períodos em que a taxa de desemprego aumentou no País, ainda que não na mesma proporção (Gráfico 12). Em momentos de crise

e instabilidade econômica, um eventual aumento do desemprego tende a vir acompanhado de uma expansão da informalidade nas relações de trabalho, fenômeno que tende a estar concentrado fundamentalmente

nas camadas sociais menos favorecidas, para as quais a renda do trabalho se confunde mais diretamente com a renda familiar. Em outras palavras, como para estes grupos a desocupação não é alternativa plausível, a saída natural tende a ser a atividade informal, normalmente associada à precariedade laboral, problema que no Brasil assume contornos mais graves e duradouros que o próprio desemprego. Afinal, por motivos óbvios, é o grupo dos trabalhadores informais o que – a médio e longo prazos – mais tende a sofrer com a desproteção social, especialmente a de natureza previdenciária.

Como já mencionado, o fato de a PNAD não dispor de dados sobre a contribuição previdenciária dos desocupados e inativos inviabiliza a análise dos prováveis impactos do desemprego sobre as taxas de proteção previdenciária da PEA e da população em geral. Mais do

que isso, tal limitação impede que se avalie o grau de atratividade do RGPS entre os indivíduos que não compõem o grupo de segurados obrigatórios da Previdência Social. De forma bastante genérica, no entanto, pode-se dizer que o aumento do desemprego (tanto o desemprego aberto, quanto o desemprego oculto por trabalho precário) tende a pressionar a taxa de contribuição previdenciária para baixo. No tocante à população ocupada total, denominador dos indicadores apresentados nesta nota, a relação identificada entre desemprego e informalidade pode resultar no aumento do peso dos informais no emprego total; ademais, como o numerador é quase sempre menor que o denominador (dado que a taxa de cobertura é significativamente inferior a 100%), a saída de trabalhadores da população ocupada também tende a favorecer a queda na proporção de contribuintes (a depender da qualidade do posto que ocupava).

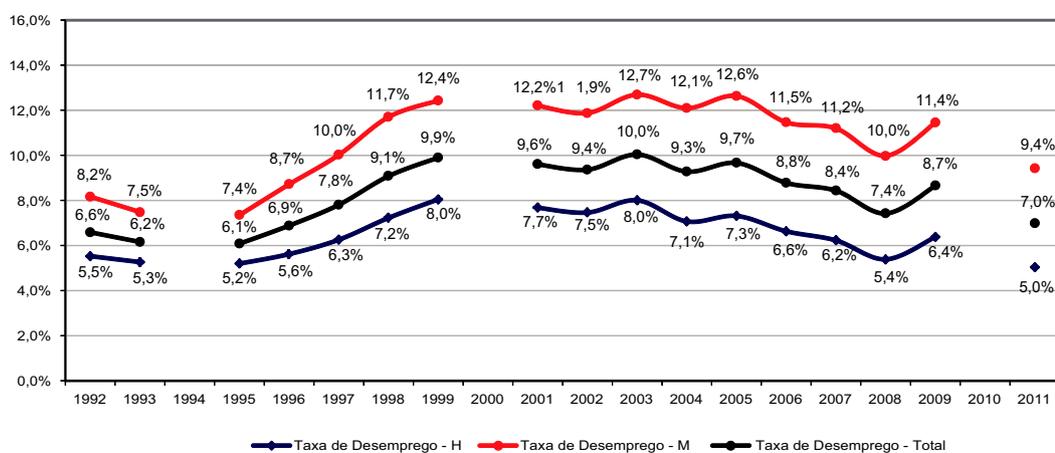


Gráfico 12

Taxa de Desemprego entre a PEA com Idade entre 16 e 59 Anos, segundo Sexo – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.

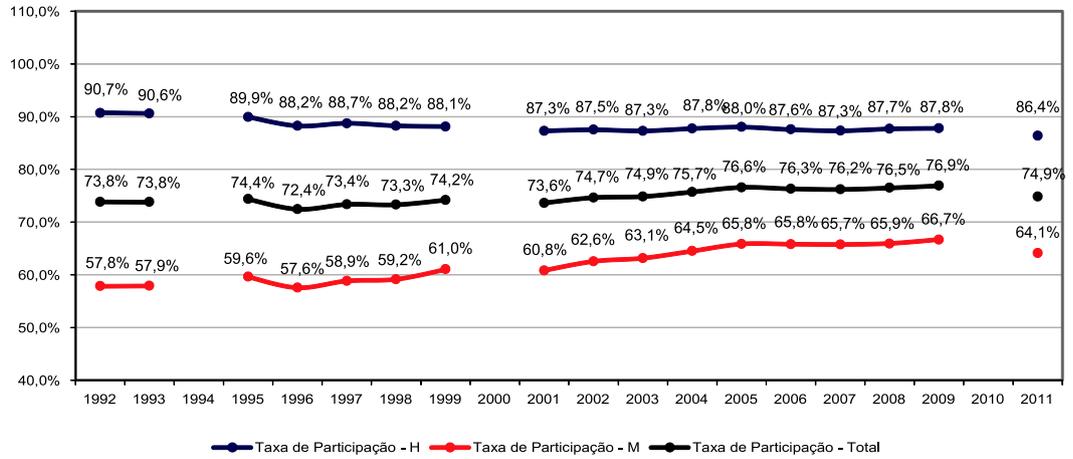
A taxa de desemprego assumiu tendência de alta nos anos 1990, seguida de decréscimos anuais entre 2001 e 2008. Em 2009 a PNAD evidenciou as sequelas da crise financeira mundial, deflagrada em 2008, sobre o nível de desemprego no País: este indicador avançou de 7,1% (2008) para 8,3% (2009) da PEA. Ressalte-se que isso não decorreu de uma redução no número de postos de trabalho (já que a população ocupada inclusive cresceu), mas sim em razão de um aumento no contingente de trabalhadores que passaram a procurar emprego – especialmente no período de referência da pesquisa (setembro/2009), dado que no segundo semestre de 2009 a economia brasileira já dava sinais de retomada do crescimento. Em 2011 a taxa de desemprego já havia recuado, atingindo o menor patamar desde 1997, sempre com base na PEA com idade entre 16 e 59 anos.

Em outras palavras, em que pese o revés sofrido entre 2008 e 2009, o mercado de trabalho brasileiro seguiu abrindo vagas e, como veremos mais adiante, remunerando melhor os trabalhadores ocupados. Índices mais contundentes nesta direção podem ser obtidos pela análise da taxa de participação, que consiste na proporção da população em idade ativa (PIA) que faz parte também da PEA (ou seja, que estava ocupada ou procurando ocupação no período de referência para a captação do dado). Este indicador, como bem mostra o Gráfico 13, a seguir, não pareceu sofrer abalos perceptíveis no biênio mencionado. Ao contrário, o mesmo manteve a relativa estabilidade iniciada em 2005, período subsequente a um movimento de alta puxado pela participação feminina no mercado de trabalho. Entre 2009 e 2011, como o crescimento da PEA foi inferior ao da população em idade ativa, a taxa de participação diminuiu para todos os grupos considerados.

Gráfico 13

Taxa de Participação da População com Idade entre 16 e 59 Anos, segundo Sexo – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.



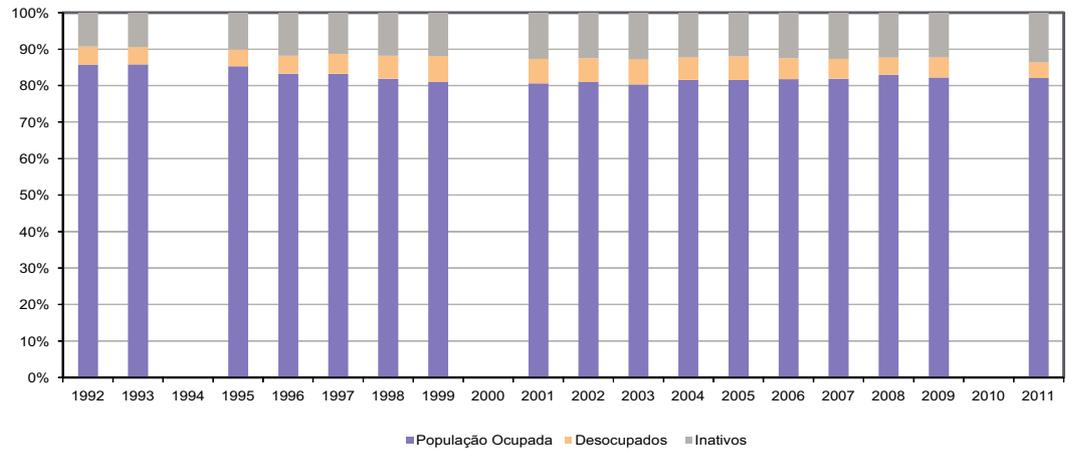
Nos anos mais recentes, contudo, a redução do desemprego pode ter sido favorecida, em parte, por esta estabilidade e pela subsequente queda na taxa de participação. Particularmente entre 2009 e 2011, a economia brasileira criou postos de trabalho, mas o fez em ritmo inferior à expansão da PIA (Gráfico 14). A proporção de desempregados caiu, dentre outros fatores, porque

uma parcela maior da população em idade ativa aparentemente decidiu não participar do mercado de trabalho. As causas dessa decisão precisam ser melhor investigadas, assim como convém avaliar como este fenômeno se distribui geograficamente e entre distintos grupos da população (segundo sexo, idade, raça/cor, situação socioeconômica e outros, por exemplo).

Gráfico 14

Composição da População em Idade Ativa na Faixa Etária de 16 a 59 Anos, segundo Condição de Atividade e Ocupação – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.



Um ponto a ser destacado é que a mencionada diminuição da informalidade se fez sentir em áreas urbanas e rurais, agrícolas e não agrícolas. Embora o patamar de informalidade ainda seja elevado, notadamente entre os ocupados em atividades agrícolas, o aumento da proteção e da taxa de contribuição na última década, já explorado anteriormente, resulta principalmente de um aumento na participação dos empregados com carteira no total de ocupados. Os menores avanços foram sentidos entre os trabalhadores rurais ocupados em atividades agrícolas, em

que a precariedade dos postos de trabalho ainda prepondera de modo persistente: neste grupo, a proporção de informais permaneceu praticamente constante no período 1992 (91,2%) - 2002 (91,0%), recuando muito discretamente nos anos subsequentes (chegando, em 2011, a 88,9%). Nos demais grupos a queda foi bem mais perceptível, o que também ajuda a explicar o aumento da cobertura previdenciária, pois a informalidade caiu justamente entre os grupos que ganharam espaço na PEA ocupada, como os rurais não agrícolas.

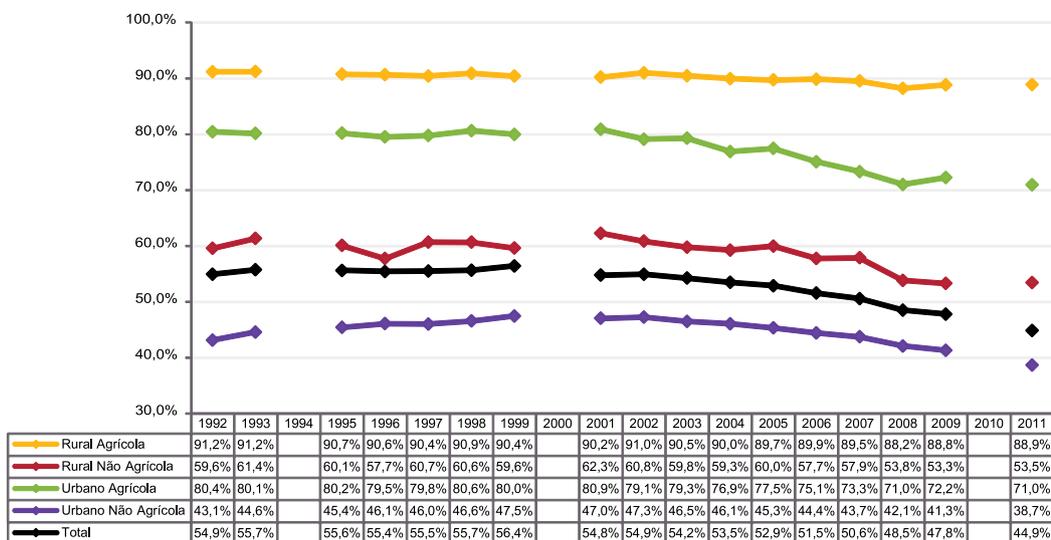


Gráfico 15
Proporção de Informais na PEA Ocupada (16 a 59 anos), segundo Região Censitária (Urbana e Rural) e Setor de Atividade (Agrícola e Não agrícola) – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.

De fato, em relação à composição da força de trabalho ocupada, algumas observações merecem ser feitas quanto à dicotomia urbano-rural. Quando a análise foca a composição do emprego total, nota-se claramente que o emprego rural perdeu espaço no País: em 1992, 23,0% dos ocupados residiam em áreas rurais; em 2011, essa proporção chegava a apenas 12,7%. Esta queda da participação no emprego total se deu para os ocupados rurais

agrícolas e não agrícolas, muito embora a intensidade do movimento tenha sido bem superior para o primeiro grupo (Gráfico 16). Mais precisamente, o emprego rural não agrícola experimentou alguma oscilação ao longo da série histórica, gerando um saldo acumulado de -1 ponto percentual de participação no total de ocupados. Nesse período, a proporção de ocupados rurais agrícolas caiu ininterruptamente e de forma bem mais contundente.

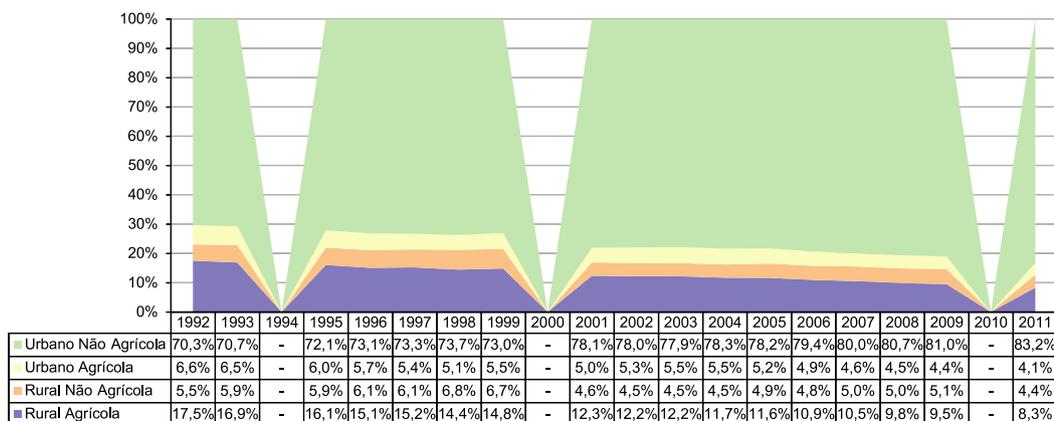


Gráfico 16
Proporção de Ocupados entre 16 e 59 anos, segundo Clientelas (Urbana e Rural) do RGPS e Ramos de Atividade (Agrícola ou Não Agrícola) – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.

Sobre os determinantes da evolução da ocupação no meio rural, GROSSI *et al* (2001) oferecem algumas explicações pertinentes.¹¹ Segundo os autores, nos anos 1992-1999 os dados da PNAD revelam ter havido um arrefecimento bastante significativo no ritmo de queda da população rural, embora o emprego rural agrícola tenha passado a diminuir rapidamente. A explicação para esta aparente contradição residiria na expansão do emprego rural não

agrícola e, em menor grau, no volume de desempregados e inativos (particularmente de aposentados)¹² residentes nas áreas rurais. Em termos mais gerais, o êxodo rural (migração de habitantes de áreas rurais em direção

¹¹ Para maiores detalhes, ver: GROSSI, M. E. Del, SILVA, J. G. da, CAMPANHOLA, C. O Fim do Êxodo Rural? Espaço e Geografia, v4, n°1, jan - jun 2001, p.37-56.

¹² A Previdência Rural, notadamente em razão dos benefícios pagos a segurados especiais, pode de fato ter contribuído para a redução do êxodo rural, dado que garantiu rendimentos a idosos rurais que, de outro modo, dificilmente logriam custear um benefício previdenciário pelos moldes tradicionais. Mais claramente, a elevação dos rendimentos destes indivíduos e, principalmente, seus reflexos no rendimento domiciliar, podem ter reduzido a pressão migratória sobre os centros urbanos. A avaliação desta hipótese é tema relevante e deveria ser objeto de futuros estudos exploratórios.

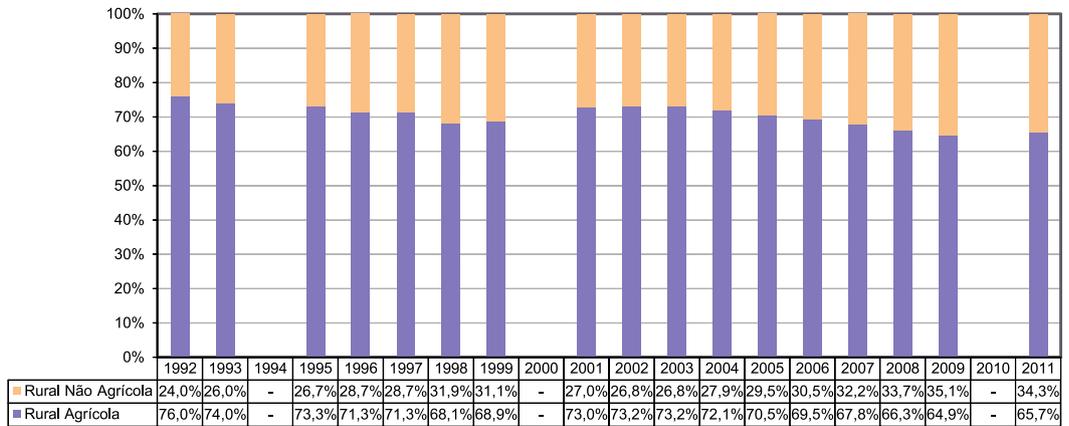
aos centros urbanos do País) teria sido suplantado pelo êxodo agrícola (continua, mas agora parece ser mais um êxodo agrícola do que um êxodo rural), fenômeno que fica mais claro no Gráfico 17. Com efeito, a participação de trabalhadores rurais não agrícolas no emprego rural total

passou de 24,0%, em 1992, para 34,3%, em 2011, sendo que os avanços mais significativos foram alcançados nos últimos 8 anos da série histórica considerada, mesmo período em que avançou significativamente o grau de formalidade no mercado de trabalho.

Gráfico 17

Proporção de Ocupados entre 16 e 59 anos no Meio Rural, segundo Ramos de Atividade (Agrícola ou Não-Agrícola) – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.



Com respeito a esta evolução do mercado de trabalho formal, é preciso destacar, antes de tudo, que ao longo da série histórica considerada houve mudanças importantes no comportamento da elasticidade emprego-produto. Ao longo da maior parte da década de 1990, as variações significativas ocorridas no PIB (negativas e positivas) não foram acompanhadas de variações compatíveis no número de empregos formais, ou seja, tratou-se de um período em que os curtos ciclos de crescimento econômico não lograram fomentar a formalização ou gerar um volume proporcional de empregos. Este cenário difere bastante do quadro observado a partir dos anos 2000.

Segundo PAIVA & ANSILIERO (2008)¹³, o início da década de 1990 foi afetado pelo mau desempenho do produto em determinados setores (especialmente na indústria e nos serviços) e por um forte processo de racionalização no emprego formal. O período seguinte foi marcado por um aprofundamento do ajuste do emprego na indústria e um resultado relativamente ruim

na agropecuária, devido, principalmente, à estratégia de apreciação da moeda brasileira para fins de controle da inflação. Mais precisamente, esta valorização cambial, somada à agressiva abertura comercial iniciada em 1992, levou a indústria brasileira (bem como, em larga medida, a agropecuária e, nos serviços, as instituições financeiras) a um processo de reestruturação produtiva com grandes consequências sobre o emprego formal. Ressalte-se que o setor de serviços, composto por sub-setores normalmente protegidos dos efeitos do câmbio, já nessa época apresentava uma recuperação no emprego formal, ficando mesmo a exceção por conta das instituições financeiras.

No final da década de 1990, contudo, inicia-se um período em que o emprego formal tendeu a variar mais que proporcionalmente à variação do produto, resultado direto de uma dinâmica mais robusta de crescimento econômico e, especialmente a partir de 2002, também mais estável e previsível. Dentre os fatores explicativos deste fenômeno, merece algum destaque a alteração na taxa de câmbio ocorrida no País em 1999, ocorrência que marca o fim da estratégia de controle da inflação com base na chamada âncora cambial e, provavelmente, também o fim do ciclo de racionalização do emprego.

¹³ Ver: ANSILIERO, Graziela et PAIVA, Luis Henrique. "Evolución de los Indicadores de Previsión Social para el Periodo Reciente (1992-2006)", Brasília, Asociación Internacional de la Seguridad Social: Revista Internacional de Seguridad Social, Vol. 61, No 3, 2008.

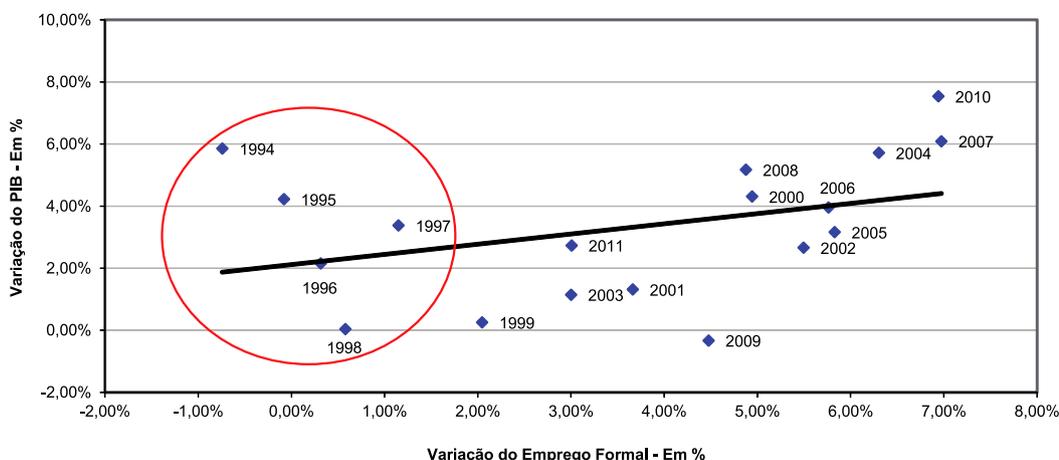


Gráfico 18
Variação do Produto Interno Bruto versus Variação do Emprego Formal (CLT-GFIP) – 1994 a 2011

Fonte: PIB – IPEA Data; Emprego Formal: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração: SPPS/MPS.

A partir daí as elasticidades tenderam a apresentar valores próximos (e mesmo superiores) a 1, indicando um ciclo econômico de forte geração de postos de trabalho e de expressiva formalização do emprego. Adicionalmente, o crescimento econômico tem tendido a ser maior e mais estável que o observado ao longo das décadas de 1980 e 1990, o que também pode ajudar a explicar uma melhor resposta do emprego formal. Pode-se argumentar ainda que o aumento da fiscalização do trabalho tenha desempenhado algum papel – ainda que bastante residual – na expansão da proporção de ocupados com registro em carteira de trabalho. O fato é que o quadro se tornou, desde então, muito mais favorável à recuperação e até mesmo à expansão do grau de proteção previdenciária no País. Estas mudanças desacreditaram as teses, então bastante em voga, de que a expansão da informalidade seria inevitável no País e de que, em razão dos ganhos de produtividade associados ao novo padrão de crescimento econômico, variações positivas do

produto teriam impactos cada vez menores na geração de novos empregos.

Para além dos efeitos diretos sobre o segmento do mercado de trabalho vinculado aos setores mais estruturados da economia brasileira, a melhoria do cenário econômico e a resposta positiva do mercado de trabalho formal também favoreceram a redução da informalidade por meio da elevação do rendimento real médio no País. O aumento do nível de emprego observado nos últimos anos, embora muito atrelado à ocupação registrada em carteira de trabalho, pressionou o rendimento do trabalho para cima, mesmo entre os informalmente ocupados. Ademais, há que se considerar os efeitos multiplicadores do crescimento econômico sobre a economia como um todo, dadas as conhecidas interações entre os setores formal e informal da economia, fenômeno que também pode ter contribuído para a melhoria da capacidade contributiva de empregados informais e trabalhadores por conta própria.

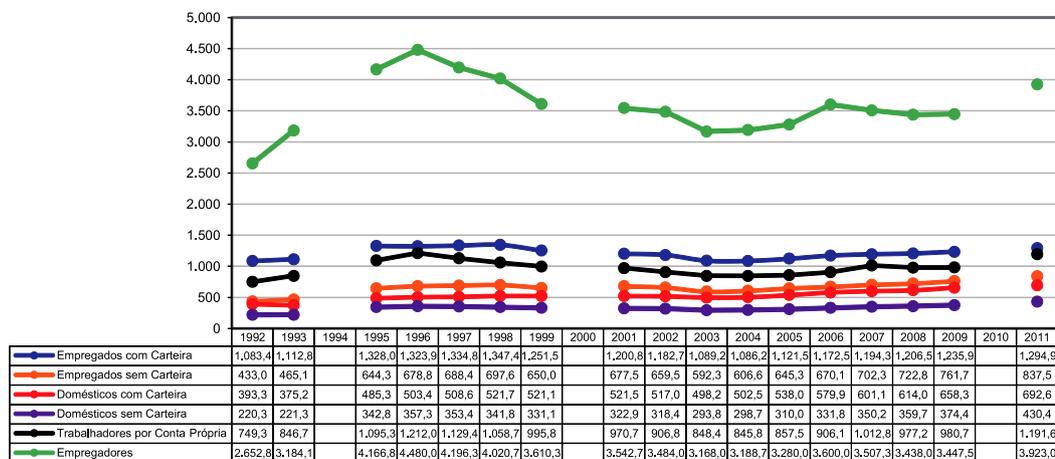


Gráfico 19
Evolução do Rendimento Real Médio, segundo Posições na Ocupação – 1992 a 2011

Fonte: Série Histórica - INPC/IBGE; PNAD/IBGE 1992-2011 - Elaboração: SPPS/MPS.

Daí resulta que, para além do incremento na formalidade trabalhista, houve um movimento de redução da informalidade previdenciária, mesmo entre aqueles não absorvidos pelo mercado de trabalho formal. Muito embora os dados analisados sugiram que o bom momento experimentado pela economia brasileira na última década tenha sido a força motriz por trás desta melhoria dos indicadores de cobertura do RGPS, vale mencionar que nesse período o governo federal implantou diversas medidas facilitadoras (ou fomentadoras) do processo de inclusão previdenciária (Quadro 1).

Pelo lado do emprego formal, as principais iniciativas foram: (i) a instituição do SIMPLES, que, a partir de 1996, desonerou a folha de salários das microempresas e empresas de pequeno porte; (ii) a isenção da cota previdenciária patronal incidente sobre as receitas oriundas da exportação rural, em 2001; (iii) a obrigatoriedade de retenção de 11% do valor dos contratos de cessão de mão de obra, em 2003; (iv) a permissão de dedução da cota patronal doméstica na declaração anual de ajuste do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, em 2006; e, bem recentemente, (v) a desoneração compensada da folha de salários de empresas vinculadas a determinados setores da economia, política demasiadamente recente para que se tenha alguma avaliação mais consistente do seu impacto.

Em relação ao SIMPLES, submetido a diversas alterações desde sua criação, a literatura especializada reconhece evidências de impactos sobre a formalização de vínculos e, com menos ênfase e frequência, sobre geração de postos de trabalho.¹⁴ A desoneração das exportações agrícolas, por sua vez, coincidiu com um período de valorização das *commodities* e também com um cenário econômico externo bastante favorável ao comércio internacional – fatores que amenizaram os efeitos da sobrevalorização cambial prevalecente nos anos 2000. Esta combinação naturalmente dificulta a imputação do aumento da taxa de contribuição agrícola e rural à sua influência. A retenção de 11%, embora esteja associada a valores crescentes de arrecadação no fluxo de caixa do RGPS, não foi objeto de avaliações específicas. Com respeito ao emprego doméstico, não há evidências contundentes de que a medida tenha surtido o efeito desejado: os registros administrativos do MPS não revelam mudanças significativas no contingente de segurados

¹⁴ A instituição do SIMPLES é frequentemente aventada como uma das possíveis explicações para o comportamento mais positivo do emprego no setor de serviços, ainda na década de 1990.

nesta categoria, embora uma avaliação mais aprofundada destes resultados seja algo recomendável.

Pelo lado da contribuição autônoma, as principais medidas foram: (i) a instituição do Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária, em 2006, medida que reduziu (de 20% para 11%) a alíquota de contribuintes individuais recolhendo sobre o valor do piso previdenciário; (ii) a criação da figura do microempreendedor individual (MEI), em 2007; (iii) a instituição da figura do contribuinte facultativo de baixa renda, em 2011; e, (v) a equiparação de contribuintes individuais (pessoas físicas) a empregados, quando aqueles prestam serviços a empresas, medida implantada em 2003. A última medida, até por ser mais antiga, já passou por avaliações e demonstrou ter impactado positivamente a inclusão de trabalhadores por conta própria ao RGPS.¹⁵ As demais carecem de análises e estudos mais robustos.

Estas medidas mais recentes, grosso modo, focam o mesmo público-alvo – qual seja, o contingente de trabalhadores por conta própria, desprotegidos e com rendimentos limitados – e, por isso, chegam a se sobrepor (em alguns aspectos) e podem gerar desincentivos umas às outras. O número de inscritos no conjunto destes planos previdenciários já é bastante expressivo, mas ainda é cedo para tomar isso como impacto efetivo sobre a desproteção. Deve-se avaliar, por exemplo, a densidade contributiva destes novos contribuintes ou, entre outras palavras, se estes novos segurados têm logrado manter a regularidade de seus aportes ao sistema, condição para a concessão da maior parte dos benefícios (notadamente as aposentadorias). Ademais, é preciso avaliar em que medida as inscrições nos novos planos representam a inclusão de novos segurados ou são o resultado da migração de planos pré-existentes para os novos, em geral mais baratos.

¹⁵ Para acessar uma avaliação baseada nos registros administrativos do RGPS, ver: PEREIRA, Eduardo da Silva. “Efeitos da Medida Provisória 83/2002 na Cobertura Previdenciária”. Informe de Previdência Social, Novembro de 2005, volume 17, número 11. Segundo o autor, o contingente de contribuintes individuais aumentou significativamente imediatamente após a entrada em vigor da medida, o que, na ausência de outros fatores novos ou atípicos, pode ser tomado como indicativo de impacto positivo sobre o nível de cobertura.

POLÍTICAS DE INCLUSÃO/ MEDIDAS LEGAIS	ANO	TIPO DE ESTABELECIMENTO/ CATEGORIA DE CONTRIBUINTE	CATEGORIAS DE SEGURADOS	DESCRIÇÃO	AMPARO LEGAL
SIMPLES	1996	Microempresas e empresas de pequeno porte	Empregados	Os estabelecimentos optantes têm a contribuição previdenciária patronal substituída por uma alíquota incidente sobre a receita bruta mensal. O SIMPLES substitui uma série de tributos (entre eles, a cota patronal devida ao RGPS) por um único tributo, cobrado sobre o faturamento.	Lei nº 9.317/1996 e suas alterações
Desoneração da Folha de Salários (Cota Patronal)	2011-2012	Empresas em Geral (Setores de Atividade selecionados)	Empregados	Redução da alíquota de contribuição patronal previdenciária de 20% para 0%, em determinados setores, e sua substituição por uma contribuição sobre o faturamento dos produtos comercializados internamente (ficando isentas as exportações).	Lei nº. 12.546/2011 (MP nº. 540/2011); Lei nº. 12.715/2012 (MP nº. 563/2012); MP nº. 582/2012; MP nº. 601/2012.
Isenção da Cota Patronal Incidente sobre as Exportações Rurais	2001	Agroindústria e Produtor Rural Pessoa Jurídica	Empregados (Empregados Rurais com Carteira de Trabalho)	As receitas de exportações (da agroindústria e do produtor rural pessoa jurídica) estão isentas da contribuição patronal, que normalmente seria de 2,6% da receita bruta decorrente da comercialização da produção rural.	§ 2º do art. 149 da Emenda Constitucional nº. 33/2001
Dedução da Cota Patronal Doméstica do IR	2006	Empregadores Domésticos	Empregados Domésticos	Desconto do imposto devido no IR do valor correspondente à cota previdenciária patronal recolhida no exercício-fiscal anterior, relativa a apenas um emprego doméstico e incidente sobre o primeiro salário mínimo da remuneração.	Lei nº 11.250/1995 (Alterada pela Lei nº 11.324/2006 e posteriormente pela Lei nº 12.469/2011)
MEI (Microempreendedor Individual)	2007	Empreendedor com faturamento de até R\$36 mil anuais, até um empregado e um estabelecimento	Empreendedores (na PNAD, passíveis de se autodeclararem trabalhadores por conta própria ou empregadores)	Alíquota de 5% (no início da vigência, de 11%) pelo trabalhador, incidente sobre o salário mínimo; 3% de contribuição do MEI para seguro de seu empregado, quando for o caso.	Lei nº 12.470/2011 (Inicialmente, normatizado pela Lei Complementar nº 123/2006)
Contribuintes Facultativos de Baixa Renda	2011	Contribuintes Facultativos com baixa renda	Donas-de-casa, estudantes inativos e outros grupos não economicamente ativos	Alíquota de 5% incidente sobre o Salário Mínimo, condicionada à inscrição do CADÚnico.	Lei nº 12.470/2011
Retenção de 11% dos Contratos de Cessão de Mão de Obra	2003	Empresas que contratam Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços mediante cessão de mão de obra	Empregados em empresas cedentes da mão de obra	Cabe à empresa contratante reter e repassar ao RGPS o equivalente a 11% do valor do contrato de cessão de mão-de-obra.	Art. 31, Lei nº 8.212/1991 (Lei nº 11.933/2009)
Retenção de 11% (contribuintes individuais - pessoas físicas - que prestam serviços a empresas)	2003	Empresas contratantes de Cooperados e trabalhadores por conta própria	Cooperados e Trabalhadores por conta própria que prestam serviços a empresas	Retenção e repasse da cota do CI equiparado a empregado (11%) e recolhimento da cota patronal (20%) sobre o valor pago pelo serviço.	Lei nº 10.666/2003
Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária (contribuintes individuais - pessoas físicas - que prestam serviços a pessoas físicas)	2006	Trabalhadores por conta própria que prestam serviços a pessoas físicas	Trabalhadores por conta própria	Redução (de 20% para 11%) da alíquota de contribuintes individuais recolhendo sobre o valor do piso previdenciário. O plano inclui todos os benefícios e serviços do RGPS, menos a aposentadoria por tempo de contribuição.	Lei Complementar nº 123/2006

Quadro 1

Principais Políticas e Medidas de Inclusão Previdenciária

Fonte e Elaboração: SPPS/Ministério da Previdência Social.

Considerações Finais

Não restam dúvidas de que, na última década, o Brasil experimentou um avanço significativo no nível de proteção da população ocupada. Muito embora este avanço não tenha sido homogêneo, atingindo em intensidade distinta os diversos segmentos que compõem o grupo de referência, pode-se dizer que alguma melhora no acesso a direitos trabalhistas e previdenciários foi alcançada por praticamente todas as categorias de trabalhadores aqui consideradas. É verdade que os ganhos mais expressivos nos indicadores de cobertura resultaram da maior participação de empregados com registro em carteira de trabalho no total de ocupados (dentro do conceito mais tradicional de proteção), mas uma parcela crescente de trabalhadores domésticos, trabalhadores por conta própria, empregadores e não remunerados (estes últimos, mesmo sem obrigatoriedade de cotização previdenciária) passou a contar ao menos com os benefícios e serviços oferecidos pelo Regime Geral de Previdência Social.

Estes ganhos na proteção dos trabalhadores ocupados se estenderam a áreas urbanas e rurais, metropolitanas e não metropolitanas, e chegaram a trabalhadores alocados em diversos nichos da atividade econômica – inclusive em atividades de natureza agrícola, normalmente marcadas pela precariedade e pela persistência histórica da desproteção. Em termos de gênero, mulheres e homens vivenciaram melhorias nos indicadores de cobertura, embora entre as primeiras os avanços tenham sido mais pronunciados. Os indicadores femininos ainda são, sistematicamente, inferiores aos masculinos, mas essa diferença já foi maior. Os diferenciais por gênero, região censitária e tipo de atividade (agrícola e não agrícola) foram reduzidos e a expectativa é de que tal

evolução se mantenha nos anos futuros. Estes resultados positivos refletem a boa dinâmica econômica vivida pelo País (ao menos na maior parte da última década) e seus principais rebatimentos no mercado de trabalho: menor desemprego, expansão do mercado de trabalho formal (inclusive em razão da melhoria da elasticidade emprego-produto), aumento do rendimento real, e melhor distribuição geográfica da atividade econômica (e, conseqüentemente, das oportunidades de ocupação).

Nas décadas compreendidas nesta nota, muitas foram as iniciativas empreendidas pelo governo federal no campo da inclusão previdenciária. Algumas parecem ter sido bem-sucedidas; outras ainda demandam maior escrutínio ou já dão alguns sinais de insucesso. Mesmo entre aquelas focadas em segmentos com avanços na cobertura, a dificuldade clássica reside em avaliar o peso de cada uma delas na evolução dos indicadores de proteção previdenciária, ainda mais quando tantos fatores externos (como os decorrentes da melhor distribuição de renda, do crescimento econômico interno e do cenário internacional) podem ter influenciado seus resultados.

Com tantas medidas inovadoras implantadas recentemente, uma tarefa a ser realizada com afincamento é justamente a elaboração de avaliações (inclusive de custo-efetividade) do impacto concreto das mesmas sobre a realidade a ser alterada. Um ponto a ser considerado neste processo, especialmente na medida em que avança o grau de proteção da população ocupada, é que as etapas seguintes tendem a ser sempre mais complexas que as anteriores: os últimos na fila da inclusão tendem a ser os mais vulneráveis de um universo já fragilizado, heterogêneo e difuso. O alcance destes cidadãos, nas franjas da informalidade trabalhista e previdenciária, é objetivo imperativo e crescentemente desafiador.



Nicolas Gomes

Conquistas e desafios - Ao longo de 90 anos, a Previdência promoveu a inclusão de milhões de famílias

06



Ilken Souza

Qualidade - Melhoria no atendimento e fim das filas nas agências foram apresentadas pelo secretário Carlos Eduardo Gabas como experiências bem-sucedidas na 1ª Jornada Internacional da Gestão Pública

19



Bruno Brandão

Seguro Social - Segurados de todo País têm uma vida mais digna com os benefícios previdenciários

12



Nicolas Gomes

Avanços - Sala de Monitoramento permite o acompanhamento, em tempo real, dos atendimentos nas agências do INSS em todo o País

22



Nicolas Gomes

Entrevista - A secretária-executiva adjunta do MPS, Elisete Berchiol, fala sobre sua experiência de 30 anos na Previdência e as vitórias

24

Serviços - Ampliação da rede de agências e do quadro de pessoal são prioridades para encurtar o tempo de espera do segurado pelos serviços previdenciários. Adoção de novas tecnologias também facilitam o trabalho

16



Nicolas Gomes



Arquivo pessoal

Memória - Uma história contada por quem ajudou a construir a Previdência brasileira e presenciou os principais avanços na área de proteção social

28

Reabilitação - Parceria entre INSS e Senac no Rio oferece cursos para trabalhadores afastados por acidente ou doença, para que possam voltar à ativa

38



Diana Reis

Empreendedores - Bons negócios e proteção previdenciária atraem 2,8 milhões de pessoas

40



Educação Previdenciária

Educação - Programa de Educação Previdenciária completa 13 anos levando informações sobre proteção da Previdência Social aos lugares mais distantes do Brasil e também nas escolas

30



Nicolas Gomes

Acordos internacionais - Ministério tem atuado forte para assegurar proteção social a mais de 3,5 milhões de brasileiros que vivem e trabalham no exterior

34

Orientação - Saiba como se tornar um segurado da Previdência. Dúvidas podem ser resolvidas no site www.previdencia.gov.br ou pela Central 135

43

Combate à intermediação - Campanha orienta os segurados para evitar a intermediação na busca dos benefícios da Previdência. O requerimento é simples e não custa nada

44

Artigo - Inclusão Previdenciária e Mercado de Trabalho mostra a recuperação dos indicadores de cobertura previdenciária na última década

48

90 anos de amparo e proteção ao trabalhador

Muitas conquistas e avanços em benefício dos segurados foram obtidos ao longo dessas nove décadas, além de promover a inclusão social de milhões de famílias. E a Previdência ainda encara novos desafios

A Previdência Social completou 90 anos em 24 de janeiro com muito vigor, ampliando a sua base de proteção aos trabalhadores e resgatando milhões de pessoas da condição de pobreza extrema, além de estimular a economia dos municípios brasileiros com os repasses de benefícios mensais aos mais de 30 milhões de aposentados e pensionistas em todo o País.



Fotos: Nicolas Gomes

A festa dos 90 anos reuniu servidores, colaboradores e autoridades do governo

Mais do que uma instituição que garante em dia o sustento de milhões de brasileiros, a Previdência se transformou em uma entidade promotora de bem-estar social, que atua como indutora da redução da desigualdade social, levando a esperança de futuro aos moradores dos locais mais distantes e desprovidos de infraestrutura.

Por mês, a Previdência investe mais de R\$ 35 bilhões no pagamento de 30 milhões de benefícios para segurados do País inteiro que contam com esse seguro para garantir a renda nos momentos mais sensíveis da vida. A Previdência é o seguro que está presente na vida dos brasileiros nos momentos mais críticos, amparando o trabalhador durante a velhice por meio do pagamento da aposentadoria, em momentos sensíveis como a morte com pagamento das pensões

para os familiares dos segurados, em situações inesperadas como doença ou acidente nas quais o trabalhador recebe os auxílios-doença ou acidente e também em momentos de alegria como o nascimento de uma criança, quando a mãe segurada da Previdência Social recebe o salário-maternidade.

Segundo os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a maioria dos idosos tem hoje a proteção social da Previdência. A cobertura previdenciária, atualmente em 70% da população-alvo, chega a 82,2% das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos – 19,32 milhões de pessoas em 2011. Esse avanço é resultado, principalmente, do aumento da proteção das mulheres idosas, segmento que passou de 66,4%, em 1992, para 78,6% em 2011.

E o maior desafio da Previdência é chegar ao final de 2015 com uma cobertura de 77% dos trabalhadores – o que significa a inclusão previdenciária de mais de 16 milhões de brasileiros, destacou o ministro Garibaldi Alves Filho na comemoração dos 90 anos da previdência brasileira, realizada na manhã de 24 de janeiro deste ano no estacionamento da sede do Ministério da Previdência Social, em Brasília.

“O trabalho da Previdência Social garante a dignidade e a vida de milhões de brasileiros. Temos a responsabilidade de pagar benefícios a 30 milhões de pessoas. São mais de R\$ 35 bilhões depositados todo mês nas contas dos aposentados e pensionistas. Esse dinheiro é usado no sustento das famílias, na compra de alimentos, roupas, calçados e remédios, dentre outros itens básicos”, afirmou o ministro Garibaldi durante a solenidade em Brasília.

José Honório dos Reis, que nasceu no mesmo dia e ano em que a Previdência foi criada, foi homenageado

Inclusão

Com o pagamento mensal dos seus benefícios, a Previdência promoveu nos últimos anos a inclusão de 24 milhões de pessoas, ajudando a retirá-las da condição de pobreza. Segundo Garibaldi, o dinheiro repassado reduziu em 12,8% a taxa de pobreza no Brasil, considerando pessoas pobres as que têm rendimento domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo.

O ministro Garibaldi Alves Filho acrescentou que, além de ajudar a retirar milhões de pessoas da pobreza, o pagamento dos benefícios previdenciários também é importante para a redistribuição de renda no País. Ele informou que duas em cada três cidades brasileiras recebem mais recursos referentes ao pagamento de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) do que via transferência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Um levantamento realizado em 2011 pelo Ministério da Previdência mostrou que em 3.774 municípios do País, os repasses previdenciários superavam os do FPM – o que representa 68% do total de cidades do Brasil. A região com mais cidades nessa situação é a Sul: 74% das cidades recebem mais recursos do INSS do que do FPM. Em seguida, vem a região Sudeste, com 73%, e a Nordeste, com 66%. Já na região Norte, em menos da metade das cidades (48%) os repasses do INSS são maiores do que os do FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

Isso significa que são os recursos da Previdência que movimentam a economia da maioria dos municípios brasileiros. O dinheiro dos benefícios é utilizado para consumo e muito pouco vai para poupança, segundo estudos da Previdência Social. Na maioria dos casos, são famílias de baixa renda que têm necessidades básicas de consumo.





O aniversariante José Honório ganhou bolo e “parabéns” na festa em Brasília

Seguro social

Foi na hora de mais precisão que a Previdência Social entrou na vida do agricultor mineiro José Honório dos Reis, mais conhecido como Zé Pequeno, que coincidentemente nasceu no dia 24 de janeiro de 1923, no mesmo dia da publicação do decreto que criou a Previdência Social. Apesar dos 90 anos, ele mostra uma vitalidade incomum, além da simplicidade que sempre marcou a sua vida.

O aposentado, que nasceu em Itamarandiba (MG) e agora vive em Corinto, também município localizado em Minas Gerais, foi homenageado durante o evento comemorativo dos 90 anos da Previdência Social, em Brasília. Discreto e um pouco tímido, ele recebeu a placa que o homenageava e em poucas palavras afirmou que sem esse dinheiro da aposentadoria não conseguiria comprar seus remédios e fazer a feira. “Economizo para poder sobrar um pouco e conseguir ajudar meus filhos, que também precisam de apoio”, afirma José Honório.

“Sem o dinheiro da aposentadoria não conseguiria comprar remédios”

Fora do palanque que o expunha aos aplausos do público, afirmou que os dois dias que passou em Brasília nunca serão esquecidos. “Viajei de avião pela primeira vez, conheci a Catedral e o palácio onde a presidenta trabalha. Vou ter muita história para contar quando voltar pra Corinto” brincou.

Zé Pequeno trabalhou a vida inteira na lavoura de grandes fazendas da região central mineira. Colheu café e cana-de-açúcar e foi empregado de fábrica de farinha de trigo. Ainda sobrou tempo para trabalhar em alambiques, na produção das tradicionais cachaças mineiras.

Da agricultura, Zé Pequeno não conseguiu nada além de garantir a sua sobrevivência e a da sua família. A vida ficou mais difícil quando ele sofreu um acidente que o impediu de continuar o trabalho no campo. Num dia chuvoso, Zé Pequeno voltava para casa quando foi atropelado por um automóvel. “Escorreguei ao tentar pular a enxurrada e caí. Um carro passou por cima da minha perna. Tive que colocar sete parafusos no joelho”, lembra.

Impossibilitado de prosseguir na sua atividade, Zé Pequeno – que já tinha 65 anos na época do acidente – reuniu os documentos que comprovavam sua condição de trabalhador rural e requereu a aposentadoria na agência da Previdência Social em Corinto. Ele já tinha a idade para fazer jus ao benefício. No valor de um salário mínimo, o benefício é a única fonte de renda de Zé Pequeno. “Sem esse dinheiro da aposentadoria, não conseguiria comprar meus remédios e fazer a feira. É muito importante para mim, pois sem ele não teria como sobreviver”, revela.

Do campo para a cidade

Outro brasileiro que também fez o caminho do campo para a cidade é Letício Ferreira Fontes, 90 anos completados no último dia 30 de janeiro. Filho de agricultores, foi acostumado desde criança a trabalhar na roça com os oito irmãos, em um sítio, no município de José da Penha, interior do Rio Grande do Norte.

Aos 21 anos Letício trocou a lavoura pela vida na capital e passou a servir ao Exército em Natal (RN). “Era o período da Segunda Guerra Mundial e vivíamos a expectativa de irmos para a batalha, mas felizmente isso não aconteceu”, relembra. Depois de deixar a vida militar, conheceu e casou-se com Terezinha Ferreira Fontes. Da união nasceram oito filhos, doze netos e um bisneto.

Em 1974, Letício abriu uma loja de confecções no Alecrim, tradicional bairro comercial de Natal. “Foi naquele ano, que a Previdência Social começou a fazer parte da minha vida”, lembra. Orientado por um cliente sobre a vantagem de garantir um futuro tranquilo para ele e sua família, o comerciante tornou-se contribuinte e passou a efetuar o recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social todos os meses. Em 1992 se aposentou por idade, aos 69 anos.

Hoje, aos 90 anos, Letício Ferreira Fontes se considera uma pessoa realizada ao lado da esposa Terezinha, e reconhece: “Sou feliz e tenho a segurança de ser aposentado pela Previdência Social. Sem ela, isso não seria possível”.

Novos desafios pela frente

Entre os avanços conquistados pela Previdência nos últimos anos, o ministro Garibaldi Alves Filho destaca a regulamentação do Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos federais e a criação das Funpresps; o aumento da cobertura previdenciária; e a melhoria da gestão e da qualidade de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). “Essas medidas foram importantes, mas ainda restam outros desafios, como buscar a conciliação a respeito de uma alternativa responsável ao fator previdenciário e realizar os ajustes necessários nas regras de pensões”, disse Garibaldi.

Segundo o ministro, o Ministério da Previdência tem trabalhado para garantir proteção social à sociedade brasileira sem descuidar da sustentabilidade fiscal, mas alertou que as contas previdenciárias vêm sendo pressionadas pelo processo de envelhecimento populacional. Nas próximas quatro décadas deve haver um crescimento de 1 milhão de idosos por ano, chegando a 64 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade em 2050. Atualmente, a população idosa responde por cerca de 10% da população total, patamar que deve se elevar para cerca de 30% em 2050.

“Uma das alternativas para enfrentar esse grande desafio é aperfeiçoar nossas regras de pensões que são inadequadas e destoantes daquelas aplicadas na grande maioria dos países. Em 2011, as despesas com pensões, no RGPS e nos Regimes próprios, alcançaram cerca de 2,7% do PIB. No ano 2012, apenas no âmbito do RGPS, a despesa com pensões foi de R\$ 70,9 bilhões”, calculou o ministro.

Entre as principais fragilidades no sistema de pensões brasileiro, de acordo com Garibaldi Alves, estão a concessão do benefício sem exigência de carência, a inexistência de necessidade de período mínimo de casamento ou união estável para ter direito a pensão e a pensão vitalícia para cônjuges jovens.

Com relação ao fator previdenciário, o ministro defende a necessidade de se encontrar alguma alternativa responsável para a sua extinção. Desde o seu início até o ano 2011 o fator proporcionou uma redução das despesas de R\$ 44,3 bilhões em valores atualizados. Esse montante cresce ano a ano. Garibaldi opinou que é importante buscar alternativa junto ao Congresso Nacional que permita a eliminação do fator sem comprometer a sustentabilidade a médio e longo prazos da Previdência.

Avanços em benefício dos segurados

Como aniversário é momento de planejar novos desafios, os gestores da família Previdência – que inclui o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) - lembram que estão empenhados na modernização do trabalho para facilitar o acesso e melhorar o atendimento, não só a brasileiros como José Honório, mas também àqueles que ainda serão incluídos na Previdência. Muitos avanços já foram realizados nos últimos anos. Hoje, por exemplo, um cidadão pode agendar

Nicolas Gomes



sem burocracia o seu atendimento nas agências do INSS e ser atendido prontamente, sem ter de enfrentar filas.

Para a diretora de Atendimento do INSS, **Cinara Wagner Fredo**, muitos avanços já foram alcançados nessa área, mas ainda existe muito trabalho pela frente. “A nossa primeira etapa foi o fim das filas, isso tem todo um valor simbólico para nós do INSS, porque foi um trabalho árduo dos servidores para melhorar o atendimento prestado ao cidadão. A segunda etapa foi levar o acesso dos serviços da Previdência ao segurado; isso está sendo feito a partir da criação de novas agências, da expansão da rede de atendimento, da ampliação dos canais de acesso”, afirma.

O Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX) pretende construir 720 novas agências em todo o País, em municípios com mais de 20 mil habitantes e que não possuam uma Agência da Previdência Social (APS) próxima. Só no ano passado foram inauguradas 118 agências, 190 unidades estão em processo de construção e o

objetivo é ampliar para 1.830 o número de municípios brasileiros com uma unidade de atendimento da Previdência Social.



Agência Brasil

O diretor de Benefícios do INSS, **Benedito Brunca**, que trabalha na Previdência Social há 29 anos, destaca que outro avanço significativo foi o reconhecimento de direitos dos segurados. “Saímos de uma trajetória em que tudo era feito manualmente, por formulários, em papéis nas agências - o que demandava dias para fazer um reconhecimento de direitos, geralmente de 50 a 100 dias ou mais - para um estágio em que é possível reconhecer um direito em até 30 minutos”, ressalta Brunca, que começou o trabalho no INSS em 1983 no atendimento em uma agência.

O uso da tecnologia da informação é essencial para garantir a melhoria dos serviços

Esse avanço no reconhecimento de direitos só foi possível devido à construção do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), em que os dados sobre a

vida laboral e contributiva do trabalhador ficam consolidados. O CNIS permitiu ao trabalhador ter o seu reconhecimento de direito de uma maneira mais automática, sem burocracia e com a garantia de receber o pagamento a tempo de suprir as suas necessidades.

As mudanças na Previdência ao longo dos anos têm sido uma constante e o uso da tecnologia da informação é essencial para garantir esses avanços tanto para os segurados quanto para os trabalhadores da Previdência Social. “As trocas de tecnologia têm sido contínuas dentro da Previdência, da Dataprev, do INSS e nós precisamos estar preparados para esta mudança tecnológica que já começou, mas também nós temos uma tarefa enorme pela frente para poder avançar outras estruturas que levem a esse processo de estabilização e para atingirmos o patamar que nós sonhamos para melhorar de fato o atendimento à população”, completa Brunca, que também chama atenção para a participação dos servidores em todo esse processo. “O envolvimento do servidor da Casa é fundamental para que seja possível, cada vez mais, prestar

os serviços com compromisso e qualidade e o uso da tecnologia tende a facilitar a vida do segurado e, principalmente, do servidor da Previdência”, completa.

Foco no cidadão

Hoje a Previdência Social brasileira contempla três sistemas: o Regime Geral de Previdência Social, que ampara o trabalhador brasileiro que atua na iniciativa privada e os funcionários públicos celetistas; o Regime Próprio de Previdência Social, voltado para o servidor público estatutário e militar, e o Regime de Previdência Complementar optativo, que proporciona ao trabalhador um seguro previdenciário adicional, conforme sua necessidade e vontade. Para a secretária-executiva adjunta do Ministério da Previdência Social, Elisete Berchiol, que está na Previdência há 30 anos, sua trajetória na Casa permitiu acompanhar a construção de um sistema de política pública forte e solidário.

“Posso dizer que acompanhei de perto um terço da história da Previdência e hoje posso afirmar que nós temos no Brasil uma Previdência que cuida de três regimes com foco no cidadão sem descuidar da sustentabilidade dos sistemas. Para mim é um orgulho poder fazer parte dessa política pública que constrói a cada dia um sistema de Previdência Social público, forte, solidário e que garante a inclusão social a milhões de brasileiros”, afirma.

Ao mesmo tempo em que procura modernizar o trabalho para facilitar o acesso e melhorar o atendimento aos brasileiros, a Previdência Social busca incluir cidadãos que antes não podiam contar com a proteção previdenciária. É o caso, por exemplo, das donas de casa de família de baixa renda, que desde o ano passado passaram a contar com os benefícios da Previdência Social. Hoje o País conta com mais de 382 mil mulheres que realizam o trabalho doméstico e também estão amparadas pela Previdência. “E com o programa de inclusão das



Campanha Publicitária

donas de casa no sistema previdenciário, lançado em 2012, vamos ampliar ainda mais o número de mulheres com direitos aos benefícios da seguridade social.”

Em parceria com outras áreas do governo e do Sebrae, a Previdência também conseguiu realizar a inclusão no sistema previdenciário de quase 3 milhões de trabalhadores informais com o Programa Empreendedor Individual. “Esta foi, certamente, a maior ação já feita no País para dar dignidade e segurança a brasileiros excluídos dos programas de seguro da Previdência Social. Graças a isso, esses trabalhadores podem contar agora com a aposentadoria, a cobertura e a assistência médica em caso de doenças, dentre outros benefícios”, destaca Elisete.

Mais de 382 mil mulheres realizam o trabalho doméstico e são amparadas

Não obstante as conquistas obtidas nos últimos anos, ainda há muito por fazer. O desafio maior previsto no planejamento estratégico da Previdência é chegar ao final de 2015 com uma cobertura de 77% dos trabalhadores. Isto significa a inclusão previdenciária de mais 16 milhões de brasileiros. “Estamos, portanto, planejando e olhando o futuro. E ao mesmo tempo procuramos modernizar o nosso trabalho para facilitar o acesso e melhorar o atendimento aos brasileiros que querem ser incluídos na Previdência”, ressalta.

Presente de Norte a Sul do Brasil



Milhões de brasileiros dependem da Previdência Social para o sustento do dia a dia. Benefícios ajudam a combater a desigualdade social e garantem uma velhice com dignidade

A história do aposentado mineiro de Itamarandiba, José Honório dos Reis, nascido no mesmo dia, mês e ano em que a Previdência Social foi criada, é semelhante à história de vida de muitos outros brasileiros que garantem o sustento diário com os benefícios da Previdência, após uma vida de trabalho duro. Todos os meses, a Previdência Social é responsável pelo pagamento de mais de 30 milhões de benefícios

em todo o País. A instituição é uma das principais responsáveis pela redistribuição de renda e redução da pobreza no Brasil. Por fazer parte da vida de tantos brasileiros, podemos dizer que a Previdência é feita por pessoas. E é justamente isso o que vamos conhecer: histórias de vida de segurados de todo o País, já que a Previdência Social está presente de Norte a Sul do Brasil.



SUL

É no município de São Pedro de Alcântara (SC), localizado a 32 quilômetros de Florianópolis, que vive a aposentada da Previdência Social Mônica Lohn Hoffmann, de 72 anos. Descendente de alemães, ela vive há 52 anos em uma pequena chácara ao lado do marido, Avelino Hoffmann, de 80 anos, também aposentado da Previdência. Os dois criaram os nove filhos com o trabalho na roça: plantando milho, mandioca e cuidando do gado.

Dona Mônica e seu Avelino orgulham-se muito de suas origens: a cidade natal do casal – hoje com pouco mais de 4.700 habitantes – foi a primeira colônia de alemães do estado de Santa Catarina e conserva até hoje muitas das tradições de seus fundadores. A colônia foi fundada no início do século XIX e deu origem a diversas comunidades germânicas do Sul do País. O município sobrevive hoje do turismo rural e histórico-cultural, da produção de hortigranjeiros e de derivados de cana-de-açúcar, com destaque para a famosa cachaça de alambique produzida artesanalmente na região.

A aposentada conta que todos os que nascem em São Pedro aprendem desde criança o “alemão de lá”, que, como ela diz: “é meio misturado”. Ela explica: “O alemão de Blumenau eles já não falam”, em referência às diferenças existentes entre os dialetos das colônias de imigrantes que se fixaram nos últimos séculos no Sul do Brasil.

Dona Mônica, que a vida inteira trabalhou na lavoura, lembra as dificuldades que passou ao lado do marido para sustentar a família: “Não foi nada fácil, eu cuidava da casa, das crianças, da roça, depois o Avelino se acidentou... Mas se

fosse para passar tudo de novo eu passava”, afirma. Segundo ela, um dos momentos mais difíceis da sua vida foi quando o marido perdeu dois dedos em um acidente na fábrica de janelas em que trabalhava. “Eu precisei ser forte para apoiá-lo”, lembra com lágrimas nos olhos. Em virtude do acidente, seu Avelino também foi amparado pela Previdência Social.

Apesar dos contratemplos, no entanto, dona Mônica afirma que nos últimos anos a vida está melhor. “Agora a gente tem o dinheirinho da aposentadoria, que não falha, e que ajuda muito! Com ele a gente compra tudo o que precisa: roupas, calçados, comida e, graças a Deus, pouco remédio, que a gente aqui quase não tem doença!”, comemora.

“O dinheiro da aposentadoria ajuda a comprar tudo o que a gente precisa”



Martinho Seifert

Dona Mônica tem uma vida tranquila no interior de Santa Catarina, com seguro do INSS

Manoel Barbosa e dona Geni vivem no interior de Pernambuco. Aos 90 anos, o aposentado ainda trabalha na roça



Fotos: Bruno Brandão

Aposentadoria

Mônica Hoffmann requereu sua aposentadoria no ano 1995, poucos meses depois de completar 55 anos. Ela recorda que, na época, todas as senhoras da vizinhança estavam requerendo também a “aposentadoria do colono”, como é conhecido na região o benefício da aposentadoria rural, concedida aos trabalhadores que comprovem pelo menos 15 anos de trabalho no campo.

A dona de casa destaca que não teve dificuldades para o reconhecimento do seu direito à aposentadoria, que lhe garante um benefício de um salário mínimo por mês: “Eu fui lá na agência da capital e entreguei os documentos que eu tinha... Levei só a verdade... Depois de um tempo as assistentes sociais vieram aqui para comprovar se eu trabalhava mesmo na roça”, lembra.

Dona Mônica afirma que “apesar do dinheiro não ser muito” é a aposentadoria dela e a do seu Avelino que proporcionam a vida mais tranquila que os dois têm hoje. Ela conta com um sorriso os detalhes da festa de aniversário dos seus 54 anos de casamento e que reuniu os filhos e os netos do casal na chácara da família, no mês de março deste ano.

NORDESTE

Em janeiro de 1923, em uma casa de taipa no município de Casinhas, interior do Agreste pernambucano – a poucos quilômetros da divisa com o estado da Paraíba – nascia Manoel Sebastião Barbosa. Hoje, com 90 anos, seu Manoel pode ser descrito como um típico trabalhador rural brasileiro, que após uma vida de trabalho duro teve a renda garantida pela Previdência.

Foi com um belo sorriso que o agricultor recebeu a equipe da **Previdência Social** em seu sítio, na zona rural de Casinhas (PE). Com aparência de 60 e poucos anos, seu Manoel carregava uma lata repleta de caju, que tinha acabado de colher na roça comprada com o dinheiro que recebe há mais de 23 anos de sua aposentadoria por idade.

Casado com dona Geni Cristina da Silva, de 69 anos, também aposentada, ele se orgulha em dizer que criou os 11 filhos e conseguiu comprar um “lugarzinho” pra cada um deles com a ajuda do benefício que recebe. Seu Manoel vive em uma casa simples, mas farta de cultivo de frutas: siriguela, maracujá, coco, milho e caju. Parte do que produz é utilizada para o consumo dele e da esposa, outra comercializada e o restante dividido entre os filhos do casal.

Conquista do benefício

O agricultor lembra com saudade do tempo em que foi dar entrada na aposentadoria, aos 66 anos. Segundo ele, a requisição do benefício veio por recomendação do pai, na época com 80 e poucos anos. “Naquela época, o povo não queria se aposentar, porque era muito cheio de superstição. Hoje em dia todo mundo quer. Quem me orientou que eu já estava na idade certa foi meu pai. Fui e, graças a Deus, deu certo”, lembra.

Com o benefício, além de ajudar os filhos, seu Manoel investe na plantação, usa o dinheiro para os gastos da casa e compra os remédios da esposa. O aposentado se envaidece em dizer que não precisa de medicamentos e está muito bem

“Esse dinheiro para mim é muita coisa. Sem ele eu não passo. Essa ajuda facilitou muito! Já sofri muito nesta vida, cheguei a passar fome”

de saúde. O agricultor lamenta o tempo que vivia sem o benefício e se mantinha “com o suor do rosto e com o cabo da enxada”, como diz. Tempos difíceis que ficam só na lembrança.

“Esse dinheiro, para mim, é muita coisa. Sem ele eu não passo. Essa ajuda facilitou muito! Eu já sofri muito nessa vida, cheguei a passar fome. Quando veio a ajuda dos homens” – como ele chama o benefício da Previdência Social – “aliviou muito”, afirma. Com uma vitalidade invejável, seu Manoel Barbosa não pensa em parar de trabalhar tão cedo, enquanto tiver disposição: “Se parar é pior. O negócio é movimentar o corpo, porque senão entrea tudo”, recomenda o aposentado, cheio de saúde.

CENTRO-OESTE

Foi em 2008 que a jovem Maria Milene de Paiva Buarque, então com 19 anos, recebeu com receio a notícia de que o filho Cauã, na época com poucos meses de vida, era portador de paralisia cerebral. Moradora da região administrativa de Sobradinho (DF) – distante 22 quilômetros da capital federal – a jovem não sabia como conseguiria criar o filho, que necessita de cuidados especiais, já que ela e o marido possuíam baixa renda familiar.

Foi o próprio médico que atestou a deficiência de Cauã que orientou Maria Milene a procurar a Previdência Social. “A concessão foi tranquila! Eu só precisei trazer o laudo médico e os documentos dele para conseguir... Em menos de um mês eu já estava recebendo o benefício”, lembra a antiga empregada doméstica e hoje dona de casa que se dedica a cuidar do filho, enquanto o marido trabalha na construção civil.



José Eduardo Formosinho

Maria Milene conta com o benefício da Previdência para dar uma vida digna ao filho

De acordo com Maria Milene, o dinheiro do benefício previdenciário, no valor de um salário mínimo, é utilizado para a compra de fraldas, remédios e outras necessidades de Cauã, hoje com cinco anos de idade.

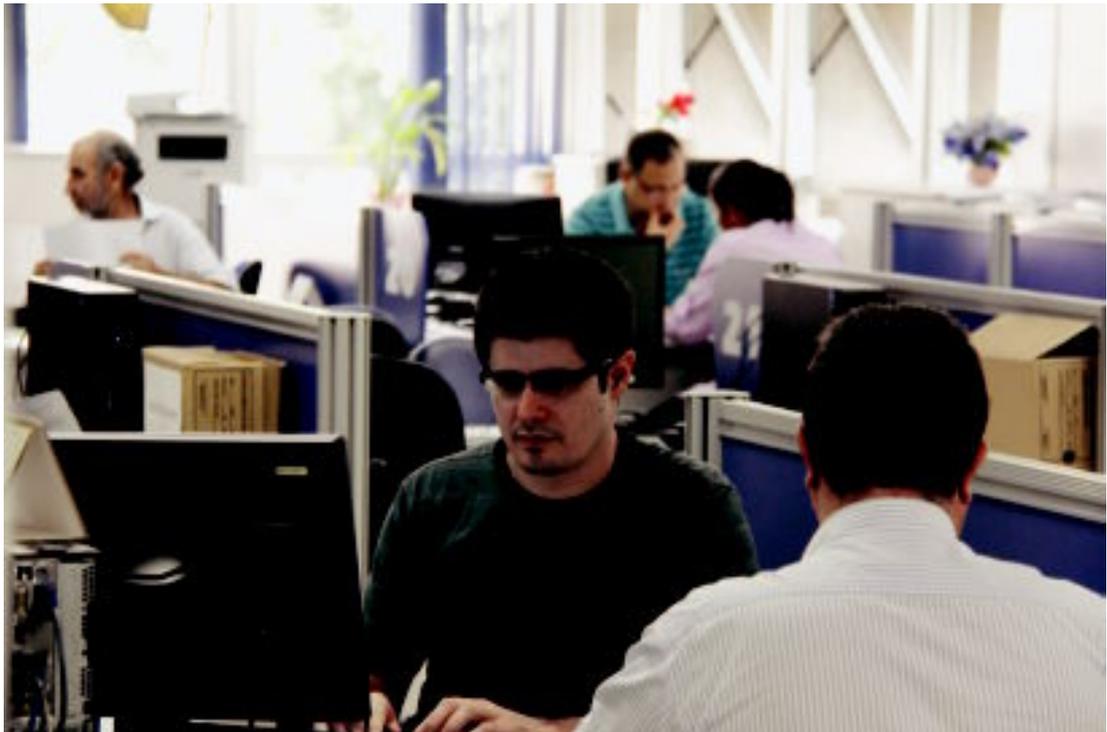
O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-LOAS), que é o que Maria Milene recebe em nome do filho Cauã, é concedido à pessoa com deficiência, e aos idosos que comprovem uma renda mensal familiar inferior a um quarto do salário mínimo por pessoa. Os requerentes são submetidos à perícia médica e à avaliação dos assistentes sociais do INSS.

Para Maria Milene, o benefício que recebe do INSS todo mês representa a possibilidade de oferecer uma vida digna ao filho. Segundo a dona de casa, ela não teria condições de garantir as necessidades de uma criança deficiente sem a contribuição que recebe todos os meses do INSS. Ela destaca o apoio que recebe da mãe e do marido para a criação do filho.

Assim como Maria Milene, milhões de segurados da Previdência contam com o benefício mensal para ter uma vida digna.

Previdência investe na melhoria do atendimento

Ampliação da rede de agências e do quadro de pessoal são prioridades para encurtar o tempo de espera do segurado pelos serviços previdenciários. Adoção de novas tecnologias também facilitam



Nicolas Gomes

Fim das filas na Previdência: os segurados agendam o atendimento por telefone e são recebidos no dia e hora marcados

Ao longo dos seus 90 anos, completados em janeiro de 2013, a Previdência Social passou por várias transformações para cumprir a sua missão de atender melhor aos mais de 30 milhões de segurados espalhados pelo País. E esse esforço tem refletido na melhoria da imagem da instituição perante a sociedade.

Depois de transformar em passado as imagens de aposentados e pensionistas que varavam madrugadas na busca de uma senha para atendimento nas agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Previdência pretende dar um novo salto na qualidade do serviço que oferece aos seus segurados. Para isso está

ampliando seu quadro de servidores e entregando novas Agências da Previdência Social (APS) à população de todas as regiões do País.

Para 2013, está previsto concurso visando a contratação de 500 analistas do seguro social, cujas vagas já foram autorizadas pelo Palácio do Planalto. No ano passado, o INSS contratou 2.500 aprovados em concurso público. O objetivo é diminuir o tempo de espera de atendimento por parte dos segurados nas agências espalhadas nos municípios.

Todos os 2 mil novos técnicos do seguro social e 500 peritos médicos previdenciários nomeados



A Central 135 acabou com as filas na porta das agências da Previdência em todo o País

em 2012 foram lotados no atendimento realizado nas novas Agências da Previdência Social (APS) que fazem parte do Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX), ou nas que estavam com carência em equipe. O aumento do quadro em 2.500 servidores inclui nomeações adicionais de 2.000 técnicos e 425 peritos além do previsto no edital de abertura do concurso.



Modelo

As provas do concurso realizado em 2012 foram aplicadas não apenas nas capitais de todas as unidades da federação, mas também nos demais municípios que são sede de gerência executiva. A expectativa é que o concurso de analista, previsto para ocorrer até o final deste ano, siga esse mesmo padrão. As vagas de analista – devido à natureza do cargo, que exigirá formação superior em graduação específica – deverão ser distribuídas entre as gerências-executivas, superintendências e sede do INSS.

“O aumento do quadro de pessoal e a maior capilaridade da rede são essenciais para a melhoria do atendimento, o aumento da cobertura previdenciária (tanto em número de beneficiários e contribuintes quanto na gestão dos novos benefícios) e a maior proximidade com o cidadão-beneficiário”, afirma o diretor de Gestão de Pessoas do INSS, José Nunes Filho. “Porém, é a formação continuada dos gestores o grande impulsionador da qualidade dos serviços”, ressalta.

Além das já exigidas formações de “gestores” e em “gestões estratégicas”, a partir do primeiro semestre de 2013 será obrigatório para os

gerentes de APS o curso de “Saúde e qualidade de vida no trabalho”. No segundo semestre, está prevista a implementação da “gestão em equipe” e da “gestão em processo” como requisitos para o cargo. São muitos os pedidos para participar dos cinco cursos, que têm o objetivo de atender, além dos gestores, também aos demais servidores.

“O ensino a distância (EAD) de qualidade é a ferramenta que encontramos para atender à enorme demanda dos quase 40 mil servidores espalhados por todo o País”, explica José Nunes. “Os cursos EAD têm dado resultados práticos. Temos alcançado uma formação que consegue melhorar o objetivo final, que é o atendimento do segurado. A ênfase em EAD nos últimos três anos tem nos proporcionado, ainda, *know-how* na área. A qualidade dos cursos tem melhorado”, acrescenta Nunes.

Novas tecnologias

Além do reforço na contratação de pessoal para agilizar o atendimento aos segurados, a Previdência Social também adotou nos últimos anos uma política ousada de investimento em novas tecnologias que hoje servem de exemplo de boa gestão para outros setores do governo federal.

Os chamados canais de atendimento acabaram com as filas nas portas das agências do INSS e humanizaram os serviços prestados aos segurados. Hoje, para marcar um atendimento, com dia e hora, basta o segurado ligar para a Central 135 e programar a sua agenda. A central foi um

marco histórico: transformou as filas em passado e permitiu outros avanços, como a comunicação direta aos segurados que já completaram o tempo de serviço e que têm direito à aposentadoria.

Outro serviço adotado pela Previdência e que facilitou a vida dos segurados é a Agência Eletrônica na internet (www.previdencia.gov.br). A parte destinada aos segurados disponibiliza os serviços da Previdência, como agendar o atendimento eletrônico, requerer o auxílio-doença, consultar perícias médicas já agendadas, consultar o calendário mensal de pagamento de benefícios, retirar o Extrato Previdenciário mediante apresentação de senha, entre outras facilidades.

A Previdência também se preocupou em facilitar a vida do empregador e disponibilizou serviços como orientações para preenchimento da Guia da Previdência Social (GPS), consulta aos editais de intimação e de publicação de resultados de julgamentos relacionados ao Fator

Acidentário de Prevenção (FAP), acompanhamento dos processos das decisões das Câmaras e Juntas de Recursos da Previdência Social, entre outros serviços.

Atualmente, a Agência Eletrônica recebe mais de um milhão de acessos por mês, principalmente nos serviços: agendamento eletrônico, Guia da Previdência Social, auxílio-doença, aposentadoria por tempo de contribuição e simulador de aposentadoria.

A Sala de Monitoramento foi outra evolução tecnológica adotada pela Previdência e que virou caso de sucesso em melhoria de gestão em todo o governo federal. A sala permite ao gestor acompanhar, em tempo real, o atendimento em todas as agências do INSS espalhadas pelo Brasil e intervir para corrigir possíveis problemas, melhorando o tempo de atendimento aos segurados. A própria presidenta Dilma Rousseff se encantou com o serviço e recomendou a sua aplicação nos diversos órgãos federais.



Novas agências encurtam distâncias

Mas não é só no investimento em pessoal e em tecnologia que a Previdência trabalha para melhorar os serviços para os milhões de segurados. Ela também está investindo forte na abertura de novas agências em todo o País.

O Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX) pretende construir 720 novas agências em municípios com mais de 20 mil habitantes e que não possuam uma Agência da Previdência Social (APS) próxima. Só no ano passado foram inauguradas 118 agências, 190 unidades estão em processo de construção e o objetivo é ampliar para 1.830 o número de municípios brasileiros com uma unidade de atendimento da Previdência Social. Este ano está prevista a entrega de mais 118 novas agências.

Até abril deste ano, 238 agências incluídas no PEX já haviam iniciado o atendimento ao público. Delas, pelo menos 60 foram inauguradas pelo ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho. Até 2015, 479 novas APS estão previstas para serem inauguradas. Mais de R\$ 1 bilhão está sendo investido na ampliação e recuperação da rede.

Um exemplo de sucesso de gestão pública

Melhoria no atendimento e fim das filas nas agências do INSS foram apresentadas como experiências bem sucedidas no serviço público

O fim das filas nas portas das agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a otimização no atendimento aos segurados foram mostrados como exemplos de sucesso da Previdência Social na 1ª Jornada Internacional da Gestão Pública, organizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), em Brasília, no mês de março. O evento debateu a gestão pública, elencando desafios e compartilhando experiências em âmbito nacional e internacional.

O secretário-executivo do Ministério da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, foi um dos convidados para o segundo painel do dia 12 de março:

“A Melhoria da Prestação de Serviços Públicos”. Gabas falou sobre a experiência de gestão que comandou nos últimos 12 anos na Previdência, que acabou com as filas no INSS.

Gabas explicou que o sucesso foi alcançado devido à mudança de cultura dentro da organização. “Passamos a dar mais atenção às pessoas”, declarou. Ainda de acordo com o secretário-executivo, a melhoria só foi possível porque houve investimento do governo federal e apoio dos servidores: “Fizemos uma grande aliança entre os servidores e a Administração”.

Ele destacou como a instituição executou o plano de gestão que otimizou o trabalho da Previdência Social e mostrou, em tempo real, como estava o atendimento nas agências, acessando a sala de monitoramento do INSS.

Segundo ele, até 2004 uma pessoa poderia esperar até 180 dias para ser atendido. “Hoje, isso leva 30 minutos”, comemorou.

O evento, que teve como objetivo debater as conquistas e os desafios da gestão pública, contou ainda com a presença de outros especialistas nacionais e internacionais, que dividiram suas experiências em seus países e debateram como melhorar o atendimento à sociedade. Outras autoridades da Previdência Social também participaram das discussões: a secretária-executiva adjunta, Elisete Berchiol; o presidente do INSS, Lindolfo Sales; o diretor de benefícios do INSS, Benedito

Brunca; e a diretora de atendimento do INSS, Cinara Fredo.

“Cada vez mais, as ações do Estado visam atender bem o cidadão. Esse é o centro do debate”

O cidadão como prioridade

Na abertura do evento, a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, destacou a importância dos governos federal, estaduais e municipais de promoverem sempre ações para prestar um atendimento com qualidade ao cidadão. “Acredito que, cada vez mais, as ações do Estado brasileiro, dos governos estaduais e municipais, visam atender bem o cidadão. O centro do nosso debate será sobre como voltar as ações do governo para atender o cidadão”, disse.

O secretário Carlos Eduardo Gabas apresentou o modelo previdenciário no seminário sobre gestão pública



ENTREVISTA / CARLOS EDUARDO GABAS
Secretário-executivo da Previdência Social

Cidadania em tempo real

Que experiências o sr. enumera como positivas na Previdência nos últimos anos?

É uma oportunidade muito boa para a Previdência Social apresentar suas experiências, mas também é uma oportunidade de aprendizado. A experiência da Previdência é uma situação que, imagino, não esteja

acontecendo muito no País, porque conseguimos transformar a Previdência, de uma das entidades mais apontadas como ineficientes, para um símbolo de boas práticas, boa gestão, com medidas simples, sem contratação de grandes consultorias. A gente costuma dizer que fizemos arroz, feijão e amor - esses componentes juntos fizeram que desse certo. Claro que com forte ajuda do governo federal, tanto do governo do ex-presidente Lula quanto da presidenta Dilma. Nós temos tido a oportunidade de fazer investimentos na Previdência e estabelecer um mecanismo de gestão eficiente que seja capaz de monitorar melhorias e apresentar falhas no nosso sistema de atendimento. Isso nós costumamos dizer que é cidadania em tempo real. Quando colocamos um painel de atendimento para as pessoas acompanharem, sejam os gestores ou pessoas de fora, nós estamos dando a elas cidadania, controle social e participação.

A ministra acredita que a troca de informações será importante para melhorar o trabalho dos governos. “A jornada foi preparada para discutir as experiências e refletir sobre os novos desafios para a administração pública no Brasil e no mundo. Cada um dos órgãos envolvidos têm sua própria agenda de gestão. E a agenda do governo federal certamente será influenciada pelo debate que vai ser feito aqui”, declarou Miriam Belchior.

A secretária de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Ana Lúcia Amorim de Brito, ressaltou a excelência de programas voltados para a cidadania que são referências em gestão pública. “O Brasil sem Miséria, por exemplo, é um case [assunto] que o mundo todo vem conhecer: como nós fazemos o pagamento do benefício direto ao cidadão, por meio de cartão eletrônico, em

qualquer lugar do Brasil. Outro case brasileiro é a urna eletrônica. O mundo vem para conhecer o nosso processo eleitoral, sobre como nós sabemos o resultado da eleição de forma rápida segura”, disse a secretária.

Ana Lúcia também entende que o Brasil pode aprender muito sobre gestão pública com a experiência de outros países. “Um exemplo é a gestão por resultados, muito forte na Inglaterra. O estabelecimento de metas e de indicadores de desempenho é um desafio no âmbito da gestão pública. Na Inglaterra, até o transporte público tem metas de cumprimento de horário. Nós temos estudado os

modelos deles, sobre como estabelecer metas estratégicas, desdobrá-las até o servidor e conseguir que seja uma coisa executável e que traga resultados para a melhoria do serviço público”, destacou a secretária.

“O estabelecimento de metas e de indicadores de desempenho é um desafio no âmbito da gestão pública e busca a melhoria dos serviços”

E como foi esse processo de transformação?

Nós queremos uma gestão participativa, queremos a sociedade nos cobrando e apontando nossas fragilidades para que possamos, junto com os servidores - essa é uma parceria dos servidores, nós não faríamos nenhuma transformação se não houvesse a participação e o engajamento efetivo dos servidores. Essa parceria fez que ao longo dos últimos 12 anos fizéssemos mudanças importantes. Sabemos dos desafios, que são enormes, mas temos convicção de que com essa parceria mantida e fortalecida conseguiremos superar essas dificuldades, na melhoria contínua dos nossos serviços à sociedade.

Qual é a próxima meta da Previdência?

Primeiro precisamos consolidar todo esse conjunto de mecanismos que colocamos a

serviço da gestão. A sala de monitoramento é um mecanismo de gestão, mas os indicadores não resolvem por si só, precisam ser calibrados, melhor apresentados, melhor monitorados, precisamos dar condições para que os servidores possam atingir as suas metas. Então é um processo de ajuste, de melhoria contínua, que não pode ser interrompido, precisa ir adiante. Isso consolidado, teremos novos desafios, que são cada vez mais pela eliminação de papel, eliminação da presença física das pessoas nas agências e ampliação dos serviços automáticos, na melhoria do tempo de atendimento dos segurados. Nós demos um grande salto de qualidade quando passamos a enviar para as pessoas uma carta de aviso de aposentadoria, daqueles que se aposentam por idade. Queremos dar outros grandes saltos como este para melhorar cada vez mais nossos serviços para a sociedade. Esse é o grande desafio da Previdência hoje.

Sala de Monitoramento revolucionaria atendimento

Gestores da Previdência acompanham, em tempo real, os atendimentos nas agências do INSS espalhadas pelo País, corrigindo distorções e melhorando o funcionamento



Nicolas Gomes

O atendimento nas agências em todo o País é monitorado

Desde 2009, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tem uma ferramenta que registra, a cada ano, melhora significativa no atendimento ao segurado: a Sala de Monitoramento. Criada para auxiliar os gestores do INSS, a sala monitora, em tempo real, o funcionamento das Agências da Previdência Social (APS) no País. Hoje, ela funciona não só para dar suporte ao gestor, mas também para munir o instituto de informações com o objetivo de melhor atender o segurado da Previdência Social.

Segundo Makyson Teixeira, chefe da Sala de Monitoramento, antes da ferramenta existia

uma dificuldade muito grande para avaliar a gestão e gerir, por si só, o trabalho nas agências, mas agora há transparência nesse sentido. As informações sobre o cotidiano das APS eram restritas a algumas pessoas; agora qualquer servidor do INSS tem acesso e pode também ajudar na gestão do seu local de trabalho.

Disponíveis em vários painéis, as informações são atualizadas a cada 15 minutos. É possível acompanhar os indicadores de atendimento e saber quando, como e por que uma agência está com lentidão na prestação do serviço ao cidadão. Entre os indicadores visualizados estão



a quantidade de pessoas esperando para serem atendidas, o tempo médio de espera, a duração do atendimento no guichê, o número de servidores e os gastos na unidade, além dos equipamentos disponíveis até o momento.

Uma das informações que mais contribuiu para um atendimento de qualidade foi a visualização da demanda em cada serviço, como aposentadoria, perícia e cadastro do segurado. Hoje, os gestores conseguem identificar qual serviço tem uma procura maior e remanejar as vagas para aquele que mais necessitar. “Com essa ferramenta começamos a ver distorções no atendimento e no número de vagas. Só então conseguimos melhorar a oferta de vagas em cada serviço”, ressalta Teixeira.

Como funciona

A Sala de Monitoramento veio com a proposta de agilidade na resolução de problemas no atendimento. Quando ocorre alguma distorção, o chefe da agência recebe, automaticamente, um e-mail para que tome as medidas necessárias para que o atendimento volte à normalidade. Se nenhuma resposta for prestada, o sistema envia outra mensagem, desta vez ao gerente-executivo responsável pela região da APS. Em caso de não haver resposta, o próximo contatado é o superintendente regional e, em seguida, a Diretoria de Atendimento do INSS.

As situações atípicas no atendimento são detectadas por meio dos indicadores estabelecidos no plano de ação do INSS de cada ano, que são a base para avaliar o que se enquadra nos padrões de normalidade. Por exemplo, a meta do INSS é que nenhum processo de concessão de

benefícios fique mais que 45 dias em análise. Quando a agência registra, pelo menos, um processo nessas condições, o gestor da APS é avisado pelo sistema por meio de e-mail.

Novas ferramentas

Nos últimos meses, inovações na Sala de Monitoramento permitiram melhorar ainda mais a gestão do atendimento. Uma das novidades foi a inclusão da Agenda – SAE (Sistema de Agendamento Eletrônico) que permite ao gestor visualizar a próxima data disponível para agendar determinado serviço, o que ajuda na informação precisa e ágil prestada ao segurado.

A Agenda – PM (Perícia Médica) é outra nova ferramenta. Antes, o segurado que tivesse pendência administrativa, como documentos ou exames a apresentar, era encaminhado ao médico perito, que não poderia examiná-lo sem que a pendência fosse resolvida. O segurado era obrigado a voltar ao atendimento no guichê e, posteriormente, ser atendido pelo médico perito.

Agora, a Agenda – PM detecta a pendência antes da realização da perícia. Assim, o servidor da agência liga para o segurado, para que ele chegue antes e traga os documentos necessários para ser atendido na perícia médica.

Os avanços no setor permitiram melhorar o serviço

Diariamente, a nova ferramenta Retrato da Unidade mostra os indicadores de atendimento, como as senhas emitidas em determinado dia, a quantidade de perícias marcadas, os agendamentos mantidos e a hora em que a agência começou a funcionar.

“Agora, todos na agência têm a opção de serem proativos”, afirma Makyson Teixeira.

Trabalho e dedicação superam dificuldades

Uma servidora com 30 anos de serviços prestados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à sociedade. Natural de Dois Córregos (SP), Elisete Berchiol da Silva Iwai, secretária-executiva adjunta do Ministério da Previdência Social, resume seu trabalho em dois pilares: comprometimento e respeito, tanto interno quanto externo. Ao longo da carreira passou por grandes e decisivos momentos. Viveu uma época em que o atendimento ao público era visto como um caos. Filas, acúmulo de processos, venda de senhas. Mas também participou ativamente do processo de mudança de gestão. Nesta entrevista, Elisete fala desse passado, do presente e das perspectivas de um futuro calçado pelo planejamento.

Como foi o início de carreira?

Entrei no concurso do então Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), extinto ao ser fundido com o Instituto Nacional de Previdência Social. Fiquei lotada no gabinete do agente. Fazia folha de pagamento, como um ponto de apoio de Recursos Humanos, centralizado nas Superintendências. Como atuava no gabinete também tive um pouco de experiência nas áreas de orçamento, finanças, tesouraria e pagamentos. Naquela época fazíamos pagamento em moeda dentro da agência para quem viajava, buscava atendimento do INAMPS, INPS em outras unidades. Saí de Andradina em 1985 e fui para Araçatuba (SP), onde passei a trabalhar na arrecadação e fiscalização. Foram muitos anos. Assumi a chefia da seção, atuei um tempo razoável, nessa área de arrecadação com a emissão de Certidão Negativa de Débitos (CND), regularização de obras na construção civil (pessoa física e jurídica), inscrição de contribuintes individuais, registro de CNPJ de empresas que precisavam passar pelo cadastramento no INSS, e apoio à fiscalização. Depois assumi a chefia

de orçamento, finanças e contabilidade, numa área mais de administração do INSS. Trabalhei alguns anos no orçamento e também substituí a chefia de administração que cuidava de logística, RH e de orçamento. Foi ali que me identifiquei bastante com a área de gestão, organização e administração efetivamente. Em 2003 assumi a Gerência-Executiva de Araçatuba, onde fiquei até meados de 2006, até que, a convite do ministro Nelson Machado, assumi a Superintendência do INSS no Estado de São Paulo. Participei da equipe que fez uma reestruturação do INSS, diminuimos o número de superintendências e passamos a ter as cinco gerências regionais com um papel diferenciado: ser um pólo de administração que desse suporte às gerências-executivas e à Direção Central do INSS.

E depois veio para o Ministério?

Sim. Aqui estou há dois anos e meio. Procuo desempenhar meu trabalho sempre pensando no que eu gostaria de receber como serviço prestado por um servidor. Quando agimos assim vamos construindo um caminho pavimentado por respeito, contribuição e parcerias. Sempre foi assim no INSS e agora no MPS. É assim que penso.

O que a senhora destaca como piores momentos da gestão?

O pior momento foi de filas e de caos no atendimento, em 2003/2005. Este período foi uma fase de mudança da forma de atendimento, com a saída dos terceirizados administrativos e o início da política de gestão de pessoas que aconteceu no INSS. Veio também a crise de 2006 no atendimento da Perícia Médica, porque em 2005 começamos a transição da saída dos terceirizados e



a admissão do quadro próprio de médicos peritos para atuar na avaliação da capacidade laborativa.

Quando assumi a Superintendência de São Paulo, estávamos num período muito crítico desse atendimento, da oferta do serviço. Tínhamos agências concebidas num modelo para não haver consultório médico. O desenho era fazer as perícias nos consultórios médicos credenciados. Era preciso absorver esse trabalho dentro das unidades sem ter estrutura adequada para receber os médicos que estavam entrando e precisavam realizar as perícias. Foi um período extremamente difícil e onde nasceu a necessidade de fazer algumas agências que dessem condições de dar esse atendimento e ai surgiram as BI (agências de benefício por incapacidade) que naquele momento foi necessário por falta de consultório nas agências, embora houvesse uma relutância da casa em fazer esse tipo de agência. A implantação da primeira agência foi em São Paulo; inclusive o presidente Lula participou da inauguração.

Mas aquele também foi um momento crítico com relação a essa mudança de pessoal?

Os servidores vinham de uma política de achatamento salarial e de não-valorização do servidor. Isso culminou com a não-realização de concursos; servidores desmotivados e sobrecarregados com o trabalho que era necessário fazer nas agências. Também estavam sem perspectiva de carreira; de melhoria salarial e de um horizonte para conquista dessa categoria. Houve nesse período uma ebulição no meio dos servidores que culminou com várias e longas greves dos servidores, uma delas que chegou a 30 dias.

A sociedade ficava então sem a prestação de um importante serviço público. E os servidores, como enxergavam essa situação?

Era muito ruim para o servidor ver isso, mas ele estava ali num momento crítico. A política da terceirização

trouxe um descrédito e desvalorização muito forte para o servidor público. Do outro lado estava o cidadão afetado num momento de muita fragilidade, seja por doença, perda de um familiar, ou num momento em que está para se aposentar. Sempre quando as pessoas chegam à Previdência é por uma necessidade e uma expectativa de que ali vai ter direito ao benefício pelo qual pagou. Mesmo aqueles que vêm buscar um benefício assistencial. Eles estão num momento de muita dificuldade. E eles encontravam portas fechadas.

Tinha uma crise instalada. E qual foi a solução?

Foram pactuadas várias ações com outros órgãos do governo federal, com apoio irrestrito do presidente para que a situação fosse resolvida. Houve iniciativas de melhoria da gestão como o programa PGA - Programas de Gestão do Atendimento, mas também ocorreram discussões com as entidades representativas dos servidores para formular uma política de pessoal, mesmo não tendo num primeiro momento reajuste ou a implementação do total dos valores, mas que reconhecia o trabalho e que ao longo de alguns anos seriam contemplados muitos dos anseios dos servidores. Estou falando do Plano de Carreiras que foi negociado na última greve que houve no INSS. Houve entendimento, respeito e confiança estabelecidos entre a gestão de que iria ocorrer, sim.

E então a carreira foi estruturada?

Conseguimos estruturar a carreira com o apoio do presidente, do Ministério do Planejamento, do Governo. Isso trouxe um ganho significativo que, aliado às ferramentas de gestão, fizeram que o INSS saísse das páginas policiais. Na época a Rádio Bandeirantes entregava mensalmente o troféu "Trombone de Ouro" para aqueles órgãos ou empresas com mais reclamações no mês e nós recebemos várias vezes. Era muito dolorido para os servidores. Mas naquele momento havia uma esperança, uma luz no fim do túnel para sair dessa fase complicada.

A senhora se engajou na luta contra a privatização?

Lutei muito contra a privatização. Atuávamos por meio de uma associação e fizemos muitas manifestações. Tínhamos um grupo muito articulado por uma política de Previdência Social. Este comprometimento, que já

existia antes, fez com que a gente se engajasse na gestão de um governo que reconhecia isso. A virada na política foi no governo Lula, com a decisão pelo fim da terceirização e reforma da Previdência. Já a virada na melhoria do atendimento, com certeza, consolidou a partir da gestão de Nelson Machado, em 2005. Houve essa priorização na melhoria, criou-se a Diretoria do Atendimento no INSS.

Um olhar hoje sobre a Previdência Social – 90 anos?

Emociona quando a gente vê o INSS citado como um case de sucesso de que é possível fazer a transformação de uma gestão ineficiente para uma gestão que atende seu cidadão, reconhece, valoriza e que passa a reconhecer, mudando o paradigma de conceder e sim reconhecer o direito.

Essa mudança entre conceder benefício e reconhecer direito é a chave da mudança que nós tivemos; à medida que você reconhece direito com mais qualidade do atendimento, na informação, é extremamente importante.

Outro passo muito importante que emociona e que precisamos expandir mais é no controle da sociedade sobre suas contribuições, passando a ser um fiscal do recolhimento. À medida que incentivamos o trabalhador a fazer esse controle nós estamos também dando um passo muito importante.

Ter na base de dados informações e avisar que o cidadão já tem direito ao benefício também foi outra grande mudança. Passamos a disponibilizar essas informações. Conseguimos perceber a dimensão à medida que o serviço vai sendo implementado. O estado não é só o guardião da informação, mas também o que cuida de garantir o seu direito.

A reputação da instituição continua ameaçada?

As mudanças acontecem de uma forma gradual. Não se consegue reverter uma gestão ineficiente de décadas em cinco, oito, dez anos. É um processo de reconquista da confiança da sociedade e de internalização na instituição desse novo papel de guardião da informação, mas também que deve para a sociedade essa troca de informação.

Estamos trabalhando no aperfeiçoamento dos nossos sistemas para que eles ofereçam, cada dia mais,

segurança na informação e agilidade na prestação do serviço. Este é um compromisso do governo brasileiro, que trabalha sempre com o foco no cidadão, de oferecer um serviço mais ágil e eficiente à população. Essas mudanças, ao deixarem o segurado mais satisfeito, também contribuem ao bem-estar do servidor que recebe de imediato o retorno do cidadão que é atendido em nossas agências.

Daqui para frente é avanço?

Vamos ter ainda algumas dificuldades, enfrentar alguns desafios, mas isso faz parte de um processo de melhoria para uma Casa desse tamanho. Temos o atendimento diário, o agendamento, a Sala de Monitoramento, o planejamento estratégico que envolve o Ministério como um todo. Temos a diretriz da nossa missão, visão, macro- ações e objetivos para implementar. Tem também os Planos de Ação com metas pactuadas com os servidores e monitoradas. No contexto do atendimento do INSS, o Painel de Desempenho é uma forma de acompanhar como estamos desenvolvendo essas ações de forma organizada e programada. Antes eram problemas em todas as áreas, hoje estão mais localizados. Com as ferramentas temos essa visão, esse mapa que permite enfrentar todo tipo de problema.

E como é esse seu sentimento pela instituição?

O servidor incorpora a Previdência na vida pessoal, familiar. A família ajuda a gente (filhos, marido), todos acabam participando dessa vida. O servidor não consegue ser um trabalhador que sai do trabalho e se desliga. A Previdência acaba sendo inserida na vida dele como um todo. É muito mais do que um contrato de trabalho, como é o meu caso. São madrugadas de trabalho, finais de semana, dedicação, amor.

Ao completar 30 anos de casa, quais os projetos futuros?

Na vida, tanto pessoal, como profissional, temos ciclos e estou pessoalmente e profissionalmente em um ciclo de um grupo de servidores que está para passar o bastão. Então tem que começar a pensar a preparar a saída de cena de um grupo e ajudar a passar essa cultura para quem vai assumir a responsabilidade da



continuidade do trabalho da Previdência. Do ponto de vida pessoal os filhos estão formados. Sinto uma realização muito forte, da família que me deu suporte, o marido, companheiro de luta que sempre me apoiou. Não foi fácil, porque a Previdência exige muito, mas hoje a gente vê uma família com três filhos maravilhosos e bons cidadãos.

A serenidade sempre esteve junto?

Isso é do meu perfil. É gratificante manter relacionamento, amizades, dentro e fora do trabalho, de longa duração. Dá orgulho ver pessoas com quem compartilhei muitas dificuldades mas que a relação de amizade só cresceu com isso, assim como a confiança e o companheirismo.

Uma mensagem...

A mensagem é de muita confiança no governo que estamos construindo, nas políticas públicas que estão sendo implementadas de fazer com que o seu cidadão cresça junto com o País. Vemos essa inserção num contexto de valorização e de reconhecimento dos servidores públicos e trabalhadores.

Meio século de seguridade social

Uma história contada por quem ajudou a construir a Previdência brasileira e presenciou os principais avanços na área de proteção social

Memória viva da Previdência Social. É assim que é tratado dentro da família previdenciária Jorceli Pereira de Souza, 68 anos, goiano de Ipameri e que começou sua vida profissional com 17 anos, em 1962, no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários (IAPB). Desde então, Jorceli presenciou os principais avanços na área da proteção social e até ajudou a construir a história da Previdência Social brasileira.

Com grande conhecimento de legislação e normas, uma das mais significativas contribuições de Jorceli foi a participação na elaboração do texto final das leis 8.212/91 e 8.213/91 - que regulamentaram a Constituição de 1988 no que diz respeito à Previdência Social.

Após dois anos de discussão dentro do então Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), o texto do projeto de lei que regulamentaria a Previdência Social foi encaminhado ao Congresso Nacional. Jorceli foi o elo entre o

ministério e os parlamentares para conduzir a redação final do texto. Ele lembra que, logo na primeira semana, o projeto recebeu 25 mil propostas de emenda. “Tínhamos que analisar emenda por emenda para ver o que aceitávamos e não aceitávamos. Um trabalho de negociação, ajudando a dar uma forma final ao texto”, relembra o servidor.

A formação em português, inglês e latim ajudou Jorceli na elaboração de textos normativos com qualidade. Durante seus quase 50 anos trabalhando com Seguridade Social, o servidor já foi diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social, elaborou pareceres técnicos sobre todos os projetos de lei que surgiam no Congresso Nacional e que tratassem sobre Previdência e participou da negociação de acordos internacionais.

Em 1978, quando foi requisitado para trabalhar no Ministério da Previdência Social (MPS), ficou responsável pela análise dos projetos em tramitação no Congresso Nacional. “Se um deputado



Jorceli recebe homenagem por seus bons serviços prestados à Previdência

Foto: Arquivo Pessoal



Jorceli atuou fortemente na negociação de acordos internacionais em benefício dos brasileiros

apresentasse projeto de lei sobre previdência, tínhamos de elaborar um parecer dizendo qual era a posição do Ministério – se era válido, se era ou não viável, quais os impactos econômicos, financeiros e sociais”, conta Jorceli.

Nessa época, uma proposição chamou a atenção do servidor. Em plena década de 1980, um projeto de lei previa a criação de um benefício para mulheres que não se casassem até os 30 anos. “Isso não tinha muito a ver com o seguro social e foi em uma época em que a mulher estava realmente se impondo no mercado de trabalho, se profissionalizando, enfim, conquistando seu espaço. Tivemos que buscar argumentos em movimentos feministas para poder refutar a ideia, dizer que isso era contra os tempos modernos”, lembra Jorceli.

Nos últimos anos de trabalho no MPS, Jorceli participou da discussão e elaboração dos textos de acordos internacionais. Foi apelidado de “The Flash” pelos colegas, em razão da agilidade com que conduzia as negociações para a elaboração do texto definitivo dos acordos. Com o Japão, por exemplo, o texto foi fechado em apenas duas semanas, tempo recorde no histórico de negociações dos japoneses. Jorceli foi chefe de delegação dos acordos com Japão, Canadá, Bélgica e França. “Foi quando tive a oportunidade de fazer algo mais dinâmico, objetivo”, afirma, entusiasmado.

Pouco depois de começar a trabalhar no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários (IAPB), Jorceli Pereira presenciou a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que unificou todos os institutos existentes na época. “Com isso tivemos unificadas a legislação e a administração. Todos os trabalhadores passaram

a ter os mesmos direitos e deveres em uma administração centralizada”. A unificação da legislação ocorreu em 1960, com a criação da Lei Orgânica da Previdência Social. Até então, cada instituto tinha a sua própria lei e os direitos e deveres eram desiguais entre os trabalhadores e as classes sociais.

“Todos os trabalhadores passaram a ter os mesmos direitos e deveres”

Para Jorceli, outra conquista importante foi a criação do Ministério da Previdência Social, em 1974.

Jorceli trabalhou no Ministério da Previdência Social até setembro de 2011, quando se afastou por motivos de saúde. Na época, ele ocupava o cargo de coordenador-geral de Legislação e Normas da Secretaria de Políticas de Previdência Social. “A Previdência Social envolve assuntos que dizem respeito ao bem-estar humano. Dessa forma, ela se torna muito atrativa, pois você tenta buscar soluções que tragam bem-estar às pessoas”, avalia.

Livro histórico

Jorceli Pereira de Sousa foi o principal autor do livro “Os 80 anos da Previdência Social”. Em dois meses de pesquisa o servidor reuniu arquivos, curiosidades e documentos que contam a história da Previdência no Brasil. Para tornar a leitura mais dinâmica, Jorceli fez um paralelo entre os avanços da Previdência e os fatos históricos que marcaram o País.

Uma das curiosidades contadas no livro é que em 1821, no Brasil, quem tinha 30 anos já podia se aposentar sem nunca ter contribuído. Além disso, a obra conta com fatos interessantes como o primeiro auxílio-natalidade e o primeiro processo de aposentadoria.

PEP promove inclusão previdenciária no País

Programa completa 13 anos levando informações sobre proteção da Previdência Social aos lugares mais distantes do Brasil



Fotos: Educação Previdenciária

Os agentes do PEP levam a educação previdenciária para dentro das escolas

Há 13 anos, a equipe do Programa de Educação Previdenciária (PEP) leva informações sobre a proteção da Previdência Social às mais diversas comunidades no Brasil. Quanto menor o acesso dos cidadãos aos serviços previdenciários, maior é a presença dos disseminadores do programa. “As ações do PEP vão muito além do ato de informar. A interlocução entre a Previdência e a sociedade ajuda os indivíduos a compreender e a exercer seus direitos e deveres junto à Previdência Social”, explica o coordenador do PEP, Everaldo Bernardes Oliveira.

Os projetos do PEP sempre tentam alcançar os públicos mais excluídos da sociedade ou que tenham dificuldade de acesso à Previdência Social. Uma das políticas do programa é criar conscientização sobre a importância de se ter proteção social desde cedo. O “PEP nas Escolas”

é o projeto que leva informações previdenciárias a jovens de escolas públicas e privadas. Especialmente para esse público, foi criada a cartilha “Aprendendo com a Previdência Social”, que ensina de forma didática como o jovem pode se inscrever na Previdência e quais as garantias oferecidas por ela.

Na escola municipal Professora Vera Lúcia Schimdt, localizada no Assentamento Piratininga, a 100 km da cidade de Nova Ubiratã (MT), as crianças receberam a cartilha numa das primeiras palestras do “PEP nas Escolas” no Mato Grosso. A coordenadora do PEP da Gerência-Executiva de Cuiabá, Maria das Graças da Silva, afirma que as crianças gostam de interagir e têm interesse maior em aprender. “As crianças são muito curiosas e se relacionam facilmente com o tema Previdência Social, apesar de ser algo distante da rotina delas”.



Desde 2000, 8,9 milhões de pessoas foram beneficiadas pelas ações do PEP. Nesse período, mais de 65 mil ações foram promovidas em todo o Brasil. Geralmente, as ações são realizadas em parceria com diversos segmentos organizados da sociedade, como sindicatos, associações de classe, cooperativas, entidades educacionais e religiosas, ONGs, entre outros. “Sem esse apoio, não teríamos conseguido tantas vitórias”, destaca Oliveira.

A missão do PEP é promover a inclusão dos cidadãos no sistema previdenciário brasileiro, divulgar políticas públicas e valorizar a cidadania. Hoje, mais de 95 mil disseminadores do programa, espalhados pelo País, estão empenhados, não só em transmitir informação sobre os direitos e deveres relativos à Previdência Social, mas também em ampliar a cobertura previdenciária.

“Ao final, o que se pretende é ampliar o nível de cobertura. Porém, ao incentivar a inclusão no sistema, a educação previdenciária também contribui para a ampliação da proteção social e redução da informalidade”, acrescenta Oliveira. A meta do Ministério da Previdência Social é alcançar, até 2015, a marca de 77% da população brasileira protegida socialmente.

Ações

Mensalmente são realizados seminários, palestras, campanhas, fóruns e cursos em sindicatos, associações, escolas e universidades. A educação previdenciária também é feita nas igrejas, nas tribos indígenas, nas prisões, nas feiras livres e de cidadania, nas estradas e nos eventos públicos de grande porte, além de canais

“Ao final, o que se pretende é ampliar o nível de cobertura previdenciária”

de mídia como as emissoras de rádio, buscando atingir o maior número de pessoas.

Foi em um programa de rádio que a ouvinte assídua da rádio Evangelizar, em Curitiba, em que o INSS tem uma participação semanal, que a dona

de casa Ana Tomaz de Aquino Hannemann, 68 anos, aprendeu sobre a aposentadoria por idade. Orientada pela coordenadora do Núcleo de Educação Previdenciária, Teresinha Marfurte, descobriu que, apesar do extravio da carteira de trabalho, poderia comprovar um vínculo de três anos em um hospital da cidade, o que completaria o tempo de carência exigido pela legislação.

Com o requerimento do benefício já agendado e providenciando a documentação necessária para garantir o direito, dona Ana agradeceu o trabalho realizado pela educação previdenciária: “O programa na rádio ajudou não só a mim. Todo o povo que pede informação é bem atendido e tudo é esclarecido. Já avisei aos amigos pra ouvirem também”, festeja a nova aposentada.

Alterações

Inicialmente batizado de Programa de Estabilidade Social (PES), o PEP foi instituído, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pela Portaria Ministerial nº 1.671/2000. Hoje, o Programa de Educação Previdenciária faz parte do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do INSS (CFAI), vinculado diretamente à Presidência do Instituto.



Os agentes do PEP comemoram os 90 anos da Previdência e se desdobram na divulgação dos benefícios em todo o País

Resultados da Educação Previdenciária em 2012:

6.862
ações
realizadas

650.690
pessoas
informadas

7.861
disseminadores
externos

Cursos ajudam a entender a Previdência

O PEP atende a demandas das cidades que solicitam uma palestra sobre Previdência Social. Em cada uma das agências do INSS há pelo menos um servidor destinado a fazer esse trabalho. Além das agências, nas gerências e superintendências também existe a equipe do PEP. Essa equipe faz parte do chamado Núcleo de Educação Previdenciária.

As iniciativas da educação previdenciária abrangem desde serviços de orientação e informação – o famoso “tira dúvidas” – e atendimento à imprensa, até palestras e cursos com meta de formar disseminadores das informações previdenciárias. Nestes cursos, que são gratuitos e têm 20 horas de duração, técnicos da instituição preparam assistentes sociais, servidores das prefeituras, sindicalistas, profissionais de recursos humanos e de contabilidade, entre outras categorias, para serem multiplicadores junto às suas comunidades e ambientes de trabalho.

Nesse sentido, a atuação do PEP pretende prevenir a ação dos intermediários que cobram dos trabalhadores para realizarem serviços que o próprio segurado poderia acessar gratuitamente junto à Previdência Social. Para 2013, algumas ações já estão programadas, como a educação previdenciária a distância para professores e empresas, histórias em quadrinhos e jogos eletrônicos na internet.

Ao incentivar a inclusão no sistema, a educação previdenciária também contribui para a redução da informalidade e para a ampliação do controle social. “Promover a inclusão das trabalhadoras e dos trabalhadores no Sistema Previdenciário, divulgar políticas públicas e valorizar a cidadania é a missão e o compromisso do PEP”, afirma a coordenadora do programa, Renata Melo.

De 2000 a 2013, o PEP realizou 65.297 ações, atendeu 8,9 milhões de pessoas e formou 95,6 mil disseminadores da informação, que se concentram em 100 núcleos executivos e nos núcleos das mais de 1.300 agências da Previdência Social.



Projetos da Educação Previdenciária para 2013:

- Ações Nacionais;
- Educação Previdenciária a Distância para Professores;
- Educação Previdenciária a Distância para Empresas;
- Educação Previdenciária para Terceirizados da Administração Pública;
- Histórias em Quadrinhos na Internet;
- Cartilha Eletrônica na Internet;
- Jogos Eletrônicos na Internet;
- Livro de Versinhos da Previdência Social;
- História em Quadrinhos: Quero me Aposentar;
- Portal da Educação Previdenciária na Internet;
- Curso de Disseminadores.

Para chegar a essas pessoas, o PEP também conta com parcerias entre órgãos nacionais, estaduais, organizações não governamentais (ONGs) e sindicatos rurais. Atualmente, as mais importantes são estabelecidas com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com a Secretaria de Direitos Humanos. “Estamos com a Secretaria na campanha de mobilização do registro civil de nascimento”, detalha Renata Melo.

As parcerias ajudam a ampliar o campo de atuação do PEP e de outros serviços sociais. Renata Melo notou que as pessoas sabem que o PEP existe, que podem contar com os servidores do INSS para orientá-los fora de uma agência da Previdência Social. E se as pessoas estão mais conscientes dos seus direitos, conseqüentemente elas vão buscar o acesso ao benefício. “Daí você tem cobertura e proteção social”, ressalta.

Novo status

Desde 2011, o PEP elevou seu status perante a Previdência Social, graças à sua importância para a instituição. Antes, era apenas um setor dentro da estrutura do INSS. Agora, o programa faz parte do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do INSS (CFAI), vinculado diretamente à Presidência do Instituto. Assim, ele deixa de ser uma política de um departamento para ser uma política de toda a instituição.

O reconhecimento estimula ainda mais o trabalho dos disseminadores, que são pessoas com um envolvimento muito grande com o PEP. “Eles não medem esforços, seja sábado, domingo, feriado. Largam suas famílias, quando não podem deixar, levam a família junto na ação. Eu acho que isso é o ponto fundamental do sucesso que a gente consegue com a educação previdenciária. É uma doação mesmo”, afirma Renata Melo.

O que se pretende é ampliar o nível de cobertura previdenciária, objetivo de longo prazo. Porém, ao incentivar a inclusão e permanência no sistema, o PEP também contribui para a redução da informalidade e para a ampliação da proteção social.

**Resultado da Educação
Previdenciária em 13
anos de existência:**

65.297
ações
realizadas

8,9 milhões
pessoas
informadas

95,6 mil
disseminadores
externos

Brasileiros ganham proteção no exterior

Ministério tem intensificado acordos para assegurar proteção social a mais de 3,5 milhões de brasileiros que vivem e trabalham fora do País

A Previdência está ampliando a sua rede de proteção social aos brasileiros que moram e trabalham no exterior. Nos últimos anos, o Ministério da Previdência Social tem intensificado o trabalho junto a outros países com o objetivo de ampliar os acordos internacionais e garantir os benefícios previdenciários a mais de 3,5 milhões de cidadãos brasileiros que vivem no exterior.

No ano passado foram promulgados acordos com o Japão, que deve beneficiar 210 mil brasileiros, e com a Coreia do Sul, com quase 1.500 brasileiros. Também foram renovados acordos com a Espanha, com mais de 128 mil brasileiros beneficiados; e com Luxemburgo, com 3.600 brasileiros.

Ainda estão em fase de negociação acordos com os Estados Unidos, que deverão beneficiar mais de 1 milhão de brasileiros, com Israel (10 mil) e Moçambique (2.250).

Desde 1º de maio deste ano mais de 90 mil brasileiros que vivem na Alemanha – e a comunidade alemã residente no Brasil – poderão solicitar a totalização do seu tempo de contribuição tanto na Alemanha quanto no Brasil para requerer benefícios como aposentadoria, pensão por morte e auxílio-acidente. Na mesma data, entrou em vigor o acordo previdenciário adicional com Portugal, onde vivem pelo menos 140 mil brasileiros.

A vigência do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha teve início após a troca dos instrumentos de ratificação realizada no dia 6 de março de 2013 pelo ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, e pelo embaixador da Alemanha no Brasil, Wilfried Grolig, em cerimônia ocorrida em Brasília.

“Do ponto de vista das amplas relações comerciais existentes entre os dois países, a entrada em vigor do Acordo Brasil-Alemanha trará melhoria significativa ao evitar a contribuição previdenciária em dobro às empresas (brasileiras e alemãs) que desloquem seus funcionários por um período de tempo determinado”, declarou o ministro Garibaldi Alves Filho.

Por sua vez, o embaixador Wilfried Grolig destacou que tanto para a Alemanha quanto para o Brasil a previdência social é prioridade. “Por esse acordo se criam estímulos para um intercâmbio maior de técnicos e peritos entre nossos países”, afirmou, acrescentando que agora os empregados correrão menor risco quando decidirem trabalhar no país parceiro.

O acordo prevê regime especial para o deslocamento temporário, isentando trabalhadores

O ministro Garibaldi Alves Filho e o embaixador Wilfried Grolig assinam acordo



Fotos: Nicolas Gomes



não nacionais das contribuições previdenciárias nos primeiros 24 meses de residência no país estrangeiro. Desde 2008, os termos do documento e seus ajustes administrativos (protocolos indispensáveis à operacionalização do tratado) vêm sendo negociados nas diversas rodadas de negociações realizadas nos dois países.

Os acordos com a Alemanha e com Portugal estão inseridos no objetivo da Previdência Social de promover uma ampliação da cobertura previdenciária que inclua, além dos nacionais residentes, as comunidades brasileiras espalhadas por todo o mundo e os estrangeiros que vivem no Brasil.

No segundo semestre de 2011, o Brasil celebrou instrumentos de proteção social semelhantes

“O acordo cria estímulos para um intercâmbio maior de técnicos entre nossos países”

com a França, o Canadá e a província canadense de Quebec, que possui autonomia constitucional. O acordo com a França abrange a província ultramarina da Guiana, com a qual o Brasil divide 730 km de fronteira e onde vivem pelo menos 20 mil brasileiros.

Acordos previdenciários com Cabo Verde, Chile, Grécia e Itália também estão em vigor, além das convenções multilaterais de proteção social do Mercosul e a Iberoamericana, que passou e ter início efetivo para o Brasil em maio de 2011, após a assinatura do acordo de aplicação da Convenção Multilateral Iberoamericana de Segurança Social. O acordo firmado com a Bélgica está em fase de ratificação e beneficia 43 mil brasileiros que residem e trabalham naquele país.

Os acordos garantem proteção previdenciária aos brasileiros que trabalham fora do País

Facilidade para benefícios

A partir de agora, segurados beneficiados por acordos previdenciários internacionais, brasileiros ou estrangeiros, poderão comparecer a qualquer agência da Previdência Social (APS) para requerer benefícios. Antes, os segurados tinham de se deslocar para uma APS específica.

A facilidade inclui o requerimento para a concessão de benefício, para a contagem do tempo de contribuição exclusivo no Brasil ou no exterior, como também para os chamados benefícios por totalização, que são aqueles que incluem o tempo de contribuição no país de origem e no exterior.

No caso de benefício com tempo de contribuição exclusivo no Brasil, a própria APS escolhida pelo segurado fará a recepção, análise e conclusão do pedido. Nos demais casos, a agência só

recepciona o pedido e encaminha para a APS Atendimento Acordos Internacionais (APSAI), que continua com as competências de análise e conclusão do pedido.

Para os segurados que residem no exterior e são beneficiados por acordos previdenciários entre o Brasil e país estrangeiro, independentemente de onde se deu a contribuição, é o organismo de ligação estrangeiro o responsável pelo envio do pedido à APSAI.

Quando expressamente previsto em acordo, o requerimento de certificado de deslocamento temporário deverá ser realizado pelo empregador, no caso de empregado, ou pelo trabalhador por conta própria (contribuinte individual). Nesses casos, o requerimento também será recebido por qualquer APS.

Mais segurança no exterior

L.S.O. foi a primeira brasileira a se beneficiar do Acordo de Previdência Social entre Brasil e Japão, promulgado em março de 2012. A segurada, que reside no país asiático, teve a aposentadoria por idade concedida no dia 13 de abril do ano passado. O acordo beneficia os atuais 230 mil brasileiros que residem no Japão e os 80 mil cidadãos japoneses que vivem no Brasil.

A segurada contribuiu por mais de nove anos no Brasil e por um tempo superior a cinco anos no Japão. Caso o acordo ainda não tivesse sido implementado, ela não teria direito ao benefício.

Desde que o acordo entrou em vigor, no mês de março de 2012, a gerência do INSS São Paulo Sul

já registrou vários requerimentos de benefícios formalizados no Instituto de Pensão Japonês e no INSS. Também foram oficializados requerimentos de deslocamento temporário por empresas no Brasil.

A totalização do tempo de contribuição é o objeto principal do acordo, isto é, cidadãos que trabalham no Brasil e no Japão poderão somar os períodos de cobertura nos dois países para usufruírem dos benefícios previdenciários. Aposentadoria por idade, pensão por morte e aposentadoria por invalidez são os principais benefícios abrangidos pelo acordo.

O cálculo do valor da aposentaria por idade e dos tempos mínimos para ter direito ao benefício é feito levando-se em consideração, proporcionalmente, o tempo de contribuição previdenciária em cada um dos países. Para se aposentar no Brasil, no caso da aposentadoria por invalidez, são necessárias 12 contribuições anteriores, qualidade de segurado e comprovação da invalidez. Quanto à pensão por morte, apenas a condição de segurado.

Atendimento

Para requerer os benefícios no Brasil, basta comparecer a uma das Agências da Previdência Social, munido da documentação necessária, e preencher o formulário específico. Em território nipônico, o interessado pode comparecer a qualquer das mais de 300 agências do Serviço de Pensão do Japão. Os pagamentos serão realizados pelo Brasil e pelo Japão, na proporção que cabe a cada país, sempre na moeda nacional correspondente, considerando-se a residência

atual do segurado. Serão considerados períodos de cobertura completados antes da entrada em vigor do acordo. A aplicação do acordo não resulta em qualquer redução do valor de benefício assegurado antes de sua vigência.

O acordo prevê, ainda, o deslocamento temporário, que permitirá isenção de contribuição previdenciária no país de destino. O período máximo do certificado é de cinco anos, prorrogáveis por mais três. O deslocamento beneficia empregados de empresas e trabalhadores que exercem atividades por conta própria.

ACORDOS EM VIGOR:

Países	Data de assinatura	Número de brasileiros beneficiados
Cabo Verde	07/02/1979	220
Chile	16/10/1993	7.943
Espanha	16/05/1991	128.238
Grécia	12/09/1984	1.750
IBEROAMERICANO	07/04/2008	618.656 (p/ 22 países))
Argentina, Espanha, Bolívia, Chile, Equador, El Salvador, Paraguai, Uruguai		438.982 (em vigor)
Itália	09/12/1970	67.000
Japão	29/07/2010	210.032
Luxemburgo	16/12/1965	3.600
MERCOSUL	19/09/1997	286.851
		85.324 (nº sem o Paraguai)
Portugal	07/05/1991	140.426

ACORDOS EM TRAMITAÇÃO: Preparativos para entrada em vigor

Alemanha - 03/12/2009 – **95.160** (Troca de Notas)

Portugal (Acordo Adicional) - 09/08/2006 - **140.426** (Troca de Notas)

EM FASE DE RATIFICAÇÃO:

Países	Data de assinatura	Número de brasileiros beneficiados
Bélgica	04/10/2009	43.000
Canadá	08/08/2011	25.150
Quebec	26/10/2011	
França + Guiana Francesa	16/12/2011	44.622 + 21.056
Novo Acordo Luxemburgo	22/06/2012	3.600
Revisão Acordo Espanha	24/07/2012	128.238
Coreia	22/11/2012	1.444

ACORDOS EM NEGOCIAÇÃO:

Países	Data de assinatura	Número de brasileiros beneficiados
Estados Unidos		1.066.559
Israel		10.040
Moçambique		2.250

Oportunidade de voltar ao trabalho

Parceria entre o INSS e o Senac oferece cursos para trabalhadores com baixa escolaridade e afastados por acidente ou doença, para que possam retornar ao mercado

Os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro ganharam mais uma oportunidade de reinserção no mercado de trabalho. Projeto desenvolvido pelo INSS em parceria com o Senac oferece aulas a segurados até a conclusão dos estudos e o diploma de nível fundamental. A medida beneficia trabalhadores com baixa escolaridade e que estão afastados do mercado de trabalho por acidente ou doença.

De acordo com o chefe do setor de Reabilitação da Gerência Executiva Centro do INSS, Eduardo Branco, que coordena o projeto, 60% de todos os segurados reabilitados no Rio não conseguem recolocação por terem baixa escolaridade. São, pelo menos, 2.400 trabalhadores fluminenses

afastados do mercado por motivo de acidente ou doença, que não conseguem esta recolocação. Por meio do projeto, os segurados inscritos no programa de reabilitação do INSS terão acesso a aulas gratuitas de reforço escolar para a prova de obtenção de diploma no ensino fundamental da rede municipal de ensino.

“A ideia é acelerar a chegada do profissional ao primeiro grau e, em consequência, a possibilidade de ser aproveitado em outra função, inclusive na mesma empresa”, explica Eduardo Branco. De acordo com o coordenador do projeto, a maioria dos trabalhadores afastados do mercado atuava em atividades braçais, que não podem ser mais desempenhadas por força do acidente ou doença.



Fotos: Claudio Ribeiro

Trabalhadores afastados têm aula de capacitação para retornar ao mercado

2.400 trabalhadores fluminenses estão afastados do mercado por acidentes ou doenças



Luís Carlos e
Marcos Antônio
participaram do
curso e elogiaram
a iniciativa

A primeira turma do projeto beneficiou 30 alunos que concluíram o curso de 196 horas em abril deste ano. Eles passaram também por capacitação profissional, com cursos de informática básica, empreendedorismo e formação social.

Esperança

Um dos beneficiários do projeto é o motorista Luís Carlos Fonseca da Silva, 47 anos, pai de três filhos, que após 12 anos de profissão sofreu um acidente e recebia um salário de R\$ 1.900,00. Ele ressalta a importância da iniciativa, assinalando que muitas pessoas ficam paradas e recebem auxílios do INSS sem necessidade, enquanto que pessoas com necessidade muitas vezes não conseguem o benefício. “Este projeto tem a tendência de equilibrar esta situação, fazendo com que mais pessoas voltem ao trabalho mais qualificadas e com um salário, se não igual, mais próximo do que tinham”, destaca.

Para Luís Carlos, a melhoria do grau de instrução, e em consequência a capacitação profissional da mão-de-obra, fará que os beneficiários cheguem

mais perto dos antigos salários, adquiridos pela experiência e tempo na profissão. Ele destaca a importância do aprendizado, ressaltando que “o nosso dia a dia não permite que voltemos à sala de aula e, assim, esta parceria do INSS com o Senac nos proporciona a oportunidade de atingir um sonho”. Por meio desse projeto, ele pretende se transformar em microempreendedor na área de alimentos.

Também o servente de obras Marcos Antônio Tomas, 38 anos, com dois filhos, destacou a iniciativa do INSS, frisando que o projeto é uma ótima chance de aprendizado e qualificação para melhorar a comunicação e buscar uma colocação melhor no mercado de trabalho. Este é o seu objetivo até o final do curso.

Marcos não esconde a sua ansiedade com a possibilidade de se tornar eletricitista ou profissional na área de informática e manifesta suas esperanças de encontrar uma colocação melhor no mercado de trabalho e, conseqüentemente, receber um salário maior. “Iniciativas como estas trazem novos horizontes e criam novas perspectivas de vida para as pessoas”, ressalta.

*“Iniciativas como
estas trazem
melhores horizontes
e criam novas
perspectivas de vida”*

Bons negócios e garantia de aposentadoria tranquila

Número de empreendedores individuais chega a 2,8 milhões em todo o País. Além de ter um negócio próprio, com melhoria da renda, eles buscam os benefícios previdenciários



O leque de boas oportunidades de negócios abertas no País nos últimos anos, somado à ascensão da nova classe média e o fortalecimento do seu poder de compra, tem levado vários empreendedores a formalizarem novas empresas. Atualmente, já passa de 2,8 milhões o número de microempreendedores individuais (MEI) formalizados e esse contingente está em pleno crescimento.

Além de poder contar com as vantagens de ter um negócio formal, como crédito bancário, juros mais baixos, poder vender suas mercadorias a prefeituras e outras instituições oficiais, esses empreendedores também contam com os benefícios previdenciários, como aposentadoria. Para ter direito a esses benefícios, a Previdência tem orientado os novos empreendedores a manterem em dia o pagamento da contribuição mensal.

Esse conjunto de benefícios, além da melhoria da renda, tem atraído vários empreendedores

ao mundo formal dos negócios de Norte a Sul do Brasil. É o caso de Felipe Victor Gomes dos Santos, de 22 anos, residente em São Miguel do Gostoso, litoral do Rio Grande do Norte. Antes de virar o único electricista da cidade de 9 mil habitantes, Felipe trabalhava na roça para ganhar o sustento, e depois passou a ser atendido pelo Bolsa Família. Hoje dono do próprio negócio, com dois empregados, ele exalta a independência: “Viver do trabalho era um sonho, entre outros que ainda quero realizar”, diz. Além de retirar da nova profissão o seu sustento, ajuda a cuidar de quatro irmãos.

Assim como Felipe, outros tantos empreendedores estão mudando de vida em busca de novas oportunidades de negócios.

Rei do coco

Na orla do Cabo Branco, em João Pessoa (PB), quem passa pelo Quiosque do Cowboy logo se encanta com a maneira irreverente e as palavras sábias do vendedor. Sempre com um chapéu de cowboy, que lhe rendeu o apelido, Josafar Pinto de Almeida, famoso na área como o rei do coco, é uma figura simples e tem uma história de vida que alia trabalho e esforço ao sucesso popular.

Ele conta que veio com a esposa e os dois filhos para a capital paraibana em 1993, saindo de Alagoa Grande, interior do estado. “Saímos de lá porque nosso sonho sempre foi crescer. Queríamos que nossos filhos fossem para a universidade e lá não tinha condições!”. A intenção deles já era encontrar



Fotos: Diana Reis

Josafar Almeida conquistou uma clientela fiel, viu seu negócio prosperar e virou “rei do coco”

um quiosque na praia para levantar o negócio. “A questão era só encontrar um lugar que possibilitasse o sucesso da venda”, diz.

A educação dos filhos também foi sempre prioridade. A filha é formada em jornalismo e o filho, mais velho, está cursando mestrado em estatística. Os pais contam, com orgulho, que ele já foi aprovado na prova do doutorado em quatro universidades, inclusive na USP, em São Paulo. “Os filhos têm dois grandes professores na vida: o pai e a mãe; a maior formatura que existe é a formatura do mundo e o exemplo vem de casa”, filosofa Cowboy.

Sempre prevenido e pensando no futuro, Cowboy decidiu cadastrar-se como um microempreendedor individual e contribuir para a Previdência nessa categoria. “É preciso ter uma segurança; eu não atraso o pagamento ao INSS”, afirma.

Sobre seu ofício, Cowboy confessa: “O comércio é como uma aula onde você nunca é professor, mas sempre aluno; é sempre um aprendizado diferente”. Para a clientela, ele diferencia, com maestria, inúmeros tipos de cocos, demonstrando paixão pelo que faz. Por isso logo caiu no gosto popular sendo chamado de o rei do coco pelos seus fiéis clientes.



Brigadeiro gourmet

Em Natal (RN), o gastrônomo potiguar Daniel Simplício viu no filão de produtos derivados de chocolate feitos artesanalmente a oportunidade de ter o próprio negócio. Deixou para trás o emprego em um restaurante em Natal e resolveu empreender, atitude estimulada após a participação no seminário Empretec, realizado pelo Sebrae no Rio Grande do Norte para desenvolver as competências empreendedoras dos participantes.

O jovem, que era responsável pelo setor de confeitaria e doceria do estabelecimento, pediu demissão em junho do ano passado e passou a produzir brigadeiros gourmet, uma variação do tradicional doce acrescido de sabores requintados, como pistache, damasco, limão siciliano, castanha do pará, café e a última novidade, caramelo com flor de sal. Ao todo, são 32 sabores que estimulam os desejos da clientela.

Como canal de divulgação dos produtos, o empreendedor usou as redes sociais. Criou uma página no Facebook e um perfil no Instagram. O termômetro das vendas veio no Dia dos

Os cinco estados com maior número de empreendedores individuais, até o mês de março de 2013, são:

SP	685.069
RJ	341.069
MG	292.705
BA	199.613
RS	162.837



Daniel Simplicio apostou na qualidade do seu produto e ganhou espaço nas redes sociais



Namorados. As guloseimas caíram no gosto dos casais apaixonados e Daniel Simplicio chegou a vender 50 caixas, contendo até 20 bombons cada uma. “Venho de uma família seridoense com larga tradição nessa área de doceria. Então, resolvi apostar nos brigadeiros”, conta o rapaz, que, juntamente com a mãe, produz os doces, vendidos ao preço de R\$ 40 a caixa.

No período natalino, outra constatação de que o negócio era viável. Foram vendidas 1 mil unidades em apenas duas semanas. Mas nada supera a Páscoa, quando a produção aumenta 50% e a receita chega a atingir 3 mil.

Formalizado como empreendedor individual durante a Feira do Empreendedor do Rio Grande do Norte, no ano passado, Daniel Simplicio diz que o registro foi fundamental para o sucesso do negócio, já que praticamente todos os ingredientes são importados e a aquisição necessita de nota fiscal ou número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

A ideia de fazer da paixão pela gastronomia a principal fonte de renda deu tão certo que atualmente “O Melhor Brigadeiro da Cidade” tem um cadastro de 200 clientes fixos, entre eles um café instalado no Natal Shopping. Pelo menos duas vezes por semana, parte da produção dos brigadeiros é destinada a esse cliente. As embalagens do produto são outro diferencial. Todo o conceito foi pensado e planejado por Daniel Simplicio, que também é publicitário. “Vi que essa era a oportunidade da minha vida e apostei na ideia”.

Cobertura da Previdência Social

Para se tornar empreendedor individual, o trabalhador por conta própria do comércio, da indústria ou prestador de serviço deve se inscrever no Portal do Empreendedor, informar seus dados, pegar o seu CNPJ, imprimir o carnê para pagamento da contribuição previdenciária e os impostos estaduais e municipais em guia única.

O empreendedor individual paga apenas 5% do salário mínimo (R\$ 33,90) de contribuição

previdenciária e mais R\$ 1 de ICMS (comércio ou indústria) ou R\$ 5 de ISS (prestação de serviço). É preciso ficar em dia com as contribuições para que seja mantida a qualidade de segurado e, dessa forma, o direito aos benefícios previdenciários. Dia 20 é a data para o pagamento da contribuição destes trabalhadores, que pode ser quitada em lotéricas e na rede bancária.

O empreendedor em dia com as contribuições tem direito aos seguintes benefícios da Previdência Social: aposentadoria por idade; aposentadoria por invalidez e auxílio-doença. A empreendedora tem ainda direito ao salário-maternidade. Sua família fica protegida com pensão por morte e auxílio-reclusão.

Em caso de dúvida, basta ligar para a Central 135. A ligação é gratuita de telefones fixos e tem custo de ligação local, quando originada de celular.

Saiba como se tornar um segurado da Previdência

É muito simples se cadastrar na Previdência Social. Todo trabalhador, contratado com carteira assinada, é automaticamente filiado à Previdência Social. Já aquele que trabalha por conta própria precisa se inscrever e contribuir mensalmente para ter acesso aos benefícios previdenciários. Hoje, são considerados segurados da Previdência Social os empregados, os empregados domésticos, os trabalhadores avulsos, os contribuintes individuais e os trabalhadores rurais.

Quem não tem renda própria, como as donas de casa e os estudantes, também podem se inscrever na Previdência Social. Para se filiar é preciso ter mais de 16 anos. O trabalhador que se filia à Previdência Social é chamado de segurado e passa a ter acesso a uma série de benefícios que vão ampará-lo nos momentos mais sensíveis da sua vida, quando precisa se retirar do mercado de trabalho.

São consideradas contribuintes individuais as pessoas que trabalham por conta própria, conhecidas como autônomas, e os trabalhadores que prestam serviços de natureza eventual a empresas, sem vínculo empregatício. Podemos citar como exemplos os sacerdotes, os diretores que recebem remuneração decorrente de atividade em empresa urbana ou rural, os síndicos remunerados, os motoristas de táxi, os pintores, os eletricitas, os associados de cooperativas de trabalho e outros.

Já o empregado doméstico é aquele presta serviço na casa de outra pessoa ou família, desde que essa atividade não tenha fins lucrativos para o empregador. São considerados empregados domésticos, por exemplo, a governanta, o jardineiro, o motorista, o caseiro, doméstica e outros.

Após definir em qual categoria se cadastrar, o cidadão faz sua inscrição no site



Arguino

As informações sobre aposentadoria podem ser obtidas por telefone antes de ir às agências

Especiais

Os segurados especiais são os trabalhadores rurais que produzem em regime de economia familiar, sem utilização de mão-de-obra assalariada. Estão incluídos nesta categoria cônjuges, companheiros e filhos maiores de 16 anos que trabalham com a família em atividade rural. Também são considerados segurados especiais o pescador artesanal e o índio que exerce atividade rural e seus familiares.

Na categoria de segurado facultativo estão todas as pessoas com mais de 16 anos que não têm renda própria, mas decidem contribuir para a Previdência Social, como por exemplo, as donas-de-casa, estudantes, síndicos de condomínio não remunerados, desempregados, presidiários não remunerados e estudantes bolsistas.

Após definir em qual categoria se cadastrar, o cidadão pode fazer sua inscrição no site da Previdência Social (www.previdencia.gov.br)

ou na Central 135. Por meio da inscrição, o segurado é cadastrado no Regime Geral de Previdência Social e passa a ter um Número de Inscrição do Trabalhador (NIT) para a sua identificação pessoal. Depois de inscrito é só começar a realizar as contribuições mensais.

Campanha contra os atravessadores

Previdência orienta os segurados para evitar a intermediação na busca dos benefícios. O requerimento é simples: basta procurar por informações pela Central 135



O crescimento da ação de atravessadores junto aos segurados para o requerimento dos benefícios previdenciários levou a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS a iniciar no ano passado, em parceria com o Instituto e o Ministério da Previdência Social, um projeto que tem por objetivo combater o abuso nessa intermediação. Para tanto, essas entidades contam com a parceria de outras instituições, como a Defensoria Pública da União, a OAB, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal. A campanha conta com veiculação de vídeo e de “spots” para orientar os segurados contra atravessadores que atuam nas agências da Previdência Social.

Uma das etapas da campanha já foi concluída. Trata da veiculação de “spots” na mídia gratuita. O primeiro “spot” alerta o segurado de que

não é necessário gastar dinheiro com atravessadores/intermediários para utilizar os serviços e requerer os benefícios do INSS, pois tudo isso é feito gratuitamente por servidores públicos. E mais: o cidadão deve ligar para o número 135, gratuitamente, para agendar dia e hora para ser atendido em uma agência da Previdência Social.

O segundo “spot”, sobre o mesmo tema, ressalta que não é necessário entrar na Justiça para obter benefícios do INSS. Caso o segurado tenha direito a determinado benefício, basta agendar atendimento para solicitá-lo. O número 135 pode ser utilizado também para pedir informações sobre o assunto. Entrar na Justiça para pedir um benefício ao qual o segurado tem direito é perda de tempo e de

dinheiro, pois, nesse caso, é necessário contratar um advogado.

Já os outros dois “spots” (terceiro e quarto) falam, respectivamente, sobre os direitos dos trabalhadores rurais e os documentos necessários para obtê-los, e sobre os direitos dos deficientes físicos e mentais e dos idosos carentes.

A representação de segurados por procuradores – também chamados despachantes ou intermediários – é algo permitido por lei, seja o Código Civil – que admite a representação de forma ampla (para os atos da vida civil, de modo geral) – seja a Lei 8.213/91 – que se refere especificamente à representação para receber benefícios (o que somente é admitido nos casos em que o segurado está ausente, incapacitado de locomover-se ou é portador de moléstia contagiosa).

Dessa forma, o INSS não poderia simplesmente proibir a atuação dessas pessoas, pois isso consistiria ato administrativo ilegal. Além disso, realmente há situações em que as pessoas precisam se fazer representar por um procurador (imaginem-se, por exemplo, pessoas idosas que precisam do auxílio de parentes para resolver suas questões, ou pessoas que moram em localidades distantes de uma APS, entre outros casos).

Eficiência

Para o secretário-executivo da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, a melhor forma de combater os atravessadores é prestar um serviço de qualidade e rápido. “Estamos falando daqueles atravessadores que são pessoas desqualificadas, que enganam os cidadãos, que muitas vezes prometem coisas que não são possíveis de entregar. Esse tipo de atravessadores nós queremos combater

O segurado que busca o benefício sem ajuda de terceiros não paga nada por isso

apresentando serviços de qualidade, melhorando o atendimento. E tem também aquelas pessoas que não querem se envolver com o processo de aposentadoria, querem contratar um advogado. Pois bem, é um direito que elas têm, mas elas precisam saber que o serviço está disponível diretamente aos cidadãos nas agências de forma simples,

objetiva e rápida. Ao conseguirmos esse objetivo estaremos, automaticamente, eliminando os atravessadores”, ressalta.

Nas situações em que os beneficiários da Previdência possuem condições de ir sozinhos ao INSS, seja por meio do comparecimento pessoal nas agências, seja pelo agendamento pelo nº 135, a contratação de um intermediário é totalmente desnecessária, seja ele advogado ou não. Atualmente, não há mais filas no INSS e o atendimento é muito rápido e simples.

O segurado que busca seu benefício sem a contratação de terceiros não terá que pagar nada por isso. Ao contrário, quando contrata um advogado ou um despachante, terá que custear os serviços desses profissionais. Uma prática comum por parte desses intermediários é receber o primeiro pagamento que o INSS faz aos segurados. Mas os segurados possuem direito ao benefício desde o dia em que o requerem. Assim, se o INSS demorar dois meses para começar a pagar, por exemplo, o segurado receberá, no primeiro pagamento, o valor correspondente a dois meses de benefício.

A campanha também destaca que os segurados não devem entregar aos intermediários seu cartão do banco, por meio do qual receberão o benefício. Caso eles insistam em ficar com o cartão, o segurado da Previdência poderá denunciá-los.

Presença dos segurados é importante

A presença dos segurados no INSS, além de evitar pagamentos aos procuradores contratados, também ajuda a resolver problemas. Muitas vezes o INSS precisa de algum documento ou informação para esclarecer determinada situação e, com isso, conceder o benefício. Porém, alguns intermediários não informam seu cliente de que ele deve comparecer ao INSS ou o desestimulam, ao dizer que não adianta, porque o INSS “sempre indefere.”

Do total de benefícios requeridos junto ao INSS, bem mais da metade são concedidos. No mês de fevereiro de 2013, por exemplo, mais de 62% dos benefícios requeridos foram concedidos. Além disso, de todos os benefícios mantidos atualmente, menos de 10% foram concedidos pelo Judiciário.

De acordo com a Procuradoria Federal, existe uma crença comum de que a Justiça concede a maioria dos benefícios, quando, na verdade, a quantidade que o Judiciário concede é ínfima, se comparada à concessão feita pelo INSS. Os dados também demonstram que a concessão pelo INSS é consideravelmente mais rápida do que na Justiça.

O tempo médio que o INSS leva para conceder um benefício é de 33 dias. Se for incluído

Força-Tarefa combate irregularidades



A Força-Tarefa Previdenciária, que atua em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal coibindo a prática de ilícitos criminais contra a Previdência Social praticados por grupos, quadrilhas e organizações criminosas, existe desde 2000, mas a divulgação das operações só começou mesmo em 2003. Desde então, já foram realizadas 477 operações, das quais resultaram 2.106 prisões e 2.924 mandados de busca e apreensão em todo o País. Além

disso, foram cumpridas 319 conduções coercitivas, quando a pessoa é obrigada a colaborar com a investigação.

A condução coercitiva acontece, por exemplo, nos casos de operações que envolvam benefícios por incapacidade em que segurado é conduzido coercitivamente para que seja submetido à perícia médica, ou quando a pessoa é levada à presença de autoridade policial ou judiciária. Em ambos os casos a pessoa é obrigada a comparecer.

Só no ano passado foram realizadas 61 operações, das quais resultaram 95 prisões. Dessas, 59 foram prisões em flagrante e duas prisões foram de servidores públicos envolvidos nas ações fraudulentas. Ao todo foram cumpridos 154 mandados de buscas e apreensões. Além disso, o balanço do ano passado revela que foram realizadas 84 ações de conduções coercitivas. Estima-se que o prejuízo total resultante dessas fraudes tenha sido de R\$ 85.883.000,00.

Em abril de 2012, a operação batizada de Gercômio, realizada no estado de São Paulo, resultou na prisão de dois servidores. As

também o tempo de tramitação dos recursos administrativos - que nem sempre são necessários- esse prazo médio será de 127 dias, ou seja, cerca de 4 meses. Enquanto isso, de acordo com dados do IPEA, o Judiciário demora, em média, 1 ano, 8 meses e 22 dias.

Embora alguns intermediários desempenhem de maneira correta o seu trabalho e auxiliem os segurados na obtenção do benefício, têm se tornado frequentes os casos de abuso na intermediação promovida em alguns Estados e no Distrito Federal. A maioria das reclamações recebidas pela Ouvidoria da Previdência refere-se a casos de abusos na intermediação (até 2012 foram quase dez mil denúncias relativas ao tema). Por isso, essa preocupação da Previdência Social em coibir as práticas prejudiciais aos segurados em todo o País.

Educação

Internamente, o Ministério também iniciou um trabalho de conscientização de seus servidores e segurados, para esclarecer que o acesso à Previdência é rápido, fácil, e gratuito, sem a necessidade de intermediação para a concessão dos benefícios a quem tem o direito já assegurado na forma da lei.

Trata-se de um movimento em prol da educação previdenciária, cujo principal objetivo é esclarecer aos segurados que, apesar de eles terem o direito de contratar um representante para atuar junto ao INSS, essa medida é totalmente desnecessária, além de ser de um custo alto. Em relação aos servidores, a intenção é principalmente incentivá-los a denunciar as práticas abusivas aos órgãos de controle.

investigações revelaram o envolvimento de uma rede composta por beneficiários, intermediários e servidores públicos. Os benefícios fraudulentos eram solicitados sempre na mesma agência da Previdência Social e concedidos pelos servidores envolvidos.

Benefícios

Os benefícios fraudados eram, principalmente, aposentadoria por tempo de contribuição, pensão por morte e benefício de amparo social ao Idoso, conhecido por LOAS. Conforme apurou a Força-Tarefa, para fraudar os benefícios assistenciais, o grupo falsificava as declarações de familiares dos beneficiários. Para a concessão de aposentadoria por tempo de serviço e pensão por morte, era feita a conversão irregular de tempo de serviço especial ou, ainda, a inserção de vínculos ou recolhimentos fictícios no sistema informatizado da Previdência. Além da prisão dos dois servidores envolvidos no esquema fraudulento, foram realizadas outras cinco prisões e cumpridos 28 mandados de busca e apreensão. Estima-se que a ação do grupo tenha gerado um prejuízo de R\$ 8 milhões.

Neste primeiro trimestre de 2013, a Força-Tarefa já realizou sete operações. A primeira operação do ano, batizada de "Vila Nova de Soure", cumpriu 27 mandados de busca e apreensão em Caucaia, no Ceará. As buscas da operação foram realizadas em residências e em locais de trabalho de servidores, advogados, intermediários bancários e representantes de sindicatos rurais que, segundo a apuração, atuavam em quadrilha. Vinte e sete servidores do Ministério da Previdência Social (MPS) e 90 agentes da Polícia Federal participaram das operações. Os prejuízos aos cofres públicos são superiores a R\$ 10 milhões.

Em março passado, a Força-Tarefa desarticulou um esquema criminoso no Maranhão, na cidade de Caxias. As investigações iniciadas há cerca de dois anos constataram o envolvimento de três intermediários e um servidor lotado na agência do INSS na cidade. Os benefícios indeferidos estavam sendo reabertos e concedidos administrativamente, com geração de crédito retroativo a contar da data da entrada do requerimento do benefício, provocando um prejuízo de R\$ 2.256.285,00 aos cofres públicos. O trabalho da Força-Tarefa continua em todo o País, na cruzada contra as organizações criminosas.

Inclusão Previdenciária e Mercado de Trabalho: Evidências para o período 1992-2011

Ao longo da última década o País vivenciou uma recuperação significativa dos principais indicadores de cobertura previdenciária, fenômeno amplamente registrado e observado tanto por meio de levantamentos censitários e amostrais quanto a partir de registros administrativos do governo federal. As bases de dados do Ministério da Previdência Social (MPS) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) não deixam dúvidas quanto a isso: o primeiro registrou aumento expressivo no volume de contribuintes, sejam estes assalariados ou autônomos; o segundo acumulou recordes nos saldos entre admitidos e desligados e, conseqüentemente, no estoque de ocupados formais. Os levantamentos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reverberam estes resultados: tanto os Censos Demográficos quanto a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) confirmam a expansão dos níveis de proteção previdenciária entre a população brasileira ocupada.

Estes resultados se contrapõem às expectativas construídas ao longo da década de 1990 e no início dos anos 2000, quando predominava a crença de que o crescimento econômico do País dificilmente seria acompanhado de elevações proporcionais no nível de emprego formal. Tal crença derivava de duas teses sobre o mercado de trabalho brasileiro que se tornaram predominantes durante esse período: a primeira, de que a abertura econômica então vivenciada pelo País redundaria na incorporação de novas tecnologias por parte do setor produtivo e que os conseqüentes ganhos de produtividade reduziriam continuamente a elasticidade emprego-produto; a segunda, não independente da primeira, de que o País passava por um processo inevitável de precarização do emprego, com a crescente participação de postos de trabalho marcados pela desproteção trabalhista e previdenciária.

Os dados comumente utilizados nos estudos realizados à época - em geral, oriundos da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), também do IBGE - pareciam corroborar estas previsões, ainda que partissem basicamente de referências relativas às regiões metropolitanas e as extrapolassem para todo o País. As implicações destas teses para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) eram evidentes: dado que a massa salarial associada ao segmento formal do mercado de trabalho constitui a principal base de arrecadação do RGPS, sua mitigação adicionaria riscos ainda maiores à sustentabilidade do sistema. Embora as referências mais recentes outorguem a estas ocorrências a alcunha de fenômenos conjunturais - ao invés do caráter estrutural atribuído inicialmente aos mesmos -, seguem pertinentes algumas das preocupações acerca da sustentabilidade do RGPS, tendo em vista sua crescente necessidade de financiamento.

É óbvia a vinculação entre grau de estruturação e dinâmica do mercado de trabalho e nível de proteção previdenciária, dado que o objetivo primordial da Previdência é funcionar como um seguro contra a perda de capacidade para a geração de renda por parte dos cidadãos economicamente ativos. No Brasil, esta relação vai além desta lógica natural do sistema e guarda estreita relação com as origens do marco institucional do Regime Geral no País. Os diferentes órgãos e estruturas que, transformadas e/ou unificadas, deram origem ao que hoje se conhece como o RGPS, foram instituídas fundamentalmente para garantir a proteção de empregados formais, contratados com o devido registro do vínculo em carteira de trabalho (não à toa, anteriormente denominada carteira de trabalho e previdência social - CTPS).

Hoje o desenho do Regime Geral seguramente se distancia desse modelo original, mudança necessária para

Graziela Ansiliero

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), em exercício no Ministério da Previdência Social (MPS).

fazer frente à complexa configuração do mercado de trabalho brasileiro, marcado pela informalidade e por formas atípicas de ocupação. As regras atualmente vigentes obrigam a contribuição dos cidadãos economicamente ativos ocupados, qualquer que seja o tipo de vínculo dos mesmos (desde que não vinculados a regimes próprios de Previdência Social), e facultam a cotização de pessoas desocupadas e economicamente inativas (como donas de casa e estudantes, por exemplo), desde que em qualquer dos casos possuam a idade mínima para inscrição na Previdência Social. Essa pluralidade de opções de acesso teve por finalidade contribuir para a expansão da cobertura previdenciária entre a população em geral e, particularmente, entre a PEA.

Estes dois grupos, inclusive, dão origem a dois indicadores clássicos de mensuração do grau de proteção previdenciária: (i) a taxa de contribuição da população total (contribuintes/população total); e, (ii) a taxa de contribuição da população economicamente ativa (contribuintes/PEA). Ocorre que a apuração destes dois indicadores é dificultada no Brasil pela insuficiência de dados nas principais bases utilizadas, notadamente as de abrangência nacional (PNAD e Censo Demográfico, principalmente). Tanto a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) quanto o Censo Demográfico (IBGE), apenas coletam dados sobre a contribuição das pessoas ocupadas em um dado período de referência, deixando de lado eventuais contribuintes entre desocupados e inativos.

Tendo essas questões e restrições em vista, o propósito deste artigo é revisitar os dados das últimas duas décadas e acompanhar brevemente a evolução das interações entre o mercado de trabalho brasileiro e o padrão

de inclusão previdenciária da população ocupada no País. Em outros termos, a proposta é buscar nos indicadores de mercado de trabalho algumas explicações para as tendências observadas nos indicadores de proteção previdenciária. Como, no Brasil, os menores de 16 anos (salvo aprendizes) não podem legalmente contribuir para a Previdência Social (consistindo antes em questão para políticas de erradicação do trabalho infantil) e os maiores de 60 anos dificilmente começarão a fazê-lo (pois, nessa idade, dificilmente lograrão preencher as condições de elegibilidade para a maioria dos benefícios), a análise ficará restrita ao grupo de ocupados com idade entre 16 e 59 anos. Esta tarefa será realizada a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) e da PNAD/IBGE, cobrindo um período que vai do início da década de 1990 (1992) até 2011 (ano de referência da PNAD mais recente).¹

Evolução Recente da Cobertura Previdenciária

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mais recentemente realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011 existiam no País 85,55 milhões de pessoas ocupadas com idade entre 16 e 59 anos. Este contingente, quando contraposto ao subgrupo de 60,47 milhões de pessoas consideradas protegidas nessa mesma faixa etária, resulta em uma taxa de cobertura de 70,7% para aquele ano. Em termos de gênero, a proteção social é

¹ Exceto 1994, 2000 e 2010, anos em que a PNAD não foi a campo.

ligeiramente maior entre os homens (71,4%), frente às mulheres (69,7%). A população ocupada protegida é composta por 4 segmentos: (i) os contribuintes (segurados ativos) do RGPS; (ii) os segurados ativos de regimes específicos para militares e servidores públicos; (iii) os chamados “segurados especiais” (trabalhadores rurais que exercem suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, pessoas que contam com proteção da Previdência Social mesmo não declarando contribuição para a previdência, já que sua contribuição se dá sobre a eventual comercialização da produção rural); e, (iv) os não contribuintes que recebem algum benefício continuado (previdenciário ou assistencial).

Em termos agregados, de cada 10 trabalhadores, cerca de 7 estão protegidos pela Previdência Social, ou seja,

contribuem para algum regime previdenciário público ou são segurados especiais ou, embora não contribuam e não sejam caracterizados como segurados especiais, já são beneficiários da Previdência ou da Assistência Social. Por outro lado, isso significa também que aproximadamente 29% da população ocupada - ou seja, 25,08 milhões de pessoas - declararam encontrar-se sem qualquer tipo de cobertura previdenciária. Ressalte-se que além de cotarem com taxa de proteção social mais baixa, as mulheres eram maioria entre os desprotegidos com reduzida capacidade contributiva (aqui entendidos como aqueles trabalhadores que recebem menos de 1 salário mínimo mensal no conjunto de todos os trabalhos) e minoria entre os desprotegidos com alguma capacidade contributiva (ocupados com rendimentos iguais ou superiores ao piso previdenciário).

Tabela 1
Proteção Previdenciária dos Ocupados entre 16 e 59 anos, segundo Sexo - 2011

Fonte: PNAD/IBGE - 2011. Elaboração: SPS/MPS.

*Moradores da zona rural dedicados a atividades agrícolas, nas seguintes posições na ocupação: sem carteira, conta própria, produção para próprio consumo, construção para próprio uso e não remunerados, respeitada a idade entre 16 e 59 anos.

** Ocupados (excluídos os segurados especiais) que, apesar de não contribuírem, recebem benefício previdenciário.

CATEGORIAS	HOMENS	%	MULHERES	%	TOTAL	%
Contribuintes RGPS (A)	27.598.587	56,5%	18.937.216	51,5%	46.535.803	54,4%
Contribuintes RPPS (B)	2.656.685	5,4%	3.680.568	10,0%	6.337.253	7,4%
Militares	212.555	0,4%	4.776	0,0%	217.331	0,3%
Estatutários	2.444.130	5,0%	3.675.792	10,0%	6.119.922	7,2%
Segurados Especiais** (RGPS) (C)	4.231.432	8,7%	2.448.428	6,7%	6.679.860	7,8%
Não-contribuintes (D)	14.324.095	29,3%	11.673.054	31,8%	25.997.149	30,4%
Total (E = A+B+C+D)	48.810.799	100,0%	36.739.266	100,0%	85.550.065	100,0%
Beneficiários não-contribuintes*** (F)	387.986	0,8%	528.243	1,4%	916.229	1,1%
Trabalhadores Socialmente Protegidos (A+B+C+F)	34.874.690	71,4%	25.594.455	69,7%	60.469.145	70,7%
Trabalhadores Socialmente Desprotegidos (D-F)	13.936.109	28,6%	11.144.811	30,3%	25.080.920	29,3%
Desprotegidos com rendimento igual ou superior a 1 salário mínimo	9.235.152	18,9%	4.751.038	12,9%	13.986.190	16,3%
Desprotegidos com rendimento inferior a 1 salário mínimo	4.109.163	8,4%	6.053.236	16,5%	10.162.399	11,9%
Desprotegidos com rendimento ignorado	591.794	1,2%	340.537	0,9%	932.331	1,1%

Na série histórica harmonizada², o indicador agregado de 2011 é o melhor já registrado pela PNAD desde 1992, resultado que segue consolidando a mudança de tendência observada a partir de 2002. No período 1992-2002 o contingente de protegidos cresceu menos que proporcionalmente em relação à população ocupada total com o mesmo recorte etário, fazendo que a taxa de proteção diminuísse, passando de 66,4% (1992) para 61,7% (2002). Ambos os sexos registraram redução

da proteção, mas entre as mulheres este fenômeno foi bem menos significativo. Entre 2002 e 2011 houve melhora visível nesse indicador (de 61,7%, em 2002, para 70,6%, em 2011), sendo que a recuperação se deu para homens e mulheres.

Como se pode notar pelos Gráficos 2 (Total), 3 (Homens) e 4 (Mulheres)³, o peso do grupo formado pelos

² Como até 2003 a pesquisa não incluía as áreas rurais da região Norte, salvo de Tocantins, optou-se pela construção de uma série histórica harmonizada, que considera apenas as variáveis e coberturas geográficas presentes em todas as edições da PNAD utilizadas nesta nota.

³ Nos Gráficos 2, 3 e 4, o indicador de cobertura tem para todos os grupos (contribuintes do RGPS, militares e estatutários - RPPS; segurados especiais; contribuintes não-beneficiários e desprotegidos) o mesmo denominador (Total de Trabalhadores Ocupados), de modo que seja possível avaliar a contribuição de cada um no indicador global.

beneficiários não contribuintes caiu ligeiramente no período (para homens e mulheres, redução de 0,3 p.p.), resultado de um pequeno incremento na primeira metade da série (1992-2002: +0,5 p.p.) e uma subsequente retração mais que proporcional (2002-2011: -0,8p.p.). Entre os segurados especiais houve queda contínua para ambos os sexos: entre os homens, a participação dessa

categoria no total de ocupados caiu de 15,6% (1992) para 7,5% (2011); entre as mulheres a redução dessa proporção foi ainda maior, respectivamente de 15,8% para 5,9%. Para militares e estatutários, a parte inicial da série revela estabilidade relativa, seguida de ligeira expansão, movimento esse que predomina no saldo final (Total: +0,6 p.p.; Homens: +0,3 p.p.; Mulheres: +0,7 p.p.).

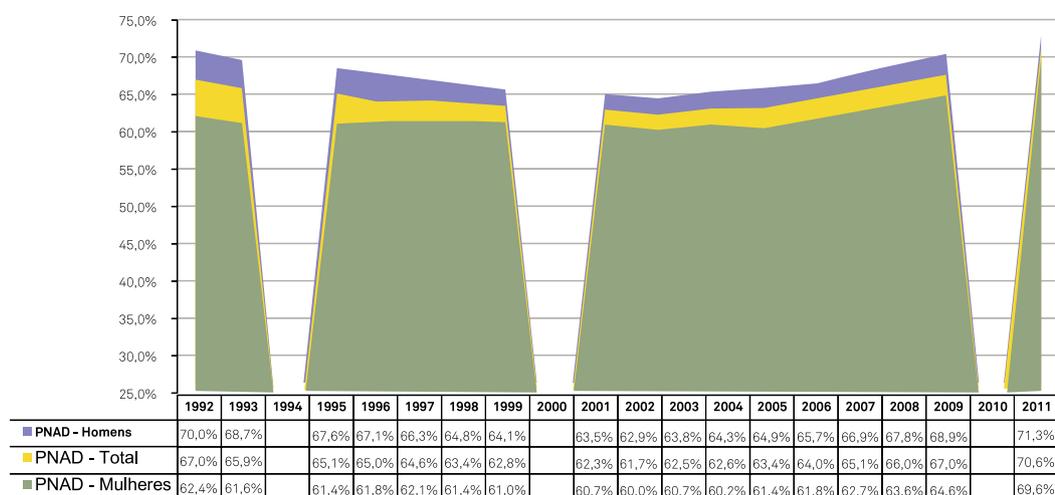


Gráfico 1

Proteção Previdenciária da População Ocupada (16 a 59 anos), segundo Sexo - 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE (vários anos).
Elaboração: SPSS/MPS.
Obs.: Incluídos os militares e os servidores públicos estatutários.

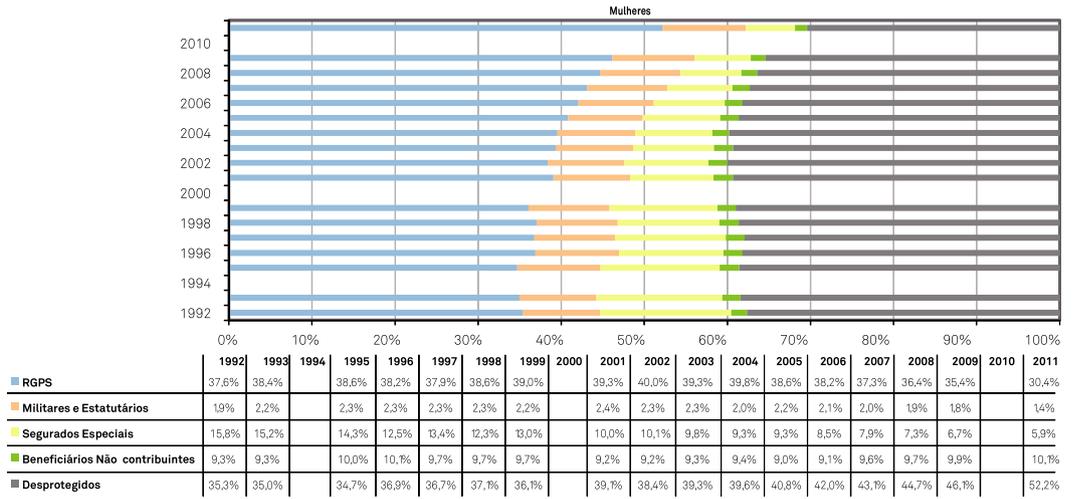
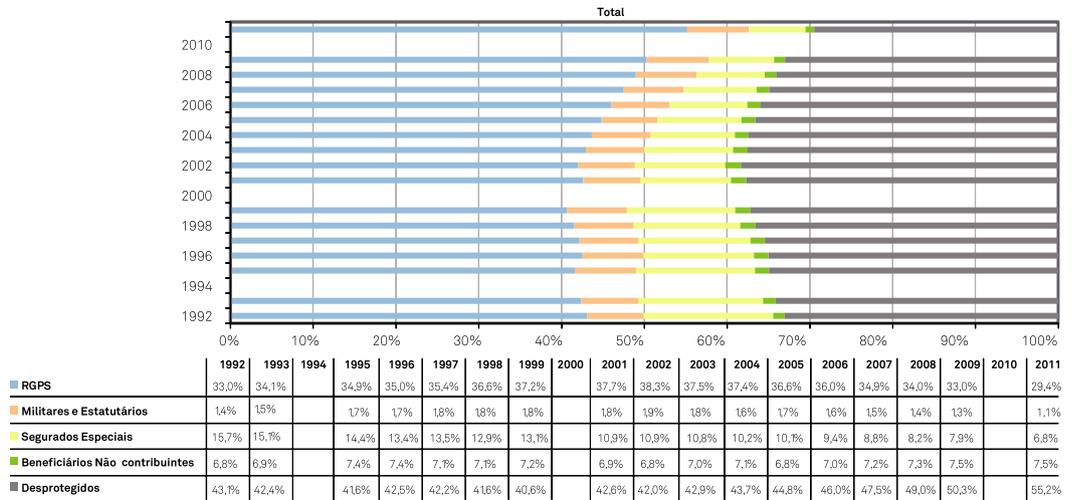
Resta claro então que o ganho recente no indicador de cobertura dos ocupados se deu mais em função da inclusão de contribuintes do RGPS do que pelo aumento na proporção de protegidos em qualquer outra das categorias consideradas: na série harmonizada, o indicador de cobertura decomposto variou em 12,7 p.p. entre estes trabalhadores. Na abertura por gênero, esta variação em pontos percentuais foi ainda bastante superior entre as mulheres (+17,3 p.p.) comparativamente aos homens (+10,0 p.p.). Mais do que isso, a proporção de mulheres nesta condição cresceu quase que ininterruptamente nos últimos 20 anos, ao passo em entre os homens houve uma inflexão clara na série histórica.

Em outros termos, se entre as mulheres a tendência de crescimento é unívoca, entre os homens os dados da PNAD dividem a série histórica em dois períodos

bastante distintos (1992-2002 e 2002-2011), com tendências muito claras e díspares entre si. A trajetória do indicador de proteção, portanto, reflete principalmente o comportamento da série histórica masculina (já que são os homens a maioria entre os ocupados), com queda e posterior recuperação na taxa de contribuição previdenciária. Ocorre que os dois principais determinantes do resultado global afetaram, em termos absolutos, mais significativamente os homens: (i) na primeira metade da série houve redução mais intensa no contingente de segurados especiais, grupo majoritariamente masculino – em 2011, por exemplo, 63,3% dessa categoria pertencia ao sexo masculino; e, principalmente, (ii) aumento da informalidade trabalhista masculina, fenômeno esse que gerou rebatimentos na taxa de cobertura previdenciária e, conseqüentemente, sobre a proteção previdenciária.

Gráficos 2, 3 e 4
 Decomposição
 do Indicador
 de Proteção
 Previdenciária -
 Brasil

Fonte: PNAD/
 IBGE (vários anos).
 Elaboração: SPPS/MPS.
 Obs.: Incluídos os mili-
 tares e os servidores
 públicos estatutários.



Esta relação fica ainda mais evidente no Gráfico 5, a seguir, que traz uma série histórica da taxa de contribuição, aqui entendida como a proporção de ocupados que se autodeclararam contribuintes do RGPS.⁴ Excluídos

os militares e os servidores públicos estatutários (tanto do numerador quanto do denominador), temos então que o indicador agregado de proteção previdenciária oculta diferenças marcantes entre homens e mulheres. A proporção de contribuintes - principal componente do indicador de proteção - pode ter caído para os homens entre 1992 e 2002, comprometendo assim o resultado global, mas entre as mulheres a tendência foi

⁴ Como o foco deste artigo é o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a partir deste ponto são desconsiderados os militares e os servidores públicos estatutários, pertencentes a regimes diferenciados ou próprios de Previdência Social.

de clara expansão desta relação entre contribuintes e ocupados. Ou seja, as mulheres mantiveram essa tendência ao longo de toda a série considerada, sendo acompanhadas pelos homens a partir de 2002.

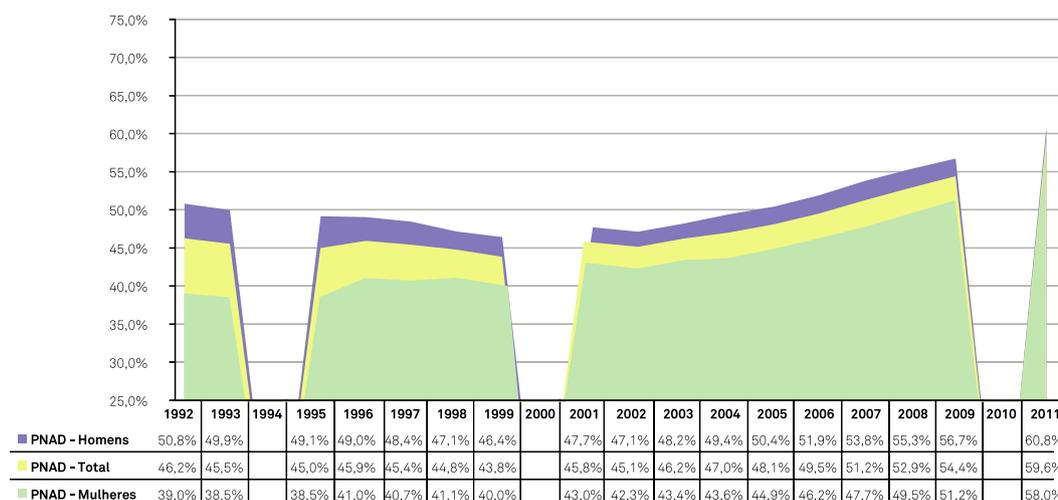


Gráfico 5

Taxa de Contribuição Previdenciária da População Ocupada no Setor Privado (16 a 59 anos), segundo Sexo – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE (vários anos).
Elaboração: SPPS/MPS.
Obs.: Considerando-se apenas os ocupados no setor privado, ou seja, excluídos os militares e os servidores públicos estatutários.

Como resultado da combinação desses fatores todos, o diferencial por gênero, depois de um recuo acentuado no período 1992-2001 e de uma aparente retomada entre 2002-2009, assumiu em 2011 o menor valor de toda a série histórica para ambos os indicadores (contribuição e proteção). Pode-se dizer que os indicadores femininos e masculinos de cobertura previdenciária e de proteção previdenciária se aproximaram significativamente na primeira metade da série histórica harmonizada, voltando a se distanciar ligeiramente nos anos seguintes, ainda que o primeiro movimento tenha sido bem mais intenso que o segundo. Mais precisamente, nos dois casos o indicador feminino ainda é, sistematicamente, inferior ao masculino, mas essa diferença já foi maior.

Estas diferenças entre homens e mulheres são apenas parcialmente inerentes ao gênero ao qual pertencem os trabalhadores (como as que derivam da maternidade, por exemplo) e são geralmente impostas ou exacerbadas por outros fatores (como regras e costumes familiares e sociais, condições no mercado de trabalho e discriminação, dentre outros) geradores de desigualdades. Os diferenciais de cobertura previdenciária entre os sexos estão diretamente relacionados ao padrão de inserção no mundo do trabalho: as mulheres possuem maior probabilidade de enfrentar o desemprego; mais frequentemente encontram ocupação em segmentos menos estruturados da economia, estando mais sujeitas ao trabalho precário (notadamente o doméstico, o não remunerado e o por conta própria, posições em que prepondera a desproteção); e recebem menores

rendimentos, o que dificulta a contribuição previdenciária autônoma.

Por isso mesmo os indicadores de cobertura de 2011 chamam tanto a atenção. A expansão do nível de proteção foi expressiva e esteve atrelada fundamentalmente à população ocupada feminina. A comparação direta entre as PNAD completas de 2009 e 2011 revela um aumento de 3,6 pontos percentuais na taxa de proteção previdenciária, variação que chega a 2,5 p.p. entre os homens e a expressivos 5,1 p.p. entre as mulheres. Ocorre que, dado o caráter amostral da pesquisa, oscilações assim, observadas em relação a períodos imediatamente anteriores, devem ser tomadas com precaução. Pode ser precoce reconhecer nos dados uma mudança de tendência no ritmo de evolução da cobertura feminina, por exemplo. A magnitude destas variações também deve ser relativizada porque dizem respeito ao biênio 2009-2011 (e não à tradicional variação anual), uma vez que em 2010 a PNAD não foi a campo. Contudo, vale ressaltar que estas ponderações não são suficientes para se questione a consistência das tendências recentes observadas para os indicadores de cobertura, que em todos os casos (homens; mulheres; e total) assumem trajetórias claramente ascendentes desde 2003.

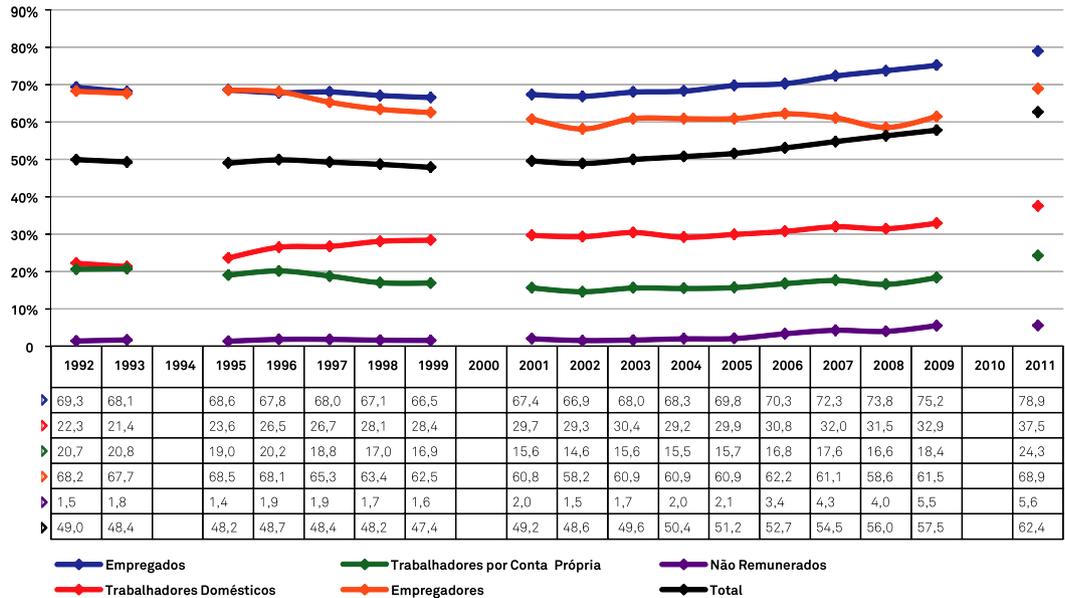
Estes resultados coincidem com a evolução do grau de informalidade trabalhista observada no País: entre os homens houve elevação da informalidade em 1992-1999 e queda a partir de 2001; dentre as mulheres, a tendência de queda na informalidade desde

1992 explica, em grande medida, o melhor desempenho da cobertura feminina. Após estes anos de involução no início da série histórica harmonizada (notadamente, entre 1992 e 1999), a abertura do indicador de taxa de cobertura por posições na ocupação reforça, não apenas a recuperação do indicador global

de cobertura previdenciária, mas também confirma que este desempenho esteve fortemente associado à formalização das relações de trabalho – apenas entre 2002 e 2011, aumentou em 12,0 pontos percentuais a proporção de empregados que declaram contribuir para a Previdência Social.

Gráfico 6
Taxa de Contribuição Previdenciária da População Ocupada Total (16 a 59 anos), segundo Posição na Ocupação, segundo Sexo – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE (vários anos).
Elaboração: SPPS/MPS.
Obs.: Considerando-se todos os ocupados, ou seja, incluídos no total os militares e os servidores públicos estatutários.



O resultado desse segmento, que representa a maioria dos trabalhadores ocupados, compensa o comportamento inexpressivo ou errático de alguns grupos (como o de empregadores, cuja cobertura cai do início da série harmonizada até 2008, quando começa a dar sinais de recuperação) e se soma ao bom desempenho recente de outros. O grupo dos trabalhadores por conta própria, por exemplo, desde 2003 esboça uma recuperação de sua taxa de cobertura. Entre os trabalhadores domésticos, a taxa de cobertura previdenciária aumentou na primeira parte da série (1992-1999), manteve-se praticamente estável no quinquênio seguinte (2001-2005) e desde 2006 parece experimentar uma nova expansão de seus valores.⁵

O indicador de proteção previdenciária desloca as curvas do Gráfico 6 para cima, uma vez que mantém o denominador constante (população ocupada com idade entre 16 e 59 anos) e incorpora ao numerador (como trabalhadores protegidos) os segurados especiais e os ocupados que já recebem algum benefício permanente (aposentadoria e/ou pensão). As maiores variações são observadas nas categorias dos trabalhadores por conta própria e dos trabalhadores sem rendimento, na qual a concentração de segurados especiais é mais elevada - em 2011, estes segurados representavam 13,3% do primeiro grupo e 60,4% do segundo. Outra conclusão óbvia dada pela comparação dos Gráficos 6 e 7 é a redução da diferença entre os dois indicadores totais, diferença essa que chegou a ser de 17,9 pontos percentuais em 1992 e no último ano da série não ultrapassou os 10 pontos.

⁵ Ressalte-se que estes últimos resultados - em particular, os indicadores dos últimos 2 anos - parecem não encontrar respaldo nos registros administrativos do RGPS. A quantidade de contribuintes nesta categoria não mostra sinais de expansão significativa. Pelo conceito mais amplo de apuração deste indicador (que classifica como contribuinte todo aquele que efetuou ao menos uma contribuição no ano), os dados do MPS apontam para uma relativa estabilidade. Vale um estudo específico para a análise desta discrepância. Para maiores informações sobre os dados citados, ver: AEPS 2011.

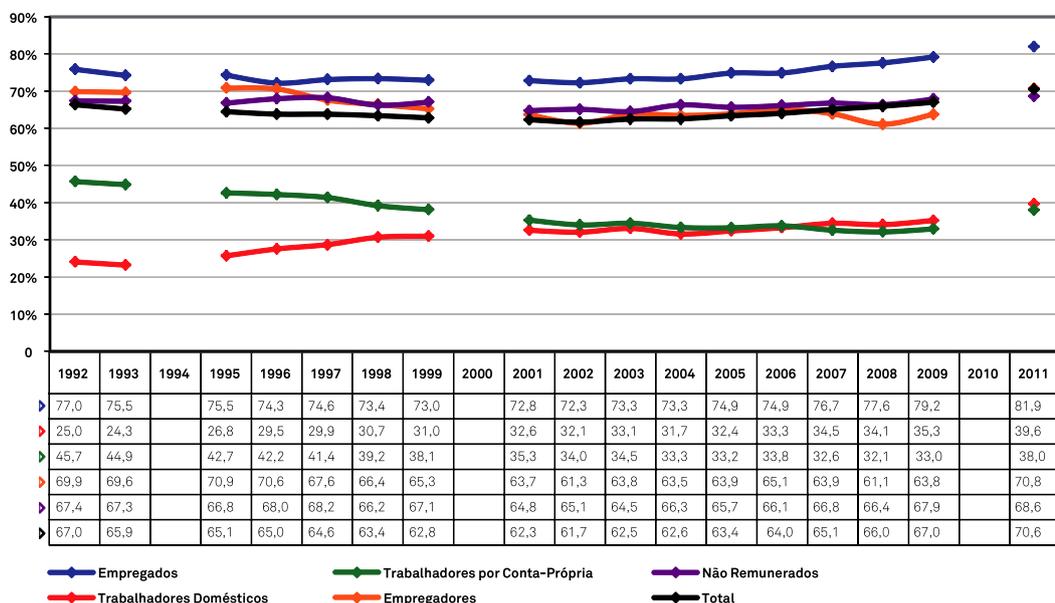


Gráfico 7
Proteção Previdenciária dos Ocupados entre 16 e 59 Anos, segundo as Principais Posições na Ocupação - 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 - Elaboração: SPPS/MPS.

* A linha do total incorpora todas as posições na ocupação, inclusive militares e estatutários.

A diferença ainda é significativa, mas se reduz paulatinamente conforme diminui o contingente de trabalhadores aptos a integrar a categoria de segurado especial. A redução na quantidade absoluta e na participação deste grupo sobre o total de ocupados foi um pouco mais expressiva entre as mulheres: a quantidade de segurados especiais foi reduzida em 32,7% entre os homens e 39,3% entre as mulheres, entre 1992-2011; a proporção de segurados especiais com respeito à PEA ocupada caiu 8,01pp. e 9,09 pp. para homens e mulheres, respectivamente.⁶ Como resultado desta combinação de movimentos, o diferencial de gênero no indicador de proteção previdenciária cresceu a taxas ligeiramente superiores às observadas na taxa de contribuição.

Para além dos efeitos resultantes da instituição da figura do segurado especial, preconizada pela Constituição Federal de 1988, a Previdência Rural ganhou relevância para explicar a expansão da cobertura também em razão de um aumento observado na proporção de trabalhadores agrícolas que - embora não possam ser incluídos no regime especial - contribuem para o RGPS. Os segurados do RGPS são agrupados em dois segmentos básicos: a clientela rural e a urbana. Estas clientelas são definidas em razão, não do local de moradia (região censitária), mas sim de acordo com a natureza da atividade econômica que desenvolvem (agrícola/rural ou urbana). O Gráfico 8, a seguir, é o resultado de uma tentativa de reproduzir estes grupos a partir dos dados da PNAD.⁷

⁶ Esta retração no conjunto de segurados especiais, notadamente do sexo feminino, merece por si só um estudo específico, que apresente dados e teste hipóteses que fogem ao escopo original deste artigo.

⁷ O IBGE alterou a classificação dos grupamentos de atividade entre 2001 e 2002, motivo pelo qual a comparabilidade entre as PNADs dos períodos 1992-2001 e 2002-2011 fica de certo modo comprometida.

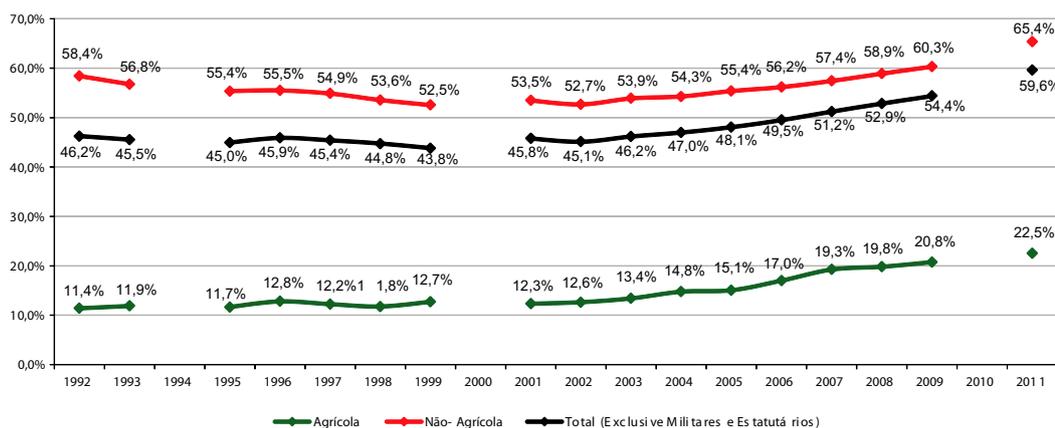


Gráfico 8
Taxa de Contribuição Previdenciária dos Ocupados no Setor Privado (idade entre 16 e 59 anos), segundo Clientelas (Agrícola e Não-Agrícola) do RGPS - 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 - Elaboração: SPPS/MPS. * Exclusi ve militares e estatutários.

A taxa de contribuição agrícola, embora ainda seja demasiadamente modesta, cresceu 98% entre 1992 e 2011, sendo que o período de maior expansão ocorreu a partir de 2001; entre os trabalhadores não agrícolas, após o ponto mínimo alcançado em 2002 (52,7%), o indicador evoluiu positivamente até assumir o valor de 65,4% em 2011 (variação acumulada de 12% entre 1992-2011). O valor do indicador global variou 29% no período, resultado naturalmente bem mais próximo ao alcançado pelo grupo de ocupados em atividades não agrícolas, o qual predomina com ampla vantagem na ocupação total (quase 90% do total de ocupados, exclusive militares e estatutários).

Estes indicadores de contribuição previdenciária (que desconsideram os segurados especiais no numerador e os militares e os estatutários em qualquer circunstância) demonstram que a proporção de contribuintes cresce quase que ininterruptamente entre os trabalhadores agrícolas⁸, ao passo que entre os urbanos o movimento determina o padrão observado para o total

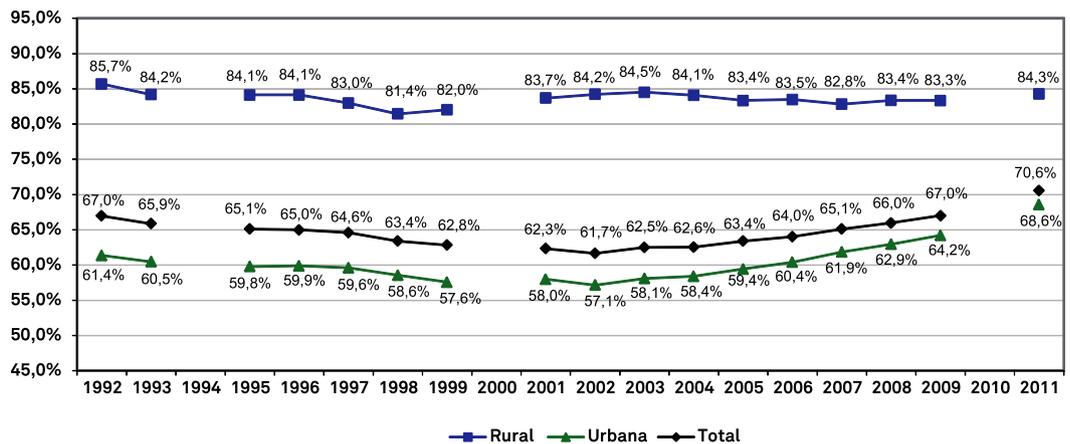
⁸ Segundo a composição dos grupamentos de atividade definida pelo IBGE para a PNAD, o grupamento agrícola incorpora as seguintes atividades: (i) Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades; (ii) Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades; e, (iii) Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades.

de ocupados - tendência de queda até 2002 e posterior recuperação. Entre os segurados especiais, em que pesem os fenômenos relatados anteriormente, a relevância da Previdência Rural brasileira para a proteção previdenciária destes trabalhadores rurais que atuam na agricultura familiar (e equiparados) segue incontestável – 7,5% da população ocupada masculina se declara não contribuinte, mas encontra-se protegida na condição de segurados especiais, mesma situação vivida por 5,9% das mulheres ocupadas.

Um exemplo disso é o fato de que a proteção previdenciária rural – definida neste contexto pela região censitária do local de moradia e não pela natureza da atividade laboral desempenhada pelo trabalhador -, segue elevada e bastante superior à urbana, em que pese a ligeira tendência de queda observada desde 1992. Na verdade, o Gráfico 9, a seguir, parece ser em grande medida explicado pelos Gráficos 2 e 4, discutidos anteriormente. Por um lado, a queda no contingente de segurados especiais tem forçado o indicador de proteção para baixo (Gráfico 2); por outro, especialmente no período 2003-2011, o incremento na taxa de contribuição dos trabalhadores agrícolas tem servido para neutralizar ao menos parcialmente esta tendência.

Gráfico 9
Proporção de Protegidos com Idade entre 16 e 59 Anos, segundo Áreas Censitárias (Rurais e Urbanas) – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011
- Elaboração: SPPS/MPS.
* Inclusive militares e estatutários.



Vale ressaltar que o claro movimento de redução na quantidade absoluta de potenciais segurados especiais se deu tanto em razão da migração rural-urbana quanto da expansão da agroindústria e das atividades não agrícolas no meio rural (estas últimas, associadas a um forte movimento de urbanização do meio rural). Esse fenômeno se somou a uma ligeira retração na taxa de contribuição previdenciária total (entre 1992-1999, como mencionado

anteriormente), determinada por uma diminuição na proporção de contribuintes entre empregados, trabalhadores por conta própria e empregadores. Por outro lado, o arrefecimento no ritmo de queda no volume de segurados especiais, atrelado à expansão da formalização previdenciária entre empregados e trabalhadores por conta própria, explica a forte recuperação do indicador global de proteção previdenciária a partir de 2003.

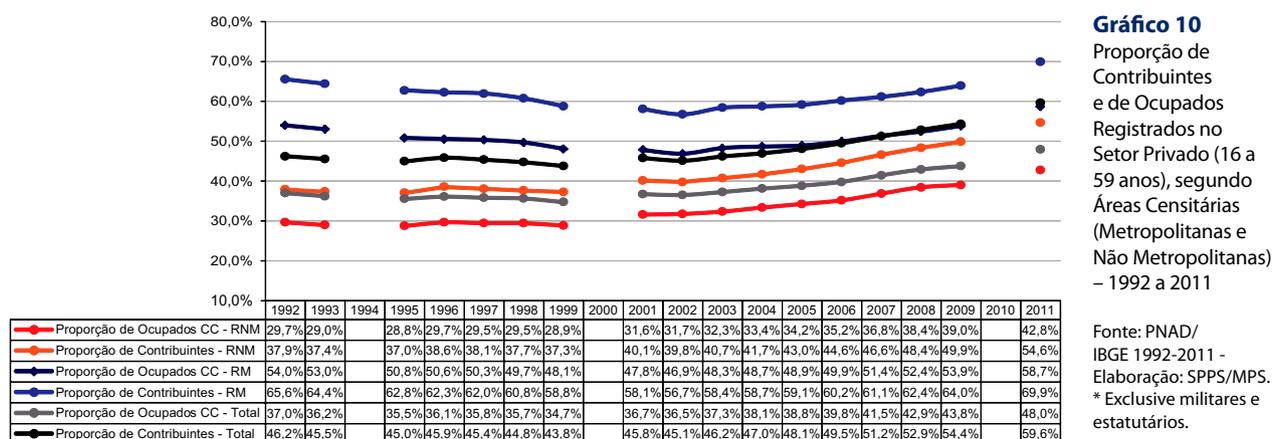
Por fim, ressalte-se que este incremento na ocupação rural não agrícola está possivelmente relacionado a uma “intensificação da interiorização da economia”, marcada pelo surgimento de novos pólos econômicos no interior das unidades da Federação - dinâmica que fugiu ao modelo, predominante até então, focado fundamentalmente nas regiões metropolitanas do País (Gráfico 10).⁹ Esse fenômeno pode ter contribuído para sustentar a tese, bastante difundida até o início dos anos 2000, de que o País enfrentava uma crise no

⁹ Segundo estudo do IBGE, a interiorização do Brasil na última década foi influenciada de forma significativa pela expansão das cadeias produtivas de carne, grãos e algodão em direção ao Centro-Oeste e ao Norte, fenômeno que - dentre outros reflexos - estaria elevando o grau de urbanização nacional e modificando a densidade e a mobilidade populacionais. Isso tudo ao mesmo tempo em que houve uma aparentemente litoralização do País, tanto em razão da exploração de petróleo quanto de atividades relacionadas ao turismo. O resultado foi o adensamento da população e dos centros urbanos situados nestas proximidades, nas quais a composição setorial da ocupação foi alterada.

mercado formal de trabalho (CARDOSO JR., 2000; NERI, 2003; ARBACHE, 2003).

Esta tese, fundamental construída a partir de dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) – com dados das seis maiores regiões metropolitanas brasileiras - e generalizada para o conjunto do País, foi sendo paulatinamente refutada a partir de estudos realizados com base em dados da PNAD/IBGE, pesquisa com cobertura geográfica bem mais abrangente (PAIVA, 2004).¹⁰ Os dados nacionais desagregados em áreas metropolitanas e não metropolitanas sugerem não apenas que a tal “crise de formalidade” na década de 1990 se mostrou uma falácia, mas que inclusive houve ligeira melhora no grau de formalização das relações de trabalho no País.

¹⁰ Ver: Paiva, Luis Henrique. *Revendo o Crescimento da Informalidade e de sua Dimensão Previdenciária à Luz dos dados da PNAD. Mercado de Trabalho – conjuntura e análise*, n° 23. IPEA, 2004.



Notas sobre a Relação Recente entre Mercado de Trabalho e Cobertura Previdenciária

Diversos aspectos do funcionamento do mercado de trabalho podem influenciar o grau de cobertura previdenciária de um País, de modo que a busca por explicações para as limitadas taxas de cotização ao RGPS deve passar obrigatoriamente por este tema. O argumento mais comum, relacionando mercado de trabalho e desproteção previdenciária, aponta para a elevada informalidade nas relações de trabalho como o principal

determinante da baixa proporção de ocupados participando de regimes previdenciários. Grosso modo, no Brasil, parcela importante da PEA ocupada não teria acesso a postos de trabalho de qualidade, com benefícios e outras garantias laborais, restando como alternativa o setor informal da economia, marcado pela informalidade e pela precariedade das relações e condições de trabalho.

Para estes trabalhadores, a inscrição no RGPS, embora mandatária, seria na prática voluntária, já que dependeria de decisão individual e de difícil imposição pelo Estado (dadas as óbvias dificuldades de fiscalização e verificação das condições para tal obrigatoriedade, especialmente no caso dos trabalhadores por conta própria). Dadas as características dos postos de trabalho

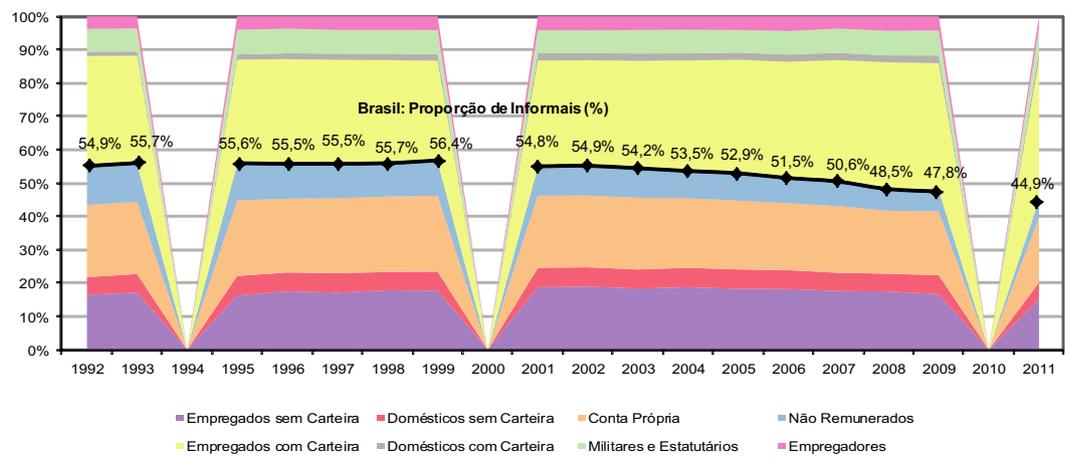
que ocupam, nos quais tende naturalmente a prevalecer a ausência de aporte previdenciário patronal, a estes indivíduos resta a possibilidade de assumirem integralmente o custo da contribuição para o RGPS. Por outro lado, como estes postos também são, predominantemente, marcados pela precariedade e pelos baixos rendimentos, a baixa capacidade contributiva tende a ser um fator impeditivo bastante relevante.

Em outras palavras, estes trabalhadores - que representam parcela elevada do total de ocupados no País - tendem a se posicionar na base da distribuição de renda do País, quadro que certamente oferece entraves importantes para a expansão da proteção previdenciária. Também em razão da condição socioeconômica em que vivem, tendem a possuir uma elevada taxa individual de desconto intertemporal, valorizando mais o consumo presente do que o acúmulo de poupança para a aposentadoria. Em outras palavras, quando livres para decidir, frequentemente optam pela não-contribuição - seja pela incapacidade financeira de cotizar, seja por possuírem um horizonte de planejamento de curto prazo -, decisão que não deixa de ser economicamente racional. Esta visão de curto prazo também contribui para que a interação com outras políticas produza desincentivos: os benefícios de risco (auxílio-doença, pensão por morte, etc.) são pouco levados em consideração, ficando o foco quase que restrito aos benefícios planejados (como a aposentadoria por idade, por exemplo).¹¹

Tomando-se como conceito de informalidade trabalhista a ocupação em posições sem vínculos trabalhistas formalizados, a medida desse problema, no Brasil, pode ser auferida como a proporção de ocupados na condição de autônomos (trabalhadores por conta própria), empregados sem carteira (domésticos ou não) e não remunerados (não remunerados, trabalhadores ocupados na construção para o próprio uso e trabalhadores ocupados na produção para o próprio consumo). Pelo Gráfico 11, a seguir, nota-se que este segmento da população ocupada é, de fato, bastante importante no País, respondendo por cerca de 45% do total de postos de trabalho informados na PNAD 2011, sempre com o filtro etário previamente definido (idade entre 16 e 59 anos).

¹¹ Neste grupo, para o qual a contribuição é quase autônoma, outra questão a ser ponderada é a oferta de benefícios semi ou não contributivos, que pode produzir desincentivos para o aporte individual mesmo em alguns de seus segmentos onde há capacidade contributiva (ainda que limitada). Sobre isso, o que se pode dizer é que a literatura especializada reúne um volume relativamente significativo de evidências de que a superposição de benefícios previdenciários e assistenciais tende a resultar em taxas de cotização inferiores às potenciais. PAIVA (2009), por exemplo, sugere a existência de tal situação no Brasil, onde a idade mínima de aposentadoria por idade (para a clientela urbana) e o piso previdenciário coincidem como o valor monetário e com a idade mínima de acesso ao benefício de prestação continuada (BPC) previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). De todo modo, ainda que bastante controverso e mesmo relevante para a discussão aqui proposta, este ponto certamente merece espaço no debate e deveria ser objeto de estudos mais elaborados. Para maiores detalhes, ver: PAIVA, Luis Henrique. "Contribuição Previdenciária e Desincentivos gerados pela Assistência Social: o que o caso das mulheres nos ensina". Informe de Previdência Social. Novembro de 2009, Volume 21, nº 11.

Gráfico 11
Composição da PEA Ocupada com Idade entre 16 e 59 Anos, segundo Posições na Ocupação - 1992 a 2011
Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 - Elaboração: SPPS/MPS.



Não à toa, os momentos de expansão da informalidade tendem a coincidir com os períodos em que a taxa de desemprego aumentou no País, ainda que não na mesma proporção (Gráfico 12). Em momentos de crise

e instabilidade econômica, um eventual aumento do desemprego tende a vir acompanhado de uma expansão da informalidade nas relações de trabalho, fenômeno que tende a estar concentrado fundamentalmente

nas camadas sociais menos favorecidas, para as quais a renda do trabalho se confunde mais diretamente com a renda familiar. Em outras palavras, como para estes grupos a desocupação não é alternativa plausível, a saída natural tende a ser a atividade informal, normalmente associada à precariedade laboral, problema que no Brasil assume contornos mais graves e duradouros que o próprio desemprego. Afinal, por motivos óbvios, é o grupo dos trabalhadores informais o que – a médio e longo prazos – mais tende a sofrer com a desproteção social, especialmente a de natureza previdenciária.

Como já mencionado, o fato de a PNAD não dispor de dados sobre a contribuição previdenciária dos desocupados e inativos inviabiliza a análise dos prováveis impactos do desemprego sobre as taxas de proteção previdenciária da PEA e da população em geral. Mais do

que isso, tal limitação impede que se avalie o grau de atratividade do RGPS entre os indivíduos que não compõem o grupo de segurados obrigatórios da Previdência Social. De forma bastante genérica, no entanto, pode-se dizer que o aumento do desemprego (tanto o desemprego aberto, quanto o desemprego oculto por trabalho precário) tende a pressionar a taxa de contribuição previdenciária para baixo. No tocante à população ocupada total, denominador dos indicadores apresentados nesta nota, a relação identificada entre desemprego e informalidade pode resultar no aumento do peso dos informais no emprego total; ademais, como o numerador é quase sempre menor que o denominador (dado que a taxa de cobertura é significativamente inferior a 100%), a saída de trabalhadores da população ocupada também tende a favorecer a queda na proporção de contribuintes (a depender da qualidade do posto que ocupava).

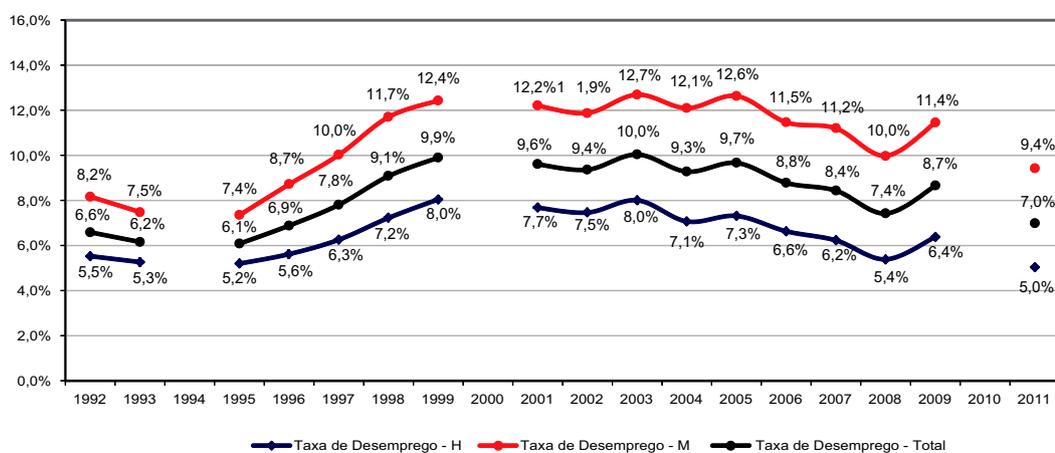


Gráfico 12

Taxa de Desemprego entre a PEA com Idade entre 16 e 59 Anos, segundo Sexo – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.

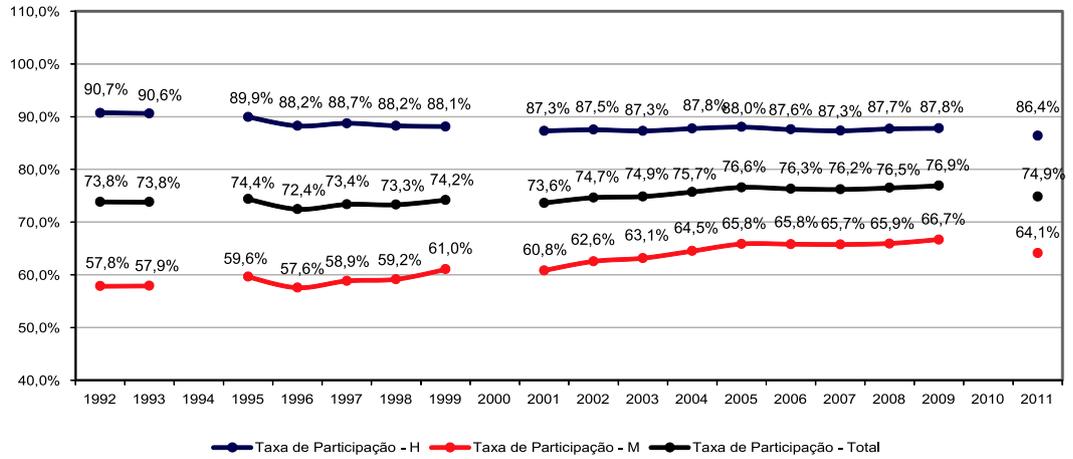
A taxa de desemprego assumiu tendência de alta nos anos 1990, seguida de decréscimos anuais entre 2001 e 2008. Em 2009 a PNAD evidenciou as sequelas da crise financeira mundial, deflagrada em 2008, sobre o nível de desemprego no País: este indicador avançou de 7,1% (2008) para 8,3% (2009) da PEA. Ressalte-se que isso não decorreu de uma redução no número de postos de trabalho (já que a população ocupada inclusive cresceu), mas sim em razão de um aumento no contingente de trabalhadores que passaram a procurar emprego – especialmente no período de referência da pesquisa (setembro/2009), dado que no segundo semestre de 2009 a economia brasileira já dava sinais de retomada do crescimento. Em 2011 a taxa de desemprego já havia recuado, atingindo o menor patamar desde 1997, sempre com base na PEA com idade entre 16 e 59 anos.

Em outras palavras, em que pese o revés sofrido entre 2008 e 2009, o mercado de trabalho brasileiro seguiu abrindo vagas e, como veremos mais adiante, remunerando melhor os trabalhadores ocupados. Índícios mais contundentes nesta direção podem ser obtidos pela análise da taxa de participação, que consiste na proporção da população em idade ativa (PIA) que faz parte também da PEA (ou seja, que estava ocupada ou procurando ocupação no período de referência para a captação do dado). Este indicador, como bem mostra o Gráfico 13, a seguir, não pareceu sofrer abalos perceptíveis no biênio mencionado. Ao contrário, o mesmo manteve a relativa estabilidade iniciada em 2005, período subsequente a um movimento de alta puxado pela participação feminina no mercado de trabalho. Entre 2009 e 2011, como o crescimento da PEA foi inferior ao da população em idade ativa, a taxa de participação diminuiu para todos os grupos considerados.

Gráfico 13

Taxa de Participação da População com Idade entre 16 e 59 Anos, segundo Sexo – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.



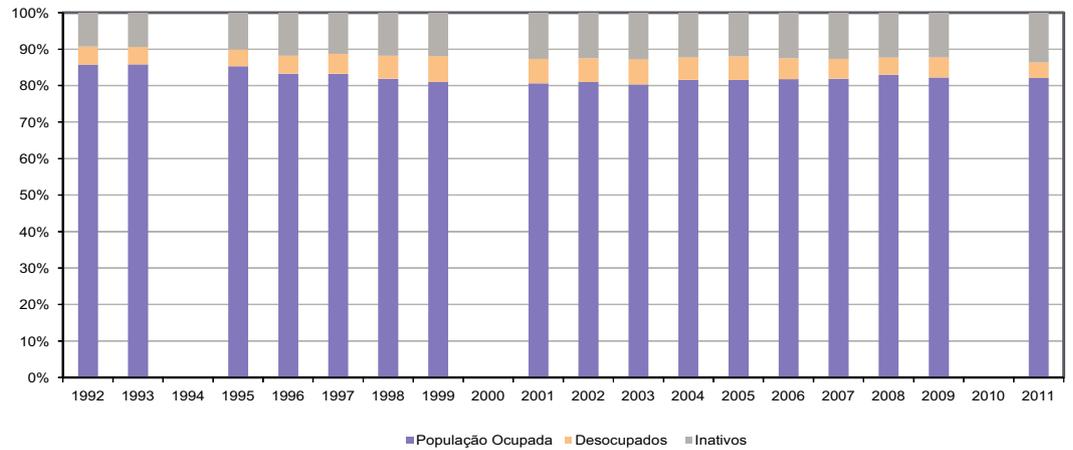
Nos anos mais recentes, contudo, a redução do desemprego pode ter sido favorecida, em parte, por esta estabilidade e pela subsequente queda na taxa de participação. Particularmente entre 2009 e 2011, a economia brasileira criou postos de trabalho, mas o fez em ritmo inferior à expansão da PIA (Gráfico 14). A proporção de desempregados caiu, dentre outros fatores, porque

uma parcela maior da população em idade ativa aparentemente decidiu não participar do mercado de trabalho. As causas dessa decisão precisam ser melhor investigadas, assim como convém avaliar como este fenômeno se distribui geograficamente e entre distintos grupos da população (segundo sexo, idade, raça/cor, situação socioeconômica e outros, por exemplo).

Gráfico 14

Composição da População em Idade Ativa na Faixa Etária de 16 a 59 Anos, segundo Condição de Atividade e Ocupação – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.



Um ponto a ser destacado é que a mencionada diminuição da informalidade se fez sentir em áreas urbanas e rurais, agrícolas e não agrícolas. Embora o patamar de informalidade ainda seja elevado, notadamente entre os ocupados em atividades agrícolas, o aumento da proteção e da taxa de contribuição na última década, já explorado anteriormente, resulta principalmente de um aumento na participação dos empregados com carteira no total de ocupados. Os menores avanços foram sentidos entre os trabalhadores rurais ocupados em atividades agrícolas, em

que a precariedade dos postos de trabalho ainda prepondera de modo persistente: neste grupo, a proporção de informais permaneceu praticamente constante no período 1992 (91,2%) - 2002 (91,0%), recuando muito discretamente nos anos subsequentes (chegando, em 2011, a 88,9%). Nos demais grupos a queda foi bem mais perceptível, o que também ajuda a explicar o aumento da cobertura previdenciária, pois a informalidade caiu justamente entre os grupos que ganharam espaço na PEA ocupada, como os rurais não agrícolas.

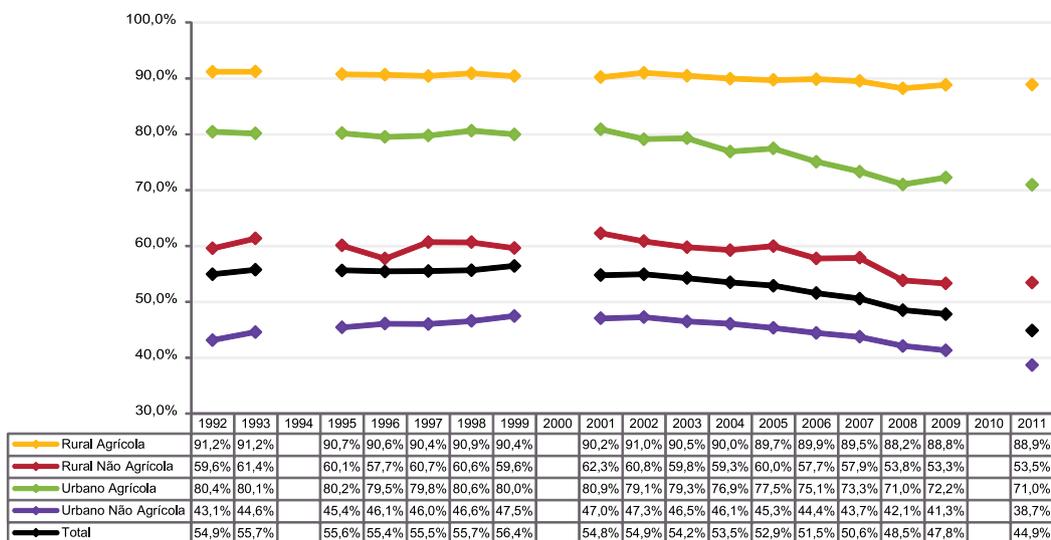


Gráfico 15
Proporção de Informais na PEA Ocupada (16 a 59 anos), segundo Região Censitária (Urbana e Rural) e Setor de Atividade (Agrícola e Não agrícola) – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.

De fato, em relação à composição da força de trabalho ocupada, algumas observações merecem ser feitas quanto à dicotomia urbano-rural. Quando a análise foca a composição do emprego total, nota-se claramente que o emprego rural perdeu espaço no País: em 1992, 23,0% dos ocupados residiam em áreas rurais; em 2011, essa proporção chegava a apenas 12,7%. Esta queda da participação no emprego total se deu para os ocupados rurais

agrícolas e não agrícolas, muito embora a intensidade do movimento tenha sido bem superior para o primeiro grupo (Gráfico 16). Mais precisamente, o emprego rural não agrícola experimentou alguma oscilação ao longo da série histórica, gerando um saldo acumulado de -1 ponto percentual de participação no total de ocupados. Nesse período, a proporção de ocupados rurais agrícolas caiu ininterruptamente e de forma bem mais contundente.

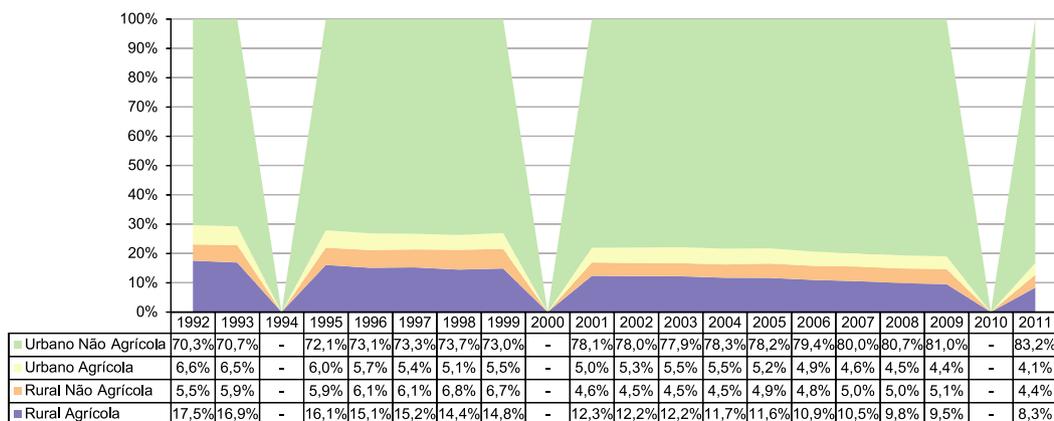


Gráfico 16
Proporção de Ocupados entre 16 e 59 anos, segundo Clientelas (Urbana e Rural) do RGPS e Ramos de Atividade (Agrícola ou Não Agrícola) – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.

Sobre os determinantes da evolução da ocupação no meio rural, GROSSI *et al* (2001) oferecem algumas explicações pertinentes.¹¹ Segundo os autores, nos anos 1992-1999 os dados da PNAD revelam ter havido um arrefecimento bastante significativo no ritmo de queda da população rural, embora o emprego rural agrícola tenha passado a diminuir rapidamente. A explicação para esta aparente contradição residiria na expansão do emprego rural não

agrícola e, em menor grau, no volume de desempregados e inativos (particularmente de aposentados)¹² residentes nas áreas rurais. Em termos mais gerais, o êxodo rural (migração de habitantes de áreas rurais em direção

¹¹ Para maiores detalhes, ver: GROSSI, M. E. Del, SILVA, J. G. da, CAMPANHOLA, C. O Fim do Êxodo Rural? Espaço e Geografia, v4, n°1, jan - jun 2001, p.37-56.

¹² A Previdência Rural, notadamente em razão dos benefícios pagos a segurados especiais, pode de fato ter contribuído para a redução do êxodo rural, dado que garantiu rendimentos a idosos rurais que, de outro modo, dificilmente logriam custear um benefício previdenciário pelos moldes tradicionais. Mais claramente, a elevação dos rendimentos destes indivíduos e, principalmente, seus reflexos no rendimento domiciliar, podem ter reduzido a pressão migratória sobre os centros urbanos. A avaliação desta hipótese é tema relevante e deveria ser objeto de futuros estudos exploratórios.

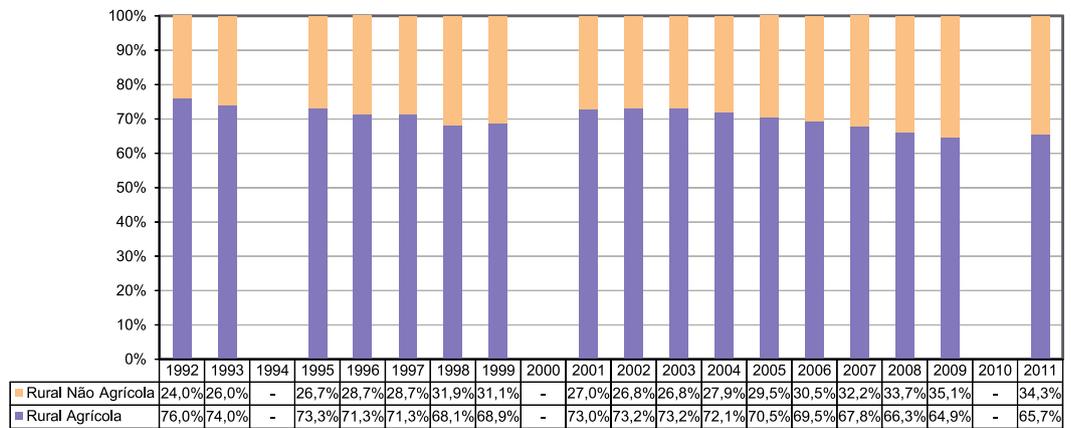
aos centros urbanos do País) teria sido suplantado pelo êxodo agrícola (continua, mas agora parece ser mais um êxodo agrícola do que um êxodo rural), fenômeno que fica mais claro no Gráfico 17. Com efeito, a participação de trabalhadores rurais não agrícolas no emprego rural total

passou de 24,0%, em 1992, para 34,3%, em 2011, sendo que os avanços mais significativos foram alcançados nos últimos 8 anos da série histórica considerada, mesmo período em que avançou significativamente o grau de formalidade no mercado de trabalho.

Gráfico 17

Proporção de Ocupados entre 16 e 59 anos no Meio Rural, segundo Ramos de Atividade (Agrícola ou Não-Agrícola) – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.



Com respeito a esta evolução do mercado de trabalho formal, é preciso destacar, antes de tudo, que ao longo da série histórica considerada houve mudanças importantes no comportamento da elasticidade emprego-produto. Ao longo da maior parte da década de 1990, as variações significativas ocorridas no PIB (negativas e positivas) não foram acompanhadas de variações compatíveis no número de empregos formais, ou seja, tratou-se de um período em que os curtos ciclos de crescimento econômico não lograram fomentar a formalização ou gerar um volume proporcional de empregos. Este cenário difere bastante do quadro observado a partir dos anos 2000.

Segundo PAIVA & ANSILIERO (2008)¹³, o início da década de 1990 foi afetado pelo mau desempenho do produto em determinados setores (especialmente na indústria e nos serviços) e por um forte processo de racionalização no emprego formal. O período seguinte foi marcado por um aprofundamento do ajuste do emprego na indústria e um resultado relativamente ruim

na agropecuária, devido, principalmente, à estratégia de apreciação da moeda brasileira para fins de controle da inflação. Mais precisamente, esta valorização cambial, somada à agressiva abertura comercial iniciada em 1992, levou a indústria brasileira (bem como, em larga medida, a agropecuária e, nos serviços, as instituições financeiras) a um processo de reestruturação produtiva com grandes consequências sobre o emprego formal. Ressalte-se que o setor de serviços, composto por sub-setores normalmente protegidos dos efeitos do câmbio, já nessa época apresentava uma recuperação no emprego formal, ficando mesmo a exceção por conta das instituições financeiras.

No final da década de 1990, contudo, inicia-se um período em que o emprego formal tendeu a variar mais que proporcionalmente à variação do produto, resultado direto de uma dinâmica mais robusta de crescimento econômico e, especialmente a partir de 2002, também mais estável e previsível. Dentre os fatores explicativos deste fenômeno, merece algum destaque a alteração na taxa de câmbio ocorrida no País em 1999, ocorrência que marca o fim da estratégia de controle da inflação com base na chamada âncora cambial e, provavelmente, também o fim do ciclo de racionalização do emprego.

¹³ Ver: ANSILIERO, Graziela et PAIVA, Luis Henrique. "Evolución de los Indicadores de Previsión Social para el Periodo Reciente (1992-2006)", Brasília, Asociación Internacional de la Seguridad Social: Revista Internacional de Seguridad Social, Vol. 61, No 3, 2008.

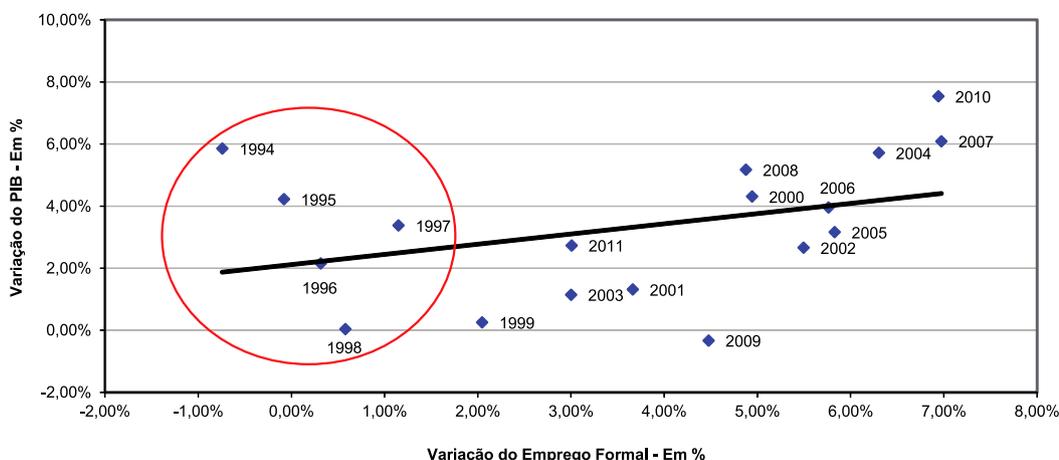


Gráfico 18
 Variação do Produto Interno Bruto versus Variação do Emprego Formal (CLT-GFIP) – 1994 a 2011

Fonte: PIB – IPEA Data; Emprego Formal: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração: SPPS/MPS.

A partir daí as elasticidades tenderam a apresentar valores próximos (e mesmo superiores) a 1, indicando um ciclo econômico de forte geração de postos de trabalho e de expressiva formalização do emprego. Adicionalmente, o crescimento econômico tem tendido a ser maior e mais estável que o observado ao longo das décadas de 1980 e 1990, o que também pode ajudar a explicar uma melhor resposta do emprego formal. Pode-se argumentar ainda que o aumento da fiscalização do trabalho tenha desempenhado algum papel – ainda que bastante residual – na expansão da proporção de ocupados com registro em carteira de trabalho. O fato é que o quadro se tornou, desde então, muito mais favorável à recuperação e até mesmo à expansão do grau de proteção previdenciária no País. Estas mudanças desacreditaram as teses, então bastante em voga, de que a expansão da informalidade seria inevitável no País e de que, em razão dos ganhos de produtividade associados ao novo padrão de crescimento econômico, variações positivas do

produto teriam impactos cada vez menores na geração de novos empregos.

Para além dos efeitos diretos sobre o segmento do mercado de trabalho vinculado aos setores mais estruturados da economia brasileira, a melhoria do cenário econômico e a resposta positiva do mercado de trabalho formal também favoreceram a redução da informalidade por meio da elevação do rendimento real médio no País. O aumento do nível de emprego observado nos últimos anos, embora muito atrelado à ocupação registrada em carteira de trabalho, pressionou o rendimento do trabalho para cima, mesmo entre os informalmente ocupados. Ademais, há que se considerar os efeitos multiplicadores do crescimento econômico sobre a economia como um todo, dadas as conhecidas interações entre os setores formal e informal da economia, fenômeno que também pode ter contribuído para a melhoria da capacidade contributiva de empregados informais e trabalhadores por conta própria.

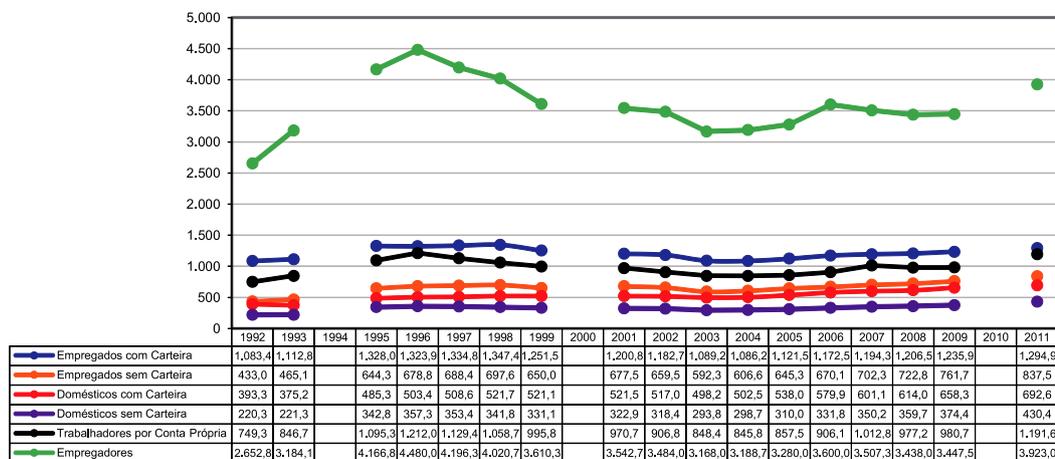


Gráfico 19
 Evolução do Rendimento Real Médio, segundo Posições na Ocupação – 1992 a 2011

Fonte: Série Histórica - INPC/IBGE; PNAD/IBGE 1992-2011 - Elaboração: SPPS/MPS.

Daí resulta que, para além do incremento na formalidade trabalhista, houve um movimento de redução da informalidade previdenciária, mesmo entre aqueles não absorvidos pelo mercado de trabalho formal. Muito embora os dados analisados sugiram que o bom momento experimentado pela economia brasileira na última década tenha sido a força motriz por trás desta melhoria dos indicadores de cobertura do RGPS, vale mencionar que nesse período o governo federal implantou diversas medidas facilitadoras (ou fomentadoras) do processo de inclusão previdenciária (Quadro 1).

Pelo lado do emprego formal, as principais iniciativas foram: (i) a instituição do SIMPLES, que, a partir de 1996, desonerou a folha de salários das microempresas e empresas de pequeno porte; (ii) a isenção da cota previdenciária patronal incidente sobre as receitas oriundas da exportação rural, em 2001; (iii) a obrigatoriedade de retenção de 11% do valor dos contratos de cessão de mão de obra, em 2003; (iv) a permissão de dedução da cota patronal doméstica na declaração anual de ajuste do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, em 2006; e, bem recentemente, (v) a desoneração compensada da folha de salários de empresas vinculadas a determinados setores da economia, política demasiadamente recente para que se tenha alguma avaliação mais consistente do seu impacto.

Em relação ao SIMPLES, submetido a diversas alterações desde sua criação, a literatura especializada reconhece evidências de impactos sobre a formalização de vínculos e, com menos ênfase e frequência, sobre geração de postos de trabalho.¹⁴ A desoneração das exportações agrícolas, por sua vez, coincidiu com um período de valorização das *commodities* e também com um cenário econômico externo bastante favorável ao comércio internacional – fatores que amenizaram os efeitos da sobrevalorização cambial prevalecente nos anos 2000. Esta combinação naturalmente dificulta a imputação do aumento da taxa de contribuição agrícola e rural à sua influência. A retenção de 11%, embora esteja associada a valores crescentes de arrecadação no fluxo de caixa do RGPS, não foi objeto de avaliações específicas. Com respeito ao emprego doméstico, não há evidências contundentes de que a medida tenha surtido o efeito desejado: os registros administrativos do MPS não revelam mudanças significativas no contingente de segurados

¹⁴ A instituição do SIMPLES é frequentemente aventada como uma das possíveis explicações para o comportamento mais positivo do emprego no setor de serviços, ainda na década de 1990.

nesta categoria, embora uma avaliação mais aprofundada destes resultados seja algo recomendável.

Pelo lado da contribuição autônoma, as principais medidas foram: (i) a instituição do Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária, em 2006, medida que reduziu (de 20% para 11%) a alíquota de contribuintes individuais recolhendo sobre o valor do piso previdenciário; (ii) a criação da figura do microempreendedor individual (MEI), em 2007; (iii) a instituição da figura do contribuinte facultativo de baixa renda, em 2011; e, (v) a equiparação de contribuintes individuais (pessoas físicas) a empregados, quando aqueles prestam serviços a empresas, medida implantada em 2003. A última medida, até por ser mais antiga, já passou por avaliações e demonstrou ter impactado positivamente a inclusão de trabalhadores por conta própria ao RGPS.¹⁵ As demais carecem de análises e estudos mais robustos.

Estas medidas mais recentes, grosso modo, focam o mesmo público-alvo – qual seja, o contingente de trabalhadores por conta própria, desprotegidos e com rendimentos limitados – e, por isso, chegam a se sobrepor (em alguns aspectos) e podem gerar desincentivos umas às outras. O número de inscritos no conjunto destes planos previdenciários já é bastante expressivo, mas ainda é cedo para tomar isso como impacto efetivo sobre a desproteção. Deve-se avaliar, por exemplo, a densidade contributiva destes novos contribuintes ou, entre outras palavras, se estes novos segurados têm logrado manter a regularidade de seus aportes ao sistema, condição para a concessão da maior parte dos benefícios (notadamente as aposentadorias). Ademais, é preciso avaliar em que medida as inscrições nos novos planos representam a inclusão de novos segurados ou são o resultado da migração de planos pré-existentes para os novos, em geral mais baratos.

¹⁵ Para acessar uma avaliação baseada nos registros administrativos do RGPS, ver: PEREIRA, Eduardo da Silva. “Efeitos da Medida Provisória 83/2002 na Cobertura Previdenciária”. Informe de Previdência Social, Novembro de 2005, volume 17, número 11. Segundo o autor, o contingente de contribuintes individuais aumentou significativamente imediatamente após a entrada em vigor da medida, o que, na ausência de outros fatores novos ou atípicos, pode ser tomado como indicativo de impacto positivo sobre o nível de cobertura.

POLÍTICAS DE INCLUSÃO/ MEDIDAS LEGAIS	ANO	TIPO DE ESTABELECIMENTO/ CATEGORIA DE CONTRIBUINTE	CATEGORIAS DE SEGURADOS	DESCRIÇÃO	AMPARO LEGAL
SIMPLES	1996	Microempresas e empresas de pequeno porte	Empregados	Os estabelecimentos optantes têm a contribuição previdenciária patronal substituída por uma alíquota incidente sobre a receita bruta mensal. O SIMPLES substitui uma série de tributos (entre eles, a cota patronal devida ao RGPS) por um único tributo, cobrado sobre o faturamento.	Lei nº 9.317/1996 e suas alterações
Desoneração da Folha de Salários (Cota Patronal)	2011-2012	Empresas em Geral (Setores de Atividade selecionados)	Empregados	Redução da alíquota de contribuição patronal previdenciária de 20% para 0%, em determinados setores, e sua substituição por uma contribuição sobre o faturamento dos produtos comercializados internamente (ficando isentas as exportações).	Lei nº. 12.546/2011 (MP nº. 540/2011); Lei nº. 12.715/2012 (MP nº. 563/2012); MP nº. 582/2012; MP nº. 601/2012.
Isenção da Cota Patronal Incidente sobre as Exportações Rurais	2001	Agroindústria e Produtor Rural Pessoa Jurídica	Empregados (Empregados Rurais com Carteira de Trabalho)	As receitas de exportações (da agroindústria e do produtor rural pessoa jurídica) estão isentas da contribuição patronal, que normalmente seria de 2,6% da receita bruta decorrente da comercialização da produção rural.	§ 2º do art. 149 da Emenda Constitucional nº. 33/2001
Dedução da Cota Patronal Doméstica do IR	2006	Empregadores Domésticos	Empregados Domésticos	Desconto do imposto devido no IR do valor correspondente à cota previdenciária patronal recolhida no exercício-fiscal anterior, relativa a apenas um emprego doméstico e incidente sobre o primeiro salário mínimo da remuneração.	Lei nº 11.250/1995 (Alterada pela Lei nº 11.324/2006 e posteriormente pela Lei nº 12.469/2011)
MEI (Microempreendedor Individual)	2007	Empreendedor com faturamento de até R\$36 mil anuais, até um empregado e um estabelecimento	Empreendedores (na PNAD, passíveis de se autodeclararem trabalhadores por conta própria ou empregadores)	Alíquota de 5% (no início da vigência, de 11%) pelo trabalhador, incidente sobre o salário mínimo; 3% de contribuição do MEI para seguro de seu empregado, quando for o caso.	Lei nº 12.470/2011 (Inicialmente, normatizado pela Lei Complementar nº 123/2006)
Contribuintes Facultativos de Baixa Renda	2011	Contribuintes Facultativos com baixa renda	Donas-de-casa, estudantes inativos e outros grupos não economicamente ativos	Alíquota de 5% incidente sobre o Salário Mínimo, condicionada à inscrição do CADÚnico.	Lei nº 12.470/2011
Retenção de 11% dos Contratos de Cessão de Mão de Obra	2003	Empresas que contratam Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços mediante cessão de mão de obra	Empregados em empresas cedentes da mão de obra	Cabe à empresa contratante reter e repassar ao RGPS o equivalente a 11% do valor do contrato de cessão de mão-de-obra.	Art. 31, Lei nº 8.212/1991 (Lei nº 11.933/2009)
Retenção de 11% (contribuintes individuais - pessoas físicas - que prestam serviços a empresas)	2003	Empresas contratantes de Cooperados e trabalhadores por conta própria	Cooperados e Trabalhadores por conta própria que prestam serviços a empresas	Retenção e repasse da cota do CI equiparado a empregado (11%) e recolhimento da cota patronal (20%) sobre o valor pago pelo serviço.	Lei nº 10.666/2003
Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária (contribuintes individuais - pessoas físicas - que prestam serviços a pessoas físicas)	2006	Trabalhadores por conta própria que prestam serviços a pessoas físicas	Trabalhadores por conta própria	Redução (de 20% para 11%) da alíquota de contribuintes individuais recolhendo sobre o valor do piso previdenciário. O plano inclui todos os benefícios e serviços do RGPS, menos a aposentadoria por tempo de contribuição.	Lei Complementar nº 123/2006

Quadro 1

Principais Políticas e Medidas de Inclusão Previdenciária

Fonte e Elaboração: SPPS/Ministério da Previdência Social.

Considerações Finais

Não restam dúvidas de que, na última década, o Brasil experimentou um avanço significativo no nível de proteção da população ocupada. Muito embora este avanço não tenha sido homogêneo, atingindo em intensidade distinta os diversos segmentos que compõem o grupo de referência, pode-se dizer que alguma melhora no acesso a direitos trabalhistas e previdenciários foi alcançada por praticamente todas as categorias de trabalhadores aqui consideradas. É verdade que os ganhos mais expressivos nos indicadores de cobertura resultaram da maior participação de empregados com registro em carteira de trabalho no total de ocupados (dentro do conceito mais tradicional de proteção), mas uma parcela crescente de trabalhadores domésticos, trabalhadores por conta própria, empregadores e não remunerados (estes últimos, mesmo sem obrigatoriedade de cotização previdenciária) passou a contar ao menos com os benefícios e serviços oferecidos pelo Regime Geral de Previdência Social.

Estes ganhos na proteção dos trabalhadores ocupados se estenderam a áreas urbanas e rurais, metropolitanas e não metropolitanas, e chegaram a trabalhadores alocados em diversos nichos da atividade econômica – inclusive em atividades de natureza agrícola, normalmente marcadas pela precariedade e pela persistência histórica da desproteção. Em termos de gênero, mulheres e homens vivenciaram melhorias nos indicadores de cobertura, embora entre as primeiras os avanços tenham sido mais pronunciados. Os indicadores femininos ainda são, sistematicamente, inferiores aos masculinos, mas essa diferença já foi maior. Os diferenciais por gênero, região censitária e tipo de atividade (agrícola e não agrícola) foram reduzidos e a expectativa é de que tal

evolução se mantenha nos anos futuros. Estes resultados positivos refletem a boa dinâmica econômica vivida pelo País (ao menos na maior parte da última década) e seus principais rebatimentos no mercado de trabalho: menor desemprego, expansão do mercado de trabalho formal (inclusive em razão da melhoria da elasticidade emprego-produto), aumento do rendimento real, e melhor distribuição geográfica da atividade econômica (e, conseqüentemente, das oportunidades de ocupação).

Nas décadas compreendidas nesta nota, muitas foram as iniciativas empreendidas pelo governo federal no campo da inclusão previdenciária. Algumas parecem ter sido bem-sucedidas; outras ainda demandam maior escrutínio ou já dão alguns sinais de insucesso. Mesmo entre aquelas focadas em segmentos com avanços na cobertura, a dificuldade clássica reside em avaliar o peso de cada uma delas na evolução dos indicadores de proteção previdenciária, ainda mais quando tantos fatores externos (como os decorrentes da melhor distribuição de renda, do crescimento econômico interno e do cenário internacional) podem ter influenciado seus resultados.

Com tantas medidas inovadoras implantadas recentemente, uma tarefa a ser realizada com afincamento é justamente a elaboração de avaliações (inclusive de custo-efetividade) do impacto concreto das mesmas sobre a realidade a ser alterada. Um ponto a ser considerado neste processo, especialmente na medida em que avança o grau de proteção da população ocupada, é que as etapas seguintes tendem a ser sempre mais complexas que as anteriores: os últimos na fila da inclusão tendem a ser os mais vulneráveis de um universo já fragilizado, heterogêneo e difuso. O alcance destes cidadãos, nas franjas da informalidade trabalhista e previdenciária, é objetivo imperativo e crescentemente desafiador.



Arquivo pessoal

Memória - Uma história contada por quem ajudou a construir a Previdência brasileira e presenciou os principais avanços na área de proteção social

28

Reabilitação - Parceria entre INSS e Senac no Rio oferece cursos para trabalhadores afastados por acidente ou doença, para que possam voltar à ativa

38



Diana Reis

Empreendedores - Bons negócios e proteção previdenciária atraem 2,8 milhões de pessoas

40



Educação Previdenciária

Educação - Programa de Educação Previdenciária completa 13 anos levando informações sobre proteção da Previdência Social aos lugares mais distantes do Brasil e também nas escolas

30



Nicolas Gomes

Acordos internacionais - Ministério tem atuado forte para assegurar proteção social a mais de 3,5 milhões de brasileiros que vivem e trabalham no exterior

34

Orientação - Saiba como se tornar um segurado da Previdência. Dúvidas podem ser resolvidas no site www.previdencia.gov.br ou pela Central 135

43

Combate à intermediação - Campanha orienta os segurados para evitar a intermediação na busca dos benefícios da Previdência. O requerimento é simples e não custa nada

44

Artigo - Inclusão Previdenciária e Mercado de Trabalho mostra a recuperação dos indicadores de cobertura previdenciária na última década

48

90 anos de amparo e proteção ao trabalhador

Muitas conquistas e avanços em benefício dos segurados foram obtidos ao longo dessas nove décadas, além de promover a inclusão social de milhões de famílias. E a Previdência ainda encara novos desafios

A Previdência Social completou 90 anos em 24 de janeiro com muito vigor, ampliando a sua base de proteção aos trabalhadores e resgatando milhões de pessoas da condição de pobreza extrema, além de estimular a economia dos municípios brasileiros com os repasses de benefícios mensais aos mais de 30 milhões de aposentados e pensionistas em todo o País.



Fotos: Nicolas Gomes

A festa dos 90 anos reuniu servidores, colaboradores e autoridades do governo

Mais do que uma instituição que garante em dia o sustento de milhões de brasileiros, a Previdência se transformou em uma entidade promotora de bem-estar social, que atua como indutora da redução da desigualdade social, levando a esperança de futuro aos moradores dos locais mais distantes e desprovidos de infraestrutura.

Por mês, a Previdência investe mais de R\$ 35 bilhões no pagamento de 30 milhões de benefícios para segurados do País inteiro que contam com esse seguro para garantir a renda nos momentos mais sensíveis da vida. A Previdência é o seguro que está presente na vida dos brasileiros nos momentos mais críticos, amparando o trabalhador durante a velhice por meio do pagamento da aposentadoria, em momentos sensíveis como a morte com pagamento das pensões

para os familiares dos segurados, em situações inesperadas como doença ou acidente nas quais o trabalhador recebe os auxílios-doença ou acidente e também em momentos de alegria como o nascimento de uma criança, quando a mãe segurada da Previdência Social recebe o salário-maternidade.

Segundo os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a maioria dos idosos tem hoje a proteção social da Previdência. A cobertura previdenciária, atualmente em 70% da população-alvo, chega a 82,2% das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos – 19,32 milhões de pessoas em 2011. Esse avanço é resultado, principalmente, do aumento da proteção das mulheres idosas, segmento que passou de 66,4%, em 1992, para 78,6% em 2011.

E o maior desafio da Previdência é chegar ao final de 2015 com uma cobertura de 77% dos trabalhadores – o que significa a inclusão previdenciária de mais de 16 milhões de brasileiros, destacou o ministro Garibaldi Alves Filho na comemoração dos 90 anos da previdência brasileira, realizada na manhã de 24 de janeiro deste ano no estacionamento da sede do Ministério da Previdência Social, em Brasília.

“O trabalho da Previdência Social garante a dignidade e a vida de milhões de brasileiros. Temos a responsabilidade de pagar benefícios a 30 milhões de pessoas. São mais de R\$ 35 bilhões depositados todo mês nas contas dos aposentados e pensionistas. Esse dinheiro é usado no sustento das famílias, na compra de alimentos, roupas, calçados e remédios, dentre outros itens básicos”, afirmou o ministro Garibaldi durante a solenidade em Brasília.

José Honório dos Reis, que nasceu no mesmo dia e ano em que a Previdência foi criada, foi homenageado

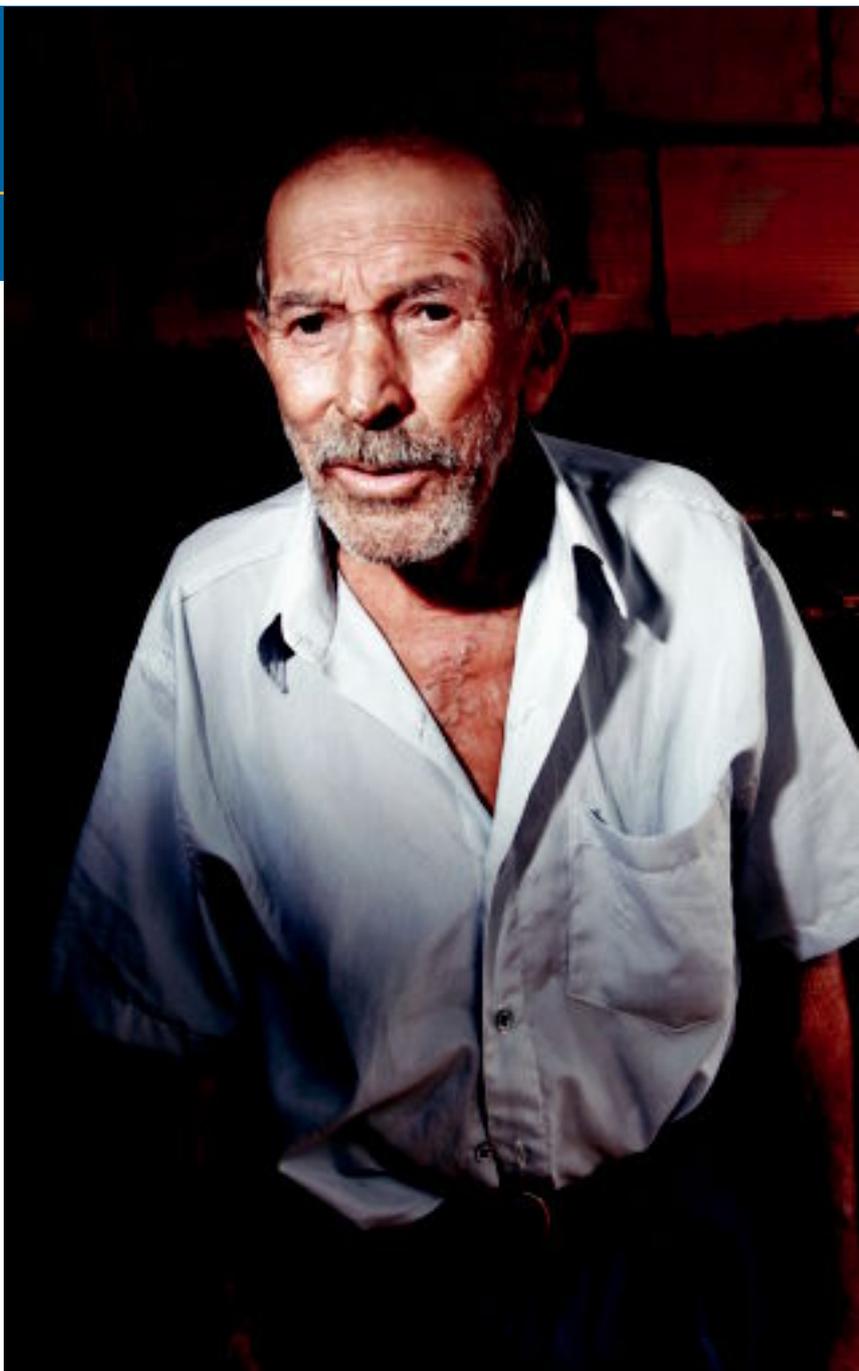
Inclusão

Com o pagamento mensal dos seus benefícios, a Previdência promoveu nos últimos anos a inclusão de 24 milhões de pessoas, ajudando a retirá-las da condição de pobreza. Segundo Garibaldi, o dinheiro repassado reduziu em 12,8% a taxa de pobreza no Brasil, considerando pessoas pobres as que têm rendimento domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo.

O ministro Garibaldi Alves Filho acrescentou que, além de ajudar a retirar milhões de pessoas da pobreza, o pagamento dos benefícios previdenciários também é importante para a redistribuição de renda no País. Ele informou que duas em cada três cidades brasileiras recebem mais recursos referentes ao pagamento de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) do que via transferência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Um levantamento realizado em 2011 pelo Ministério da Previdência mostrou que em 3.774 municípios do País, os repasses previdenciários superavam os do FPM – o que representa 68% do total de cidades do Brasil. A região com mais cidades nessa situação é a Sul: 74% das cidades recebem mais recursos do INSS do que do FPM. Em seguida, vem a região Sudeste, com 73%, e a Nordeste, com 66%. Já na região Norte, em menos da metade das cidades (48%) os repasses do INSS são maiores do que os do FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

Isso significa que são os recursos da Previdência que movimentam a economia da maioria dos municípios brasileiros. O dinheiro dos benefícios é utilizado para consumo e muito pouco vai para poupança, segundo estudos da Previdência Social. Na maioria dos casos, são famílias de baixa renda que têm necessidades básicas de consumo.





O aniversariante José Honório ganhou bolo e “parabéns” na festa em Brasília

Seguro social

Foi na hora de mais precisão que a Previdência Social entrou na vida do agricultor mineiro José Honório dos Reis, mais conhecido como Zé Pequeno, que coincidentemente nasceu no dia 24 de janeiro de 1923, no mesmo dia da publicação do decreto que criou a Previdência Social. Apesar dos 90 anos, ele mostra uma vitalidade incomum, além da simplicidade que sempre marcou a sua vida.

O aposentado, que nasceu em Itamarandiba (MG) e agora vive em Corinto, também município localizado em Minas Gerais, foi homenageado durante o evento comemorativo dos 90 anos da Previdência Social, em Brasília. Discreto e um pouco tímido, ele recebeu a placa que o homenageava e em poucas palavras afirmou que sem esse dinheiro da aposentadoria não conseguiria comprar seus remédios e fazer a feira. “Economizo para poder sobrar um pouco e conseguir ajudar meus filhos, que também precisam de apoio”, afirma José Honório.

“Sem o dinheiro da aposentadoria não conseguiria comprar remédios”

Fora do palanque que o expunha aos aplausos do público, afirmou que os dois dias que passou em Brasília nunca serão esquecidos. “Viajei de avião pela primeira vez, conheci a Catedral e o palácio onde a presidenta trabalha. Vou ter muita história para contar quando voltar pra Corinto” brincou.

Zé Pequeno trabalhou a vida inteira na lavoura de grandes fazendas da região central mineira. Colheu café e cana-de-açúcar e foi empregado de fábrica de farinha de trigo. Ainda sobrou tempo para trabalhar em alambiques, na produção das tradicionais cachaças mineiras.

Da agricultura, Zé Pequeno não conseguiu nada além de garantir a sua sobrevivência e a da sua família. A vida ficou mais difícil quando ele sofreu um acidente que o impediu de continuar o trabalho no campo. Num dia chuvoso, Zé Pequeno voltava para casa quando foi atropelado por um automóvel. “Escorreguei ao tentar pular a enxurrada e caí. Um carro passou por cima da minha perna. Tive que colocar sete parafusos no joelho”, lembra.

Impossibilitado de prosseguir na sua atividade, Zé Pequeno – que já tinha 65 anos na época do acidente – reuniu os documentos que comprovavam sua condição de trabalhador rural e requereu a aposentadoria na agência da Previdência Social em Corinto. Ele já tinha a idade para fazer jus ao benefício. No valor de um salário mínimo, o benefício é a única fonte de renda de Zé Pequeno. “Sem esse dinheiro da aposentadoria, não conseguiria comprar meus remédios e fazer a feira. É muito importante para mim, pois sem ele não teria como sobreviver”, revela.

Do campo para a cidade

Outro brasileiro que também fez o caminho do campo para a cidade é Letício Ferreira Fontes, 90 anos completados no último dia 30 de janeiro. Filho de agricultores, foi acostumado desde criança a trabalhar na roça com os oito irmãos, em um sítio, no município de José da Penha, interior do Rio Grande do Norte.

Aos 21 anos Letício trocou a lavoura pela vida na capital e passou a servir ao Exército em Natal (RN). “Era o período da Segunda Guerra Mundial e vivíamos a expectativa de irmos para a batalha, mas felizmente isso não aconteceu”, relembra. Depois de deixar a vida militar, conheceu e casou-se com Terezinha Ferreira Fontes. Da união nasceram oito filhos, doze netos e um bisneto.

Em 1974, Letício abriu uma loja de confecções no Alecrim, tradicional bairro comercial de Natal. “Foi naquele ano, que a Previdência Social começou a fazer parte da minha vida”, lembra. Orientado por um cliente sobre a vantagem de garantir um futuro tranquilo para ele e sua família, o comerciante tornou-se contribuinte e passou a efetuar o recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social todos os meses. Em 1992 se aposentou por idade, aos 69 anos.

Hoje, aos 90 anos, Letício Ferreira Fontes se considera uma pessoa realizada ao lado da esposa Terezinha, e reconhece: “Sou feliz e tenho a segurança de ser aposentado pela Previdência Social. Sem ela, isso não seria possível”.

Novos desafios pela frente

Entre os avanços conquistados pela Previdência nos últimos anos, o ministro Garibaldi Alves Filho destaca a regulamentação do Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos federais e a criação das Funpresps; o aumento da cobertura previdenciária; e a melhoria da gestão e da qualidade de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). “Essas medidas foram importantes, mas ainda restam outros desafios, como buscar a conciliação a respeito de uma alternativa responsável ao fator previdenciário e realizar os ajustes necessários nas regras de pensões”, disse Garibaldi.

Segundo o ministro, o Ministério da Previdência tem trabalhado para garantir proteção social à sociedade brasileira sem descuidar da sustentabilidade fiscal, mas alertou que as contas previdenciárias vêm sendo pressionadas pelo processo de envelhecimento populacional. Nas próximas quatro décadas deve haver um crescimento de 1 milhão de idosos por ano, chegando a 64 milhões de pessoas com 60 anos ou mais de idade em 2050. Atualmente, a população idosa responde por cerca de 10% da população total, patamar que deve se elevar para cerca de 30% em 2050.

“Uma das alternativas para enfrentar esse grande desafio é aperfeiçoar nossas regras de pensões que são inadequadas e destoantes daquelas aplicadas na grande maioria dos países. Em 2011, as despesas com pensões, no RGPS e nos Regimes próprios, alcançaram cerca de 2,7% do PIB. No ano 2012, apenas no âmbito do RGPS, a despesa com pensões foi de R\$ 70,9 bilhões”, calculou o ministro.

Entre as principais fragilidades no sistema de pensões brasileiro, de acordo com Garibaldi Alves, estão a concessão do benefício sem exigência de carência, a inexistência de necessidade de período mínimo de casamento ou união estável para ter direito a pensão e a pensão vitalícia para cônjuges jovens.

Com relação ao fator previdenciário, o ministro defende a necessidade de se encontrar alguma alternativa responsável para a sua extinção. Desde o seu início até o ano 2011 o fator proporcionou uma redução das despesas de R\$ 44,3 bilhões em valores atualizados. Esse montante cresce ano a ano. Garibaldi opinou que é importante buscar alternativa junto ao Congresso Nacional que permita a eliminação do fator sem comprometer a sustentabilidade a médio e longo prazos da Previdência.

Avanços em benefício dos segurados

Como aniversário é momento de planejar novos desafios, os gestores da família Previdência – que inclui o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) - lembram que estão empenhados na modernização do trabalho para facilitar o acesso e melhorar o atendimento, não só a brasileiros como José Honório, mas também àqueles que ainda serão incluídos na Previdência. Muitos avanços já foram realizados nos últimos anos. Hoje, por exemplo, um cidadão pode agendar

Nicolas Gomes



sem burocracia o seu atendimento nas agências do INSS e ser atendido prontamente, sem ter de enfrentar filas.

Para a diretora de Atendimento do INSS, **Cinara Wagner Fredo**, muitos avanços já foram alcançados nessa área, mas ainda existe muito trabalho pela frente. “A nossa primeira etapa foi o fim das filas, isso tem todo um valor simbólico para nós do INSS, porque foi um trabalho árduo dos servidores para melhorar o atendimento prestado ao cidadão. A segunda etapa foi levar o acesso dos serviços da Previdência ao segurado; isso está sendo feito a partir da criação de novas agências, da expansão da rede de atendimento, da ampliação dos canais de acesso”, afirma.

O Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX) pretende construir 720 novas agências em todo o País, em municípios com mais de 20 mil habitantes e que não possuam uma Agência da Previdência Social (APS) próxima. Só no ano passado foram inauguradas 118 agências, 190 unidades estão em processo de construção e o

objetivo é ampliar para 1.830 o número de municípios brasileiros com uma unidade de atendimento da Previdência Social.



Agência Brasil

O diretor de Benefícios do INSS, **Benedito Brunca**, que trabalha na Previdência Social há 29 anos, destaca que outro avanço significativo foi o reconhecimento de direitos dos segurados. “Saímos de uma trajetória em que tudo era feito manualmente, por formulários, em papéis nas agências - o que demandava dias para fazer um reconhecimento de direitos, geralmente de 50 a 100 dias ou mais - para um estágio em que é possível reconhecer um direito em até 30 minutos”, ressalta Brunca, que começou o trabalho no INSS em 1983 no atendimento em uma agência.

O uso da tecnologia da informação é essencial para garantir a melhoria dos serviços

Esse avanço no reconhecimento de direitos só foi possível devido à construção do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), em que os dados sobre a

vida laboral e contributiva do trabalhador ficam consolidados. O CNIS permitiu ao trabalhador ter o seu reconhecimento de direito de uma maneira mais automática, sem burocracia e com a garantia de receber o pagamento a tempo de suprir as suas necessidades.

As mudanças na Previdência ao longo dos anos têm sido uma constante e o uso da tecnologia da informação é essencial para garantir esses avanços tanto para os segurados quanto para os trabalhadores da Previdência Social. “As trocas de tecnologia têm sido contínuas dentro da Previdência, da Dataprev, do INSS e nós precisamos estar preparados para esta mudança tecnológica que já começou, mas também nós temos uma tarefa enorme pela frente para poder avançar outras estruturas que levem a esse processo de estabilização e para atingirmos o patamar que nós sonhamos para melhorar de fato o atendimento à população”, completa Brunca, que também chama atenção para a participação dos servidores em todo esse processo. “O envolvimento do servidor da Casa é fundamental para que seja possível, cada vez mais, prestar

os serviços com compromisso e qualidade e o uso da tecnologia tende a facilitar a vida do segurado e, principalmente, do servidor da Previdência”, completa.

Foco no cidadão

Hoje a Previdência Social brasileira contempla três sistemas: o Regime Geral de Previdência Social, que ampara o trabalhador brasileiro que atua na iniciativa privada e os funcionários públicos celetistas; o Regime Próprio de Previdência Social, voltado para o servidor público estatutário e militar, e o Regime de Previdência Complementar optativo, que proporciona ao trabalhador um seguro previdenciário adicional, conforme sua necessidade e vontade. Para a secretária-executiva adjunta do Ministério da Previdência Social, Elisete Berchiol, que está na Previdência há 30 anos, sua trajetória na Casa permitiu acompanhar a construção de um sistema de política pública forte e solidário.

“Posso dizer que acompanhei de perto um terço da história da Previdência e hoje posso afirmar que nós temos no Brasil uma Previdência que cuida de três regimes com foco no cidadão sem descuidar da sustentabilidade dos sistemas. Para mim é um orgulho poder fazer parte dessa política pública que constrói a cada dia um sistema de Previdência Social público, forte, solidário e que garante a inclusão social a milhões de brasileiros”, afirma.

Ao mesmo tempo em que procura modernizar o trabalho para facilitar o acesso e melhorar o atendimento aos brasileiros, a Previdência Social busca incluir cidadãos que antes não podiam contar com a proteção previdenciária. É o caso, por exemplo, das donas de casa de família de baixa renda, que desde o ano passado passaram a contar com os benefícios da Previdência Social. Hoje o País conta com mais de 382 mil mulheres que realizam o trabalho doméstico e também estão amparadas pela Previdência. “E com o programa de inclusão das

*Mais de 382
mil mulheres
realizam o trabalho
doméstico e são
amparadas*

donas de casa no sistema previdenciário, lançado em 2012, vamos ampliar ainda mais o número de mulheres com direitos aos benefícios da seguridade social.”

Em parceria com outras áreas do governo e do Sebrae, a Previdência também conseguiu realizar a inclusão no sistema previdenciário de quase 3 milhões de trabalhadores informais com o Programa Empreendedor Individual. “Esta foi, certamente, a maior ação já feita no País para dar dignidade e segurança a brasileiros excluídos dos programas de seguro da Previdência Social. Graças a isso, esses trabalhadores podem contar agora com a aposentadoria, a cobertura e a assistência médica em caso de doenças, dentre outros benefícios”, destaca Elisete.

Não obstante as conquistas obtidas nos últimos anos, ainda há muito por fazer. O desafio maior previsto no planejamento estratégico da Previdência é chegar ao final de 2015 com uma cobertura de 77% dos trabalhadores. Isto significa a inclusão previdenciária de mais 16 milhões de brasileiros. “Estamos, portanto, planejando e olhando o futuro. E ao mesmo tempo procuramos modernizar o nosso trabalho para facilitar o acesso e melhorar o atendimento aos brasileiros que querem ser incluídos na Previdência”, ressalta.



Campanha Publicitária

Presente de Norte a Sul do Brasil



Milhões de brasileiros dependem da Previdência Social para o sustento do dia a dia. Benefícios ajudam a combater a desigualdade social e garantem uma velhice com dignidade

A história do aposentado mineiro de Itamarandiba, José Honório dos Reis, nascido no mesmo dia, mês e ano em que a Previdência Social foi criada, é semelhante à história de vida de muitos outros brasileiros que garantem o sustento diário com os benefícios da Previdência, após uma vida de trabalho duro. Todos os meses, a Previdência Social é responsável pelo pagamento de mais de 30 milhões de benefícios

em todo o País. A instituição é uma das principais responsáveis pela redistribuição de renda e redução da pobreza no Brasil. Por fazer parte da vida de tantos brasileiros, podemos dizer que a Previdência é feita por pessoas. E é justamente isso o que vamos conhecer: histórias de vida de segurados de todo o País, já que a Previdência Social está presente de Norte a Sul do Brasil.



SUL

É no município de São Pedro de Alcântara (SC), localizado a 32 quilômetros de Florianópolis, que vive a aposentada da Previdência Social Mônica Lohn Hoffmann, de 72 anos. Descendente de alemães, ela vive há 52 anos em uma pequena chácara ao lado do marido, Avelino Hoffmann, de 80 anos, também aposentado da Previdência. Os dois criaram os nove filhos com o trabalho na roça: plantando milho, mandioca e cuidando do gado.

Dona Mônica e seu Avelino orgulham-se muito de suas origens: a cidade natal do casal – hoje com pouco mais de 4.700 habitantes – foi a primeira colônia de alemães do estado de Santa Catarina e conserva até hoje muitas das tradições de seus fundadores. A colônia foi fundada no início do século XIX e deu origem a diversas comunidades germânicas do Sul do País. O município sobrevive hoje do turismo rural e histórico-cultural, da produção de hortigranjeiros e de derivados de cana-de-açúcar, com destaque para a famosa cachaça de alambique produzida artesanalmente na região.

A aposentada conta que todos os que nascem em São Pedro aprendem desde criança o “alemão de lá”, que, como ela diz: “é meio misturado”. Ela explica: “O alemão de Blumenau eles já não falam”, em referência às diferenças existentes entre os dialetos das colônias de imigrantes que se fixaram nos últimos séculos no Sul do Brasil.

Dona Mônica, que a vida inteira trabalhou na lavoura, lembra as dificuldades que passou ao lado do marido para sustentar a família: “Não foi nada fácil, eu cuidava da casa, das crianças, da roça, depois o Avelino se acidentou... Mas se

fosse para passar tudo de novo eu passava”, afirma. Segundo ela, um dos momentos mais difíceis da sua vida foi quando o marido perdeu dois dedos em um acidente na fábrica de janelas em que trabalhava. “Eu precisei ser forte para apoiá-lo”, lembra com lágrimas nos olhos. Em virtude do acidente, seu Avelino também foi amparado pela Previdência Social.

Apesar dos contratemplos, no entanto, dona Mônica afirma que nos últimos anos a vida está melhor. “Agora a gente tem o dinheirinho da aposentadoria, que não falha, e que ajuda muito! Com ele a gente compra tudo o que precisa: roupas, calçados, comida e, graças a Deus, pouco remédio, que a gente aqui quase não tem doença!”, comemora.

“O dinheiro da aposentadoria ajuda a comprar tudo o que a gente precisa”



Martinho Seifert

Dona Mônica tem uma vida tranquila no interior de Santa Catarina, com seguro do INSS

Manoel Barbosa e dona Geni vivem no interior de Pernambuco. Aos 90 anos, o aposentado ainda trabalha na roça



Fotos: Bruno Brandão

Aposentadoria

Mônica Hoffmann requereu sua aposentadoria no ano 1995, poucos meses depois de completar 55 anos. Ela recorda que, na época, todas as senhoras da vizinhança estavam requerendo também a “aposentadoria do colono”, como é conhecido na região o benefício da aposentadoria rural, concedida aos trabalhadores que comprovem pelo menos 15 anos de trabalho no campo.

A dona de casa destaca que não teve dificuldades para o reconhecimento do seu direito à aposentadoria, que lhe garante um benefício de um salário mínimo por mês: “Eu fui lá na agência da capital e entreguei os documentos que eu tinha... Levei só a verdade... Depois de um tempo as assistentes sociais vieram aqui para comprovar se eu trabalhava mesmo na roça”, lembra.

Dona Mônica afirma que “apesar do dinheiro não ser muito” é a aposentadoria dela e a do seu Avelino que proporcionam a vida mais tranquila que os dois têm hoje. Ela conta com um sorriso os detalhes da festa de aniversário dos seus 54 anos de casamento e que reuniu os filhos e os netos do casal na chácara da família, no mês de março deste ano.

NORDESTE

Em janeiro de 1923, em uma casa de taipa no município de Casinhas, interior do Agreste pernambucano – a poucos quilômetros da divisa com o estado da Paraíba – nascia Manoel Sebastião Barbosa. Hoje, com 90 anos, seu Manoel pode ser descrito como um típico trabalhador rural brasileiro, que após uma vida de trabalho duro teve a renda garantida pela Previdência.

Foi com um belo sorriso que o agricultor recebeu a equipe da **Previdência Social** em seu sítio, na zona rural de Casinhas (PE). Com aparência de 60 e poucos anos, seu Manoel carregava uma lata repleta de caju, que tinha acabado de colher na roça comprada com o dinheiro que recebe há mais de 23 anos de sua aposentadoria por idade.

Casado com dona Geni Cristina da Silva, de 69 anos, também aposentada, ele se orgulha em dizer que criou os 11 filhos e conseguiu comprar um “lugarzinho” pra cada um deles com a ajuda do benefício que recebe. Seu Manoel vive em uma casa simples, mas farta de cultivo de frutas: siriguela, maracujá, coco, milho e caju. Parte do que produz é utilizada para o consumo dele e da esposa, outra comercializada e o restante dividido entre os filhos do casal.

Conquista do benefício

O agricultor lembra com saudade do tempo em que foi dar entrada na aposentadoria, aos 66 anos. Segundo ele, a requisição do benefício veio por recomendação do pai, na época com 80 e poucos anos. “Naquela época, o povo não queria se aposentar, porque era muito cheio de superstição. Hoje em dia todo mundo quer. Quem me orientou que eu já estava na idade certa foi meu pai. Fui e, graças a Deus, deu certo”, lembra.

Com o benefício, além de ajudar os filhos, seu Manoel investe na plantação, usa o dinheiro para os gastos da casa e compra os remédios da esposa. O aposentado se envaidece em dizer que não precisa de medicamentos e está muito bem

“Esse dinheiro para mim é muita coisa. Sem ele eu não passo. Essa ajuda facilitou muito! Já sofri muito nesta vida, cheguei a passar fome”

de saúde. O agricultor lamenta o tempo que vivia sem o benefício e se mantinha “com o suor do rosto e com o cabo da enxada”, como diz. Tempos difíceis que ficam só na lembrança.

“Esse dinheiro, para mim, é muita coisa. Sem ele eu não passo. Essa ajuda facilitou muito! Eu já sofri muito nessa vida, cheguei a passar fome. Quando veio a ajuda dos homens” – como ele chama o benefício da Previdência Social – “aliviou muito”, afirma. Com uma vitalidade invejável, seu Manoel Barbosa não pensa em parar de trabalhar tão cedo, enquanto tiver disposição: “Se parar é pior. O negócio é movimentar o corpo, porque senão entrea tudo”, recomenda o aposentado, cheio de saúde.

CENTRO-OESTE

Foi em 2008 que a jovem Maria Milene de Paiva Buarque, então com 19 anos, recebeu com receio a notícia de que o filho Cauã, na época com poucos meses de vida, era portador de paralisia cerebral. Moradora da região administrativa de Sobradinho (DF) – distante 22 quilômetros da capital federal – a jovem não sabia como conseguiria criar o filho, que necessita de cuidados especiais, já que ela e o marido possuíam baixa renda familiar.

Foi o próprio médico que atestou a deficiência de Cauã que orientou Maria Milene a procurar a Previdência Social. “A concessão foi tranquila! Eu só precisei trazer o laudo médico e os documentos dele para conseguir... Em menos de um mês eu já estava recebendo o benefício”, lembra a antiga empregada doméstica e hoje dona de casa que se dedica a cuidar do filho, enquanto o marido trabalha na construção civil.



José Eduardo Formosinho

Maria Milene conta com o benefício da Previdência para dar uma vida digna ao filho

De acordo com Maria Milene, o dinheiro do benefício previdenciário, no valor de um salário mínimo, é utilizado para a compra de fraldas, remédios e outras necessidades de Cauã, hoje com cinco anos de idade.

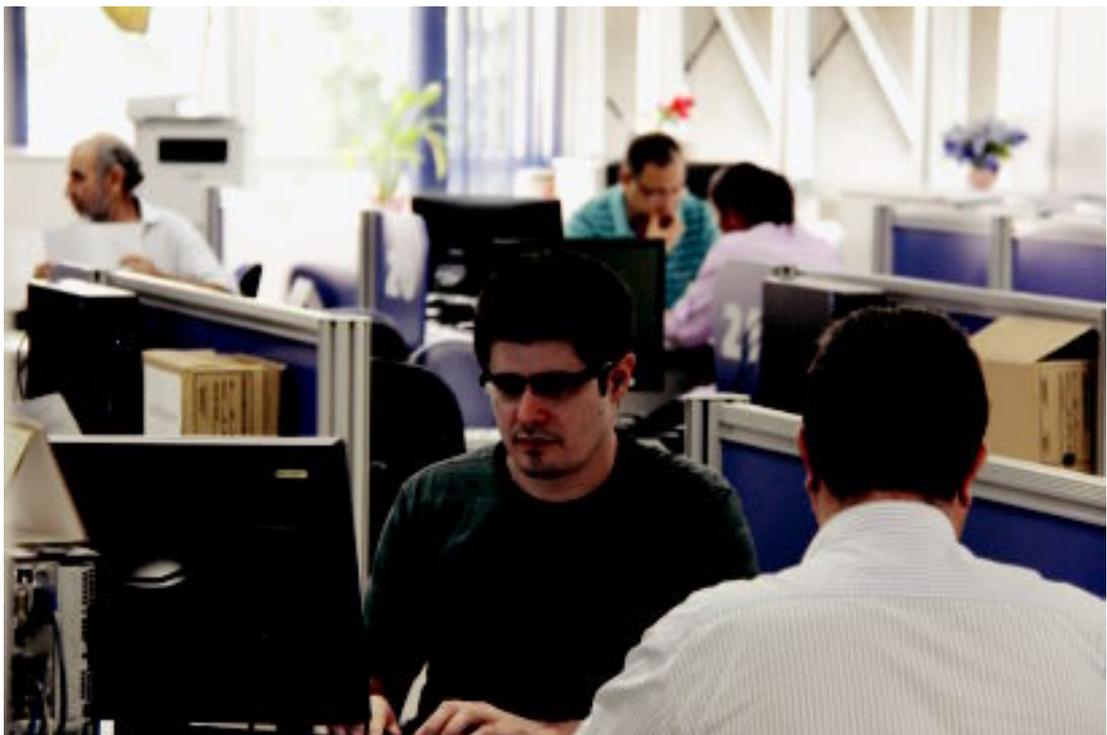
O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-LOAS), que é o que Maria Milene recebe em nome do filho Cauã, é concedido à pessoa com deficiência, e aos idosos que comprovem uma renda mensal familiar inferior a um quarto do salário mínimo por pessoa. Os requerentes são submetidos à perícia médica e à avaliação dos assistentes sociais do INSS.

Para Maria Milene, o benefício que recebe do INSS todo mês representa a possibilidade de oferecer uma vida digna ao filho. Segundo a dona de casa, ela não teria condições de garantir as necessidades de uma criança deficiente sem a contribuição que recebe todos os meses do INSS. Ela destaca o apoio que recebe da mãe e do marido para a criação do filho.

Assim como Maria Milene, milhões de segurados da Previdência contam com o benefício mensal para ter uma vida digna.

Previdência investe na melhoria do atendimento

Ampliação da rede de agências e do quadro de pessoal são prioridades para encurtar o tempo de espera do segurado pelos serviços previdenciários. Adoção de novas tecnologias também facilitam



Nicolas Gomes

Fim das filas na Previdência: os segurados agendam o atendimento por telefone e são recebidos no dia e hora marcados

Ao longo dos seus 90 anos, completados em janeiro de 2013, a Previdência Social passou por várias transformações para cumprir a sua missão de atender melhor aos mais de 30 milhões de segurados espalhados pelo País. E esse esforço tem refletido na melhoria da imagem da instituição perante a sociedade.

Depois de transformar em passado as imagens de aposentados e pensionistas que varavam madrugadas na busca de uma senha para atendimento nas agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a Previdência pretende dar um novo salto na qualidade do serviço que oferece aos seus segurados. Para isso está

ampliando seu quadro de servidores e entregando novas Agências da Previdência Social (APS) à população de todas as regiões do País.

Para 2013, está previsto concurso visando a contratação de 500 analistas do seguro social, cujas vagas já foram autorizadas pelo Palácio do Planalto. No ano passado, o INSS contratou 2.500 aprovados em concurso público. O objetivo é diminuir o tempo de espera de atendimento por parte dos segurados nas agências espalhadas nos municípios.

Todos os 2 mil novos técnicos do seguro social e 500 peritos médicos previdenciários nomeados



A Central 135 acabou com as filas na porta das agências da Previdência em todo o País

em 2012 foram lotados no atendimento realizado nas novas Agências da Previdência Social (APS) que fazem parte do Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX), ou nas que estavam com carência em equipe. O aumento do quadro em 2.500 servidores inclui nomeações adicionais de 2.000 técnicos e 425 peritos além do previsto no edital de abertura do concurso.



Modelo

As provas do concurso realizado em 2012 foram aplicadas não apenas nas capitais de todas as unidades da federação, mas também nos demais municípios que são sede de gerência executiva. A expectativa é que o concurso de analista, previsto para ocorrer até o final deste ano, siga esse mesmo padrão. As vagas de analista – devido à natureza do cargo, que exigirá formação superior em graduação específica – deverão ser distribuídas entre as gerências-executivas, superintendências e sede do INSS.

“O aumento do quadro de pessoal e a maior capilaridade da rede são essenciais para a melhoria do atendimento, o aumento da cobertura previdenciária (tanto em número de beneficiários e contribuintes quanto na gestão dos novos benefícios) e a maior proximidade com o cidadão-beneficiário”, afirma o diretor de Gestão de Pessoas do INSS, José Nunes Filho. “Porém, é a formação continuada dos gestores o grande impulsionador da qualidade dos serviços”, ressalta.

Além das já exigidas formações de “gestores” e em “gestões estratégicas”, a partir do primeiro semestre de 2013 será obrigatório para os

gerentes de APS o curso de “Saúde e qualidade de vida no trabalho”. No segundo semestre, está prevista a implementação da “gestão em equipe” e da “gestão em processo” como requisitos para o cargo. São muitos os pedidos para participar dos cinco cursos, que têm o objetivo de atender, além dos gestores, também aos demais servidores.

“O ensino a distância (EAD) de qualidade é a ferramenta que encontramos para atender à enorme demanda dos quase 40 mil servidores espalhados por todo o País”, explica José Nunes. “Os cursos EAD têm dado resultados práticos. Temos alcançado uma formação que consegue melhorar o objetivo final, que é o atendimento do segurado. A ênfase em EAD nos últimos três anos tem nos proporcionado, ainda, *know-how* na área. A qualidade dos cursos tem melhorado”, acrescenta Nunes.

Novas tecnologias

Além do reforço na contratação de pessoal para agilizar o atendimento aos segurados, a Previdência Social também adotou nos últimos anos uma política ousada de investimento em novas tecnologias que hoje servem de exemplo de boa gestão para outros setores do governo federal.

Os chamados canais de atendimento acabaram com as filas nas portas das agências do INSS e humanizaram os serviços prestados aos segurados. Hoje, para marcar um atendimento, com dia e hora, basta o segurado ligar para a Central 135 e programar a sua agenda. A central foi um

marco histórico: transformou as filas em passado e permitiu outros avanços, como a comunicação direta aos segurados que já completaram o tempo de serviço e que têm direito à aposentadoria.

Outro serviço adotado pela Previdência e que facilitou a vida dos segurados é a Agência Eletrônica na internet (www.previdencia.gov.br). A parte destinada aos segurados disponibiliza os serviços da Previdência, como agendar o atendimento eletrônico, requerer o auxílio-doença, consultar perícias médicas já agendadas, consultar o calendário mensal de pagamento de benefícios, retirar o Extrato Previdenciário mediante apresentação de senha, entre outras facilidades.

A Previdência também se preocupou em facilitar a vida do empregador e disponibilizou serviços como orientações para preenchimento da Guia da Previdência Social (GPS), consulta aos editais de intimação e de publicação de resultados de julgamentos relacionados ao Fator

Acidentário de Prevenção (FAP), acompanhamento dos processos das decisões das Câmaras e Juntas de Recursos da Previdência Social, entre outros serviços.

Atualmente, a Agência Eletrônica recebe mais de um milhão de acessos por mês, principalmente nos serviços: agendamento eletrônico, Guia da Previdência Social, auxílio-doença, aposentadoria por tempo de contribuição e simulador de aposentadoria.

A Sala de Monitoramento foi outra evolução tecnológica adotada pela Previdência e que virou caso de sucesso em melhoria de gestão em todo o governo federal. A sala permite ao gestor acompanhar, em tempo real, o atendimento em todas as agências do INSS espalhadas pelo Brasil e intervir para corrigir possíveis problemas, melhorando o tempo de atendimento aos segurados. A própria presidenta Dilma Rousseff se encantou com o serviço e recomendou a sua aplicação nos diversos órgãos federais.



Novas agências encurtam distâncias

Mas não é só no investimento em pessoal e em tecnologia que a Previdência trabalha para melhorar os serviços para os milhões de segurados. Ela também está investindo forte na abertura de novas agências em todo o País.

O Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX) pretende construir 720 novas agências em municípios com mais de 20 mil habitantes e que não possuam uma Agência da Previdência Social (APS) próxima. Só no ano passado foram inauguradas 118 agências, 190 unidades estão em processo de construção e o objetivo é ampliar para 1.830 o número de municípios brasileiros com uma unidade de atendimento da Previdência Social. Este ano está prevista a entrega de mais 118 novas agências.

Até abril deste ano, 238 agências incluídas no PEX já haviam iniciado o atendimento ao público. Delas, pelo menos 60 foram inauguradas pelo ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho. Até 2015, 479 novas APS estão previstas para serem inauguradas. Mais de R\$ 1 bilhão está sendo investido na ampliação e recuperação da rede.

Um exemplo de sucesso de gestão pública

Melhoria no atendimento e fim das filas nas agências do INSS foram apresentadas como experiências bem sucedidas no serviço público

O fim das filas nas portas das agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a otimização no atendimento aos segurados foram mostrados como exemplos de sucesso da Previdência Social na 1ª Jornada Internacional da Gestão Pública, organizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), em Brasília, no mês de março. O evento debateu a gestão pública, elencando desafios e compartilhando experiências em âmbito nacional e internacional.

O secretário-executivo do Ministério da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, foi um dos convidados para o segundo painel do dia 12 de março: “A Melhoria da Prestação de Serviços Públicos”. Gabas falou sobre a experiência de gestão que comandou nos últimos 12 anos na Previdência, que acabou com as filas no INSS.

Gabas explicou que o sucesso foi alcançado devido à mudança de cultura dentro da organização. “Passamos a dar mais atenção às pessoas”, declarou. Ainda de acordo com o secretário-executivo, a melhoria só foi possível porque houve investimento do governo federal e apoio dos servidores: “Fizemos uma grande aliança entre os servidores e a Administração”.

Ele destacou como a instituição executou o plano de gestão que otimizou o trabalho da Previdência Social e mostrou, em tempo real, como estava o atendimento nas agências, acessando a sala de monitoramento do INSS.

Segundo ele, até 2004 uma pessoa poderia esperar até 180 dias para ser atendido. “Hoje, isso leva 30 minutos”, comemorou.

O evento, que teve como objetivo debater as conquistas e os desafios da gestão pública, contou ainda com a presença de outros especialistas nacionais e internacionais, que dividiram suas experiências em seus países e debateram como melhorar o atendimento à sociedade. Outras autoridades da Previdência Social também participaram das discussões: a secretária-executiva adjunta, Elisete Berchiol; o presidente do INSS, Lindolfo Sales; o diretor de benefícios do INSS, Benedito Brunca; e a diretora de atendimento do INSS, Cinara Fredo.

“Cada vez mais, as ações do Estado visam atender bem o cidadão. Esse é o centro do debate”

O cidadão como prioridade

Na abertura do evento, a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, destacou a importância dos governos federal, estaduais e municipais de promoverem sempre ações para prestar um atendimento com qualidade ao cidadão. “Acredito que, cada vez mais, as ações do Estado brasileiro, dos governos estaduais e municipais, visam atender bem o cidadão. O centro do nosso debate será sobre como voltar as ações do governo para atender o cidadão”, disse.

O secretário Carlos Eduardo Gabas apresentou o modelo previdenciário no seminário sobre gestão pública



ENTREVISTA / CARLOS EDUARDO GABAS
Secretário-executivo da Previdência Social

Cidadania em tempo real

Que experiências o sr. enumera como positivas na Previdência nos últimos anos?

É uma oportunidade muito boa para a Previdência Social apresentar suas experiências, mas também é uma oportunidade de aprendizado. A experiência da Previdência é uma situação que, imagino, não esteja

acontecendo muito no País, porque conseguimos transformar a Previdência, de uma das entidades mais apontadas como ineficientes, para um símbolo de boas práticas, boa gestão, com medidas simples, sem contratação de grandes consultorias. A gente costuma dizer que fizemos arroz, feijão e amor - esses componentes juntos fizeram que desse certo. Claro que com forte ajuda do governo federal, tanto do governo do ex-presidente Lula quanto da presidenta Dilma. Nós temos tido a oportunidade de fazer investimentos na Previdência e estabelecer um mecanismo de gestão eficiente que seja capaz de monitorar melhorias e apresentar falhas no nosso sistema de atendimento. Isso nós costumamos dizer que é cidadania em tempo real. Quando colocamos um painel de atendimento para as pessoas acompanharem, sejam os gestores ou pessoas de fora, nós estamos dando a elas cidadania, controle social e participação.

A ministra acredita que a troca de informações será importante para melhorar o trabalho dos governos. “A jornada foi preparada para discutir as experiências e refletir sobre os novos desafios para a administração pública no Brasil e no mundo. Cada um dos órgãos envolvidos têm sua própria agenda de gestão. E a agenda do governo federal certamente será influenciada pelo debate que vai ser feito aqui”, declarou Miriam Belchior.

A secretária de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Ana Lúcia Amorim de Brito, ressaltou a excelência de programas voltados para a cidadania que são referências em gestão pública. “O Brasil sem Miséria, por exemplo, é um case [assunto] que o mundo todo vem conhecer: como nós fazemos o pagamento do benefício direto ao cidadão, por meio de cartão eletrônico, em

qualquer lugar do Brasil. Outro case brasileiro é a urna eletrônica. O mundo vem para conhecer o nosso processo eleitoral, sobre como nós sabemos o resultado da eleição de forma rápida segura”, disse a secretária.

Ana Lúcia também entende que o Brasil pode aprender muito sobre gestão pública com a experiência de outros países. “Um exemplo é a gestão por resultados, muito forte na Inglaterra. O estabelecimento de metas e de indicadores de desempenho é um desafio no âmbito da gestão pública. Na Inglaterra, até o transporte público tem metas de cumprimento de horário. Nós temos estudado os

modelos deles, sobre como estabelecer metas estratégicas, desdobrá-las até o servidor e conseguir que seja uma coisa executável e que traga resultados para a melhoria do serviço público”, destacou a secretária.

“O estabelecimento de metas e de indicadores de desempenho é um desafio no âmbito da gestão pública e busca a melhoria dos serviços”

E como foi esse processo de transformação?

Nós queremos uma gestão participativa, queremos a sociedade nos cobrando e apontando nossas fragilidades para que possamos, junto com os servidores - essa é uma parceria dos servidores, nós não faríamos nenhuma transformação se não houvesse a participação e o engajamento efetivo dos servidores. Essa parceria fez que ao longo dos últimos 12 anos fizéssemos mudanças importantes. Sabemos dos desafios, que são enormes, mas temos convicção de que com essa parceria mantida e fortalecida conseguiremos superar essas dificuldades, na melhoria contínua dos nossos serviços à sociedade.

Qual é a próxima meta da Previdência?

Primeiro precisamos consolidar todo esse conjunto de mecanismos que colocamos a

serviço da gestão. A sala de monitoramento é um mecanismo de gestão, mas os indicadores não resolvem por si só, precisam ser calibrados, melhor apresentados, melhor monitorados, precisamos dar condições para que os servidores possam atingir as suas metas. Então é um processo de ajuste, de melhoria contínua, que não pode ser interrompido, precisa ir adiante. Isso consolidado, teremos novos desafios, que são cada vez mais pela eliminação de papel, eliminação da presença física das pessoas nas agências e ampliação dos serviços automáticos, na melhoria do tempo de atendimento dos segurados. Nós demos um grande salto de qualidade quando passamos a enviar para as pessoas uma carta de aviso de aposentadoria, daqueles que se aposentam por idade. Queremos dar outros grandes saltos como este para melhorar cada vez mais nossos serviços para a sociedade. Esse é o grande desafio da Previdência hoje.

Sala de Monitoramento revolucionaria atendimento

Gestores da Previdência acompanham, em tempo real, os atendimentos nas agências do INSS espalhadas pelo País, corrigindo distorções e melhorando o funcionamento



Nicolas Gomes

O atendimento nas agências em todo o País é monitorado

Desde 2009, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tem uma ferramenta que registra, a cada ano, melhora significativa no atendimento ao segurado: a Sala de Monitoramento. Criada para auxiliar os gestores do INSS, a sala monitora, em tempo real, o funcionamento das Agências da Previdência Social (APS) no País. Hoje, ela funciona não só para dar suporte ao gestor, mas também para munir o instituto de informações com o objetivo de melhor atender o segurado da Previdência Social.

Segundo Makyson Teixeira, chefe da Sala de Monitoramento, antes da ferramenta existia

uma dificuldade muito grande para avaliar a gestão e gerir, por si só, o trabalho nas agências, mas agora há transparência nesse sentido. As informações sobre o cotidiano das APS eram restritas a algumas pessoas; agora qualquer servidor do INSS tem acesso e pode também ajudar na gestão do seu local de trabalho.

Disponíveis em vários painéis, as informações são atualizadas a cada 15 minutos. É possível acompanhar os indicadores de atendimento e saber quando, como e por que uma agência está com lentidão na prestação do serviço ao cidadão. Entre os indicadores visualizados estão



a quantidade de pessoas esperando para serem atendidas, o tempo médio de espera, a duração do atendimento no guichê, o número de servidores e os gastos na unidade, além dos equipamentos disponíveis até o momento.

Uma das informações que mais contribuiu para um atendimento de qualidade foi a visualização da demanda em cada serviço, como aposentadoria, perícia e cadastro do segurado. Hoje, os gestores conseguem identificar qual serviço tem uma procura maior e remanejar as vagas para aquele que mais necessitar. “Com essa ferramenta começamos a ver distorções no atendimento e no número de vagas. Só então conseguimos melhorar a oferta de vagas em cada serviço”, ressalta Teixeira.

Como funciona

A Sala de Monitoramento veio com a proposta de agilidade na resolução de problemas no atendimento. Quando ocorre alguma distorção, o chefe da agência recebe, automaticamente, um e-mail para que tome as medidas necessárias para que o atendimento volte à normalidade. Se nenhuma resposta for prestada, o sistema envia outra mensagem, desta vez ao gerente-executivo responsável pela região da APS. Em caso de não haver resposta, o próximo contatado é o superintendente regional e, em seguida, a Diretoria de Atendimento do INSS.

As situações atípicas no atendimento são detectadas por meio dos indicadores estabelecidos no plano de ação do INSS de cada ano, que são a base para avaliar o que se enquadra nos padrões de normalidade. Por exemplo, a meta do INSS é que nenhum processo de concessão de

benefícios fique mais que 45 dias em análise. Quando a agência registra, pelo menos, um processo nessas condições, o gestor da APS é avisado pelo sistema por meio de e-mail.

Novas ferramentas

Nos últimos meses, inovações na Sala de Monitoramento permitiram melhorar ainda mais a gestão do atendimento. Uma das novidades foi a inclusão da Agenda – SAE (Sistema de Agendamento Eletrônico) que permite ao gestor visualizar a próxima data disponível para agendar determinado serviço, o que ajuda na informação precisa e ágil prestada ao segurado.

A Agenda – PM (Perícia Médica) é outra nova ferramenta. Antes, o segurado que tivesse pendência administrativa, como documentos ou exames a apresentar, era encaminhado ao médico perito, que não poderia examiná-lo sem que a pendência fosse resolvida. O segurado era obrigado a voltar ao atendimento no guichê e, posteriormente, ser atendido pelo médico perito.

Agora, a Agenda – PM detecta a pendência antes da realização da perícia. Assim, o servidor da agência liga para o segurado, para que ele chegue antes e traga os documentos necessários para ser atendido na perícia médica.

Os avanços no setor permitiram melhorar o serviço

Diariamente, a nova ferramenta Retrato da Unidade mostra os indicadores de atendimento, como as senhas emitidas em determinado dia, a quantidade de perícias marcadas, os agendamentos mantidos e a hora em que a agência começou a funcionar.

“Agora, todos na agência têm a opção de serem proativos”, afirma Makyson Teixeira.

Trabalho e dedicação superam dificuldades

Uma servidora com 30 anos de serviços prestados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e à sociedade. Natural de Dois Córregos (SP), Elisete Berchiol da Silva Iwai, secretária-executiva adjunta do Ministério da Previdência Social, resume seu trabalho em dois pilares: comprometimento e respeito, tanto interno quanto externo. Ao longo da carreira passou por grandes e decisivos momentos. Viveu uma época em que o atendimento ao público era visto como um caos. Filas, acúmulo de processos, venda de senhas. Mas também participou ativamente do processo de mudança de gestão. Nesta entrevista, Elisete fala desse passado, do presente e das perspectivas de um futuro calçado pelo planejamento.

Como foi o início de carreira?

Entrei no concurso do então Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), extinto ao ser fundido com o Instituto Nacional de Previdência Social. Fiquei lotada no gabinete do agente. Fazia folha de pagamento, como um ponto de apoio de Recursos Humanos, centralizado nas Superintendências. Como atuava no gabinete também tive um pouco de experiência nas áreas de orçamento, finanças, tesouraria e pagamentos. Naquela época fazíamos pagamento em moeda dentro da agência para quem viajava, buscava atendimento do INAMPS, INPS em outras unidades. Saí de Andradina em 1985 e fui para Araçatuba (SP), onde passei a trabalhar na arrecadação e fiscalização. Foram muitos anos. Assumi a chefia da seção, atuei um tempo razoável, nessa área de arrecadação com a emissão de Certidão Negativa de Débitos (CND), regularização de obras na construção civil (pessoa física e jurídica), inscrição de contribuintes individuais, registro de CNPJ de empresas que precisavam passar pelo cadastramento no INSS, e apoio à fiscalização. Depois assumi a chefia

de orçamento, finanças e contabilidade, numa área mais de administração do INSS. Trabalhei alguns anos no orçamento e também substituí a chefia de administração que cuidava de logística, RH e de orçamento. Foi ali que me identifiquei bastante com a área de gestão, organização e administração efetivamente. Em 2003 assumi a Gerência-Executiva de Araçatuba, onde fiquei até meados de 2006, até que, a convite do ministro Nelson Machado, assumi a Superintendência do INSS no Estado de São Paulo. Participei da equipe que fez uma reestruturação do INSS, diminuimos o número de superintendências e passamos a ter as cinco gerências regionais com um papel diferenciado: ser um pólo de administração que desse suporte às gerências-executivas e à Direção Central do INSS.

E depois veio para o Ministério?

Sim. Aqui estou há dois anos e meio. Procuo desempenhar meu trabalho sempre pensando no que eu gostaria de receber como serviço prestado por um servidor. Quando agimos assim vamos construindo um caminho pavimentado por respeito, contribuição e parcerias. Sempre foi assim no INSS e agora no MPS. É assim que penso.

O que a senhora destaca como piores momentos da gestão?

O pior momento foi de filas e de caos no atendimento, em 2003/2005. Este período foi uma fase de mudança da forma de atendimento, com a saída dos terceirizados administrativos e o início da política de gestão de pessoas que aconteceu no INSS. Veio também a crise de 2006 no atendimento da Perícia Médica, porque em 2005 começou a transição da saída dos terceirizados e



a admissão do quadro próprio de médicos peritos para atuar na avaliação da capacidade laborativa.

Quando assumi a Superintendência de São Paulo, estávamos num período muito crítico desse atendimento, da oferta do serviço. Tínhamos agências concebidas num modelo para não haver consultório médico. O desenho era fazer as perícias nos consultórios médicos credenciados. Era preciso absorver esse trabalho dentro das unidades sem ter estrutura adequada para receber os médicos que estavam entrando e precisavam realizar as perícias. Foi um período extremamente difícil e onde nasceu a necessidade de fazer algumas agências que dessem condições de dar esse atendimento e ai surgiram as BI (agências de benefício por incapacidade) que naquele momento foi necessário por falta de consultório nas agências, embora houvesse uma relutância da casa em fazer esse tipo de agência. A implantação da primeira agência foi em São Paulo; inclusive o presidente Lula participou da inauguração.

Mas aquele também foi um momento crítico com relação a essa mudança de pessoal?

Os servidores vinham de uma política de achatamento salarial e de não-valorização do servidor. Isso culminou com a não-realização de concursos; servidores desmotivados e sobrecarregados com o trabalho que era necessário fazer nas agências. Também estavam sem perspectiva de carreira; de melhoria salarial e de um horizonte para conquista dessa categoria. Houve nesse período uma ebulição no meio dos servidores que culminou com várias e longas greves dos servidores, uma delas que chegou a 30 dias.

A sociedade ficava então sem a prestação de um importante serviço público. E os servidores, como enxergavam essa situação?

Era muito ruim para o servidor ver isso, mas ele estava ali num momento crítico. A política da terceirização

trouxe um descrédito e desvalorização muito forte para o servidor público. Do outro lado estava o cidadão afetado num momento de muita fragilidade, seja por doença, perda de um familiar, ou num momento em que está para se aposentar. Sempre quando as pessoas chegam à Previdência é por uma necessidade e uma expectativa de que ali vai ter direito ao benefício pelo qual pagou. Mesmo aqueles que vêm buscar um benefício assistencial. Eles estão num momento de muita dificuldade. E eles encontravam portas fechadas.

Tinha uma crise instalada. E qual foi a solução?

Foram pactuadas várias ações com outros órgãos do governo federal, com apoio irrestrito do presidente para que a situação fosse resolvida. Houve iniciativas de melhoria da gestão como o programa PGA - Programas de Gestão do Atendimento, mas também ocorreram discussões com as entidades representativas dos servidores para formular uma política de pessoal, mesmo não tendo num primeiro momento reajuste ou a implementação do total dos valores, mas que reconhecia o trabalho e que ao longo de alguns anos seriam contemplados muitos dos anseios dos servidores. Estou falando do Plano de Carreiras que foi negociado na última greve que houve no INSS. Houve entendimento, respeito e confiança estabelecidos entre a gestão de que iria ocorrer, sim.

E então a carreira foi estruturada?

Conseguimos estruturar a carreira com o apoio do presidente, do Ministério do Planejamento, do Governo. Isso trouxe um ganho significativo que, aliado às ferramentas de gestão, fizeram que o INSS saísse das páginas policiais. Na época a Rádio Bandeirantes entregava mensalmente o troféu "Trombone de Ouro" para aqueles órgãos ou empresas com mais reclamações no mês e nós recebemos várias vezes. Era muito dolorido para os servidores. Mas naquele momento havia uma esperança, uma luz no fim do túnel para sair dessa fase complicada.

A senhora se engajou na luta contra a privatização?

Lutei muito contra a privatização. Atuávamos por meio de uma associação e fizemos muitas manifestações. Tínhamos um grupo muito articulado por uma política de Previdência Social. Este comprometimento, que já

existia antes, fez com que a gente se engajasse na gestão de um governo que reconhecia isso. A virada na política foi no governo Lula, com a decisão pelo fim da terceirização e reforma da Previdência. Já a virada na melhoria do atendimento, com certeza, consolidou a partir da gestão de Nelson Machado, em 2005. Houve essa priorização na melhoria, criou-se a Diretoria do Atendimento no INSS.

Um olhar hoje sobre a Previdência Social – 90 anos?

Emociona quando a gente vê o INSS citado como um case de sucesso de que é possível fazer a transformação de uma gestão ineficiente para uma gestão que atende seu cidadão, reconhece, valoriza e que passa a reconhecer, mudando o paradigma de conceder e sim reconhecer o direito.

Essa mudança entre conceder benefício e reconhecer direito é a chave da mudança que nós tivemos; à medida que você reconhece direito com mais qualidade do atendimento, na informação, é extremamente importante.

Outro passo muito importante que emociona e que precisamos expandir mais é no controle da sociedade sobre suas contribuições, passando a ser um fiscal do recolhimento. À medida que incentivamos o trabalhador a fazer esse controle nós estamos também dando um passo muito importante.

Ter na base de dados informações e avisar que o cidadão já tem direito ao benefício também foi outra grande mudança. Passamos a disponibilizar essas informações. Conseguimos perceber a dimensão à medida que o serviço vai sendo implementado. O estado não é só o guardião da informação, mas também o que cuida de garantir o seu direito.

A reputação da instituição continua ameaçada?

As mudanças acontecem de uma forma gradual. Não se consegue reverter uma gestão ineficiente de décadas em cinco, oito, dez anos. É um processo de reconquista da confiança da sociedade e de internalização na instituição desse novo papel de guardião da informação, mas também que deve para a sociedade essa troca de informação.

Estamos trabalhando no aperfeiçoamento dos nossos sistemas para que eles ofereçam, cada dia mais,

segurança na informação e agilidade na prestação do serviço. Este é um compromisso do governo brasileiro, que trabalha sempre com o foco no cidadão, de oferecer um serviço mais ágil e eficiente à população. Essas mudanças, ao deixarem o segurado mais satisfeito, também contribuem ao bem-estar do servidor que recebe de imediato o retorno do cidadão que é atendido em nossas agências.

Daqui para frente é avanço?

Vamos ter ainda algumas dificuldades, enfrentar alguns desafios, mas isso faz parte de um processo de melhoria para uma Casa desse tamanho. Temos o atendimento diário, o agendamento, a Sala de Monitoramento, o planejamento estratégico que envolve o Ministério como um todo. Temos a diretriz da nossa missão, visão, macro- ações e objetivos para implementar. Tem também os Planos de Ação com metas pactuadas com os servidores e monitoradas. No contexto do atendimento do INSS, o Painel de Desempenho é uma forma de acompanhar como estamos desenvolvendo essas ações de forma organizada e programada. Antes eram problemas em todas as áreas, hoje estão mais localizados. Com as ferramentas temos essa visão, esse mapa que permite enfrentar todo tipo de problema.

E como é esse seu sentimento pela instituição?

O servidor incorpora a Previdência na vida pessoal, familiar. A família ajuda a gente (filhos, marido), todos acabam participando dessa vida. O servidor não consegue ser um trabalhador que sai do trabalho e se desliga. A Previdência acaba sendo inserida na vida dele como um todo. É muito mais do que um contrato de trabalho, como é o meu caso. São madrugadas de trabalho, finais de semana, dedicação, amor.

Ao completar 30 anos de casa, quais os projetos futuros?

Na vida, tanto pessoal, como profissional, temos ciclos e estou pessoalmente e profissionalmente em um ciclo de um grupo de servidores que está para passar o bastão. Então tem que começar a pensar a preparar a saída de cena de um grupo e ajudar a passar essa cultura para quem vai assumir a responsabilidade da



continuidade do trabalho da Previdência. Do ponto de vida pessoal os filhos estão formados. Sinto uma realização muito forte, da família que me deu suporte, o marido, companheiro de luta que sempre me apoiou. Não foi fácil, porque a Previdência exige muito, mas hoje a gente vê uma família com três filhos maravilhosos e bons cidadãos.

A serenidade sempre esteve junto?

Isso é do meu perfil. É gratificante manter relacionamento, amizades, dentro e fora do trabalho, de longa duração. Dá orgulho ver pessoas com quem compartilhei muitas dificuldades mas que a relação de amizade só cresceu com isso, assim como a confiança e o companheirismo.

Uma mensagem...

A mensagem é de muita confiança no governo que estamos construindo, nas políticas públicas que estão sendo implementadas de fazer com que o seu cidadão cresça junto com o País. Vemos essa inserção num contexto de valorização e de reconhecimento dos servidores públicos e trabalhadores.

Meio século de seguridade social

Uma história contada por quem ajudou a construir a Previdência brasileira e presenciou os principais avanços na área de proteção social

Memória viva da Previdência Social. É assim que é tratado dentro da família previdenciária Jorceli Pereira de Souza, 68 anos, goiano de Ipameri e que começou sua vida profissional com 17 anos, em 1962, no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários (IAPB). Desde então, Jorceli presenciou os principais avanços na área da proteção social e até ajudou a construir a história da Previdência Social brasileira.

Com grande conhecimento de legislação e normas, uma das mais significativas contribuições de Jorceli foi a participação na elaboração do texto final das leis 8.212/91 e 8.213/91 - que regulamentaram a Constituição de 1988 no que diz respeito à Previdência Social.

Após dois anos de discussão dentro do então Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), o texto do projeto de lei que regulamentaria a Previdência Social foi encaminhado ao Congresso Nacional. Jorceli foi o elo entre o

ministério e os parlamentares para conduzir a redação final do texto. Ele lembra que, logo na primeira semana, o projeto recebeu 25 mil propostas de emenda. “Tínhamos que analisar emenda por emenda para ver o que aceitávamos e não aceitávamos. Um trabalho de negociação, ajudando a dar uma forma final ao texto”, relembra o servidor.

A formação em português, inglês e latim ajudou Jorceli na elaboração de textos normativos com qualidade. Durante seus quase 50 anos trabalhando com Seguridade Social, o servidor já foi diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social, elaborou pareceres técnicos sobre todos os projetos de lei que surgiam no Congresso Nacional e que tratassem sobre Previdência e participou da negociação de acordos internacionais.

Em 1978, quando foi requisitado para trabalhar no Ministério da Previdência Social (MPS), ficou responsável pela análise dos projetos em tramitação no Congresso Nacional. “Se um deputado



Jorceli recebe homenagem por seus bons serviços prestados à Previdência

Foto: Arquivo Pessoal



Jorceli atuou fortemente na negociação de acordos internacionais em benefício dos brasileiros

apresentasse projeto de lei sobre previdência, tínhamos de elaborar um parecer dizendo qual era a posição do Ministério – se era válido, se era ou não viável, quais os impactos econômicos, financeiros e sociais”, conta Jorceli.

Nessa época, uma proposição chamou a atenção do servidor. Em plena década de 1980, um projeto de lei previa a criação de um benefício para mulheres que não se casassem até os 30 anos. “Isso não tinha muito a ver com o seguro social e foi em uma época em que a mulher estava realmente se impondo no mercado de trabalho, se profissionalizando, enfim, conquistando seu espaço. Tivemos que buscar argumentos em movimentos feministas para poder refutar a ideia, dizer que isso era contra os tempos modernos”, lembra Jorceli.

Nos últimos anos de trabalho no MPS, Jorceli participou da discussão e elaboração dos textos de acordos internacionais. Foi apelidado de “The Flash” pelos colegas, em razão da agilidade com que conduzia as negociações para a elaboração do texto definitivo dos acordos. Com o Japão, por exemplo, o texto foi fechado em apenas duas semanas, tempo recorde no histórico de negociações dos japoneses. Jorceli foi chefe de delegação dos acordos com Japão, Canadá, Bélgica e França. “Foi quando tive a oportunidade de fazer algo mais dinâmico, objetivo”, afirma, entusiasmado.

Pouco depois de começar a trabalhar no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários (IAPB), Jorceli Pereira presenciou a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que unificou todos os institutos existentes na época. “Com isso tivemos unificadas a legislação e a administração. Todos os trabalhadores passaram

a ter os mesmos direitos e deveres em uma administração centralizada”. A unificação da legislação ocorreu em 1960, com a criação da Lei Orgânica da Previdência Social. Até então, cada instituto tinha a sua própria lei e os direitos e deveres eram desiguais entre os trabalhadores e as classes sociais.

“Todos os trabalhadores passaram a ter os mesmos direitos e deveres”

Para Jorceli, outra conquista importante foi a criação do Ministério da Previdência Social, em 1974.

Jorceli trabalhou no Ministério da Previdência Social até setembro de 2011, quando se afastou por motivos de saúde. Na época, ele ocupava o cargo de coordenador-geral de Legislação e Normas da Secretaria de Políticas de Previdência Social. “A Previdência Social envolve assuntos que dizem respeito ao bem-estar humano. Dessa forma, ela se torna muito atrativa, pois você tenta buscar soluções que tragam bem-estar às pessoas”, avalia.

Livro histórico

Jorceli Pereira de Sousa foi o principal autor do livro “Os 80 anos da Previdência Social”. Em dois meses de pesquisa o servidor reuniu arquivos, curiosidades e documentos que contam a história da Previdência no Brasil. Para tornar a leitura mais dinâmica, Jorceli fez um paralelo entre os avanços da Previdência e os fatos históricos que marcaram o País.

Uma das curiosidades contadas no livro é que em 1821, no Brasil, quem tinha 30 anos já podia se aposentar sem nunca ter contribuído. Além disso, a obra conta com fatos interessantes como o primeiro auxílio-natalidade e o primeiro processo de aposentadoria.

PEP promove inclusão previdenciária no País

Programa completa 13 anos levando informações sobre proteção da Previdência Social aos lugares mais distantes do Brasil



Fotos: Educação Previdenciária

Os agentes do PEP levam a educação previdenciária para dentro das escolas

Há 13 anos, a equipe do Programa de Educação Previdenciária (PEP) leva informações sobre a proteção da Previdência Social às mais diversas comunidades no Brasil. Quanto menor o acesso dos cidadãos aos serviços previdenciários, maior é a presença dos disseminadores do programa. “As ações do PEP vão muito além do ato de informar. A interlocução entre a Previdência e a sociedade ajuda os indivíduos a compreender e a exercer seus direitos e deveres junto à Previdência Social”, explica o coordenador do PEP, Everaldo Bernardes Oliveira.

Os projetos do PEP sempre tentam alcançar os públicos mais excluídos da sociedade ou que tenham dificuldade de acesso à Previdência Social. Uma das políticas do programa é criar conscientização sobre a importância de se ter proteção social desde cedo. O “PEP nas Escolas”

é o projeto que leva informações previdenciárias a jovens de escolas públicas e privadas. Especialmente para esse público, foi criada a cartilha “Aprendendo com a Previdência Social”, que ensina de forma didática como o jovem pode se inscrever na Previdência e quais as garantias oferecidas por ela.

Na escola municipal Professora Vera Lúcia Schimdt, localizada no Assentamento Piratininga, a 100 km da cidade de Nova Ubiratã (MT), as crianças receberam a cartilha numa das primeiras palestras do “PEP nas Escolas” no Mato Grosso. A coordenadora do PEP da Gerência-Executiva de Cuiabá, Maria das Graças da Silva, afirma que as crianças gostam de interagir e têm interesse maior em aprender. “As crianças são muito curiosas e se relacionam facilmente com o tema Previdência Social, apesar de ser algo distante da rotina delas”.



Desde 2000, 8,9 milhões de pessoas foram beneficiadas pelas ações do PEP. Nesse período, mais de 65 mil ações foram promovidas em todo o Brasil. Geralmente, as ações são realizadas em parceria com diversos segmentos organizados da sociedade, como sindicatos, associações de classe, cooperativas, entidades educacionais e religiosas, ONGs, entre outros. “Sem esse apoio, não teríamos conseguido tantas vitórias”, destaca Oliveira.

A missão do PEP é promover a inclusão dos cidadãos no sistema previdenciário brasileiro, divulgar políticas públicas e valorizar a cidadania. Hoje, mais de 95 mil disseminadores do programa, espalhados pelo País, estão empenhados, não só em transmitir informação sobre os direitos e deveres relativos à Previdência Social, mas também em ampliar a cobertura previdenciária.

“Ao final, o que se pretende é ampliar o nível de cobertura. Porém, ao incentivar a inclusão no sistema, a educação previdenciária também contribui para a ampliação da proteção social e redução da informalidade”, acrescenta Oliveira. A meta do Ministério da Previdência Social é alcançar, até 2015, a marca de 77% da população brasileira protegida socialmente.

Ações

Mensalmente são realizados seminários, palestras, campanhas, fóruns e cursos em sindicatos, associações, escolas e universidades. A educação previdenciária também é feita nas igrejas, nas tribos indígenas, nas prisões, nas feiras livres e de cidadania, nas estradas e nos eventos públicos de grande porte, além de canais

“Ao final, o que se pretende é ampliar o nível de cobertura previdenciária”

de mídia como as emissoras de rádio, buscando atingir o maior número de pessoas.

Foi em um programa de rádio que a ouvinte assídua da rádio Evangelizar, em Curitiba, em que o INSS tem uma participação semanal, que a dona

de casa Ana Tomaz de Aquino Hannemann, 68 anos, aprendeu sobre a aposentadoria por idade. Orientada pela coordenadora do Núcleo de Educação Previdenciária, Teresinha Marfurte, descobriu que, apesar do extravio da carteira de trabalho, poderia comprovar um vínculo de três anos em um hospital da cidade, o que completaria o tempo de carência exigido pela legislação.

Com o requerimento do benefício já agendado e providenciando a documentação necessária para garantir o direito, dona Ana agradeceu o trabalho realizado pela educação previdenciária: “O programa na rádio ajudou não só a mim. Todo o povo que pede informação é bem atendido e tudo é esclarecido. Já avisei aos amigos pra ouvirem também”, festeja a nova aposentada.

Alterações

Inicialmente batizado de Programa de Estabilidade Social (PES), o PEP foi instituído, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pela Portaria Ministerial nº 1.671/2000. Hoje, o Programa de Educação Previdenciária faz parte do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do INSS (CFAI), vinculado diretamente à Presidência do Instituto.



Os agentes do PEP comemoram os 90 anos da Previdência e se desdobram na divulgação dos benefícios em todo o País

Cursos ajudam a entender a Previdência

Resultados da Educação Previdenciária em 2012:

6.862
ações
realizadas

650.690
pessoas
informadas

7.861
disseminadores
externos

O PEP atende a demandas das cidades que solicitam uma palestra sobre Previdência Social. Em cada uma das agências do INSS há pelo menos um servidor destinado a fazer esse trabalho. Além das agências, nas gerências e superintendências também existe a equipe do PEP. Essa equipe faz parte do chamado Núcleo de Educação Previdenciária.

As iniciativas da educação previdenciária abrangem desde serviços de orientação e informação – o famoso “tira dúvidas” – e atendimento à imprensa, até palestras e cursos com meta de formar disseminadores das informações previdenciárias. Nestes cursos, que são gratuitos e têm 20 horas de duração, técnicos da instituição preparam assistentes sociais, servidores das prefeituras, sindicalistas, profissionais de recursos humanos e de contabilidade, entre outras categorias, para serem multiplicadores junto às suas comunidades e ambientes de trabalho.

Nesse sentido, a atuação do PEP pretende prevenir a ação dos intermediários que cobram dos trabalhadores para realizarem serviços que o próprio segurado poderia acessar gratuitamente junto à Previdência Social. Para 2013, algumas ações já estão programadas, como a educação previdenciária a distância para professores e empresas, histórias em quadrinhos e jogos eletrônicos na internet.

Ao incentivar a inclusão no sistema, a educação previdenciária também contribui para a redução da informalidade e para a ampliação do controle social. “Promover a inclusão das trabalhadoras e dos trabalhadores no Sistema Previdenciário, divulgar políticas públicas e valorizar a cidadania é a missão e o compromisso do PEP”, afirma a coordenadora do programa, Renata Melo.

De 2000 a 2013, o PEP realizou 65.297 ações, atendeu 8,9 milhões de pessoas e formou 95,6 mil disseminadores da informação, que se concentram em 100 núcleos executivos e nos núcleos das mais de 1.300 agências da Previdência Social.



Projetos da Educação Previdenciária para 2013:

- Ações Nacionais;
- Educação Previdenciária a Distância para Professores;
- Educação Previdenciária a Distância para Empresas;
- Educação Previdenciária para Terceirizados da Administração Pública;
- Histórias em Quadrinhos na Internet;
- Cartilha Eletrônica na Internet;
- Jogos Eletrônicos na Internet;
- Livro de Versinhos da Previdência Social;
- História em Quadrinhos: Quero me Aposentar;
- Portal da Educação Previdenciária na Internet;
- Curso de Disseminadores.

Para chegar a essas pessoas, o PEP também conta com parcerias entre órgãos nacionais, estaduais, organizações não governamentais (ONGs) e sindicatos rurais. Atualmente, as mais importantes são estabelecidos com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com a Secretaria de Direitos Humanos. “Estamos com a Secretaria na campanha de mobilização do registro civil de nascimento”, detalha Renata Melo.

As parcerias ajudam a ampliar o campo de atuação do PEP e de outros serviços sociais. Renata Melo notou que as pessoas sabem que o PEP existe, que podem contar com os servidores do INSS para orientá-los fora de uma agência da Previdência Social. E se as pessoas estão mais conscientes dos seus direitos, conseqüentemente elas vão buscar o acesso ao benefício. “Daí você tem cobertura e proteção social”, ressalta.

Novo status

Desde 2011, o PEP elevou seu status perante a Previdência Social, graças à sua importância para a instituição. Antes, era apenas um setor dentro da estrutura do INSS. Agora, o programa faz parte do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do INSS (CFAI), vinculado diretamente à Presidência do Instituto. Assim, ele deixa de ser uma política de um departamento para ser uma política de toda a instituição.

O reconhecimento estimula ainda mais o trabalho dos disseminadores, que são pessoas com um envolvimento muito grande com o PEP. “Eles não medem esforços, seja sábado, domingo, feriado. Largam suas famílias, quando não podem deixar, levam a família junto na ação. Eu acho que isso é o ponto fundamental do sucesso que a gente consegue com a educação previdenciária. É uma doação mesmo”, afirma Renata Melo.

O que se pretende é ampliar o nível de cobertura previdenciária, objetivo de longo prazo. Porém, ao incentivar a inclusão e permanência no sistema, o PEP também contribui para a redução da informalidade e para a ampliação da proteção social.

Resultado da Educação Previdenciária em 13 anos de existência:

65.297
ações
realizadas

8,9 milhões
pessoas
informadas

95,6 mil
disseminadores
externos

Brasileiros ganham proteção no exterior

Ministério tem intensificado acordos para assegurar proteção social a mais de 3,5 milhões de brasileiros que vivem e trabalham fora do País

A Previdência está ampliando a sua rede de proteção social aos brasileiros que moram e trabalham no exterior. Nos últimos anos, o Ministério da Previdência Social tem intensificado o trabalho junto a outros países com o objetivo de ampliar os acordos internacionais e garantir os benefícios previdenciários a mais de 3,5 milhões de cidadãos brasileiros que vivem no exterior.

No ano passado foram promulgados acordos com o Japão, que deve beneficiar 210 mil brasileiros, e com a Coreia do Sul, com quase 1.500 brasileiros. Também foram renovados acordos com a Espanha, com mais de 128 mil brasileiros beneficiados; e com Luxemburgo, com 3.600 brasileiros.

Ainda estão em fase de negociação acordos com os Estados Unidos, que deverão beneficiar mais de 1 milhão de brasileiros, com Israel (10 mil) e Moçambique (2.250).

Desde 1º de maio deste ano mais de 90 mil brasileiros que vivem na Alemanha – e a comunidade alemã residente no Brasil – poderão solicitar a totalização do seu tempo de contribuição tanto na Alemanha quanto no Brasil para requerer benefícios como aposentadoria, pensão por morte e auxílio-acidente. Na mesma data, entrou em vigor o acordo previdenciário adicional com Portugal, onde vivem pelo menos 140 mil brasileiros.

A vigência do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha teve início após a troca dos instrumentos de ratificação realizada no dia 6 de março de 2013 pelo ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, e pelo embaixador da Alemanha no Brasil, Wilfried Grolig, em cerimônia ocorrida em Brasília.

“Do ponto de vista das amplas relações comerciais existentes entre os dois países, a entrada em vigor do Acordo Brasil-Alemanha trará melhoria significativa ao evitar a contribuição previdenciária em dobro às empresas (brasileiras e alemãs) que desloquem seus funcionários por um período de tempo determinado”, declarou o ministro Garibaldi Alves Filho.

Por sua vez, o embaixador Wilfried Grolig destacou que tanto para a Alemanha quanto para o Brasil a previdência social é prioridade. “Por esse acordo se criam estímulos para um intercâmbio maior de técnicos e peritos entre nossos países”, afirmou, acrescentando que agora os empregados correrão menor risco quando decidirem trabalhar no país parceiro.

O acordo prevê regime especial para o deslocamento temporário, isentando trabalhadores

O ministro Garibaldi Alves Filho e o embaixador Wilfried Grolig assinam acordo



Fotos: Nicolas Gomes



não nacionais das contribuições previdenciárias nos primeiros 24 meses de residência no país estrangeiro. Desde 2008, os termos do documento e seus ajustes administrativos (protocolos indispensáveis à operacionalização do tratado) vêm sendo negociados nas diversas rodadas de negociações realizadas nos dois países.

Os acordos com a Alemanha e com Portugal estão inseridos no objetivo da Previdência Social de promover uma ampliação da cobertura previdenciária que inclua, além dos nacionais residentes, as comunidades brasileiras espalhadas por todo o mundo e os estrangeiros que vivem no Brasil.

No segundo semestre de 2011, o Brasil celebrou instrumentos de proteção social semelhantes

“O acordo cria estímulos para um intercâmbio maior de técnicos entre nossos países”

com a França, o Canadá e a província canadense de Quebec, que possui autonomia constitucional. O acordo com a França abrange a província ultramarina da Guiana, com a qual o Brasil divide 730 km de fronteira e onde vivem pelo menos 20 mil brasileiros.

Acordos previdenciários com Cabo Verde, Chile, Grécia e Itália também estão em vigor, além das convenções multilaterais de proteção social do Mercosul e a Iberoamericana, que passou e ter início efetivo para o Brasil em maio de 2011, após a assinatura do acordo de aplicação da Convenção Multilateral Iberoamericana de Segurança Social. O acordo firmado com a Bélgica está em fase de ratificação e beneficia 43 mil brasileiros que residem e trabalham naquele país.

Os acordos garantem proteção previdenciária aos brasileiros que trabalham fora do País

Facilidade para benefícios

A partir de agora, segurados beneficiados por acordos previdenciários internacionais, brasileiros ou estrangeiros, poderão comparecer a qualquer agência da Previdência Social (APS) para requerer benefícios. Antes, os segurados tinham de se deslocar para uma APS específica.

A facilidade inclui o requerimento para a concessão de benefício, para a contagem do tempo de contribuição exclusivo no Brasil ou no exterior, como também para os chamados benefícios por totalização, que são aqueles que incluem o tempo de contribuição no país de origem e no exterior.

No caso de benefício com tempo de contribuição exclusivo no Brasil, a própria APS escolhida pelo segurado fará a recepção, análise e conclusão do pedido. Nos demais casos, a agência só

recepciona o pedido e encaminha para a APS Atendimento Acordos Internacionais (APSAI), que continua com as competências de análise e conclusão do pedido.

Para os segurados que residem no exterior e são beneficiados por acordos previdenciários entre o Brasil e país estrangeiro, independentemente de onde se deu a contribuição, é o organismo de ligação estrangeiro o responsável pelo envio do pedido à APSAI.

Quando expressamente previsto em acordo, o requerimento de certificado de deslocamento temporário deverá ser realizado pelo empregador, no caso de empregado, ou pelo trabalhador por conta própria (contribuinte individual). Nesses casos, o requerimento também será recebido por qualquer APS.

Mais segurança no exterior

L.S.O. foi a primeira brasileira a se beneficiar do Acordo de Previdência Social entre Brasil e Japão, promulgado em março de 2012. A segurada, que reside no país asiático, teve a aposentadoria por idade concedida no dia 13 de abril do ano passado. O acordo beneficia os atuais 230 mil brasileiros que residem no Japão e os 80 mil cidadãos japoneses que vivem no Brasil.

A segurada contribuiu por mais de nove anos no Brasil e por um tempo superior a cinco anos no Japão. Caso o acordo ainda não tivesse sido implementado, ela não teria direito ao benefício.

Desde que o acordo entrou em vigor, no mês de março de 2012, a gerência do INSS São Paulo Sul

já registrou vários requerimentos de benefícios formalizados no Instituto de Pensão Japonês e no INSS. Também foram oficializados requerimentos de deslocamento temporário por empresas no Brasil.

A totalização do tempo de contribuição é o objeto principal do acordo, isto é, cidadãos que trabalham no Brasil e no Japão poderão somar os períodos de cobertura nos dois países para usufruírem dos benefícios previdenciários. Aposentadoria por idade, pensão por morte e aposentadoria por invalidez são os principais benefícios abrangidos pelo acordo.

O cálculo do valor da aposentaria por idade e dos tempos mínimos para ter direito ao benefício é feito levando-se em consideração, proporcionalmente, o tempo de contribuição previdenciária em cada um dos países. Para se aposentar no Brasil, no caso da aposentadoria por invalidez, são necessárias 12 contribuições anteriores, qualidade de segurado e comprovação da invalidez. Quanto à pensão por morte, apenas a condição de segurado.

Atendimento

Para requerer os benefícios no Brasil, basta comparecer a uma das Agências da Previdência Social, munido da documentação necessária, e preencher o formulário específico. Em território nipônico, o interessado pode comparecer a qualquer das mais de 300 agências do Serviço de Pensão do Japão. Os pagamentos serão realizados pelo Brasil e pelo Japão, na proporção que cabe a cada país, sempre na moeda nacional correspondente, considerando-se a residência

atual do segurado. Serão considerados períodos de cobertura completados antes da entrada em vigor do acordo. A aplicação do acordo não resulta em qualquer redução do valor de benefício assegurado antes de sua vigência.

O acordo prevê, ainda, o deslocamento temporário, que permitirá isenção de contribuição previdenciária no país de destino. O período máximo do certificado é de cinco anos, prorrogáveis por mais três. O deslocamento beneficia empregados de empresas e trabalhadores que exercem atividades por conta própria.

ACORDOS EM VIGOR:

Países	Data de assinatura	Número de brasileiros beneficiados
Cabo Verde	07/02/1979	220
Chile	16/10/1993	7.943
Espanha	16/05/1991	128.238
Grécia	12/09/1984	1.750
IBEROAMERICANO	07/04/2008	618.656 (p/ 22 países))
Argentina, Espanha, Bolívia, Chile, Equador, El Salvador, Paraguai, Uruguai		438.982 (em vigor)
Itália	09/12/1970	67.000
Japão	29/07/2010	210.032
Luxemburgo	16/12/1965	3.600
MERCOSUL	19/09/1997	286.851
		85.324 (nº sem o Paraguai)
Portugal	07/05/1991	140.426

ACORDOS EM TRAMITAÇÃO: Preparativos para entrada em vigor

Alemanha - 03/12/2009 – **95.160** (Troca de Notas)

Portugal (Acordo Adicional) - 09/08/2006 - **140.426** (Troca de Notas)

EM FASE DE RATIFICAÇÃO:

Países	Data de assinatura	Número de brasileiros beneficiados
Bélgica	04/10/2009	43.000
Canadá	08/08/2011	25.150
Quebec	26/10/2011	
França + Guiana Francesa	16/12/2011	44.622 + 21.056
Novo Acordo Luxemburgo	22/06/2012	3.600
Revisão Acordo Espanha	24/07/2012	128.238
Coreia	22/11/2012	1.444

ACORDOS EM NEGOCIAÇÃO:

Países	Data de assinatura	Número de brasileiros beneficiados
Estados Unidos		1.066.559
Israel		10.040
Moçambique		2.250

Oportunidade de voltar ao trabalho

Parceria entre o INSS e o Senac oferece cursos para trabalhadores com baixa escolaridade e afastados por acidente ou doença, para que possam retornar ao mercado

Os segurados do Instituto Nacional do Seguro Social no Rio de Janeiro ganharam mais uma oportunidade de reinserção no mercado de trabalho. Projeto desenvolvido pelo INSS em parceria com o Senac oferece aulas a segurados até a conclusão dos estudos e o diploma de nível fundamental. A medida beneficia trabalhadores com baixa escolaridade e que estão afastados do mercado de trabalho por acidente ou doença.

De acordo com o chefe do setor de Reabilitação da Gerência Executiva Centro do INSS, Eduardo Branco, que coordena o projeto, 60% de todos os segurados reabilitados no Rio não conseguem recolocação por terem baixa escolaridade. São, pelo menos, 2.400 trabalhadores fluminenses

afastados do mercado por motivo de acidente ou doença, que não conseguem esta recolocação. Por meio do projeto, os segurados inscritos no programa de reabilitação do INSS terão acesso a aulas gratuitas de reforço escolar para a prova de obtenção de diploma no ensino fundamental da rede municipal de ensino.

“A ideia é acelerar a chegada do profissional ao primeiro grau e, em consequência, a possibilidade de ser aproveitado em outra função, inclusive na mesma empresa”, explica Eduardo Branco. De acordo com o coordenador do projeto, a maioria dos trabalhadores afastados do mercado atuava em atividades braçais, que não podem ser mais desempenhadas por força do acidente ou doença.



Fotos: Claudio Ribeiro

Trabalhadores afastados têm aula de capacitação para retornar ao mercado

2.400 trabalhadores fluminenses estão afastados do mercado por acidentes ou doenças



Luís Carlos e
Marcos Antônio
participaram do
curso e elogiaram
a iniciativa

A primeira turma do projeto beneficiou 30 alunos que concluíram o curso de 196 horas em abril deste ano. Eles passaram também por capacitação profissional, com cursos de informática básica, empreendedorismo e formação social.

Esperança

Um dos beneficiários do projeto é o motorista Luís Carlos Fonseca da Silva, 47 anos, pai de três filhos, que após 12 anos de profissão sofreu um acidente e recebia um salário de R\$ 1.900,00. Ele ressalta a importância da iniciativa, assinalando que muitas pessoas ficam paradas e recebem auxílios do INSS sem necessidade, enquanto que pessoas com necessidade muitas vezes não conseguem o benefício. “Este projeto tem a tendência de equilibrar esta situação, fazendo com que mais pessoas voltem ao trabalho mais qualificadas e com um salário, se não igual, mais próximo do que tinham”, destaca.

Para Luís Carlos, a melhoria do grau de instrução, e em consequência a capacitação profissional da mão-de-obra, fará que os beneficiários cheguem

mais perto dos antigos salários, adquiridos pela experiência e tempo na profissão. Ele destaca a importância do aprendizado, ressaltando que “o nosso dia a dia não permite que voltemos à sala de aula e, assim, esta parceria do INSS com o Senac nos proporciona a oportunidade de atingir um sonho”. Por meio desse projeto, ele pretende se transformar em microempreendedor na área de alimentos.

Também o servente de obras Marcos Antônio Tomas, 38 anos, com dois filhos, destacou a iniciativa do INSS, frisando que o projeto é uma ótima chance de aprendizado e qualificação para melhorar a comunicação e buscar uma colocação melhor no mercado de trabalho. Este é o seu objetivo até o final do curso.

Marcos não esconde a sua ansiedade com a possibilidade de se tornar eletricitista ou profissional na área de informática e manifesta suas esperanças de encontrar uma colocação melhor no mercado de trabalho e, conseqüentemente, receber um salário maior. “Iniciativas como estas trazem novos horizontes e criam novas perspectivas de vida para as pessoas”, ressalta.

*“Iniciativas como
estas trazem
melhores horizontes
e criam novas
perspectivas de vida”*

Bons negócios e garantia de aposentadoria tranquila

Número de empreendedores individuais chega a 2,8 milhões em todo o País. Além de ter um negócio próprio, com melhoria da renda, eles buscam os benefícios previdenciários



O leque de boas oportunidades de negócios abertas no País nos últimos anos, somado à ascensão da nova classe média e o fortalecimento do seu poder de compra, tem levado vários empreendedores a formalizarem novas empresas. Atualmente, já passa de 2,8 milhões o número de microempreendedores individuais (MEI) formalizados e esse contingente está em pleno crescimento.

Além de poder contar com as vantagens de ter um negócio formal, como crédito bancário, juros mais baixos, poder vender suas mercadorias a prefeituras e outras instituições oficiais, esses empreendedores também contam com os benefícios previdenciários, como aposentadoria. Para ter direito a esses benefícios, a Previdência tem orientado os novos empreendedores a manterem em dia o pagamento da contribuição mensal.

Esse conjunto de benefícios, além da melhoria da renda, tem atraído vários empreendedores

ao mundo formal dos negócios de Norte a Sul do Brasil. É o caso de Felipe Victor Gomes dos Santos, de 22 anos, residente em São Miguel do Gostoso, litoral do Rio Grande do Norte. Antes de virar o único electricista da cidade de 9 mil habitantes, Felipe trabalhava na roça para ganhar o sustento, e depois passou a ser atendido pelo Bolsa Família. Hoje dono do próprio negócio, com dois empregados, ele exalta a independência: “Viver do trabalho era um sonho, entre outros que ainda quero realizar”, diz. Além de retirar da nova profissão o seu sustento, ajuda a cuidar de quatro irmãos.

Assim como Felipe, outros tantos empreendedores estão mudando de vida em busca de novas oportunidades de negócios.

Rei do coco

Na orla do Cabo Branco, em João Pessoa (PB), quem passa pelo Quiosque do Cowboy logo se encanta com a maneira irreverente e as palavras sábias do vendedor. Sempre com um chapéu de cowboy, que lhe rendeu o apelido, Josafar Pinto de Almeida, famoso na área como o rei do coco, é uma figura simples e tem uma história de vida que alia trabalho e esforço ao sucesso popular.

Ele conta que veio com a esposa e os dois filhos para a capital paraibana em 1993, saindo de Alagoa Grande, interior do estado. “Saímos de lá porque nosso sonho sempre foi crescer. Queríamos que nossos filhos fossem para a universidade e lá não tinha condições”. A intenção deles já era encontrar



Fotos: Diana Reis

Josafar Almeida conquistou uma clientela fiel, viu seu negócio prosperar e virou “rei do coco”

um quiosque na praia para levantar o negócio. “A questão era só encontrar um lugar que possibilitasse o sucesso da venda”, diz.

A educação dos filhos também foi sempre prioridade. A filha é formada em jornalismo e o filho, mais velho, está cursando mestrado em estatística. Os pais contam, com orgulho, que ele já foi aprovado na prova do doutorado em quatro universidades, inclusive na USP, em São Paulo. “Os filhos têm dois grandes professores na vida: o pai e a mãe; a maior formatura que existe é a formatura do mundo e o exemplo vem de casa”, filosofa Cowboy.

Sempre prevenido e pensando no futuro, Cowboy decidiu cadastrar-se como um microempreendedor individual e contribuir para a Previdência nessa categoria. “É preciso ter uma segurança; eu não atraso o pagamento ao INSS”, afirma.

Sobre seu ofício, Cowboy confessa: “O comércio é como uma aula onde você nunca é professor, mas sempre aluno; é sempre um aprendizado diferente”. Para a clientela, ele diferencia, com maestria, inúmeros tipos de cocos, demonstrando paixão pelo que faz. Por isso logo caiu no gosto popular sendo chamado de o rei do coco pelos seus fiéis clientes.



Brigadeiro gourmet

Em Natal (RN), o gastrônomo potiguar Daniel Simplicio viu no filão de produtos derivados de chocolate feitos artesanalmente a oportunidade de ter o próprio negócio. Deixou para trás o emprego em um restaurante em Natal e resolveu empreender, atitude estimulada após a participação no seminário Empretec, realizado pelo Sebrae no Rio Grande do Norte para desenvolver as competências empreendedoras dos participantes.

O jovem, que era responsável pelo setor de confeitaria e doceria do estabelecimento, pediu demissão em junho do ano passado e passou a produzir brigadeiros gourmet, uma variação do tradicional doce acrescido de sabores requintados, como pistache, damasco, limão siciliano, castanha do pará, café e a última novidade, caramelo com flor de sal. Ao todo, são 32 sabores que estimulam os desejos da clientela.

Como canal de divulgação dos produtos, o empreendedor usou as redes sociais. Criou uma página no Facebook e um perfil no Instagram. O termômetro das vendas veio no Dia dos

Os cinco estados com maior número de empreendedores individuais, até o mês de março de 2013, são:

SP	685.069
RJ	341.069
MG	292.705
BA	199.613
RS	162.837



Daniel Simplicio apostou na qualidade do seu produto e ganhou espaço nas redes sociais



Namorados. As guloseimas caíram no gosto dos casais apaixonados e Daniel Simplicio chegou a vender 50 caixas, contendo até 20 bombons cada uma. “Venho de uma família seridoense com larga tradição nessa área de doceria. Então, resolvi apostar nos brigadeiros”, conta o rapaz, que, juntamente com a mãe, produz os doces, vendidos ao preço de R\$ 40 a caixa.

No período natalino, outra constatação de que o negócio era viável. Foram vendidas 1 mil unidades em apenas duas semanas. Mas nada supera a Páscoa, quando a produção aumenta 50% e a receita chega a atingir 3 mil.

Formalizado como empreendedor individual durante a Feira do Empreendedor do Rio Grande do Norte, no ano passado, Daniel Simplicio diz que o registro foi fundamental para o sucesso do negócio, já que praticamente todos os ingredientes são importados e a aquisição necessita de nota fiscal ou número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

A ideia de fazer da paixão pela gastronomia a principal fonte de renda deu tão certo que atualmente “O Melhor Brigadeiro da Cidade” tem um cadastro de 200 clientes fixos, entre eles um café instalado no Natal Shopping. Pelo menos duas vezes por semana, parte da produção dos brigadeiros é destinada a esse cliente. As embalagens do produto são outro diferencial. Todo o conceito foi pensado e planejado por Daniel Simplicio, que também é publicitário. “Vi que essa era a oportunidade da minha vida e apostei na ideia”.

Cobertura da Previdência Social

Para se tornar empreendedor individual, o trabalhador por conta própria do comércio, da indústria ou prestador de serviço deve se inscrever no Portal do Empreendedor, informar seus dados, pegar o seu CNPJ, imprimir o carnê para pagamento da contribuição previdenciária e os impostos estaduais e municipais em guia única.

O empreendedor individual paga apenas 5% do salário mínimo (R\$ 33,90) de contribuição

previdenciária e mais R\$ 1 de ICMS (comércio ou indústria) ou R\$ 5 de ISS (prestação de serviço). É preciso ficar em dia com as contribuições para que seja mantida a qualidade de segurado e, dessa forma, o direito aos benefícios previdenciários. Dia 20 é a data para o pagamento da contribuição destes trabalhadores, que pode ser quitada em lotéricas e na rede bancária.

O empreendedor em dia com as contribuições tem direito aos seguintes benefícios da Previdência Social: aposentadoria por idade; aposentadoria por invalidez e auxílio-doença. A empreendedora tem ainda direito ao salário-maternidade. Sua família fica protegida com pensão por morte e auxílio-reclusão.

Em caso de dúvida, basta ligar para a Central 135. A ligação é gratuita de telefones fixos e tem custo de ligação local, quando originada de celular.

Saiba como se tornar um segurado da Previdência

É muito simples se cadastrar na Previdência Social. Todo trabalhador, contratado com carteira assinada, é automaticamente filiado à Previdência Social. Já aquele que trabalha por conta própria precisa se inscrever e contribuir mensalmente para ter acesso aos benefícios previdenciários. Hoje, são considerados segurados da Previdência Social os empregados, os empregados domésticos, os trabalhadores avulsos, os contribuintes individuais e os trabalhadores rurais.

Quem não tem renda própria, como as donas de casa e os estudantes, também podem se inscrever na Previdência Social. Para se filiar é preciso ter mais de 16 anos. O trabalhador que se filia à Previdência Social é chamado de segurado e passa a ter acesso a uma série de benefícios que vão ampará-lo nos momentos mais sensíveis da sua vida, quando precisa se retirar do mercado de trabalho.

São consideradas contribuintes individuais as pessoas que trabalham por conta própria, conhecidas como autônomas, e os trabalhadores que prestam serviços de natureza eventual a empresas, sem vínculo empregatício. Podemos citar como exemplos os sacerdotes, os diretores que recebem remuneração decorrente de atividade em empresa urbana ou rural, os síndicos remunerados, os motoristas de táxi, os pintores, os eletricitas, os associados de cooperativas de trabalho e outros.

Já o empregado doméstico é aquele presta serviço na casa de outra pessoa ou família, desde que essa atividade não tenha fins lucrativos para o empregador. São considerados empregados domésticos, por exemplo, a governanta, o jardineiro, o motorista, o caseiro, doméstica e outros.

Após definir em qual categoria se cadastrar, o cidadão faz sua inscrição no site



Arguino

As informações sobre aposentadoria podem ser obtidas por telefone antes de ir às agências

Especiais

Os segurados especiais são os trabalhadores rurais que produzem em regime de economia familiar, sem utilização de mão-de-obra assalariada. Estão incluídos nesta categoria cônjuges, companheiros e filhos maiores de 16 anos que trabalham com a família em atividade rural. Também são considerados segurados especiais o pescador artesanal e o índio que exerce atividade rural e seus familiares.

Na categoria de segurado facultativo estão todas as pessoas com mais de 16 anos que não têm renda própria, mas decidem contribuir para a Previdência Social, como por exemplo, as donas-de-casa, estudantes, síndicos de condomínio não remunerados, desempregados, presidiários não remunerados e estudantes bolsistas.

Após definir em qual categoria se cadastrar, o cidadão pode fazer sua inscrição no site da Previdência Social (www.previdencia.gov.br)

ou na Central 135. Por meio da inscrição, o segurado é cadastrado no Regime Geral de Previdência Social e passa a ter um Número de Inscrição do Trabalhador (NIT) para a sua identificação pessoal. Depois de inscrito é só começar a realizar as contribuições mensais.

Campanha contra os atravessadores

Previdência orienta os segurados para evitar a intermediação na busca dos benefícios. O requerimento é simples: basta procurar por informações pela Central 135



O crescimento da ação de atravessadores junto aos segurados para o requerimento dos benefícios previdenciários levou a Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS a iniciar no ano passado, em parceria com o Instituto e o Ministério da Previdência Social, um projeto que tem por objetivo combater o abuso nessa intermediação. Para tanto, essas entidades contam com a parceria de outras instituições, como a Defensoria Pública da União, a OAB, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal. A campanha conta com veiculação de vídeo e de “spots” para orientar os segurados contra atravessadores que atuam nas agências da Previdência Social.

Uma das etapas da campanha já foi concluída. Trata da veiculação de “spots” na mídia gratuita. O primeiro “spot” alerta o segurado de que

não é necessário gastar dinheiro com atravessadores/intermediários para utilizar os serviços e requerer os benefícios do INSS, pois tudo isso é feito gratuitamente por servidores públicos. E mais: o cidadão deve ligar para o número 135, gratuitamente, para agendar dia e hora para ser atendido em uma agência da Previdência Social.

O segundo “spot”, sobre o mesmo tema, ressalta que não é necessário entrar na Justiça para obter benefícios do INSS. Caso o segurado tenha direito a determinado benefício, basta agendar atendimento para solicitá-lo. O número 135 pode ser utilizado também para pedir informações sobre o assunto. Entrar na Justiça para pedir um benefício ao qual o segurado tem direito é perda de tempo e de

dinheiro, pois, nesse caso, é necessário contratar um advogado.

Já os outros dois “spots” (terceiro e quarto) falam, respectivamente, sobre os direitos dos trabalhadores rurais e os documentos necessários para obtê-los, e sobre os direitos dos deficientes físicos e mentais e dos idosos carentes.

A representação de segurados por procuradores – também chamados despachantes ou intermediários – é algo permitido por lei, seja o Código Civil – que admite a representação de forma ampla (para os atos da vida civil, de modo geral) – seja a Lei 8.213/91 – que se refere especificamente à representação para receber benefícios (o que somente é admitido nos casos em que o segurado está ausente, incapacitado de locomover-se ou é portador de moléstia contagiosa).

Dessa forma, o INSS não poderia simplesmente proibir a atuação dessas pessoas, pois isso consistiria ato administrativo ilegal. Além disso, realmente há situações em que as pessoas precisam se fazer representar por um procurador (imaginem-se, por exemplo, pessoas idosas que precisam do auxílio de parentes para resolver suas questões, ou pessoas que moram em localidades distantes de uma APS, entre outros casos).

Eficiência

Para o secretário-executivo da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, a melhor forma de combater os atravessadores é prestar um serviço de qualidade e rápido. “Estamos falando daqueles atravessadores que são pessoas desqualificadas, que enganam os cidadãos, que muitas vezes prometem coisas que não são possíveis de entregar. Esse tipo de atravessadores nós queremos combater

O segurado que busca o benefício sem ajuda de terceiros não paga nada por isso

apresentando serviços de qualidade, melhorando o atendimento. E tem também aquelas pessoas que não querem se envolver com o processo de aposentadoria, querem contratar um advogado. Pois bem, é um direito que elas têm, mas elas precisam saber que o serviço está disponível diretamente aos cidadãos nas agências de forma simples, objetiva e rápida. Ao conseguirmos esse objetivo estaremos, automaticamente, eliminando os atravessadores”, ressalta.

Nas situações em que os beneficiários da Previdência possuem condições de ir sozinhos ao INSS, seja por meio do comparecimento pessoal nas agências, seja pelo agendamento pelo nº 135, a contratação de um intermediário é totalmente desnecessária, seja ele advogado ou não. Atualmente, não há mais filas no INSS e o atendimento é muito rápido e simples.

O segurado que busca seu benefício sem a contratação de terceiros não terá que pagar nada por isso. Ao contrário, quando contrata um advogado ou um despachante, terá que custear os serviços desses profissionais. Uma prática comum por parte desses intermediários é receber o primeiro pagamento que o INSS faz aos segurados. Mas os segurados possuem direito ao benefício desde o dia em que o requerem. Assim, se o INSS demorar dois meses para começar a pagar, por exemplo, o segurado receberá, no primeiro pagamento, o valor correspondente a dois meses de benefício.

A campanha também destaca que os segurados não devem entregar aos intermediários seu cartão do banco, por meio do qual receberão o benefício. Caso eles insistam em ficar com o cartão, o segurado da Previdência poderá denunciá-los.

Presença dos segurados é importante

A presença dos segurados no INSS, além de evitar pagamentos aos procuradores contratados, também ajuda a resolver problemas. Muitas vezes o INSS precisa de algum documento ou informação para esclarecer determinada situação e, com isso, conceder o benefício. Porém, alguns intermediários não informam seu cliente de que ele deve comparecer ao INSS ou o desestimulam, ao dizer que não adianta, porque o INSS “sempre indefere.”

Do total de benefícios requeridos junto ao INSS, bem mais da metade são concedidos. No mês de fevereiro de 2013, por exemplo, mais de 62% dos benefícios requeridos foram concedidos. Além disso, de todos os benefícios mantidos atualmente, menos de 10% foram concedidos pelo Judiciário.

De acordo com a Procuradoria Federal, existe uma crença comum de que a Justiça concede a maioria dos benefícios, quando, na verdade, a quantidade que o Judiciário concede é ínfima, se comparada à concessão feita pelo INSS. Os dados também demonstram que a concessão pelo INSS é consideravelmente mais rápida do que na Justiça.

O tempo médio que o INSS leva para conceder um benefício é de 33 dias. Se for incluído

Força-Tarefa combate irregularidades



A Força-Tarefa Previdenciária, que atua em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal coibindo a prática de ilícitos criminais contra a Previdência Social praticados por grupos, quadrilhas e organizações criminosas, existe desde 2000, mas a divulgação das operações só começou mesmo em 2003. Desde então, já foram realizadas 477 operações, das quais resultaram 2.106 prisões e 2.924 mandados de busca e apreensão em todo o País. Além

disso, foram cumpridas 319 conduções coercitivas, quando a pessoa é obrigada a colaborar com a investigação.

A condução coercitiva acontece, por exemplo, nos casos de operações que envolvam benefícios por incapacidade em que segurado é conduzido coercitivamente para que seja submetido à perícia médica, ou quando a pessoa é levada à presença de autoridade policial ou judiciária. Em ambos os casos a pessoa é obrigada a comparecer.

Só no ano passado foram realizadas 61 operações, das quais resultaram 95 prisões. Dessas, 59 foram prisões em flagrante e duas prisões foram de servidores públicos envolvidos nas ações fraudulentas. Ao todo foram cumpridos 154 mandados de buscas e apreensões. Além disso, o balanço do ano passado revela que foram realizadas 84 ações de conduções coercitivas. Estima-se que o prejuízo total resultante dessas fraudes tenha sido de R\$ 85.883.000,00.

Em abril de 2012, a operação batizada de Gericômio, realizada no estado de São Paulo, resultou na prisão de dois servidores. As

também o tempo de tramitação dos recursos administrativos - que nem sempre são necessários- esse prazo médio será de 127 dias, ou seja, cerca de 4 meses. Enquanto isso, de acordo com dados do IPEA, o Judiciário demora, em média, 1 ano, 8 meses e 22 dias.

Embora alguns intermediários desempenhem de maneira correta o seu trabalho e auxiliem os segurados na obtenção do benefício, têm se tornado frequentes os casos de abuso na intermediação promovida em alguns Estados e no Distrito Federal. A maioria das reclamações recebidas pela Ouvidoria da Previdência refere-se a casos de abusos na intermediação (até 2012 foram quase dez mil denúncias relativas ao tema). Por isso, essa preocupação da Previdência Social em coibir as práticas prejudiciais aos segurados em todo o País.

Educação

Internamente, o Ministério também iniciou um trabalho de conscientização de seus servidores e segurados, para esclarecer que o acesso à Previdência é rápido, fácil, e gratuito, sem a necessidade de intermediação para a concessão dos benefícios a quem tem o direito já assegurado na forma da lei.

Trata-se de um movimento em prol da educação previdenciária, cujo principal objetivo é esclarecer aos segurados que, apesar de eles terem o direito de contratar um representante para atuar junto ao INSS, essa medida é totalmente desnecessária, além de ser de um custo alto. Em relação aos servidores, a intenção é principalmente incentivá-los a denunciar as práticas abusivas aos órgãos de controle.

investigações revelaram o envolvimento de uma rede composta por beneficiários, intermediários e servidores públicos. Os benefícios fraudulentos eram solicitados sempre na mesma agência da Previdência Social e concedidos pelos servidores envolvidos.

Benefícios

Os benefícios fraudados eram, principalmente, aposentadoria por tempo de contribuição, pensão por morte e benefício de amparo social ao Idoso, conhecido por LOAS. Conforme apurou a Força-Tarefa, para fraudar os benefícios assistenciais, o grupo falsificava as declarações de familiares dos beneficiários. Para a concessão de aposentadoria por tempo de serviço e pensão por morte, era feita a conversão irregular de tempo de serviço especial ou, ainda, a inserção de vínculos ou recolhimentos fictícios no sistema informatizado da Previdência. Além da prisão dos dois servidores envolvidos no esquema fraudulento, foram realizadas outras cinco prisões e cumpridos 28 mandados de busca e apreensão. Estima-se que a ação do grupo tenha gerado um prejuízo de R\$ 8 milhões.

Neste primeiro trimestre de 2013, a Força-Tarefa já realizou sete operações. A primeira operação do ano, batizada de "Vila Nova de Soure", cumpriu 27 mandados de busca e apreensão em Caucaia, no Ceará. As buscas da operação foram realizadas em residências e em locais de trabalho de servidores, advogados, intermediários bancários e representantes de sindicatos rurais que, segundo a apuração, atuavam em quadrilha. Vinte e sete servidores do Ministério da Previdência Social (MPS) e 90 agentes da Polícia Federal participaram das operações. Os prejuízos aos cofres públicos são superiores a R\$ 10 milhões.

Em março passado, a Força-Tarefa desarticulou um esquema criminoso no Maranhão, na cidade de Caxias. As investigações iniciadas há cerca de dois anos constataram o envolvimento de três intermediários e um servidor lotado na agência do INSS na cidade. Os benefícios indeferidos estavam sendo reabertos e concedidos administrativamente, com geração de crédito retroativo a contar da data da entrada do requerimento do benefício, provocando um prejuízo de R\$ 2.256.285,00 aos cofres públicos. O trabalho da Força-Tarefa continua em todo o País, na cruzada contra as organizações criminosas.

Inclusão Previdenciária e Mercado de Trabalho: Evidências para o período 1992-2011

Ao longo da última década o País vivenciou uma recuperação significativa dos principais indicadores de cobertura previdenciária, fenômeno amplamente registrado e observado tanto por meio de levantamentos censitários e amostrais quanto a partir de registros administrativos do governo federal. As bases de dados do Ministério da Previdência Social (MPS) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) não deixam dúvidas quanto a isso: o primeiro registrou aumento expressivo no volume de contribuintes, sejam estes assalariados ou autônomos; o segundo acumulou recordes nos saldos entre admitidos e desligados e, conseqüentemente, no estoque de ocupados formais. Os levantamentos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reverberam estes resultados: tanto os Censos Demográficos quanto a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) confirmam a expansão dos níveis de proteção previdenciária entre a população brasileira ocupada.

Estes resultados se contrapõem às expectativas construídas ao longo da década de 1990 e no início dos anos 2000, quando predominava a crença de que o crescimento econômico do País dificilmente seria acompanhado de elevações proporcionais no nível de emprego formal. Tal crença derivava de duas teses sobre o mercado de trabalho brasileiro que se tornaram predominantes durante esse período: a primeira, de que a abertura econômica então vivenciada pelo País redundaria na incorporação de novas tecnologias por parte do setor produtivo e que os conseqüentes ganhos de produtividade reduziriam continuamente a elasticidade emprego-produto; a segunda, não independente da primeira, de que o País passava por um processo inevitável de precarização do emprego, com a crescente participação de postos de trabalho marcados pela desproteção trabalhista e previdenciária.

Os dados comumente utilizados nos estudos realizados à época - em geral, oriundos da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), também do IBGE - pareciam corroborar estas previsões, ainda que partissem basicamente de referências relativas às regiões metropolitanas e as extrapolassem para todo o País. As implicações destas teses para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) eram evidentes: dado que a massa salarial associada ao segmento formal do mercado de trabalho constitui a principal base de arrecadação do RGPS, sua mitigação adicionaria riscos ainda maiores à sustentabilidade do sistema. Embora as referências mais recentes outorguem a estas ocorrências a alcunha de fenômenos conjunturais - ao invés do caráter estrutural atribuído inicialmente aos mesmos -, seguem pertinentes algumas das preocupações acerca da sustentabilidade do RGPS, tendo em vista sua crescente necessidade de financiamento.

É óbvia a vinculação entre grau de estruturação e dinâmica do mercado de trabalho e nível de proteção previdenciária, dado que o objetivo primordial da Previdência é funcionar como um seguro contra a perda de capacidade para a geração de renda por parte dos cidadãos economicamente ativos. No Brasil, esta relação vai além desta lógica natural do sistema e guarda estreita relação com as origens do marco institucional do Regime Geral no País. Os diferentes órgãos e estruturas que, transformadas e/ou unificadas, deram origem ao que hoje se conhece como o RGPS, foram instituídas fundamentalmente para garantir a proteção de empregados formais, contratados com o devido registro do vínculo em carteira de trabalho (não à toa, anteriormente denominada carteira de trabalho e previdência social - CTPS).

Hoje o desenho do Regime Geral seguramente se distancia desse modelo original, mudança necessária para

Graziela Ansiliero

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), em exercício no Ministério da Previdência Social (MPS).

fazer frente à complexa configuração do mercado de trabalho brasileiro, marcado pela informalidade e por formas atípicas de ocupação. As regras atualmente vigentes obrigam a contribuição dos cidadãos economicamente ativos ocupados, qualquer que seja o tipo de vínculo dos mesmos (desde que não vinculados a regimes próprios de Previdência Social), e facultam a cotização de pessoas desocupadas e economicamente inativas (como donas de casa e estudantes, por exemplo), desde que em qualquer dos casos possuam a idade mínima para inscrição na Previdência Social. Essa pluralidade de opções de acesso teve por finalidade contribuir para a expansão da cobertura previdenciária entre a população em geral e, particularmente, entre a PEA.

Estes dois grupos, inclusive, dão origem a dois indicadores clássicos de mensuração do grau de proteção previdenciária: (i) a taxa de contribuição da população total (contribuintes/população total); e, (ii) a taxa de contribuição da população economicamente ativa (contribuintes/PEA). Ocorre que a apuração destes dois indicadores é dificultada no Brasil pela insuficiência de dados nas principais bases utilizadas, notadamente as de abrangência nacional (PNAD e Censo Demográfico, principalmente). Tanto a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) quanto o Censo Demográfico (IBGE), apenas coletam dados sobre a contribuição das pessoas ocupadas em um dado período de referência, deixando de lado eventuais contribuintes entre desocupados e inativos.

Tendo essas questões e restrições em vista, o propósito deste artigo é revisitar os dados das últimas duas décadas e acompanhar brevemente a evolução das interações entre o mercado de trabalho brasileiro e o padrão

de inclusão previdenciária da população ocupada no País. Em outros termos, a proposta é buscar nos indicadores de mercado de trabalho algumas explicações para as tendências observadas nos indicadores de proteção previdenciária. Como, no Brasil, os menores de 16 anos (salvo aprendizes) não podem legalmente contribuir para a Previdência Social (consistindo antes em questão para políticas de erradicação do trabalho infantil) e os maiores de 60 anos dificilmente começarão a fazê-lo (pois, nessa idade, dificilmente lograrão preencher as condições de elegibilidade para a maioria dos benefícios), a análise ficará restrita ao grupo de ocupados com idade entre 16 e 59 anos. Esta tarefa será realizada a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) e da PNAD/IBGE, cobrindo um período que vai do início da década de 1990 (1992) até 2011 (ano de referência da PNAD mais recente).¹

Evolução Recente da Cobertura Previdenciária

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mais recentemente realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011 existiam no País 85,55 milhões de pessoas ocupadas com idade entre 16 e 59 anos. Este contingente, quando contraposto ao subgrupo de 60,47 milhões de pessoas consideradas protegidas nessa mesma faixa etária, resulta em uma taxa de cobertura de 70,7% para aquele ano. Em termos de gênero, a proteção social é

¹ Exceto 1994, 2000 e 2010, anos em que a PNAD não foi a campo.

ligeiramente maior entre os homens (71,4%), frente às mulheres (69,7%). A população ocupada protegida é composta por 4 segmentos: (i) os contribuintes (segurados ativos) do RGPS; (ii) os segurados ativos de regimes específicos para militares e servidores públicos; (iii) os chamados “segurados especiais” (trabalhadores rurais que exercem suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, pessoas que contam com proteção da Previdência Social mesmo não declarando contribuição para a previdência, já que sua contribuição se dá sobre a eventual comercialização da produção rural); e, (iv) os não contribuintes que recebem algum benefício continuado (previdenciário ou assistencial).

Em termos agregados, de cada 10 trabalhadores, cerca de 7 estão protegidos pela Previdência Social, ou seja,

contribuem para algum regime previdenciário público ou são segurados especiais ou, embora não contribuam e não sejam caracterizados como segurados especiais, já são beneficiários da Previdência ou da Assistência Social. Por outro lado, isso significa também que aproximadamente 29% da população ocupada - ou seja, 25,08 milhões de pessoas - declararam encontrar-se sem qualquer tipo de cobertura previdenciária. Ressalte-se que além de cotarem com taxa de proteção social mais baixa, as mulheres eram maioria entre os desprotegidos com reduzida capacidade contributiva (aqui entendidos como aqueles trabalhadores que recebem menos de 1 salário mínimo mensal no conjunto de todos os trabalhos) e minoria entre os desprotegidos com alguma capacidade contributiva (ocupados com rendimentos iguais ou superiores ao piso previdenciário).

Tabela 1
Proteção Previdenciária dos Ocupados entre 16 e 59 anos, segundo Sexo - 2011

Fonte: PNAD/IBGE - 2011. Elaboração: SPS/MPS.

*Moradores da zona rural dedicados a atividades agrícolas, nas seguintes posições na ocupação: sem carteira, conta própria, produção para próprio consumo, construção para próprio uso e não remunerados, respeitada a idade entre 16 e 59 anos.

** Ocupados (excluídos os segurados especiais) que, apesar de não contribuírem, recebem benefício previdenciário.

CATEGORIAS	HOMENS	%	MULHERES	%	TOTAL	%
Contribuintes RGPS (A)	27.598.587	56,5%	18.937.216	51,5%	46.535.803	54,4%
Contribuintes RPPS (B)	2.656.685	5,4%	3.680.568	10,0%	6.337.253	7,4%
Militares	212.555	0,4%	4.776	0,0%	217.331	0,3%
Estatutários	2.444.130	5,0%	3.675.792	10,0%	6.119.922	7,2%
Segurados Especiais** (RGPS) (C)	4.231.432	8,7%	2.448.428	6,7%	6.679.860	7,8%
Não-contribuintes (D)	14.324.095	29,3%	11.673.054	31,8%	25.997.149	30,4%
Total (E = A+B+C+D)	48.810.799	100,0%	36.739.266	100,0%	85.550.065	100,0%
Beneficiários não-contribuintes*** (F)	387.986	0,8%	528.243	1,4%	916.229	1,1%
Trabalhadores Socialmente Protegidos (A+B+C+F)	34.874.690	71,4%	25.594.455	69,7%	60.469.145	70,7%
Trabalhadores Socialmente Desprotegidos (D-F)	13.936.109	28,6%	11.144.811	30,3%	25.080.920	29,3%
Desprotegidos com rendimento igual ou superior a 1 salário mínimo	9.235.152	18,9%	4.751.038	12,9%	13.986.190	16,3%
Desprotegidos com rendimento inferior a 1 salário mínimo	4.109.163	8,4%	6.053.236	16,5%	10.162.399	11,9%
Desprotegidos com rendimento ignorado	591.794	1,2%	340.537	0,9%	932.331	1,1%

Na série histórica harmonizada², o indicador agregado de 2011 é o melhor já registrado pela PNAD desde 1992, resultado que segue consolidando a mudança de tendência observada a partir de 2002. No período 1992-2002 o contingente de protegidos cresceu menos que proporcionalmente em relação à população ocupada total com o mesmo recorte etário, fazendo que a taxa de proteção diminuísse, passando de 66,4% (1992) para 61,7% (2002). Ambos os sexos registraram redução

da proteção, mas entre as mulheres este fenômeno foi bem menos significativo. Entre 2002 e 2011 houve melhora visível nesse indicador (de 61,7%, em 2002, para 70,6%, em 2011), sendo que a recuperação se deu para homens e mulheres.

Como se pode notar pelos Gráficos 2 (Total), 3 (Homens) e 4 (Mulheres)³, o peso do grupo formado pelos

² Como até 2003 a pesquisa não incluía as áreas rurais da região Norte, salvo de Tocantins, optou-se pela construção de uma série histórica harmonizada, que considera apenas as variáveis e coberturas geográficas presentes em todas as edições da PNAD utilizadas nesta nota.

³ Nos Gráficos 2, 3 e 4, o indicador de cobertura tem para todos os grupos (contribuintes do RGPS, militares e estatutários - RPPS; segurados especiais; contribuintes não-beneficiários e desprotegidos) o mesmo denominador (Total de Trabalhadores Ocupados), de modo que seja possível avaliar a contribuição de cada um no indicador global.

beneficiários não contribuintes caiu ligeiramente no período (para homens e mulheres, redução de 0,3 p.p.), resultado de um pequeno incremento na primeira metade da série (1992-2002: +0,5 p.p.) e uma subsequente retração mais que proporcional (2002-2011: -0,8p.p.). Entre os segurados especiais houve queda contínua para ambos os sexos: entre os homens, a participação dessa

categoria no total de ocupados caiu de 15,6% (1992) para 7,5% (2011); entre as mulheres a redução dessa proporção foi ainda maior, respectivamente de 15,8% para 5,9%. Para militares e estatutários, a parte inicial da série revela estabilidade relativa, seguida de ligeira expansão, movimento esse que predomina no saldo final (Total: +0,6 p.p.; Homens: +0,3 p.p.; Mulheres: +0,7 p.p.).

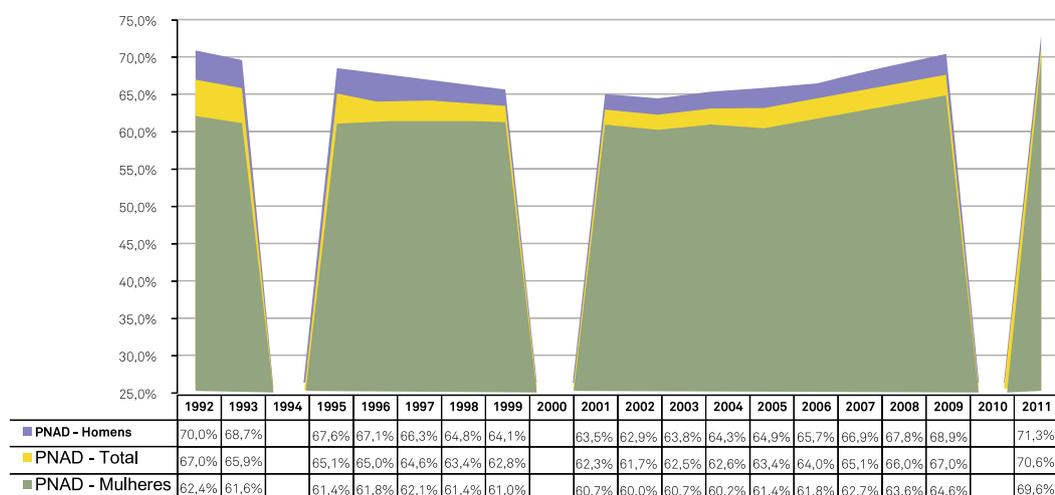


Gráfico 1

Proteção Previdenciária da População Ocupada (16 a 59 anos), segundo Sexo – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE (vários anos).
Elaboração: SPSS/MPS.
Obs.: Incluídos os militares e os servidores públicos estatutários.

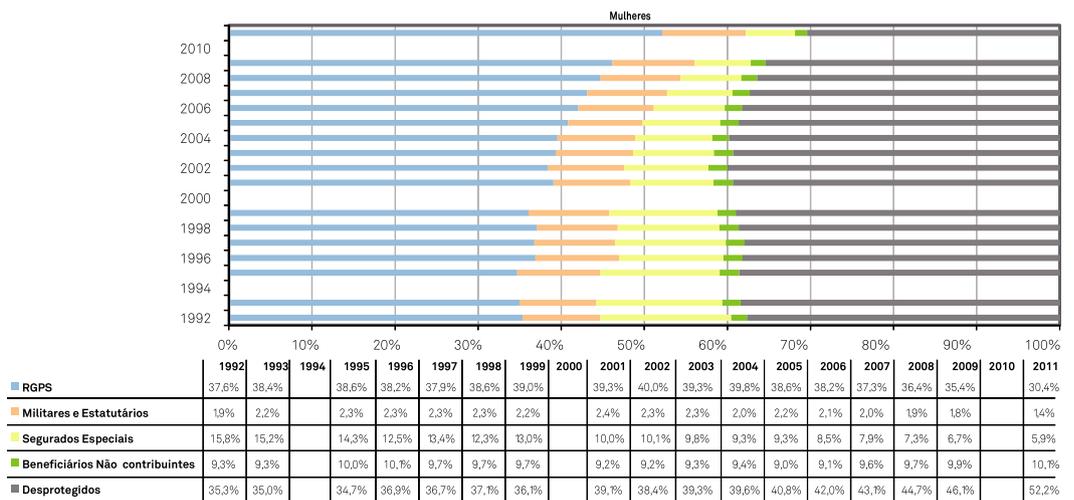
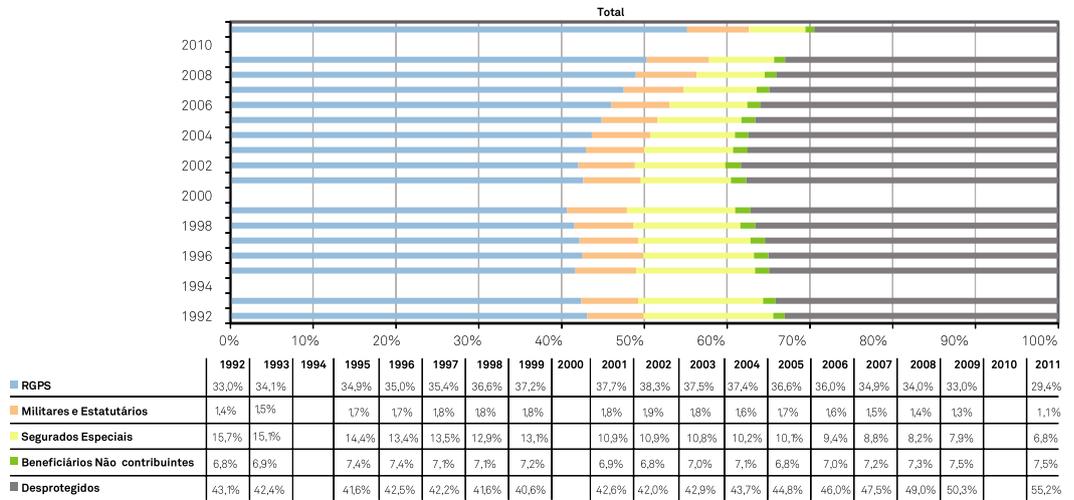
Resta claro então que o ganho recente no indicador de cobertura dos ocupados se deu mais em função da inclusão de contribuintes do RGPS do que pelo aumento na proporção de protegidos em qualquer outra das categorias consideradas: na série harmonizada, o indicador de cobertura decomposto variou em 12,7 p.p. entre estes trabalhadores. Na abertura por gênero, esta variação em pontos percentuais foi ainda bastante superior entre as mulheres (+17,3 p.p.) comparativamente aos homens (+10,0 p.p.). Mais do que isso, a proporção de mulheres nesta condição cresceu quase que ininterruptamente nos últimos 20 anos, ao passo em entre os homens houve uma inflexão clara na série histórica.

Em outros termos, se entre as mulheres a tendência de crescimento é unívoca, entre os homens os dados da PNAD dividem a série histórica em dois períodos

bastante distintos (1992-2002 e 2002-2011), com tendências muito claras e díspares entre si. A trajetória do indicador de proteção, portanto, reflete principalmente o comportamento da série histórica masculina (já que são os homens a maioria entre os ocupados), com queda e posterior recuperação na taxa de contribuição previdenciária. Ocorre que os dois principais determinantes do resultado global afetaram, em termos absolutos, mais significativamente os homens: (i) na primeira metade da série houve redução mais intensa no contingente de segurados especiais, grupo majoritariamente masculino – em 2011, por exemplo, 63,3% dessa categoria pertencia ao sexo masculino; e, principalmente, (ii) aumento da informalidade trabalhista masculina, fenômeno esse que gerou rebatimentos na taxa de cobertura previdenciária e, conseqüentemente, sobre a proteção previdenciária.

Gráficos 2, 3 e 4
 Decomposição
 do Indicador
 de Proteção
 Previdenciária -
 Brasil

Fonte: PNAD/
 IBGE (vários anos).
 Elaboração: SPPS/MPS.
 Obs.: Incluídos os mili-
 tares e os servidores
 públicos estatutários.



Esta relação fica ainda mais evidente no Gráfico 5, a seguir, que traz uma série histórica da taxa de contribuição, aqui entendida como a proporção de ocupados que se autodeclararam contribuintes do RGPS.⁴ Excluídos

os militares e os servidores públicos estatutários (tanto do numerador quanto do denominador), temos então que o indicador agregado de proteção previdenciária oculta diferenças marcantes entre homens e mulheres. A proporção de contribuintes - principal componente do indicador de proteção - pode ter caído para os homens entre 1992 e 2002, comprometendo assim o resultado global, mas entre as mulheres a tendência foi

⁴ Como o foco deste artigo é o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a partir deste ponto são desconsiderados os militares e os servidores públicos estatutários, pertencentes a regimes diferenciados ou próprios de Previdência Social.

de clara expansão desta relação entre contribuintes e ocupados. Ou seja, as mulheres mantiveram essa tendência ao longo de toda a série considerada, sendo acompanhadas pelos homens a partir de 2002.

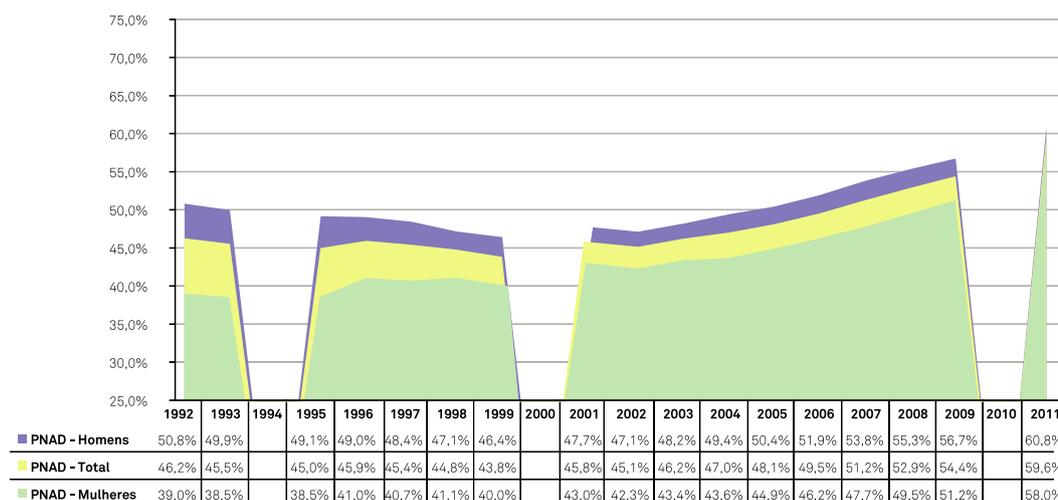


Gráfico 5

Taxa de Contribuição Previdenciária da População Ocupada no Setor Privado (16 a 59 anos), segundo Sexo – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE (vários anos).
Elaboração: SPPS/MPS.
Obs.: Considerando-se apenas os ocupados no setor privado, ou seja, excluídos os militares e os servidores públicos estatutários.

Como resultado da combinação desses fatores todos, o diferencial por gênero, depois de um recuo acentuado no período 1992-2001 e de uma aparente retomada entre 2002-2009, assumiu em 2011 o menor valor de toda a série histórica para ambos os indicadores (contribuição e proteção). Pode-se dizer que os indicadores femininos e masculinos de cobertura previdenciária e de proteção previdenciária se aproximaram significativamente na primeira metade da série histórica harmonizada, voltando a se distanciar ligeiramente nos anos seguintes, ainda que o primeiro movimento tenha sido bem mais intenso que o segundo. Mais precisamente, nos dois casos o indicador feminino ainda é, sistematicamente, inferior ao masculino, mas essa diferença já foi maior.

Estas diferenças entre homens e mulheres são apenas parcialmente inerentes ao gênero ao qual pertencem os trabalhadores (como as que derivam da maternidade, por exemplo) e são geralmente impostas ou exacerbadas por outros fatores (como regras e costumes familiares e sociais, condições no mercado de trabalho e discriminação, dentre outros) geradores de desigualdades. Os diferenciais de cobertura previdenciária entre os sexos estão diretamente relacionados ao padrão de inserção no mundo do trabalho: as mulheres possuem maior probabilidade de enfrentar o desemprego; mais frequentemente encontram ocupação em segmentos menos estruturados da economia, estando mais sujeitas ao trabalho precário (notadamente o doméstico, o não remunerado e o por conta própria, posições em que prepondera a desproteção); e recebem menores

rendimentos, o que dificulta a contribuição previdenciária autônoma.

Por isso mesmo os indicadores de cobertura de 2011 chamam tanto a atenção. A expansão do nível de proteção foi expressiva e esteve atrelada fundamentalmente à população ocupada feminina. A comparação direta entre as PNAD completas de 2009 e 2011 revela um aumento de 3,6 pontos percentuais na taxa de proteção previdenciária, variação que chega a 2,5 p.p. entre os homens e a expressivos 5,1 p.p. entre as mulheres. Ocorre que, dado o caráter amostral da pesquisa, oscilações assim, observadas em relação a períodos imediatamente anteriores, devem ser tomadas com precaução. Pode ser precoce reconhecer nos dados uma mudança de tendência no ritmo de evolução da cobertura feminina, por exemplo. A magnitude destas variações também deve ser relativizada porque dizem respeito ao biênio 2009-2011 (e não à tradicional variação anual), uma vez que em 2010 a PNAD não foi a campo. Contudo, vale ressaltar que estas ponderações não são suficientes para se questione a consistência das tendências recentes observadas para os indicadores de cobertura, que em todos os casos (homens; mulheres; e total) assumem trajetórias claramente ascendentes desde 2003.

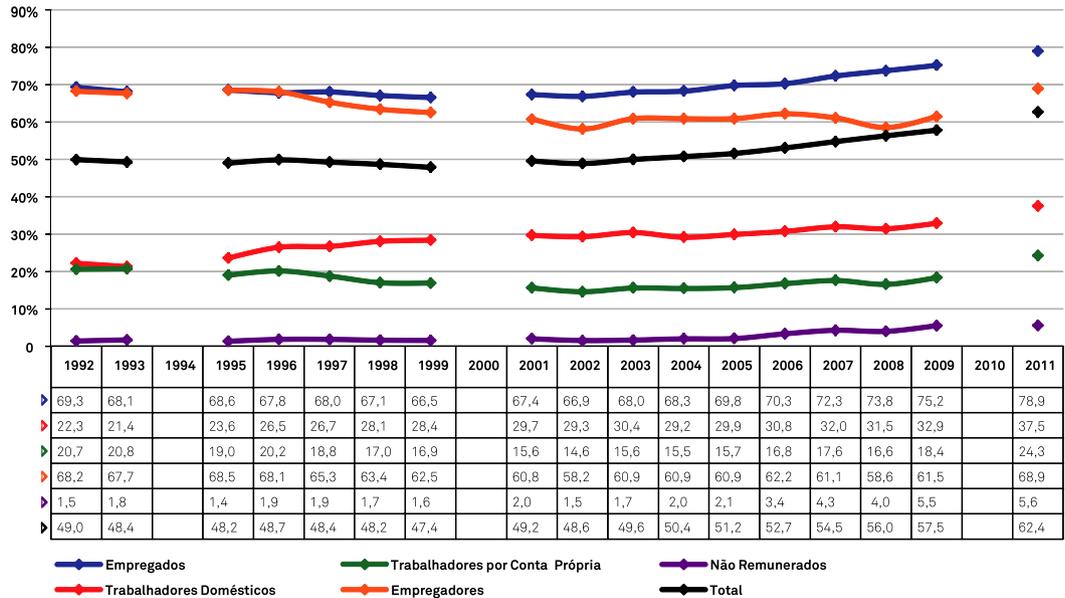
Estes resultados coincidem com a evolução do grau de informalidade trabalhista observada no País: entre os homens houve elevação da informalidade em 1992-1999 e queda a partir de 2001; dentre as mulheres, a tendência de queda na informalidade desde

1992 explica, em grande medida, o melhor desempenho da cobertura feminina. Após estes anos de involução no início da série histórica harmonizada (notadamente, entre 1992 e 1999), a abertura do indicador de taxa de cobertura por posições na ocupação reforça, não apenas a recuperação do indicador global

de cobertura previdenciária, mas também confirma que este desempenho esteve fortemente associado à formalização das relações de trabalho – apenas entre 2002 e 2011, aumentou em 12,0 pontos percentuais a proporção de empregados que declaram contribuir para a Previdência Social.

Gráfico 6
Taxa de Contribuição Previdenciária da População Ocupada Total (16 a 59 anos), segundo Posição na Ocupação, segundo Sexo – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE (vários anos).
Elaboração: SPPS/MPS.
Obs.: Considerando-se todos os ocupados, ou seja, incluídos no total os militares e os servidores públicos estatutários.



O resultado desse segmento, que representa a maioria dos trabalhadores ocupados, compensa o comportamento inexpressivo ou errático de alguns grupos (como o de empregadores, cuja cobertura cai do início da série harmonizada até 2008, quando começa a dar sinais de recuperação) e se soma ao bom desempenho recente de outros. O grupo dos trabalhadores por conta própria, por exemplo, desde 2003 esboça uma recuperação de sua taxa de cobertura. Entre os trabalhadores domésticos, a taxa de cobertura previdenciária aumentou na primeira parte da série (1992-1999), manteve-se praticamente estável no quinquênio seguinte (2001-2005) e desde 2006 parece experimentar uma nova expansão de seus valores.⁵

O indicador de proteção previdenciária desloca as curvas do Gráfico 6 para cima, uma vez que mantém o denominador constante (população ocupada com idade entre 16 e 59 anos) e incorpora ao numerador (como trabalhadores protegidos) os segurados especiais e os ocupados que já recebem algum benefício permanente (aposentadoria e/ou pensão). As maiores variações são observadas nas categorias dos trabalhadores por conta própria e dos trabalhadores sem rendimento, na qual a concentração de segurados especiais é mais elevada - em 2011, estes segurados representavam 13,3% do primeiro grupo e 60,4% do segundo. Outra conclusão óbvia dada pela comparação dos Gráficos 6 e 7 é a redução da diferença entre os dois indicadores totais, diferença essa que chegou a ser de 17,9 pontos percentuais em 1992 e no último ano da série não ultrapassou os 10 pontos.

⁵ Ressalte-se que estes últimos resultados - em particular, os indicadores dos últimos 2 anos - parecem não encontrar respaldo nos registros administrativos do RGPS. A quantidade de contribuintes nesta categoria não mostra sinais de expansão significativa. Pelo conceito mais amplo de apuração deste indicador (que classifica como contribuinte todo aquele que efetuou ao menos uma contribuição no ano), os dados do MPS apontam para uma relativa estabilidade. Vale um estudo específico para a análise desta discrepância. Para maiores informações sobre os dados citados, ver: AEPS 2011.

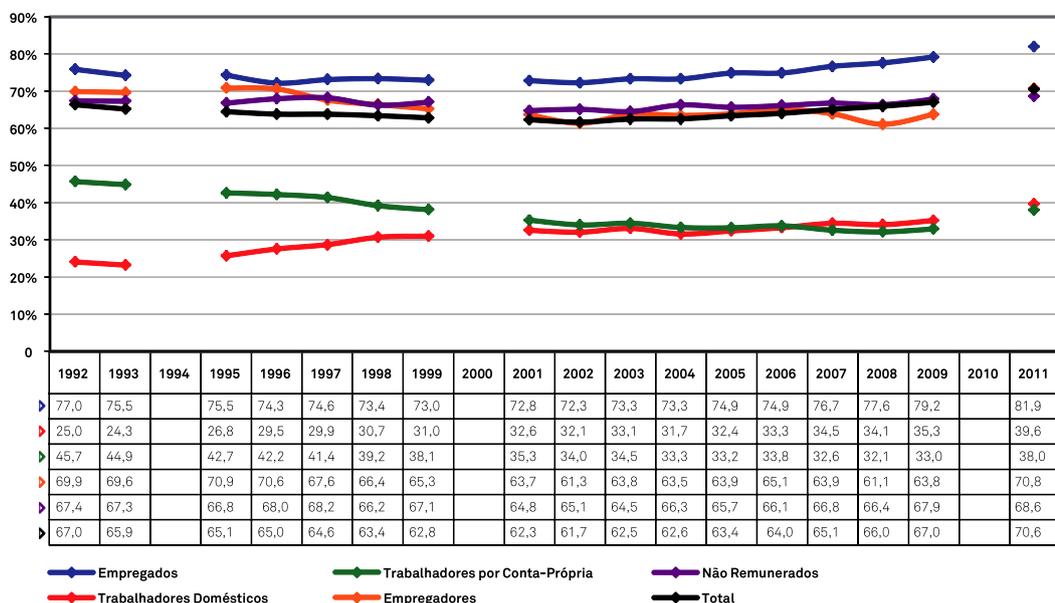


Gráfico 7
Proteção Previdenciária dos Ocupados entre 16 e 59 Anos, segundo as Principais Posições na Ocupação - 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 - Elaboração: SPPS/MPS.

* A linha do total incorpora todas as posições na ocupação, inclusive militares e estatutários.

A diferença ainda é significativa, mas se reduz paulatinamente conforme diminui o contingente de trabalhadores aptos a integrar a categoria de segurado especial. A redução na quantidade absoluta e na participação deste grupo sobre o total de ocupados foi um pouco mais expressiva entre as mulheres: a quantidade de segurados especiais foi reduzida em 32,7% entre os homens e 39,3% entre as mulheres, entre 1992-2011; a proporção de segurados especiais com respeito à PEA ocupada caiu 8,01pp. e 9,09 pp. para homens e mulheres, respectivamente.⁶ Como resultado desta combinação de movimentos, o diferencial de gênero no indicador de proteção previdenciária cresceu a taxas ligeiramente superiores às observadas na taxa de contribuição.

Para além dos efeitos resultantes da instituição da figura do segurado especial, preconizada pela Constituição Federal de 1988, a Previdência Rural ganhou relevância para explicar a expansão da cobertura também em razão de um aumento observado na proporção de trabalhadores agrícolas que - embora não possam ser incluídos no regime especial - contribuem para o RGPS. Os segurados do RGPS são agrupados em dois segmentos básicos: a clientela rural e a urbana. Estas clientelas são definidas em razão, não do local de moradia (região censitária), mas sim de acordo com a natureza da atividade econômica que desenvolvem (agrícola/rural ou urbana). O Gráfico 8, a seguir, é o resultado de uma tentativa de reproduzir estes grupos a partir dos dados da PNAD.⁷

⁶ Esta retração no conjunto de segurados especiais, notadamente do sexo feminino, merece por si só um estudo específico, que apresente dados e teste hipóteses que fogem ao escopo original deste artigo.

⁷ O IBGE alterou a classificação dos grupamentos de atividade entre 2001 e 2002, motivo pelo qual a comparabilidade entre as PNADs dos períodos 1992-2001 e 2002-2011 fica de certo modo comprometida.

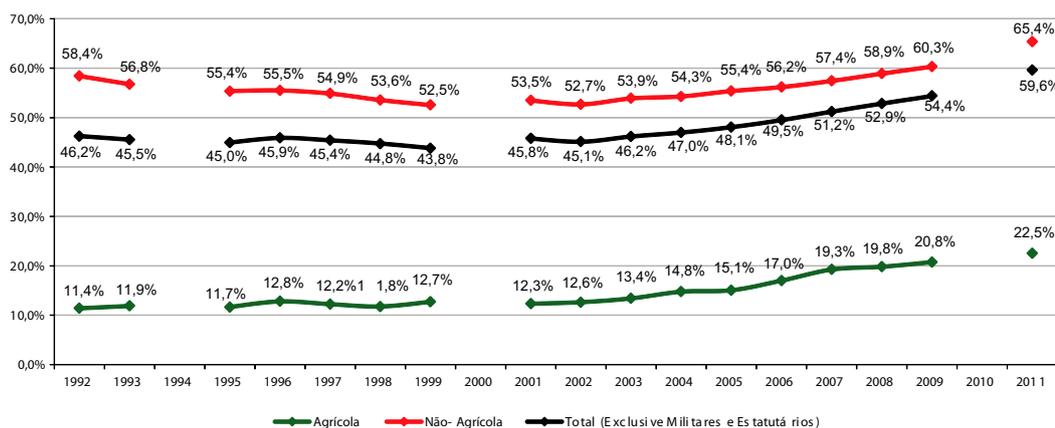


Gráfico 8
Taxa de Contribuição Previdenciária dos Ocupados no Setor Privado (idade entre 16 e 59 anos), segundo Clientelas (Agrícola e Não-Agrícola) do RGPS - 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 - Elaboração: SPPS/MPS. * Exclusi ve mi litares e es tatutá rios.

A taxa de contribuição agrícola, embora ainda seja demasiadamente modesta, cresceu 98% entre 1992 e 2011, sendo que o período de maior expansão ocorreu a partir de 2001; entre os trabalhadores não agrícolas, após o ponto mínimo alcançado em 2002 (52,7%), o indicador evoluiu positivamente até assumir o valor de 65,4% em 2011 (variação acumulada de 12% entre 1992-2011). O valor do indicador global variou 29% no período, resultado naturalmente bem mais próximo ao alcançado pelo grupo de ocupados em atividades não agrícolas, o qual predomina com ampla vantagem na ocupação total (quase 90% do total de ocupados, exclusive militares e estatutários).

Estes indicadores de contribuição previdenciária (que desconsideram os segurados especiais no numerador e os militares e os estatutários em qualquer circunstância) demonstram que a proporção de contribuintes cresce quase que ininterruptamente entre os trabalhadores agrícolas⁸, ao passo que entre os urbanos o movimento determina o padrão observado para o total

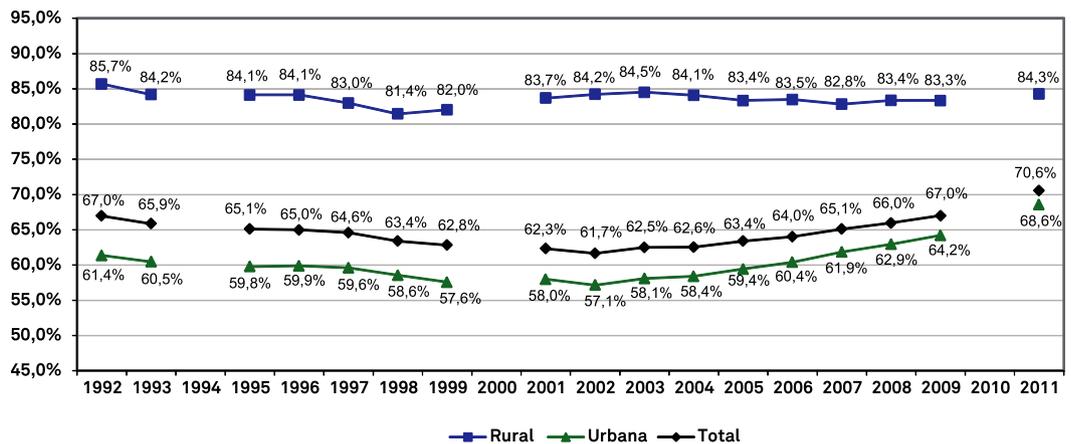
⁸ Segundo a composição dos grupamentos de atividade definida pelo IBGE para a PNAD, o grupamento agrícola incorpora as seguintes atividades: (i) Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades; (ii) Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades; e, (iii) Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades.

de ocupados - tendência de queda até 2002 e posterior recuperação. Entre os segurados especiais, em que pesem os fenômenos relatados anteriormente, a relevância da Previdência Rural brasileira para a proteção previdenciária destes trabalhadores rurais que atuam na agricultura familiar (e equiparados) segue incontestável – 7,5% da população ocupada masculina se declara não contribuinte, mas encontra-se protegida na condição de segurados especiais, mesma situação vivida por 5,9% das mulheres ocupadas.

Um exemplo disso é o fato de que a proteção previdenciária rural – definida neste contexto pela região censitária do local de moradia e não pela natureza da atividade laboral desempenhada pelo trabalhador -, segue elevada e bastante superior à urbana, em que pese a ligeira tendência de queda observada desde 1992. Na verdade, o Gráfico 9, a seguir, parece ser em grande medida explicado pelos Gráficos 2 e 4, discutidos anteriormente. Por um lado, a queda no contingente de segurados especiais tem forçado o indicador de proteção para baixo (Gráfico 2); por outro, especialmente no período 2003-2011, o incremento na taxa de contribuição dos trabalhadores agrícolas tem servido para neutralizar ao menos parcialmente esta tendência.

Gráfico 9
Proporção de Protegidos com Idade entre 16 e 59 Anos, segundo Áreas Censitárias (Rurais e Urbanas) – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011
- Elaboração: SPPS/MPS.
* Inclusive militares e estatutários.



Vale ressaltar que o claro movimento de redução na quantidade absoluta de potenciais segurados especiais se deu tanto em razão da migração rural-urbana quanto da expansão da agroindústria e das atividades não agrícolas no meio rural (estas últimas, associadas a um forte movimento de urbanização do meio rural). Esse fenômeno se somou a uma ligeira retração na taxa de contribuição previdenciária total (entre 1992-1999, como mencionado

anteriormente), determinada por uma diminuição na proporção de contribuintes entre empregados, trabalhadores por conta própria e empregadores. Por outro lado, o arrefecimento no ritmo de queda no volume de segurados especiais, atrelado à expansão da formalização previdenciária entre empregados e trabalhadores por conta própria, explica a forte recuperação do indicador global de proteção previdenciária a partir de 2003.

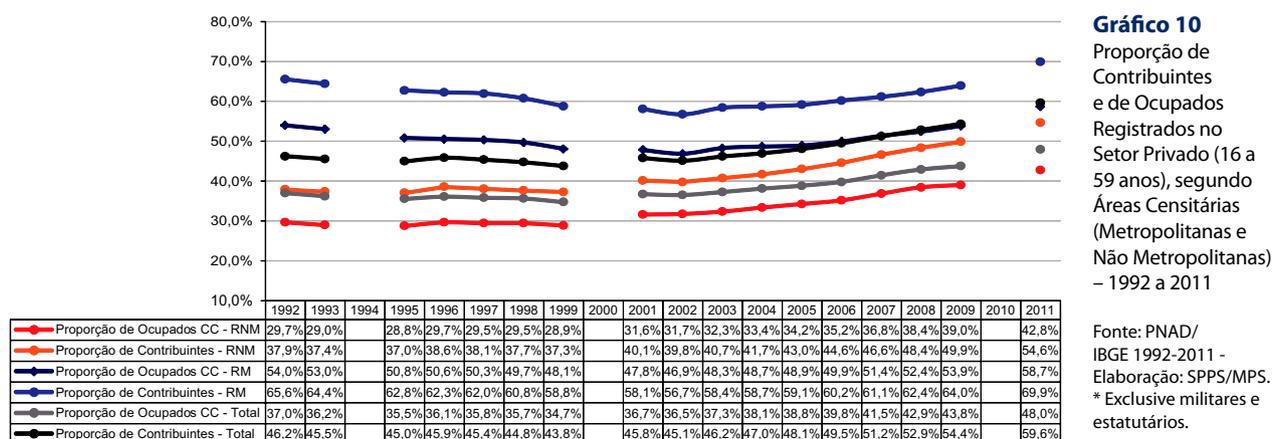
Por fim, ressalte-se que este incremento na ocupação rural não agrícola está possivelmente relacionado a uma “intensificação da interiorização da economia”, marcada pelo surgimento de novos pólos econômicos no interior das unidades da Federação - dinâmica que fugiu ao modelo, predominante até então, focado fundamentalmente nas regiões metropolitanas do País (Gráfico 10).⁹ Esse fenômeno pode ter contribuído para sustentar a tese, bastante difundida até o início dos anos 2000, de que o País enfrentava uma crise no

⁹ Segundo estudo do IBGE, a interiorização do Brasil na última década foi influenciada de forma significativa pela expansão das cadeias produtivas de carne, grãos e algodão em direção ao Centro-Oeste e ao Norte, fenômeno que - dentre outros reflexos - estaria elevando o grau de urbanização nacional e modificando a densidade e a mobilidade populacionais. Isso tudo ao mesmo tempo em que houve uma aparentemente litoralização do País, tanto em razão da exploração de petróleo quanto de atividades relacionadas ao turismo. O resultado foi o adensamento da população e dos centros urbanos situados nestas proximidades, nas quais a composição setorial da ocupação foi alterada.

mercado formal de trabalho (CARDOSO JR., 2000; NERI, 2003; ARBACHE, 2003).

Esta tese, fundamental construída a partir de dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) – com dados das seis maiores regiões metropolitanas brasileiras - e generalizada para o conjunto do País, foi sendo paulatinamente refutada a partir de estudos realizados com base em dados da PNAD/IBGE, pesquisa com cobertura geográfica bem mais abrangente (PAIVA, 2004).¹⁰ Os dados nacionais desagregados em áreas metropolitanas e não metropolitanas sugerem não apenas que a tal “crise de formalidade” na década de 1990 se mostrou uma falácia, mas que inclusive houve ligeira melhora no grau de formalização das relações de trabalho no País.

¹⁰ Ver: Paiva, Luis Henrique. *Revendo o Crescimento da Informalidade e de sua Dimensão Previdenciária à Luz dos dados da PNAD. Mercado de Trabalho – conjuntura e análise*, n° 23. IPEA, 2004.



Notas sobre a Relação Recente entre Mercado de Trabalho e Cobertura Previdenciária

Diversos aspectos do funcionamento do mercado de trabalho podem influenciar o grau de cobertura previdenciária de um País, de modo que a busca por explicações para as limitadas taxas de cotização ao RGPS deve passar obrigatoriamente por este tema. O argumento mais comum, relacionando mercado de trabalho e desproteção previdenciária, aponta para a elevada informalidade nas relações de trabalho como o principal

determinante da baixa proporção de ocupados participando de regimes previdenciários. Grosso modo, no Brasil, parcela importante da PEA ocupada não teria acesso a postos de trabalho de qualidade, com benefícios e outras garantias laborais, restando como alternativa o setor informal da economia, marcado pela informalidade e pela precariedade das relações e condições de trabalho.

Para estes trabalhadores, a inscrição no RGPS, embora mandatária, seria na prática voluntária, já que dependeria de decisão individual e de difícil imposição pelo Estado (dadas as óbvias dificuldades de fiscalização e verificação das condições para tal obrigatoriedade, especialmente no caso dos trabalhadores por conta própria). Dadas as características dos postos de trabalho

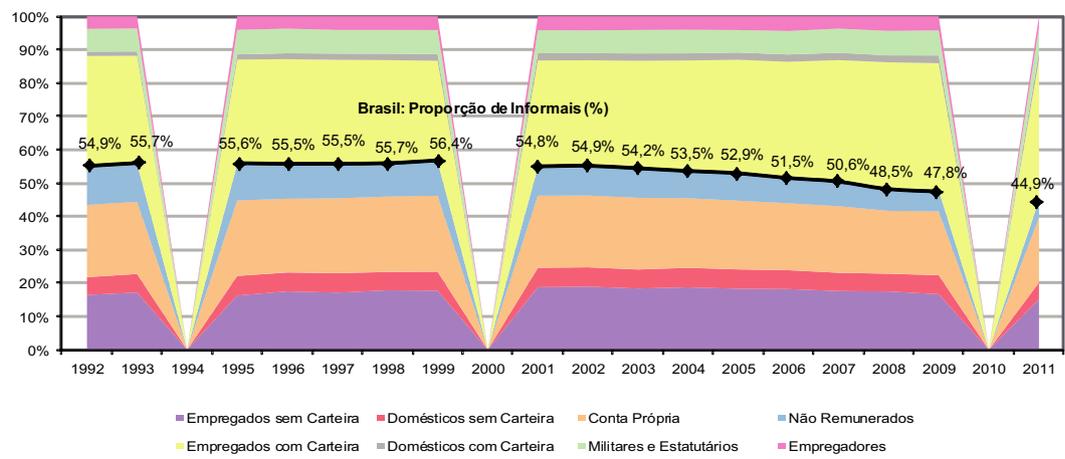
que ocupam, nos quais tende naturalmente a prevaler a ausência de aporte previdenciário patronal, a estes indivíduos resta a possibilidade de assumirem integralmente o custo da contribuição para o RGPS. Por outro lado, como estes postos também são, predominantemente, marcados pela precariedade e pelos baixos rendimentos, a baixa capacidade contributiva tende a ser um fator impeditivo bastante relevante.

Em outras palavras, estes trabalhadores - que representam parcela elevada do total de ocupados no País - tendem a se posicionar na base da distribuição de renda do País, quadro que certamente oferece entraves importantes para a expansão da proteção previdenciária. Também em razão da condição socioeconômica em que vivem, tendem a possuir uma elevada taxa individual de desconto intertemporal, valorizando mais o consumo presente do que o acúmulo de poupança para a aposentadoria. Em outras palavras, quando livres para decidir, frequentemente optam pela não-contribuição - seja pela incapacidade financeira de cotizar, seja por possuírem um horizonte de planejamento de curto prazo -, decisão que não deixa de ser economicamente racional. Esta visão de curto prazo também contribui para que a interação com outras políticas produza desincentivos: os benefícios de risco (auxílio-doença, pensão por morte, etc.) são pouco levados em consideração, ficando o foco quase que restrito aos benefícios planejados (como a aposentadoria por idade, por exemplo).¹¹

Tomando-se como conceito de informalidade trabalhista a ocupação em posições sem vínculos trabalhistas formalizados, a medida desse problema, no Brasil, pode ser auferida como a proporção de ocupados na condição de autônomos (trabalhadores por conta própria), empregados sem carteira (domésticos ou não) e não remunerados (não remunerados, trabalhadores ocupados na construção para o próprio uso e trabalhadores ocupados na produção para o próprio consumo). Pelo Gráfico 11, a seguir, nota-se que este segmento da população ocupada é, de fato, bastante importante no País, respondendo por cerca de 45% do total de postos de trabalho informados na PNAD 2011, sempre com o filtro etário previamente definido (idade entre 16 e 59 anos).

¹¹ Neste grupo, para o qual a contribuição é quase autônoma, outra questão a ser ponderada é a oferta de benefícios semi ou não contributivos, que pode produzir desincentivos para o aporte individual mesmo em alguns de seus segmentos onde há capacidade contributiva (ainda que limitada). Sobre isso, o que se pode dizer é que a literatura especializada reúne um volume relativamente significativo de evidências de que a superposição de benefícios previdenciários e assistenciais tende a resultar em taxas de cotização inferiores às potenciais. PAIVA (2009), por exemplo, sugere a existência de tal situação no Brasil, onde a idade mínima de aposentadoria por idade (para a clientela urbana) e o piso previdenciário coincidem como o valor monetário e com a idade mínima de acesso ao benefício de prestação continuada (BPC) previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). De todo modo, ainda que bastante controverso e mesmo relevante para a discussão aqui proposta, este ponto certamente merece espaço no debate e deveria ser objeto de estudos mais elaborados. Para maiores detalhes, ver: PAIVA, Luis Henrique. "Contribuição Previdenciária e Desincentivos gerados pela Assistência Social: o que o caso das mulheres nos ensina". Informe de Previdência Social. Novembro de 2009, Volume 21, nº 11.

Gráfico 11
Composição da PEA Ocupada com Idade entre 16 e 59 Anos, segundo Posições na Ocupação - 1992 a 2011
Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 - Elaboração: SPPS/MPS.



Não à toa, os momentos de expansão da informalidade tendem a coincidir com os períodos em que a taxa de desemprego aumentou no País, ainda que não na mesma proporção (Gráfico 12). Em momentos de crise

e instabilidade econômica, um eventual aumento do desemprego tende a vir acompanhado de uma expansão da informalidade nas relações de trabalho, fenômeno que tende a estar concentrado fundamentalmente

nas camadas sociais menos favorecidas, para as quais a renda do trabalho se confunde mais diretamente com a renda familiar. Em outras palavras, como para estes grupos a desocupação não é alternativa plausível, a saída natural tende a ser a atividade informal, normalmente associada à precariedade laboral, problema que no Brasil assume contornos mais graves e duradouros que o próprio desemprego. Afinal, por motivos óbvios, é o grupo dos trabalhadores informais o que – a médio e longo prazos – mais tende a sofrer com a desproteção social, especialmente a de natureza previdenciária.

Como já mencionado, o fato de a PNAD não dispor de dados sobre a contribuição previdenciária dos desocupados e inativos inviabiliza a análise dos prováveis impactos do desemprego sobre as taxas de proteção previdenciária da PEA e da população em geral. Mais do

que isso, tal limitação impede que se avalie o grau de atratividade do RGPS entre os indivíduos que não compõem o grupo de segurados obrigatórios da Previdência Social. De forma bastante genérica, no entanto, pode-se dizer que o aumento do desemprego (tanto o desemprego aberto, quanto o desemprego oculto por trabalho precário) tende a pressionar a taxa de contribuição previdenciária para baixo. No tocante à população ocupada total, denominador dos indicadores apresentados nesta nota, a relação identificada entre desemprego e informalidade pode resultar no aumento do peso dos informais no emprego total; ademais, como o numerador é quase sempre menor que o denominador (dado que a taxa de cobertura é significativamente inferior a 100%), a saída de trabalhadores da população ocupada também tende a favorecer a queda na proporção de contribuintes (a depender da qualidade do posto que ocupava).

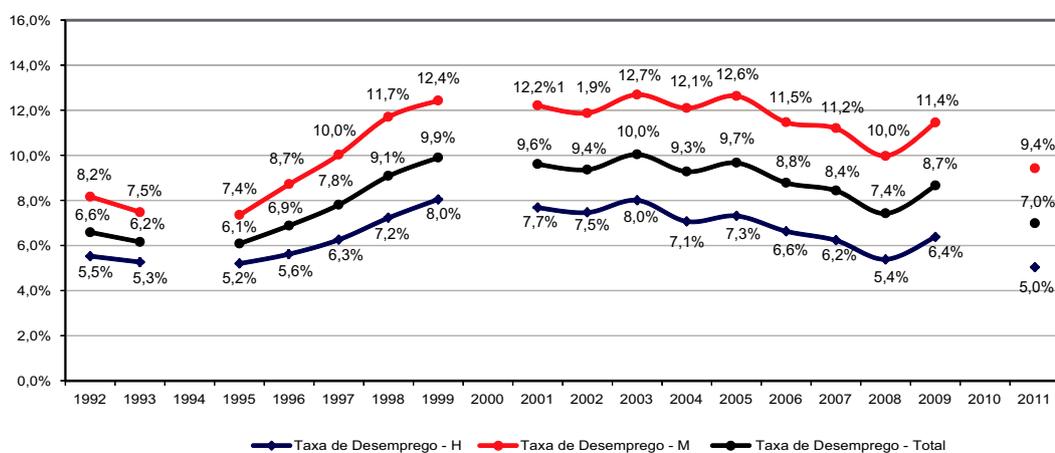


Gráfico 12

Taxa de Desemprego entre a PEA com Idade entre 16 e 59 Anos, segundo Sexo – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.

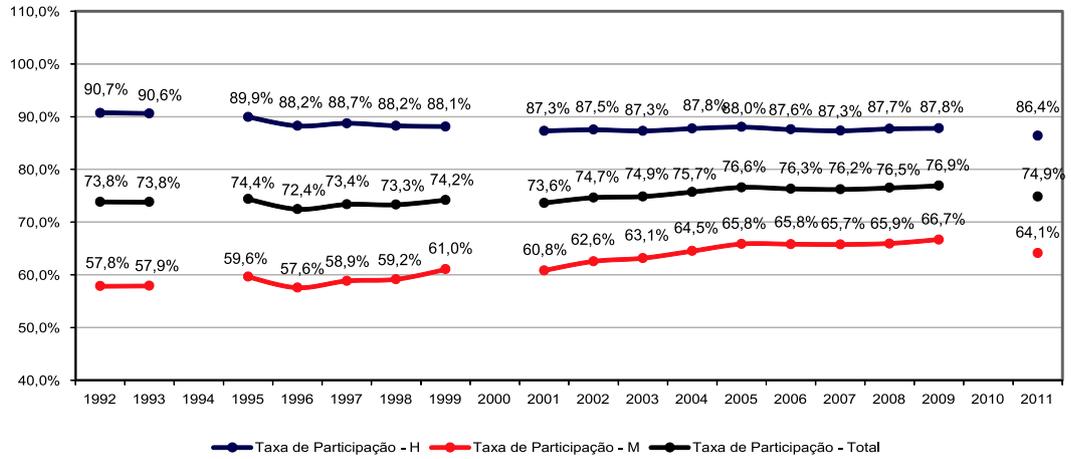
A taxa de desemprego assumiu tendência de alta nos anos 1990, seguida de decréscimos anuais entre 2001 e 2008. Em 2009 a PNAD evidenciou as sequelas da crise financeira mundial, deflagrada em 2008, sobre o nível de desemprego no País: este indicador avançou de 7,1% (2008) para 8,3% (2009) da PEA. Ressalte-se que isso não decorreu de uma redução no número de postos de trabalho (já que a população ocupada inclusive cresceu), mas sim em razão de um aumento no contingente de trabalhadores que passaram a procurar emprego – especialmente no período de referência da pesquisa (setembro/2009), dado que no segundo semestre de 2009 a economia brasileira já dava sinais de retomada do crescimento. Em 2011 a taxa de desemprego já havia recuado, atingindo o menor patamar desde 1997, sempre com base na PEA com idade entre 16 e 59 anos.

Em outras palavras, em que pese o revés sofrido entre 2008 e 2009, o mercado de trabalho brasileiro seguiu abrindo vagas e, como veremos mais adiante, remunerando melhor os trabalhadores ocupados. Índices mais contundentes nesta direção podem ser obtidos pela análise da taxa de participação, que consiste na proporção da população em idade ativa (PIA) que faz parte também da PEA (ou seja, que estava ocupada ou procurando ocupação no período de referência para a captação do dado). Este indicador, como bem mostra o Gráfico 13, a seguir, não pareceu sofrer abalos perceptíveis no biênio mencionado. Ao contrário, o mesmo manteve a relativa estabilidade iniciada em 2005, período subsequente a um movimento de alta puxado pela participação feminina no mercado de trabalho. Entre 2009 e 2011, como o crescimento da PEA foi inferior ao da população em idade ativa, a taxa de participação diminuiu para todos os grupos considerados.

Gráfico 13

Taxa de Participação da População com Idade entre 16 e 59 Anos, segundo Sexo – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.



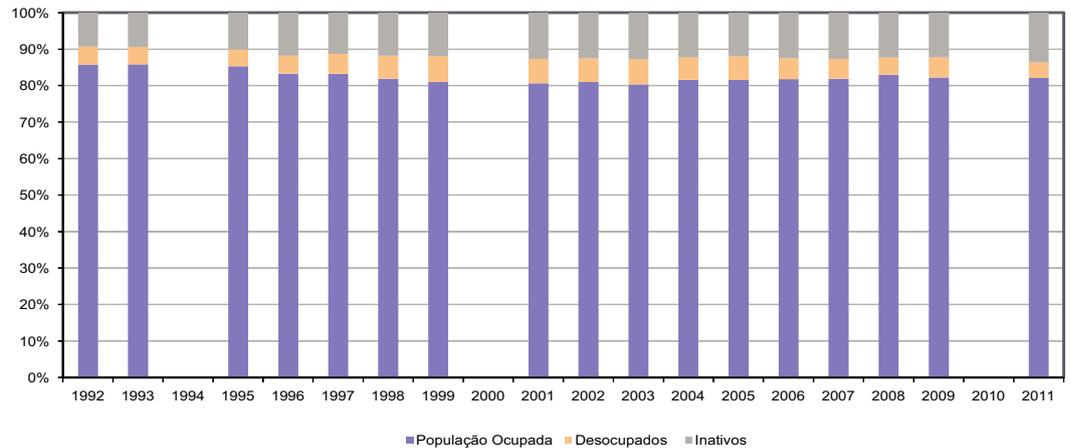
Nos anos mais recentes, contudo, a redução do desemprego pode ter sido favorecida, em parte, por esta estabilidade e pela subsequente queda na taxa de participação. Particularmente entre 2009 e 2011, a economia brasileira criou postos de trabalho, mas o fez em ritmo inferior à expansão da PIA (Gráfico 14). A proporção de desempregados caiu, dentre outros fatores, porque

uma parcela maior da população em idade ativa aparentemente decidiu não participar do mercado de trabalho. As causas dessa decisão precisam ser melhor investigadas, assim como convém avaliar como este fenômeno se distribui geograficamente e entre distintos grupos da população (segundo sexo, idade, raça/cor, situação socioeconômica e outros, por exemplo).

Gráfico 14

Composição da População em Idade Ativa na Faixa Etária de 16 a 59 Anos, segundo Condição de Atividade e Ocupação – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.



Um ponto a ser destacado é que a mencionada diminuição da informalidade se fez sentir em áreas urbanas e rurais, agrícolas e não agrícolas. Embora o patamar de informalidade ainda seja elevado, notadamente entre os ocupados em atividades agrícolas, o aumento da proteção e da taxa de contribuição na última década, já explorado anteriormente, resulta principalmente de um aumento na participação dos empregados com carteira no total de ocupados. Os menores avanços foram sentidos entre os trabalhadores rurais ocupados em atividades agrícolas, em

que a precariedade dos postos de trabalho ainda prepondera de modo persistente: neste grupo, a proporção de informais permaneceu praticamente constante no período 1992 (91,2%) - 2002 (91,0%), recuando muito discretamente nos anos subsequentes (chegando, em 2011, a 88,9%). Nos demais grupos a queda foi bem mais perceptível, o que também ajuda a explicar o aumento da cobertura previdenciária, pois a informalidade caiu justamente entre os grupos que ganharam espaço na PEA ocupada, como os rurais não agrícolas.

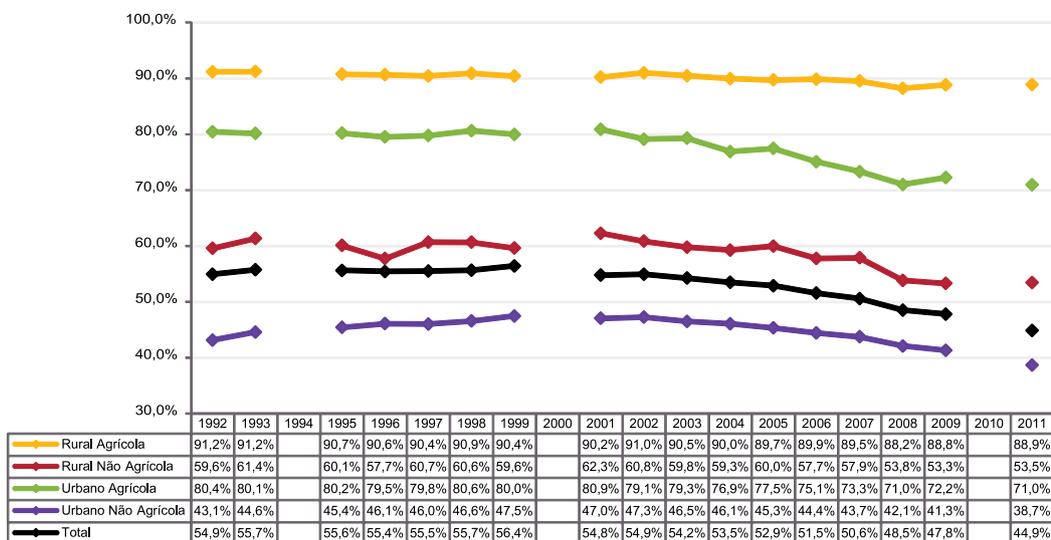


Gráfico 15
Proporção de Informais na PEA Ocupada (16 a 59 anos), segundo Região Censitária (Urbana e Rural) e Setor de Atividade (Agrícola e Não agrícola) – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.

De fato, em relação à composição da força de trabalho ocupada, algumas observações merecem ser feitas quanto à dicotomia urbano-rural. Quando a análise foca a composição do emprego total, nota-se claramente que o emprego rural perdeu espaço no País: em 1992, 23,0% dos ocupados residiam em áreas rurais; em 2011, essa proporção chegava a apenas 12,7%. Esta queda da participação no emprego total se deu para os ocupados rurais

agrícolas e não agrícolas, muito embora a intensidade do movimento tenha sido bem superior para o primeiro grupo (Gráfico 16). Mais precisamente, o emprego rural não agrícola experimentou alguma oscilação ao longo da série histórica, gerando um saldo acumulado de -1 ponto percentual de participação no total de ocupados. Nesse período, a proporção de ocupados rurais agrícolas caiu ininterruptamente e de forma bem mais contundente.

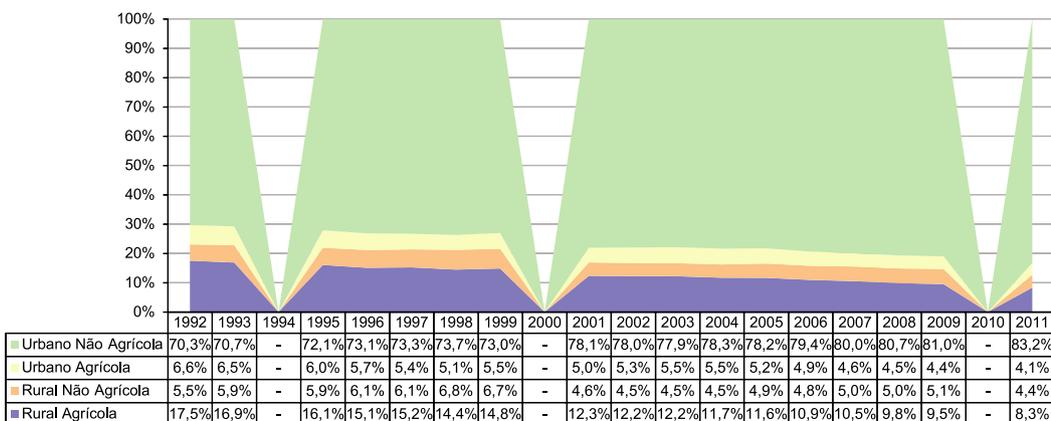


Gráfico 16
Proporção de Ocupados entre 16 e 59 anos, segundo Clientelas (Urbana e Rural) do RGPS e Ramos de Atividade (Agrícola ou Não Agrícola) – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.

Sobre os determinantes da evolução da ocupação no meio rural, GROSSI *et al* (2001) oferecem algumas explicações pertinentes.¹¹ Segundo os autores, nos anos 1992-1999 os dados da PNAD revelam ter havido um arrefecimento bastante significativo no ritmo de queda da população rural, embora o emprego rural agrícola tenha passado a diminuir rapidamente. A explicação para esta aparente contradição residiria na expansão do emprego rural não

agrícola e, em menor grau, no volume de desempregados e inativos (particularmente de aposentados)¹² residentes nas áreas rurais. Em termos mais gerais, o êxodo rural (migração de habitantes de áreas rurais em direção

¹¹ Para maiores detalhes, ver: GROSSI, M. E. Del, SILVA, J. G. da, CAMPANHOLA, C. O Fim do Êxodo Rural? Espaço e Geografia, v4, n°1, jan - jun 2001, p.37-56.

¹² A Previdência Rural, notadamente em razão dos benefícios pagos a segurados especiais, pode de fato ter contribuído para a redução do êxodo rural, dado que garantiu rendimentos a idosos rurais que, de outro modo, dificilmente logriam custear um benefício previdenciário pelos moldes tradicionais. Mais claramente, a elevação dos rendimentos destes indivíduos e, principalmente, seus reflexos no rendimento domiciliar, podem ter reduzido a pressão migratória sobre os centros urbanos. A avaliação desta hipótese é tema relevante e deveria ser objeto de futuros estudos exploratórios.

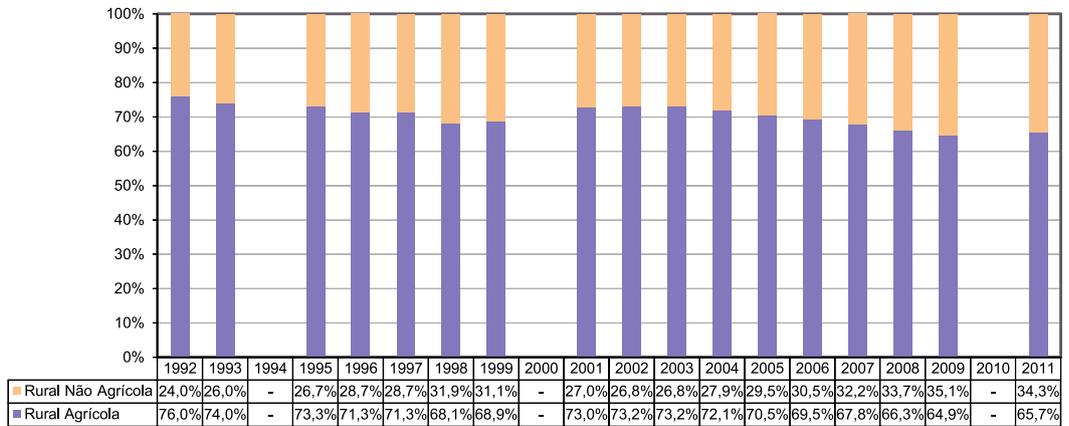
aos centros urbanos do País) teria sido suplantado pelo êxodo agrícola (continua, mas agora parece ser mais um êxodo agrícola do que um êxodo rural), fenômeno que fica mais claro no Gráfico 17. Com efeito, a participação de trabalhadores rurais não agrícolas no emprego rural total

passou de 24,0%, em 1992, para 34,3%, em 2011, sendo que os avanços mais significativos foram alcançados nos últimos 8 anos da série histórica considerada, mesmo período em que avançou significativamente o grau de formalidade no mercado de trabalho.

Gráfico 17

Proporção de Ocupados entre 16 e 59 anos no Meio Rural, segundo Ramos de Atividade (Agrícola ou Não-Agrícola) – 1992 a 2011

Fonte: PNAD/IBGE 1992-2011 -
Elaboração: SPPS/MPS.



Com respeito a esta evolução do mercado de trabalho formal, é preciso destacar, antes de tudo, que ao longo da série histórica considerada houve mudanças importantes no comportamento da elasticidade emprego-produto. Ao longo da maior parte da década de 1990, as variações significativas ocorridas no PIB (negativas e positivas) não foram acompanhadas de variações compatíveis no número de empregos formais, ou seja, tratou-se de um período em que os curtos ciclos de crescimento econômico não lograram fomentar a formalização ou gerar um volume proporcional de empregos. Este cenário difere bastante do quadro observado a partir dos anos 2000.

Segundo PAIVA & ANSILIERO (2008)¹³, o início da década de 1990 foi afetado pelo mau desempenho do produto em determinados setores (especialmente na indústria e nos serviços) e por um forte processo de racionalização no emprego formal. O período seguinte foi marcado por um aprofundamento do ajuste do emprego na indústria e um resultado relativamente ruim

na agropecuária, devido, principalmente, à estratégia de apreciação da moeda brasileira para fins de controle da inflação. Mais precisamente, esta valorização cambial, somada à agressiva abertura comercial iniciada em 1992, levou a indústria brasileira (bem como, em larga medida, a agropecuária e, nos serviços, as instituições financeiras) a um processo de reestruturação produtiva com grandes consequências sobre o emprego formal. Ressalte-se que o setor de serviços, composto por sub-setores normalmente protegidos dos efeitos do câmbio, já nessa época apresentava uma recuperação no emprego formal, ficando mesmo a exceção por conta das instituições financeiras.

No final da década de 1990, contudo, inicia-se um período em que o emprego formal tendeu a variar mais que proporcionalmente à variação do produto, resultado direto de uma dinâmica mais robusta de crescimento econômico e, especialmente a partir de 2002, também mais estável e previsível. Dentre os fatores explicativos deste fenômeno, merece algum destaque a alteração na taxa de câmbio ocorrida no País em 1999, ocorrência que marca o fim da estratégia de controle da inflação com base na chamada âncora cambial e, provavelmente, também o fim do ciclo de racionalização do emprego.

¹³ Ver: ANSILIERO, Graziela et PAIVA, Luis Henrique. "Evolución de los Indicadores de Previsión Social para el Periodo Reciente (1992-2006)", Brasília, Asociación Internacional de la Seguridad Social: Revista Internacional de Seguridad Social, Vol. 61, No 3, 2008.

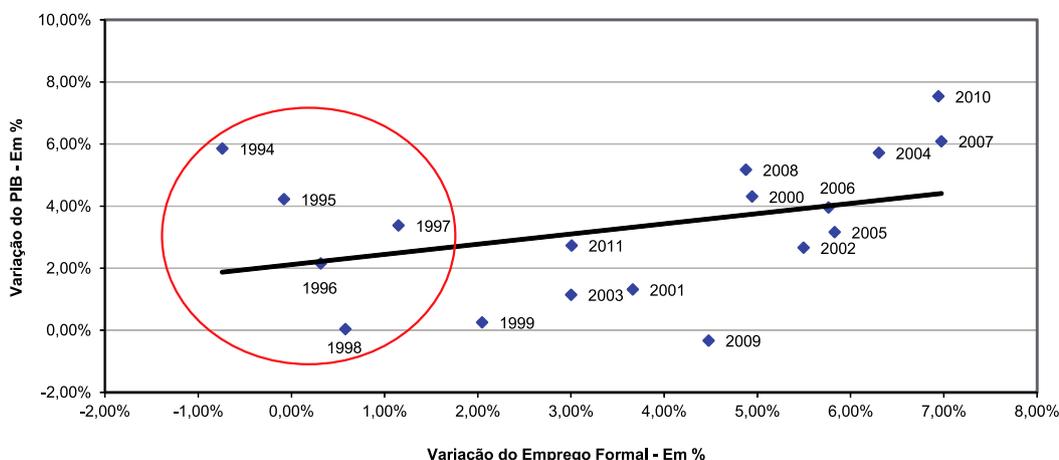


Gráfico 18
 Variação do Produto Interno Bruto versus Variação do Emprego Formal (CLT-GFIP) – 1994 a 2011

Fonte: PIB – IPEA Data; Emprego Formal: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração: SPPS/MPS.

A partir daí as elasticidades tenderam a apresentar valores próximos (e mesmo superiores) a 1, indicando um ciclo econômico de forte geração de postos de trabalho e de expressiva formalização do emprego. Adicionalmente, o crescimento econômico tem tendido a ser maior e mais estável que o observado ao longo das décadas de 1980 e 1990, o que também pode ajudar a explicar uma melhor resposta do emprego formal. Pode-se argumentar ainda que o aumento da fiscalização do trabalho tenha desempenhado algum papel – ainda que bastante residual – na expansão da proporção de ocupados com registro em carteira de trabalho. O fato é que o quadro se tornou, desde então, muito mais favorável à recuperação e até mesmo à expansão do grau de proteção previdenciária no País. Estas mudanças desacreditaram as teses, então bastante em voga, de que a expansão da informalidade seria inevitável no País e de que, em razão dos ganhos de produtividade associados ao novo padrão de crescimento econômico, variações positivas do

produto teriam impactos cada vez menores na geração de novos empregos.

Para além dos efeitos diretos sobre o segmento do mercado de trabalho vinculado aos setores mais estruturados da economia brasileira, a melhoria do cenário econômico e a resposta positiva do mercado de trabalho formal também favoreceram a redução da informalidade por meio da elevação do rendimento real médio no País. O aumento do nível de emprego observado nos últimos anos, embora muito atrelado à ocupação registrada em carteira de trabalho, pressionou o rendimento do trabalho para cima, mesmo entre os informalmente ocupados. Ademais, há que se considerar os efeitos multiplicadores do crescimento econômico sobre a economia como um todo, dadas as conhecidas interações entre os setores formal e informal da economia, fenômeno que também pode ter contribuído para a melhoria da capacidade contributiva de empregados informais e trabalhadores por conta própria.

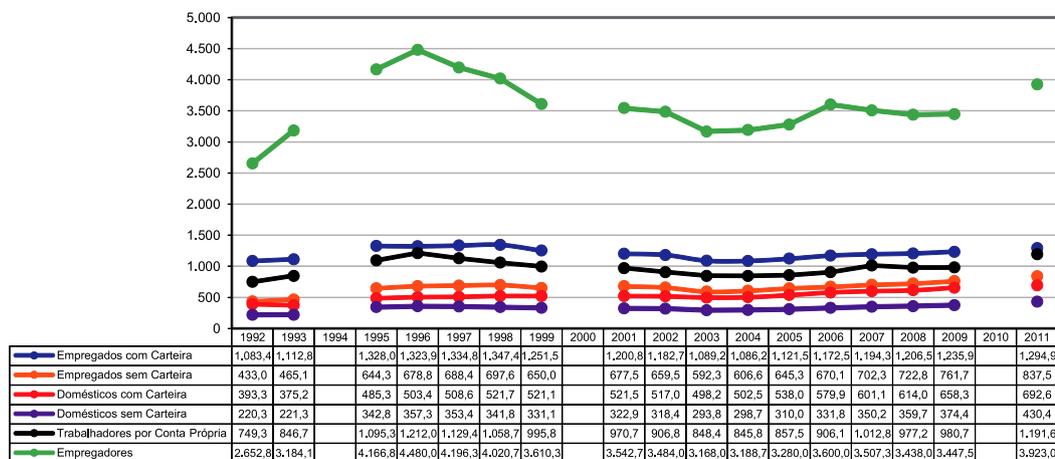


Gráfico 19
 Evolução do Rendimento Real Médio, segundo Posições na Ocupação – 1992 a 2011

Fonte: Série Histórica - INPC/IBGE; PNAD/IBGE 1992-2011 - Elaboração: SPPS/MPS.

Daí resulta que, para além do incremento na formalidade trabalhista, houve um movimento de redução da informalidade previdenciária, mesmo entre aqueles não absorvidos pelo mercado de trabalho formal. Muito embora os dados analisados sugiram que o bom momento experimentado pela economia brasileira na última década tenha sido a força motriz por trás desta melhoria dos indicadores de cobertura do RGPS, vale mencionar que nesse período o governo federal implantou diversas medidas facilitadoras (ou fomentadoras) do processo de inclusão previdenciária (Quadro 1).

Pelo lado do emprego formal, as principais iniciativas foram: (i) a instituição do SIMPLES, que, a partir de 1996, desonerou a folha de salários das microempresas e empresas de pequeno porte; (ii) a isenção da cota previdenciária patronal incidente sobre as receitas oriundas da exportação rural, em 2001; (iii) a obrigatoriedade de retenção de 11% do valor dos contratos de cessão de mão de obra, em 2003; (iv) a permissão de dedução da cota patronal doméstica na declaração anual de ajuste do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, em 2006; e, bem recentemente, (v) a desoneração compensada da folha de salários de empresas vinculadas a determinados setores da economia, política demasiadamente recente para que se tenha alguma avaliação mais consistente do seu impacto.

Em relação ao SIMPLES, submetido a diversas alterações desde sua criação, a literatura especializada reconhece evidências de impactos sobre a formalização de vínculos e, com menos ênfase e frequência, sobre geração de postos de trabalho.¹⁴ A desoneração das exportações agrícolas, por sua vez, coincidiu com um período de valorização das *commodities* e também com um cenário econômico externo bastante favorável ao comércio internacional – fatores que amenizaram os efeitos da sobrevalorização cambial prevalecente nos anos 2000. Esta combinação naturalmente dificulta a imputação do aumento da taxa de contribuição agrícola e rural à sua influência. A retenção de 11%, embora esteja associada a valores crescentes de arrecadação no fluxo de caixa do RGPS, não foi objeto de avaliações específicas. Com respeito ao emprego doméstico, não há evidências contundentes de que a medida tenha surtido o efeito desejado: os registros administrativos do MPS não revelam mudanças significativas no contingente de segurados

¹⁴ A instituição do SIMPLES é frequentemente aventada como uma das possíveis explicações para o comportamento mais positivo do emprego no setor de serviços, ainda na década de 1990.

nesta categoria, embora uma avaliação mais aprofundada destes resultados seja algo recomendável.

Pelo lado da contribuição autônoma, as principais medidas foram: (i) a instituição do Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária, em 2006, medida que reduziu (de 20% para 11%) a alíquota de contribuintes individuais recolhendo sobre o valor do piso previdenciário; (ii) a criação da figura do microempreendedor individual (MEI), em 2007; (iii) a instituição da figura do contribuinte facultativo de baixa renda, em 2011; e, (v) a equiparação de contribuintes individuais (pessoas físicas) a empregados, quando aqueles prestam serviços a empresas, medida implantada em 2003. A última medida, até por ser mais antiga, já passou por avaliações e demonstrou ter impactado positivamente a inclusão de trabalhadores por conta própria ao RGPS.¹⁵ As demais carecem de análises e estudos mais robustos.

Estas medidas mais recentes, grosso modo, focam o mesmo público-alvo – qual seja, o contingente de trabalhadores por conta própria, desprotegidos e com rendimentos limitados – e, por isso, chegam a se sobrepôr (em alguns aspectos) e podem gerar desincentivos umas às outras. O número de inscritos no conjunto destes planos previdenciários já é bastante expressivo, mas ainda é cedo para tomar isso como impacto efetivo sobre a desproteção. Deve-se avaliar, por exemplo, a densidade contributiva destes novos contribuintes ou, entre outras palavras, se estes novos segurados têm logrado manter a regularidade de seus aportes ao sistema, condição para a concessão da maior parte dos benefícios (notadamente as aposentadorias). Ademais, é preciso avaliar em que medida as inscrições nos novos planos representam a inclusão de novos segurados ou são o resultado da migração de planos pré-existentes para os novos, em geral mais baratos.

¹⁵ Para acessar uma avaliação baseada nos registros administrativos do RGPS, ver: PEREIRA, Eduardo da Silva. “Efeitos da Medida Provisória 83/2002 na Cobertura Previdenciária”. Informe de Previdência Social, Novembro de 2005, volume 17, número 11. Segundo o autor, o contingente de contribuintes individuais aumentou significativamente imediatamente após a entrada em vigor da medida, o que, na ausência de outros fatores novos ou atípicos, pode ser tomado como indicativo de impacto positivo sobre o nível de cobertura.

POLÍTICAS DE INCLUSÃO/ MEDIDAS LEGAIS	ANO	TIPO DE ESTABELECIMENTO/ CATEGORIA DE CONTRIBUINTE	CATEGORIAS DE SEGURADOS	DESCRIÇÃO	AMPARO LEGAL
SIMPLES	1996	Microempresas e empresas de pequeno porte	Empregados	Os estabelecimentos optantes têm a contribuição previdenciária patronal substituída por uma alíquota incidente sobre a receita bruta mensal. O SIMPLES substitui uma série de tributos (entre eles, a cota patronal devida ao RGPS) por um único tributo, cobrado sobre o faturamento.	Lei nº 9.317/1996 e suas alterações
Desoneração da Folha de Salários (Cota Patronal)	2011-2012	Empresas em Geral (Setores de Atividade selecionados)	Empregados	Redução da alíquota de contribuição patronal previdenciária de 20% para 0%, em determinados setores, e sua substituição por uma contribuição sobre o faturamento dos produtos comercializados internamente (ficando isentas as exportações).	Lei nº. 12.546/2011 (MP nº. 540/2011); Lei nº. 12.715/2012 (MP nº. 563/2012); MP nº. 582/2012; MP nº. 601/2012.
Isenção da Cota Patronal Incidente sobre as Exportações Rurais	2001	Agroindústria e Produtor Rural Pessoa Jurídica	Empregados (Empregados Rurais com Carteira de Trabalho)	As receitas de exportações (da agroindústria e do produtor rural pessoa jurídica) estão isentas da contribuição patronal, que normalmente seria de 2,6% da receita bruta decorrente da comercialização da produção rural.	§ 2º do art. 149 da Emenda Constitucional nº. 33/2001
Dedução da Cota Patronal Doméstica do IR	2006	Empregadores Domésticos	Empregados Domésticos	Desconto do imposto devido no IR do valor correspondente à cota previdenciária patronal recolhida no exercício-fiscal anterior, relativa a apenas um emprego doméstico e incidente sobre o primeiro salário mínimo da remuneração.	Lei nº 11.250/1995 (Alterada pela Lei nº 11.324/2006 e posteriormente pela Lei nº 12.469/2011)
MEI (Microempreendedor Individual)	2007	Empreendedor com faturamento de até R\$36 mil anuais, até um empregado e um estabelecimento	Empreendedores (na PNAD, passíveis de se autodeclararem trabalhadores por conta própria ou empregadores)	Alíquota de 5% (no início da vigência, de 11%) pelo trabalhador, incidente sobre o salário mínimo; 3% de contribuição do MEI para seguro de seu empregado, quando for o caso.	Lei nº 12.470/2011 (Inicialmente, normatizado pela Lei Complementar nº 123/2006)
Contribuintes Facultativos de Baixa Renda	2011	Contribuintes Facultativos com baixa renda	Donas-de-casa, estudantes inativos e outros grupos não economicamente ativos	Alíquota de 5% incidente sobre o Salário Mínimo, condicionada à inscrição do CADÚnico.	Lei nº 12.470/2011
Retenção de 11% dos Contratos de Cessão de Mão de Obra	2003	Empresas que contratam Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços mediante cessão de mão de obra	Empregados em empresas cedentes da mão de obra	Cabe à empresa contratante reter e repassar ao RGPS o equivalente a 11% do valor do contrato de cessão de mão-de-obra.	Art. 31, Lei nº 8.212/1991 (Lei nº 11.933/2009)
Retenção de 11% (contribuintes individuais - pessoas físicas - que prestam serviços a empresas)	2003	Empresas contratantes de Cooperados e trabalhadores por conta própria	Cooperados e Trabalhadores por conta própria que prestam serviços a empresas	Retenção e repasse da cota do CI equiparado a empregado (11%) e recolhimento da cota patronal (20%) sobre o valor pago pelo serviço.	Lei nº 10.666/2003
Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária (contribuintes individuais - pessoas físicas - que prestam serviços a pessoas físicas)	2006	Trabalhadores por conta própria que prestam serviços a pessoas físicas	Trabalhadores por conta própria	Redução (de 20% para 11%) da alíquota de contribuintes individuais recolhendo sobre o valor do piso previdenciário. O plano inclui todos os benefícios e serviços do RGPS, menos a aposentadoria por tempo de contribuição.	Lei Complementar nº 123/2006

Quadro 1

Principais Políticas e Medidas de Inclusão Previdenciária

Fonte e Elaboração: SPPS/Ministério da Previdência Social.

Considerações Finais

Não restam dúvidas de que, na última década, o Brasil experimentou um avanço significativo no nível de proteção da população ocupada. Muito embora este avanço não tenha sido homogêneo, atingindo em intensidade distinta os diversos segmentos que compõem o grupo de referência, pode-se dizer que alguma melhora no acesso a direitos trabalhistas e previdenciários foi alcançada por praticamente todas as categorias de trabalhadores aqui consideradas. É verdade que os ganhos mais expressivos nos indicadores de cobertura resultaram da maior participação de empregados com registro em carteira de trabalho no total de ocupados (dentro do conceito mais tradicional de proteção), mas uma parcela crescente de trabalhadores domésticos, trabalhadores por conta própria, empregadores e não remunerados (estes últimos, mesmo sem obrigatoriedade de cotização previdenciária) passou a contar ao menos com os benefícios e serviços oferecidos pelo Regime Geral de Previdência Social.

Estes ganhos na proteção dos trabalhadores ocupados se estenderam a áreas urbanas e rurais, metropolitanas e não metropolitanas, e chegaram a trabalhadores alocados em diversos nichos da atividade econômica – inclusive em atividades de natureza agrícola, normalmente marcadas pela precariedade e pela persistência histórica da desproteção. Em termos de gênero, mulheres e homens vivenciaram melhorias nos indicadores de cobertura, embora entre as primeiras os avanços tenham sido mais pronunciados. Os indicadores femininos ainda são, sistematicamente, inferiores aos masculinos, mas essa diferença já foi maior. Os diferenciais por gênero, região censitária e tipo de atividade (agrícola e não agrícola) foram reduzidos e a expectativa é de que tal

evolução se mantenha nos anos futuros. Estes resultados positivos refletem a boa dinâmica econômica vivida pelo País (ao menos na maior parte da última década) e seus principais rebatimentos no mercado de trabalho: menor desemprego, expansão do mercado de trabalho formal (inclusive em razão da melhoria da elasticidade emprego-produto), aumento do rendimento real, e melhor distribuição geográfica da atividade econômica (e, conseqüentemente, das oportunidades de ocupação).

Nas décadas compreendidas nesta nota, muitas foram as iniciativas empreendidas pelo governo federal no campo da inclusão previdenciária. Algumas parecem ter sido bem-sucedidas; outras ainda demandam maior escrutínio ou já dão alguns sinais de insucesso. Mesmo entre aquelas focadas em segmentos com avanços na cobertura, a dificuldade clássica reside em avaliar o peso de cada uma delas na evolução dos indicadores de proteção previdenciária, ainda mais quando tantos fatores externos (como os decorrentes da melhor distribuição de renda, do crescimento econômico interno e do cenário internacional) podem ter influenciado seus resultados.

Com tantas medidas inovadoras implantadas recentemente, uma tarefa a ser realizada com afincamento é justamente a elaboração de avaliações (inclusive de custo-efetividade) do impacto concreto das mesmas sobre a realidade a ser alterada. Um ponto a ser considerado neste processo, especialmente na medida em que avança o grau de proteção da população ocupada, é que as etapas seguintes tendem a ser sempre mais complexas que as anteriores: os últimos na fila da inclusão tendem a ser os mais vulneráveis de um universo já fragilizado, heterogêneo e difuso. O alcance destes cidadãos, nas franjas da informalidade trabalhista e previdenciária, é objetivo imperativo e crescentemente desafiador.